

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS

**CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS, AMBIENTAIS E DE
TECNOLOGIAS**

LARISSA DE SOUZA PEREIRA

**AS FAZENDAS DO SUL DE MINAS E A
FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO: VALORIZAÇÃO E
SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO REGIONAL**

**CAMPINAS
2017**

LARISSA DE SOUZA PEREIRA

**AS FAZENDAS DO SUL DE MINAS E A
FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO: VALORIZAÇÃO E
SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO REGIONAL**

Tese apresentada como exigência para obtenção do Título de Doutor em Urbanismo, ao Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, do Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologia, da Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

Orientadora: Prof(a). Dr(a). Maria Cristina da Silva Schicchi

**Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologia
Programa de Pós-Graduação em Urbanismo**

Autor (a): PEREIRA, Larissa de Souza

Título: As Fazendas do Sul de Minas e a Formação do Território: valorização e salvaguarda do patrimônio regional

Tese de Doutorado em Urbanismo

BANCA EXAMINADORA

Presidente e Orientadora Prof.^a Dr.^a Maria Cristina da Silva Schicchi

1º Examinador Prof. Dr. Fernando Atique

2º Examinador Prof. Dr. André Munhoz de Argollo Ferrão

3º Examinador Prof.^a Dr.^a Renata Baesso Pereira

4º Examinador Prof. Dr. Wilson Ribeiro dos Santos Junior

Campinas, 21 de fevereiro de 2017

*Aos meus pais Adolfo Maurício e Ângela, luzes no meu caminho e fontes de
inspiração constante.*

AGRADECIMENTOS

Durante os quatro anos de construção deste trabalho, o auxílio de muitas pessoas foi de fundamental importância. Gostaria de expressar aqui, a mais sincera gratidão.

Agradeço à CAPES e ao POSURB pela concessão de bolsa de doutoramento.

Agradeço imensamente à minha orientadora, professora doutora Maria Cristina da Silva Schicchi. É uma honra e um privilégio poder contar com as suas contribuições sempre precisas e enriquecedoras. Aprendi e ainda tenho muito a aprender com esta profissional competente, ética, generosa e diligente em todas as leituras e críticas. Obrigada por conduzir esse trabalho com equilíbrio, sensibilidade e disposição.

Aos professores membros da banca de qualificação, Dr. Fernando Atique e Dra. Renata Baesso Pereira, pela disponibilidade e pela generosidade com valiosas contribuições que muito auxiliaram a continuação deste trabalho.

Aos funcionários dos arquivos percorridos durante o estudo, pela disponibilidade e auxílio, em especial os que trabalham no Arquivo Público Mineiro e na biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Campinas e de Minas Gerais.

Às diversas secretarias das prefeituras das cidades percorridas durante os levantamentos, aos cidadãos moradores e aos muitos proprietários e caseiros de fazendas que nos receberam e abriram as portas de suas casas para as nossas investigações. Em especial ao Sr. Celso, da Favacho; Fabrício, da Sesmaria; Rafael, da Serra das Bicas; Aldivan, da Bela Cruz; Sr. Carlos, da Bela Vista; Renato, da Engenho de Serra; Julinha, da Pitangueiras; Rogério, da Córrego Fundo; Carlinhos, da Fazenda João Cota, entre tantos outros que encontramos nas mais de 100 fazendas visitadas.

Aos professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Urbanismo desta Escola que, além dos ensinamentos e auxílio profissional, acolheram este trabalho com grande atenção.

Aos alunos do POSURB da PUC de Campinas, que se tornaram grandes amigos e com os quais foi possível compartilhar questionamentos e dúvidas.

Aos colegas professores da PUC Minas de Poços de Caldas, eternos mestres, pelo auxílio na condução das ideias do trabalho e pela compreensão nos momentos de finalização.

Aos amigos que sempre estiveram presentes nas jornadas semanais do doutorado, Adriane Matthes, Francisco Cardoso, Carolina Nunes, Antônio Carlos Lorette, Esther Cervini e Henrique Castro, vocês tornaram tudo mais leve e divertido.

Ao meu pai Adolfo Maurício, grande conhecedor da história e das estórias do sul de Minas que, como homem apaixonado por sua terra, sempre estimulou a realização deste trabalho. Obrigada por abraçar esta pesquisa junto comigo.

À minha mãe Ângela, historiadora, defensora dos valores patrimoniais e de valores humanos, obrigada pela generosidade, apoio e amor incondicionais.

À minha querida irmã Dandara, certeza de amparo e partilha diante de tudo o que a vida nos colocar, e ao meu cunhado Marcelo, por fazer parte da nossa família como se tivesse nascido nela.

Um agradecimento especial ao meu esposo João Rafael, companheiro de todos os dias e de todas as horas. Obrigada pela presença nas viagens e levantamentos, pelo olhar preciso nas análises dos dados, pela paciência quando não pude estar presente, pelo amor demonstrado em cada gesto.

Ao meu berço, Minas Gerais, que sempre teve o poder de me causar encantamento, que posso hoje, de forma concreta, reafirmar, pelos estudos históricos locais, regionais e nacionais.

“Se queres ser universal começa por pintar a tua aldeia”.

Liev Tolstoi

RESUMO

PEREIRA, Larissa de Souza. *As Fazendas do Sul de Minas e a formação do Território: valorização e salvaguarda do patrimônio regional*. 2017. Tese (Doutorado em Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2017.

O conjunto de fazendas localizado no sul do estado de Minas Gerais representa um grande acervo de remanescentes da formação do território desde as primeiras tentativas de chegada às minas de ouro até a afirmação da região como maior produtora de itens exportados para a Corte. As fazendas são exemplares formadores de uma paisagem rural, que será analisada como representação espacial do processo de construção do território e como geradora das pequenas cidades existentes na região. Ao analisar os valores simbólicos associados à paisagem, pretende-se demonstrar que as ações de proteção para o conjunto de bens materiais e imateriais que compõem o território sul mineiro necessitam se apoiar em novos parâmetros de atribuição de valor e novas escalas de apreensão. Portanto, a hipótese central é a de que a paisagem cultural da região estudada combina uma geografia específica, com elementos naturais singulares e um significativo patrimônio material e imaterial que ainda se mantém integrado por meio da reiteração de práticas sociais, ao longo do tempo, cujo valor só pode ser aferido quando se volta o campo de apreensão para a história da formação do território e da paisagem e não para os elementos significativos isoladamente.

Palavras-chave: Sul de Minas, Fazendas, Paisagem Cultural, Lugar, Território, Patrimônio.

ABSTRACT

PEREIRA, Larissa de Souza. *The Farms of the South of Minas and the formation of the Territory: valorization and safeguard of the regional heritage*. 2017. Thesis (Doctorate in Urbanism) - Postgraduate Program in Urbanism, Pontifical Catholic University of Campinas, Campinas, 2017.

The ensemble of farms located in the south of the state of Minas Gerais, represents a great collection of reminiscences in the formation of the territory from the first attempts of arrival at the gold mines until the affirmation of the region as the most producer of items exported to the Court. The farms are exemplary creators of a rural landscape, which will be analyzed as a spatial representation in the process of construction of the territory and as the generator of the small cities in the region. In analyzing the symbolic values associated with the landscape, it is intended to demonstrate that the protection actions for the set of material and immaterial goods that make up the southern territory of Minas Gerais need to be supported by new parameters of value attribution and new scales of apprehension. Therefore, the central hypothesis is that the cultural landscape of the studied region combines a specific geography with singular natural elements and a significant material and immaterial patrimony that still remains integrated through the reiteration of social practices, over time, whose value can only be measured when the field of apprehension is returned to the history of the formation of the territory and the landscape and not to the significant elements alone.

Keywords: South of Minas, Farms, Cultural Landscape, Place, Territory, Heritage.

LISTA DE IMAGENS

Figura 1: Localização de Minas Gerais no Brasil e divisão das mesorregiões do estado segundo a classificação do IBGE	19
Figura 2: Localização dos municípios estudados no estado de Minas Gerais: Aiuruoca, Baependi, Carrancas, Cruzília, Luminárias, Minduri, São Thomé das Letras e São Vicente de Minas, e municípios e estados limítrofes	20
Figura 3: Mapa dos caminhos Velho e Novo da Estrada Real.....	20
Figura 4: Croqui do itinerário feito por Saint-Hilaire em sua segunda viagem a Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro	21
Figura 5: Expedições no sertão.....	35
Figura 6: Paisagem dos entornos da Garganta do Embaú	36
Figura 7: Mapa da passagem da bandeira de André de Leão, sertanista português	39
Figura 8: Tipo de pouso comum nos caminhos para as Minas	41
Figura 9: Mapa da passagem da bandeira de Fernão Dias por trecho do atual sul/sudoeste de Minas, em 1674.....	43
Figura 10: Cartografia geral do primeiro trecho percorrido pela bandeira de Fernão Dias Pais (São Paulo – Ibituruna).....	45
Figura 11: Mapa das Minas de Ouro e S. Paulo e Costa do Mar que lhe pertence.....	49
Figura 12: Mappa da capitania de S. Paulo, e seu sertão em que devem os descobertos, que lhe forão tomados para Minas Geraes.....	52
Figura 13: “Mapa da Capitania de Minas Geraes com a Devisa de suas Comarcas”	53
Figura 14: Mapa das Comarcas de Minas Gerais (1821) com a localização de suas respectivas sedes	54
Figura 15: Mapa das vilas da Comarca do Rio das Mortes (1821)	55
Figura 16: Localização da Bacia Hidrográfica do Rio Grande.....	59
Figura 17: Bacia Hidrográfica do Rio Grande: unidades de gestão	60
Figura 18: Chegada à Aiuruoca pela BR 267. Avista-se o chamado Bairro da Ponte e, ao fundo, a Serra e o Pico do Papagaio.....	
Figura 19: O Pico do Papagaio, Aiuruoca.....	62
Figura 20: Quedas d’água no local conhecido como Poço da Esmeralda, em Carrancas	63

Figura 21: Vista da Serra de Carrancas a partir do Caminho Velho da Estrada Real	63
Figura 22: Paisagem rural no município de Cruzília	64
Figura 23: Serra do Sobradinho, município de São Thomé das Letras.....	64
Figura 24: Cenas registradas nos municípios de Aiuruoca, Carrancas e São Vicente de Minas	65
Figura 25: Mapa da Comarca do Rio das Mortes de 1809 com a divisão das freguesias e termos.....	71
Figura 26: Fragmento do Mapa da região de encontro entre os atuais estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, e do curso do Rio São Francisco	73
Figura 27: Fragmento do Mapa de toda a extensão da Campanha, 1799	74
Figura 28: Parte do “Mappa da Comarca do Rio das Mortes, pertencente a Capitania das Minas Gerais.....	74
Figura 29: “Requerimento de Jose Vieira de Almeida, morador na Vila de Sao João Del Rei, solicitando a licença paia erigir um engenho de moer canas”.	78
Figura 30: Mapa da ocupação da região de estudo durante a primeira metade do século XVIII.....	79
Figura 31: Fragmento da Carta Cartográfica da Capitania de São Paulo, Morgado de Mateus, 1766.	82
Figura 32: Mapa da ocupação da região de estudo durante a segunda metade do século XVIII.....	83
Figura 33: Malha municipal da região de estudo em 1872.....	89
Figura 34: Malha municipal em 1900.....	90
Figura 35: Malha municipal em 1940.....	92
Figura 36: Malha municipal em 1970.....	92
Figura 37: Mapa da ocupação da região de estudo durante o século XIX e primeira metade do século XX	93
Figura 38: Engenhos de milho.....	100
Figura 39: Fazenda Bela Cruz, município de Cruzília.....	101
Figura 40: Método tradicional de defumar a carne no fogão à lenha, ainda muito observado nas casas rurais do sul de Minas.	103

Figura 41: Chiqueiro na Fazenda João Cota, município de São Thomé das Letras e na Fazenda Serra das Bicas, município de Carrancas	104
Figura 42: Engenho de tração animal na Fazenda Pitangueiras, em São Vicente de Minas	105
Figura 43: Fazendeiro levando o gado. Cena rural no município de Cruzília	105
Figura 44: Ruínas da antiga fábrica de queijos da Fazenda Campo Lindo, em Aiuruoca e Fazenda Chalé, onde teria funcionado a primeira fábrica de manteiga da América do Sul	106
Figura 45: Venda e casa de tropa: propriedade de José Maria de Souza no município de São Thomé das Letras e Fazenda Sesmaria, em São Vicente de Minas.	108
Figura 46: Fragmento do Mapa da Capitania de Minas nos fins da Era Colonial.....	110
Figura 47: Estações e trechos de linha férrea ainda existentes na região de estudo.....	116
Figura 48: Estações férreas de Baependi.....	117
Figura 49: Estação férrea de Cruzília	118
Figura 50: Estações férreas no município de Aiuruoca.....	118
Figura 51: Estações férreas no município de Carrancas	119
Figura 52: Mapa de todo o Campo Grande, 1765	124
Figura 53: Mapeamento da presença negra na região de estudo.....	125
Figura 54: Antiga senzala na Fazenda Pitangueiras, em São Vicente de Minas	126
Figura 55: Fazenda Varadouro em Aiuruoca	126
Figura 56: Igreja de N. S. do Rosário em Baependi e Igreja de N. S. do Rosário em São Thomé das Letras	128
Figura 57: Congada em Carrancas	129
Figura 58: Detalhe do “Mappa da Capitania de Minas Geraes” de Jozé Joaquim da Rocha. 1777.....	131
Figura 59: Capela rural do Espírito Santo, em São Vicente de Minas e capela rural de São José do Favacho sagrada em 1761	134
Figura 60: Fachada da capela do Favacho e registro da data de sagração no portal de entrada.....	134
Figura 61: Cemitério da capela do Favacho e interior	134

Figura 62: Altar-mor da Igreja Matriz de Carrancas e forro de autoria de Joaquim José da Natividade	135
Figura 63: Forro da Igreja Matriz de São Thomé das Letras e altar-mor da Igreja Matriz de Baependi com trabalhos do entalhador Macedo e pinturas de Joaquim José da Natividade	135
Figura 64: Passo no entorno da Praça da Matriz em Carrancas e Passo à Rua João Batista Neves, em São Thomé das Letras	137
Figura 65: Mapeamento da presença da Igreja Católica na região de estudo	138
Figura 66: Oratório na Fazenda Pitangueiras, em São Vicente de Minas e oratório da Fazenda Boa Vista, em Cruzília	139
Figura 67: Procissão de Nossa Senhora da Conceição, padroeira de Carrancas e Procissão da sexta-feira da Paixão na Semana Santa de Cruzília	140
Figura 68: Capitão da Folia de Reis e o estandarte e os palhaços do Reisado em Carrancas	141
Figura 69: Mapa de Regionalização do Turismo do Estado de Minas Gerais	164
Figura 70: Totem do Instituto Estrada Real e placa do Instituto Estrada Real na fachada da Fazenda Grão Mogol, município de Carrancas	165
Figura 71: Localização da Fazenda Engenho. Município de Baependi.....	179
Figura 72: Antiga Fazenda Engenho. Primeira casa construída em Baependi	179
Figura 73: Implantação geral da Fazenda Favacho.....	181
Figura 74: Corte esquemático da fazenda favacho.....	181
Figura 75: Fazenda Favacho em Cruzília	182
Figura 76: Vista panorâmica da fazenda Favacho a partir da capela	182
Figura 77: Implantação da Fazenda Traituba em Cruzília	184
Figura 78: Corte esquemático da Fazenda Traituba.....	184
Figura 79: Vista da Fazenda Traituba a partir do Caminho Velho da Estrada Real	184
Figura 80: Fachada principal da fazenda Traituba e fachada posterior.....	185
Figura 81: Fazenda Traituba. Antigo muro de adobe cercando a propriedade.	185
Figura 82: Implantação da Fazenda Bananal.	186
Figura 83: Vista da Fazenda Bananal a partir da estrada de acesso à fazenda	187

Figura 84: Fazenda Grão Mogol e Fazenda Engenho	187
Figura 85: Seguimento de muro de pedra em paisagem de campos em Carrancas.....	189
Figura 86: Implantação Geral da fazenda Narciso.....	190
Figura 87: Vista da Fazenda Narciso a partir do Caminho Velho.....	191
Figura 88: Ponte sobre o Rio Ingaí e sede da Fazenda Narciso.....	191
Figura 89: Área de implantação da fazenda Boa Vista, município de Cruzília	192
Figura 90: Vista da Fazenda Boa Vista	193
Figura 91: Fachada principal da Fazenda Boa Vista e detalhe da construção com base de pedra e paredes de pau a pique.....	193
Figura 92: Fachada principal da Fazenda Espraiado e sede da Fazenda Recreio	194
Figura 93: Ruínas da Fazenda Cafundó.....	195
Figura 94: Antiga sede da Fazenda Cafundó	195
Figura 95: Implantação da Fazenda Bela Cruz.....	197
Figura 96: Fazenda Bela Cruz, fachada principal e, à esquerda, o cruzeiro	197
Figura 97: Fazenda Jardim, em Luminárias	199
Figura 98: Área de implantação da Fazenda Monjolos, em Luminárias.....	200
Figura 99: Vista da Fazenda Monjolos a partir do caminho, sentido à cidade de São Bento Abade.....	200
Figura 100: Fazenda Monjolos	201
Figura 101: Mancha urbana de Baependi.....	205
Figura 102: Matriz de Nossa Senhora do Montserrat, em Baependi.....	206
Figura 103: Igreja de Nossa Senhora da Boa Morte e casario	206
Figura 104: Mapa do núcleo inicial de Baependi conforme registro de 1939.	207
Figura 105: Núcleo atual de Baependi com sobreposição do núcleo em 1939, conforme registro base cartográfica do APM, 1939.....	207
Figura 106: Malha urbana de Baependi com os principais objetos de interesse histórico e culturais destacados.....	208
Figura 107: Fazenda São Sebastião e Fazenda Encruzilhada	210

Figura 108: Malha urbana de Cruzília.....	211
Figura 109: Mapa do núcleo inicial de Cruzília conforme registro de 1939	212
Figura 110: Núcleo atual de Cruzília com sobreposição do núcleo em 1939, conforme registro base cartográfica do APM, 1939.....	212
Figura 111: Malha urbana de Cruzília	213
Figura 112: Vista da cidade de Cruzília.....	213
Figura 113: Rua Cel. Cornélio Maciel, 1909. Cruzília	214
Figura 114: A cidade de Carrancas	216
Figura 115: Núcleo inicial de Carrancas conforme registro de 1939.....	217
Figura 116: Núcleo atual de Carrancas com sobreposição do núcleo em 1939, conforme registro base cartográfica do APM, 1939.....	217
Figura 117: Malha urbana de Carrancas	218
Figura 118: Igreja de Matriz de Nossa Senhora da Conceição em Carrancas.....	218
Figura 119: Ruas no entorno da praça da Matriz em Carrancas e casarão urbano que pertenceu ao proprietário da Fazenda Serra das Bicas, no município de Carracas.....	218
Figura 120: Mapa com o Eixo do Caminho Velho e eixos secundários que ligam Cruzília, Aiuruoca, Minduri, São Vicente de Minas e Carrancas, à leste, e Baependi, Cruzília, São Thomé das Letras e Luminárias, à oeste.....	220
Figura 121: Ruas no entorno da praça da Matriz em Aiuruoca.....	220
Figura 119: Ruas no entorno da praça da Matriz de São Vicente Ferrer em São Vicente de Minas e casarão colonial tombado pelo patrimônio municipal	221
Figura 123: Vista da cidade de Minduri do alto da Chapada das Perdizes	221
Figura 124: Igreja Matriz de São Thomé das Letras e a gruta	223
Figura 125: Calçamento e edificação tradicionais de São Thomé das Letras, em quartzito e vista a partir da cidade de São Thomé	223
Figura 126: Vista da cidade de Luminárias entre as montanhas.....	224
Figura 127: Conjunto da igreja Velha com campanário e chafariz e a atual igreja Matriz de Luminárias	224
Figura 128: Passo e casa tradicional e rua de bairro novo de Luminárias	225

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Mapa Geral das Sesmarias nas quatro Comarcas de Minas Gerais (1700-1768)	70
Tabela 2: Principais remanescentes das linhas e estações férreas nos municípios estudados	119
Tabela 3: Critérios de Valor Excepcional Universal para nomeação na lista do Patrimônio Mundial - UNESCO	152
Tabela 4: Critérios do valor de repasse aos municípios participantes	167
Tabela 5: Fonte: IEPHA, 2016. Dados sistematizados pela autora (2016).	171

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABN – Anais da Biblioteca Nacional
AHE – Arquivo Histórico do Exército
AHU – Arquivo Histórico Ultramarino
ALMG – Assembleia Legislativa de Minas Gerais
AMAG – Associação Municipal da Microrregião do Circuito das Águas
AMSJDR – Arquivos do Museu Regional de São João del-Rei
APM – Arquivo Público Mineiro
BN – Biblioteca Nacional
CAPES – Coordenação e Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBH – Comitê de Bacia Hidrográfica
CIIC – Comitê Científico Internacional de Itinerários Culturais
CPI-SP – Comissão Pró-Índio de São Paulo
Embrapa – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FJP – Fundação João Pinheiro
GIS – Geographic Information System
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
ICOMOS – International Council on Monuments and Sites
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IEPHA – Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico
IGA – Instituto de Geociências Aplicadas
IGAM – Instituto Mineiro de Gestão das Águas
IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IUCN – International Union for Conservation of Nature
OEA – Organização dos Estados Americanos
OTM – Organização Mundial de Turismo
SETUR – Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais
SPHAN – Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
TURMINAS – Empresa Mineira de Turismo
UNESCO - United Nations Organization for Education, Science and Culture

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	17
CAPÍTULO 1. A FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO SUL MINEIRO	31
1.1. Roteiros, Caminhos e Notícias das terras mineiras.....	31
1.2. As Bandeiras – de São Paulo às minas.....	36
CAPÍTULO 2. FORMAÇÃO DE TERRITÓRIOS E IDENTIDADES: O EIXO DO CAMINHO VELHO.....	57
2.1. Serras, rios e caminhos: a paisagem associativa	58
2.2. A Fixação Humana no Território	66
2.3. Pequenos núcleos de poder.....	80
CAPÍTULO 3 – A IMPLANTAÇÃO DAS PRIMEIRAS FAZENDAS: TECENDO UMA REDE PRODUTIVA.....	96
3.1. Milho, gado e tabaco: do sul das Gerais à praça carioca.....	98
3.1.1. <i>A Produção Agrícola</i>	98
3.1.2. <i>A Produção Pecuária</i>	101
3.1.3. <i>A Chegada dos Caminhos de Ferro</i>	115
3.2. A Presença Negra no Sul de Minas: memória silenciada.....	120
3.3. A Presença da Igreja: Religiosidade e herança simbólica	130
CAPÍTULO 4 – PAISAGENS E TERRITÓRIOS CULTURAIS: DA AMPLIAÇÃO DO CONCEITO ÀS POSSIBILIDADES DE APLICAÇÃO.....	142
4.1. As cartas patrimoniais e a ampliação do conceito de Patrimônio.....	149
CAPÍTULO 5 – CAMINHOS, FAZENDAS E CIDADES – UMA INTERPRETAÇÃO DA PAISAGEM	173
5.1. Interregno entre fazendas e caminhos	175
5.2. Núcleos urbanos e caminhos - padrões fundacionais e correlações.....	202
CONCLUSÃO.....	226
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	231
APÊNDICE.....	238
ANEXOS.....	244

INTRODUÇÃO

Diante do processo de globalização intensificado a partir da década de 1970, muitos estudiosos levantaram a questão de que os espaços físicos, como as cidades e suas áreas de convívio, tornar-se-iam ultrapassados e cairiam em desuso. O mesmo questionamento incidiu sobre o conceito de lugar, sugerindo que, oprimido pelo global, sua história, relações e particularidades se perderiam diante da tendência à homogeneização do espaço (ROSSI 2001), (RYKWERT 2004), (MUÑOZ 2008).

Observado por outro viés, o lugar deixaria de ser determinado apenas como espaço resultante das ações humanas e da natureza num recorte espaço/temporal, para ser compreendido como a expressão singular que integra ideias e sentidos gerados por aqueles que o vivenciam, despertando-lhes os sentimentos de afetividade, identidade e pertencimento.

Podemos constatar que alguns lugares tiveram seus valores subtraídos, ou mesmo extintos. Por outro lado a valorização e compreensão de tal conceito, tem adquirido importância na vivência e estruturação do mundo atual, sobretudo no que diz respeito à sua conservação e reutilização. Com a diferenciação de que, sem perder sua especificidade, um lugar pode se tornar ambíguo, expressando singularidade e globalidade, e materializando a construção de identidades individuais e coletivas.

Neste contexto, é possível notar nos últimos anos, que a necessidade de preservar um legado natural e cultural de modo mais abrangente e amplo, tem alcançado relevância. Este fato nos leva à necessidade de se estudar de outro modo o patrimônio local, de forma mais aprofundada para sua identificação e caracterização, mas também a sua relevância em escala regional, a fim de evidenciar a importância de sua conservação como parte da cultura materializada das comunidades, e as particularidades que os identificam e tornam singulares.

Para elaborar tais considerações serão tomadas como exemplares as diversas fazendas localizadas no sul de Minas, formadoras de um conjunto tipológico característico dos séculos XVIII e XIX, que acabou por constituir uma paisagem peculiar no cenário mineiro e brasileiro, ao qual se integraram novas unidades a partir do século XX. Estas fazendas que a princípio serviam como base de apoio aos núcleos urbanos mineradores, eram também produtoras de

gêneros diversos voltados ao abastecimento do mercado interno, fundamentadas no trabalho escravo e em grandes propriedades, estimuladas pela necessidade de ocupação territorial. Hoje, elas representam um grande acervo de reminiscências da formação do território no período de desbravamento do interior do país em busca do ouro das Minas, e também do período posterior, quando ocorre um deslocamento do eixo econômico e um retorno às áreas de campos cultiváveis, devido ao esgotamento e decadência daquelas lavras.

É possível verificar que as grandes propriedades de terra, coroadas pelas sedes e casas-grandes, representantes do início da ocupação de uma das localidades mais antigas do estado de Minas, deram origem às pequenas cidades existentes na região que, paradoxalmente, no período de formação e consolidação do território sul mineiro, tiveram importância secundária na representação do local, sendo caracterizadas apenas por pequenos aglomerados e/ou pousos de paragens para os tropeiros desbravadores dos sertões.

Tais exemplares de edifícios históricos, representados pelas fazendas centenárias, serão adotados, de forma conjunta com a paisagem natural e urbana, como formadores de um patrimônio cultural que, por sua vez, é gerador de uma paisagem singular e de modos de vida que são representativos de uma identidade que ultrapassa a dimensão arquitetônica e monumental como forma única de proposta de salvaguarda.

A região analisada está conformada por oito municípios do sul de Minas¹, que foram selecionados por representarem o território onde se localizam as fazendas mais antigas de toda esta região e por serem originários do mesmo processo de constituição, baseado, em um primeiro momento, nas tentativas de exploração e fixação no território – busca pela exploração aurífera, cultivo de pequenas glebas, doações de sesmarias (Fig. 2 e 3). Em um segundo momento, as terras dos atuais municípios foram conectadas por meio de uma rede de trocas de produtos internos, que passaram também a ser exportados para o Rio de Janeiro, depois da vinda da Família Real. E, finalmente, pelo surgimento das vilas e cidades que definiram a atual divisão municipal.

¹ A mesorregião Sul/Sudoeste de Minas, estabelecida pelo IBGE, é formada por 146 municípios, que foram agrupados em dez microrregiões. As mesorregiões representam subdivisões dos estados brasileiros que congregam os municípios de uma área geográfica com similaridades econômicas e sociais. (IBGE). Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em 05/08/2016.

A presença das fazendas centenárias é justificada pelo fato de alguns dos municípios da área de estudo serem cortados pelo Caminho Velho da Estrada Real, o que demonstra que neste território foram traçadas as primeiras trilhas e caminhos, que indicavam a ocupação do interior do Brasil e do território do atual estado de Minas Gerais.

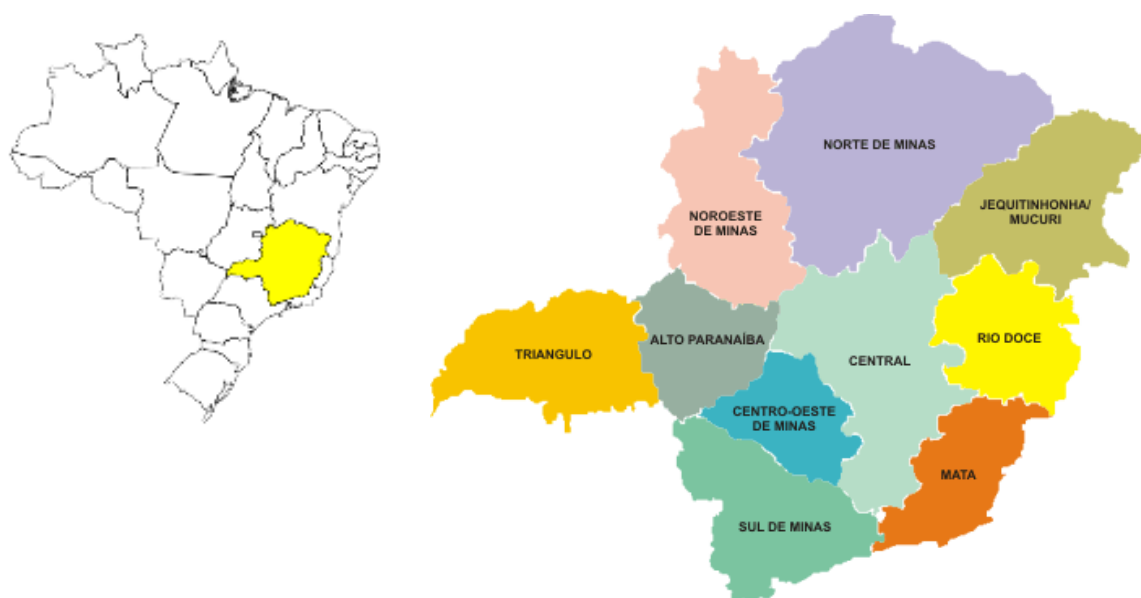


Figura 1: Localização de Minas Gerais no Brasil e divisão das mesorregiões do estado segundo a classificação do IBGE. Fonte: IBGE. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em 05/08/2014.



Figura 2: Localização dos municípios estudados no estado de Minas Gerais: Aiuruoca, Baependi, Carrancas, Cruzília, Luminárias, Minduri, São Thomé das Letras e São Vicente de Minas, e municípios e estados limítrofes. Fonte: Base cartográfica do IBGE (1975). Modificado pela autora (2014). Escala 1:1.000.000

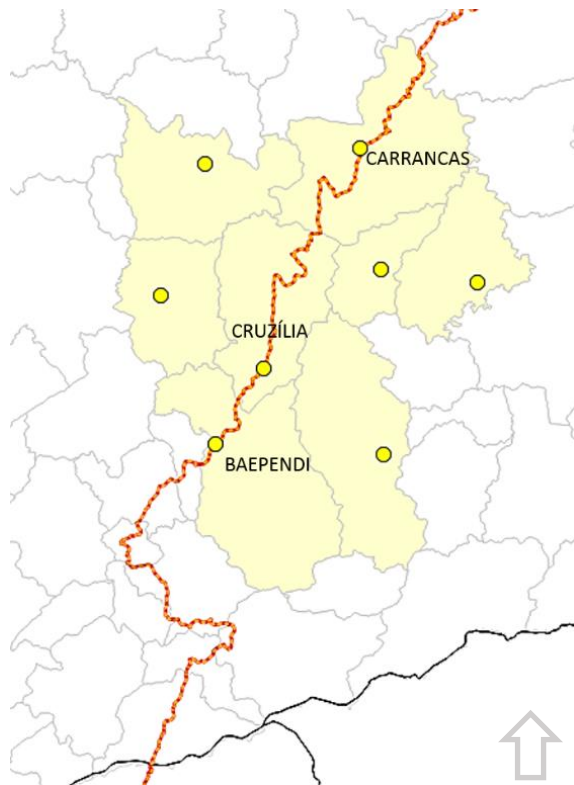


Figura 3: Mapa dos caminhos Velho e Novo da Estrada Real. O detalhe mostra o Caminho Velho cortando alguns dos municípios selecionados para o estudo: Baependi, Cruzília e Carrancas. Fonte: Base cartográfica do IBGE (1975). Modificado pela autora (2014). Escala 1:1.000.000

Para tal, torna-se fundamental abordar a história da constituição do território e dos núcleos de povoação que tiveram sua origem a partir do desbravamento da região por bandeiras que buscavam os metais preciosos. No primeiro capítulo, será apresentada a história desta formação que é marcada, sobretudo, pela abertura dos caminhos e, no período posterior, caracterizada pela fixação do homem na região, trazendo como consequência a fundação das primeiras fazendas.

As análises necessárias para a elaboração deste histórico foram propostas através de levantamento de fontes primárias representadas por documentos e cartografias de época, além de levantamentos e relatos históricos de viajantes e de pesquisadores que desenvolveram trabalhos semelhantes, já mencionados anteriormente.

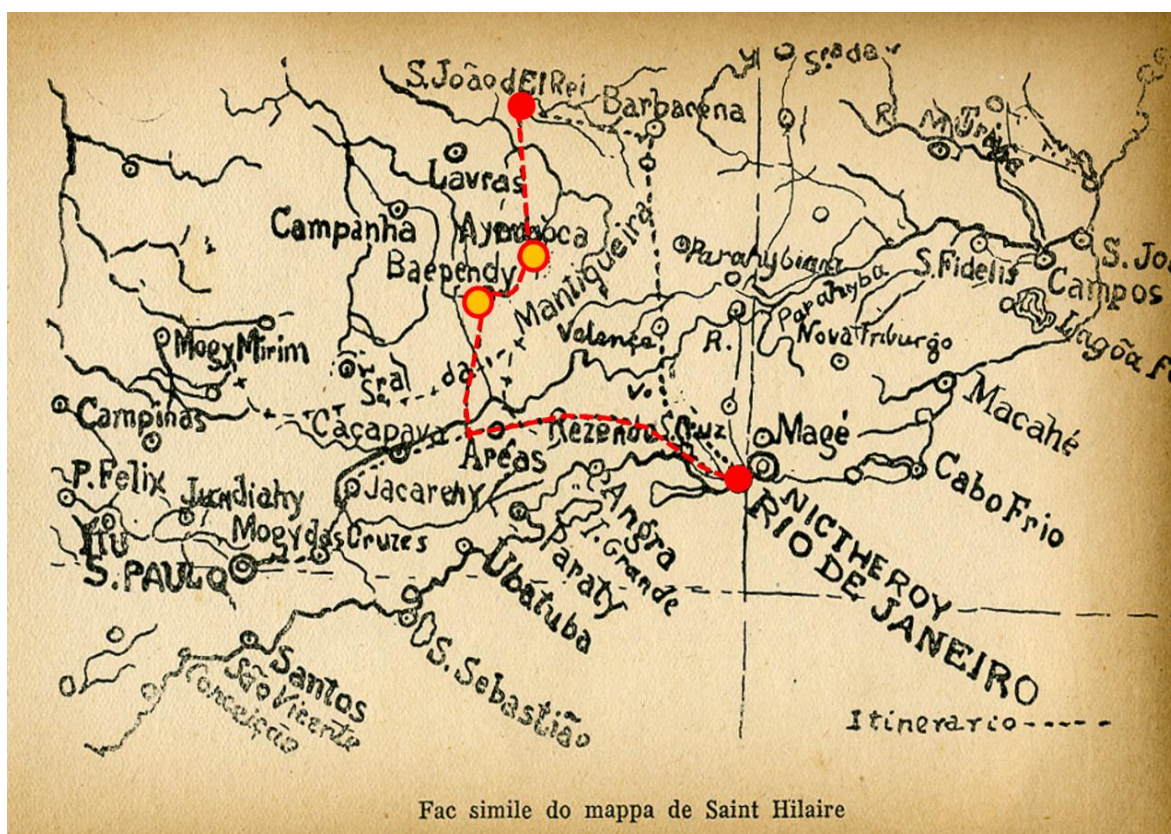


Figura 4: Croqui do itinerário feito por Saint-Hilaire em sua segunda viagem a Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro. Destaque para a passagem do viajante pela região de estudo. Fonte: (CRUZ, 2008, p. 33). Com intervenções da autora (2014).

O capítulo seguinte se debruça sobre os modos de constituição do território, primeiramente voltando-se para os aspectos geográficos e topológicos que nortearam as iniciativas de fixação de um contingente de população no local, buscando mostrar como os deslocamentos, a geografia e os caminhos, tiveram

papel crucial para a escolha da localização das primeiras unidades produtivas e, finalmente, dos primeiros núcleos definidos, além das novas formas de produção que propiciaram o desenvolvimento da região no cenário brasileiro. As histórias dos diversos atores, como os patriarcas das linhagens das famílias proprietárias, os tropeiros e os escravos, além da identificação de novos ciclos econômicos, que conduziram as dinâmicas em determinados momentos, também serão considerados no processo de compreensão da formação territorial.

O terceiro capítulo foi dedicado às fazendas e seu potencial produtivo, capaz de gerar uma teia de relações econômicas, sociais e, sobretudo culturais, que podem ser observadas ainda nos dias de hoje, nas tradições que a história tratou de enraizar naquelas terras e nos seus habitantes. Além de rede produtiva, este capítulo trata de outros dois agentes importantes na formação da região e da sua identidade: a população negra escrava e a presença da igreja, como maior reguladora do processo de divisão e oficialização do território.

O quarto capítulo apresenta uma análise das cartas patrimoniais e das transformações incorporadas à noção de patrimônio, abrangendo unidades espaciais mais complexas, até a introdução da escala do território. Com isto, busca-se um diálogo com as pesquisas atualmente desenvolvidas sobre possíveis formas de salvaguarda do patrimônio regional. Além disso, o patrimônio intangível, capaz de despertar uma diversidade de percepções e despertar o encanto e a riqueza do lugar, será também considerado, vez que a sua manifestação e a preservação da combinação desses elementos subjetivos torna-se fundamental na manutenção do sentido de lugar e do sentimento de pertencimento.

Finalmente, no quinto capítulo foi realizada uma análise das fazendas e suas reminiscências arqueológicas, assim como dos pequenos núcleos urbanos a elas relacionados, como unidades de paisagens, a fim de evidenciá-los como representantes importantes de uma paisagem cultural característica da região e das comunidades do sul de Minas. Este capítulo foi conduzido por imagens representativas das relações que se manifestaram entre a paisagem natural das montanhas, campos e cursos d'água, com a paisagem construída, dos caminhos, fazendas e pequenas cidades existentes na região. A iconografia, atual e histórica, e a elaboração de mapas síntese do que se pretende caracterizar como unidades de paisagem, serão os elementos principais para esta análise.

Uma vez compreendido que as fazendas mineiras do sul de Minas e o sistema de pequenas cidades por elas originadas dispõem de expoentes arquitetônicos, objetuais e documentais representativos e ainda mantém características indelétricas que constituem patrimônio imaterial, esse trabalho pretende demonstrar que reflexões sobre novas estratégias e propostas de atuação sobre o patrimônio e a paisagem cultural são necessárias para a preservação daqueles conjuntos.

Manifestações referentes à preocupação com a preservação das identidades e da paisagem cultural, dentro dos contextos atuais de processos metamórficos das cidades e do território, podem ser encontradas em documentos recentes, como na Portaria nº127, de 30 de abril de 2009, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. O documento destaca que “os fenômenos contemporâneos de expansão urbana, globalização e massificação das paisagens urbanas e rurais colocam em risco contextos de vida e tradições locais em todo o planeta” (IPHAN, 2009).

Outros documentos, como a Declaração de Quebec (2008) sobre a “proteção do espírito do lugar”, também contribuem com reflexões sobre este aspecto. A Declaração apresenta um apontamento acerca das “relações entre patrimônio material e imaterial e os mecanismos que regulam o espírito do lugar”. Este último, constituído pelo “conjunto de bens materiais e imateriais, físicos e espirituais, que atribuem sentido, valor e emoção ao lugar” (ICOMOS, 2008).

O trabalho apresenta a discussão sobre o papel da paisagem para a memória e a constituição de identidades (social, cultural) de comunidades locais. Ao analisar os valores simbólicos associados à paisagem, pretende-se demonstrar que as ações de proteção para o conjunto de bens materiais e imateriais que compõe o território sul mineiro necessitam se apoiar em novos parâmetros de atribuição de valor e novas escalas de apreensão. Para tanto, serão realizados estudos analíticos e integrados entre os núcleos urbanos e rurais que compõem uma área delimitada da região sul de Minas, cujas origens remontam à fundação das fazendas centenárias, situadas ao longo de caminhos percorridos durante as primeiras tentativas de entrada no território das minas em busca de minerais preciosos. Posteriormente, com o declínio do ouro e dos diamantes, tais caminhos foram reforçados pelas novas relações econômicas, baseadas na agropecuária.

O foco da análise recai sobre a relação entre a paisagem formada e o modo de vida rural - ambos componentes do que se poderia chamar de paisagem cultural, a partir do estudo de um conjunto de fazendas sul mineiras e pequenos núcleos urbanos por elas originados. Essa paisagem diversa combina um rico substrato natural – campos férteis, montanhas e serras ricas em vegetação, cursos d'água e minérios, e notáveis elementos culturais de diversas ordens – fazendas centenárias representativas de uma época em que o novo território estava sendo constituído, detentoras de técnicas construtivas trazidas pelos portugueses, das quais restam poucos remanescentes -, e por núcleos urbanos. Além disso, a região possui um variado e vivo patrimônio imaterial, presente no modo de vida que se mantém com características rurais, nas festas religiosas e no modo de produção artesanal.

Portanto, a hipótese central é a de que a paisagem cultural da região estudada combina uma geografia específica, com elementos naturais singulares e um significativo patrimônio material e imaterial que ainda se mantém integrado por meio da reiteração de práticas sociais, ao longo do tempo, cujo valor só pode ser aferido quando se volta o campo de apreensão para a história da formação do território e da paisagem e não para os elementos significativos isoladamente.

A maior parte do território sul mineiro é estruturado por um sistema de pequenas cidades. Pressupondo que, para cada tipo de sítio de significado cultural, a construção de memórias e seus vestígios são distintos, assim devem ser também o tratamento a que devem ser submetidos. Desta forma, torna-se importante voltar o olhar para os elementos formadores deste território, em especial, aqueles que incidem de forma similar sobre a paisagem resultante.

O estudo tem como foco o reconhecimento e a valorização deste legado, a fim de contribuir para a afirmação da cultura local e para o fortalecimento de uma identidade regional, representada pela integração entre paisagem natural e arquitetura rural, gerando uma paisagem singular, que se completa com a associação aos pequenos núcleos urbanos locais, sendo este conjunto o objeto dos estudos aqui apresentados.

Pretende-se ainda analisar e avaliar novas abordagens e estratégias de atuação sobre o patrimônio urbano, arquitetônico e paisagístico e discutir diretrizes para sua valorização e preservação. Entre outros aspectos, indaga-se

sobre a possibilidade de formação de redes de interação e cooperação entre os municípios que conformam esse território.

A hipótese enunciada reafirma a paisagem como uma categoria patrimonial que expressa a identidade social do território e que, portanto, requer novas possibilidades de proteção, onde possa ser reconhecida como conjunto e como materialização dos modos de vida e dos desejos de uma sociedade. Assim, os estudos se concentraram no reconhecimento da paisagem urbana e rural sul mineira como detentora de tais atributos.

Para embasar os estudos e análises do conjunto de fazendas e municípios da região como expressivos de um patrimônio cultural, torna-se necessária a discussão de diversas frentes teóricas, uma vez que a própria noção de paisagem transita entre campos disciplinares diversos, que vão da geografia à arqueologia; da análise histórica aos documentos referentes à proteção do patrimônio de forma geral, e que também se fundamenta na arquitetura e no urbanismo, disciplinas em constante renovação diante dos novos desafios impostos pelos fenômenos contemporâneos e que, atualmente, supõem uma nova relação entre espaço urbano e espaço rural.

Torna-se necessária, portanto, a compreensão da formação sócio espacial da região de estudo, a partir de diversas fontes históricas e documentais. Neste sentido, foi feita uma revisão bibliográfica sobre temas delimitados, que foi constantemente revista.

Os levantamentos e a reunião de dados coletados têm como intuito evidenciar o caráter da região estudada como detentora de identidade e de patrimônios singulares, assim como possibilitar a identificação de critérios e diretrizes para sua preservação. Portanto, a consideração de determinados exemplares arquitetônicos rurais de forma conjunta com os núcleos urbanos, não será conduzida por um recorte temporal-espacial específico, estabelecido a priori, mas sim a partir do estabelecimento de elementos definidores desta paisagem, independentemente do período histórico ou das características das edificações isoladamente de seus entornos, uma vez que se pretende evidenciar o valor de conjunto destes elementos que possibilitem uma leitura do território original em sua integridade.

Para uma compreensão da formação do território em questão foram feitas leituras de documentos históricos reunidos em códices, arquivos públicos,

além de relatos históricos como os de André João Antonil (1976), datados de 1711 – onde é pormenorizado o famoso Caminho Velho para as minas e onde já são mencionadas diversas das referências geográficas emblemáticas do território –, e os de Saint-Hilaire (1937, 1974, 2000), que passou pela região por volta de 1822, visitando algumas das fazendas e núcleos urbanos destacados no trabalho. Nos relatos, este último viajante descreve os espaços conformadores e anexos às sedes rurais, e o cotidiano da produção de grãos, leite e queijos, cuidados com o gado, abrigo aos viajantes e celebrações religiosas.

Foi também analisada a produção recente relacionada ao tema da formação territorial de Minas Gerais e a importância das fazendas de agricultura e de criação. Neste processo, destacam-se os trabalhos de Cícero Ferraz Cruz (2008), que apresenta um estudo tipológico das fazendas e das técnicas construtivas empregadas, através da elaboração de um inventário que reúne levantamentos, plantas, imagens e descrições das sedes; e Claudia Damasceno Fonseca (2011), que investiga a formação do território mineiro com ênfase na formação dos primeiros povoados e na interferência da igreja no espaço da então Capitania de Minas Gerais, destacando a importância das fazendas agropecuaristas na formação do território, uma vez que muitos delas induziram a formação de núcleos rurais e estes, por sua vez, transformaram-se em vilas.

Ainda com o objetivo de reconstruir o território sul Mineiro em sua integridade, a cartografia histórica também demonstrou ser uma grande fonte de informações, uma vez que foi possível identificar mapas da região, elaborados no início do século XVIII, principalmente a partir de 1714, ano em que a capitania de São Paulo e Minas do Ouro, que havia sido desmembrada do Rio de Janeiro em 1709, foi dividida nas comarcas do Rio das Mortes, de Vila Rica e do Rio das Velhas. Estes mapas foram levantados no Arquivo Público Mineiro (APM), na Biblioteca Nacional (BN) e no Arquivo Histórico do Exército (AHE). As coletâneas de mapas publicadas por Antônio Gilberto da Costa (2004, 2007) também foram de extrema importância para a orientação sobre os períodos registrados e sobre a origem dos mapas.

Na cartografia do antigo território de Minas Gerais, a maioria das referências geográficas, caminhos, pontes, capelas, arraiais e vilas, correspondentes à atual região de análise, puderam ser identificadas e, a partir da leitura dos documentos históricos e de análises comparativas da paisagem atual,

as escalas e as temporalidades do território foram consideradas, resultando na elaboração de mapas síntese que têm como objetivo evidenciar a sobreposição das diversas camadas no território.

Cartas de Sesmarias, Testamentos, Mapas de População, Processos e depoimentos, foram coletados e analisados como fonte primária, possibilitando identificar os primeiros habitantes da região e as respectivas linhagens familiares, além de contribuírem para a compreensão da ocupação do território, as concentrações demográficas, a formação dos povoados e as transformações nos limites administrativos municipais.

Uma primeira leitura deverá basear-se no reconhecimento da forma do território, na definição dos elementos permanentes de sua estrutura topológica, como os cursos d'água, planícies, topos de morro e serras, que acabam por conformar a configuração de um segundo extrato, representado pelos desenhos das redes de infraestrutura, como os primeiros caminhos, rodovias e ferrovias. Em uma terceira camada, foram identificadas as localizações das fazendas e dos núcleos urbanos, e as relações territoriais e paisagísticas que os integram e tornam representativos das áreas escolhidas para análise. A partir desta localização, é possível demonstrar a presença das redes econômicas e de interdependência constituídas por estes elementos.

Esta cartografia, elaborada através do cruzamento de bases atuais e imagens aéreas, com mapas e documentos históricos, e literatura, possibilitou a combinação de camadas de interpretação que facilitam a compreensão e o registro das ações operadas no território ao longo do tempo. A elaboração dos mapas tem como objetivo a representação das primeiras entradas no território de Minas, passando pela consolidação dos caminhos e fundação das primeiras fazendas, até a análise topológica, morfológica e paisagística atuais.

As escalas de análise são várias, com a intenção de evidenciar que as relações dos elementos constituintes do território ultrapassam os limites e fronteiras administrativos, da regional até a escala local, relacionando paisagem natural e construída, por meio da estreita relação entre o espaço rural e urbano. Muitos destes vestígios – representados pelas fazendas e pelos pequenos núcleos urbanos por elas originados –, mesmo aqueles cujos remanescentes materiais já não mais existem, foram identificados através da literatura e de

iconografia antiga, também como forma de resgatar a memória da formação territorial.

Os mapas foram elaborados com o uso de programas com arquivos de extensão GIS. Foram utilizadas as bases cartográficas disponibilizadas pelo IBGE, entre 1974 e 1975 e imagens de satélite e relevo fornecidas no site da Embrapa, além de imagens de satélite disponibilizadas pelo Google Earth. As escalas de representação foram adequadas ao que se pretendia mostrar em cada um dos mapas, e indicadas individualmente.

As questões relativas à paisagem e ao seu valor patrimonial foram demonstradas por meio de iconografia antiga, imagens atuais levantadas e mapas elaborados com o uso de imagens de satélite do Google Earth. A fotografia e a cartografia não devem ser consideradas uma mera forma de registro, mas um instrumento de pesquisa.

O trabalho também objetivou uma análise de caráter interdisciplinar no que diz respeito aos estudos e às intervenções e constantes transformações que permeiam o território, e também à questão patrimonial desta região, que não permite a delimitação de um perímetro claro de proteção, como ocorre na maioria dos casos de tombamento ou mesmo nos processos de inventário de conjuntos urbanos ou de exemplares arquitetônicos e artísticos.

O patrimônio cultural, representado pelas fazendas e pelos pequenos municípios por elas constituídos, formam um conjunto característico no cenário mineiro e nacional que, diferentemente das cidades mineradoras do circuito do ouro – que apresentam exemplares de um período de rica produção artística e cultural e do desenvolvimento urbano em Minas e Gerais – não possui valores reconhecidos tradicionalmente.

Apesar de todo o seu significado, as fazendas e pequenas cidades do Sul de Minas não representam valores econômicos e turísticos relevantes e, mesmo assim, não teriam real importância se tomados de forma isolada umas das outras. Além disso, não são passíveis de uma delimitação através de um perímetro de tombamento, o que demonstra que o valor não se explicita pela exemplaridade, mas pelo conjunto, como já foi dito. É a paisagem formada pelos vestígios que pontuam o território, o elemento para o qual tentamos chamar a atenção.

Desse modo, para o alcance dos objetivos, foram usadas como fundamentação algumas cartas patrimoniais que possibilitam a discussão sobre a ampliação do conceito de patrimônio ao longo do tempo, desde a 17ª sessão da Conferência Geral da Unesco, em 1972, onde foi adotada a Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Cultural e Natural, até a Declaração de Quebec (2008) sobre a “proteção do espírito do lugar”, que reflete sobre as relações existentes entre o patrimônio material e o imaterial, defendendo esta interação que é considerada fundamental à manutenção do “espírito do lugar”, detentor de todo o sentido, valor e emoção que possam ser atribuídos a uma localidade.

Foram ainda utilizadas a Portaria do IPHAN, que estabelece a chancela da “Paisagem Cultural Brasileira” (2009), a fim de demonstrar as ações e políticas nacionais, rumo às novas possibilidades de caracterização de bens patrimoniais; e a Carta de Itinerários Culturais elaborada pelo ICOMOS (2008). Este documento aponta medidas interessantes no que diz respeito à valorização e salvaguarda de bens dispostos ao longo de caminhos que, no decorrer da história, geraram relações de trocas econômicas, políticas, sociais e culturais e, conseqüentemente, moldaram a paisagem.

Ainda tratando do “espírito do lugar” como o resultado de qualidades sensíveis geradas por fatores temporais, históricos, culturais e afetivos, que detêm a memória dos habitantes (aqueles que permanecem) e suscitam a memória dos visitantes (os que estão de passagem), a análise dos aspectos subjetivos demonstra ser de fundamental importância a consideração das memórias, capazes de proporcionar relações sensíveis entre os indivíduos e os espaços.

O lugar e sua atmosfera, gerada pela ação e vivência humanas, constituirão a paisagem – expressa por meio da conjunção entre razão e conformação geográfica – e suas imagens, que acabam por constituir a estrutura ontológica dos indivíduos.

Estes conceitos serão aqui esclarecidos através da utilização das teorias desenvolvidas por estudiosos de diversas áreas, que propuseram abordagens sobre as questões referentes ao conceito de lugar, sendo alguns associados à fenomenologia: Heidegger (2005, 2014) e Gaston Bachelard (1993); à arquitetura: Norberg Schulz (1980, 2006) e Joseph Rykwert (2004), à geografia cultural: Carl Sauer (1998) e Yi-Fu Tuan (1974, 1983) e à arqueologia:

Schalanger (1992) e Fagundes (2008); possibilitando a discussão sobre o reconhecimento e a valorização dos lugares excepcionais, gerados por fatores culturais, históricos e temporais.

Foi também explorada uma base teórica sobre os conceitos fundamentais de paisagem, território e patrimônio, na tentativa de se estabelecer um diálogo com as pesquisas desenvolvidas atualmente no âmbito da paisagem cultural. Estas bases foram encontradas nos trabalhos de Leonardo Castriota (2009, 2012) e de Alícia Novick (2011), que aliam estudos sobre a morfologia do território às dimensões geográficas, econômicas, sócio espaciais e culturais, síntese da paisagem que aqui se apresenta como um recurso capaz de promover planos e projetos de desenvolvimento, e que requer novas reflexões e contribuições no sentido de se pensar também, de forma mais integrada, as ideias relacionadas às ações de preservação.

CAPÍTULO 1. A FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO SUL MINEIRO

1.1. Roteiros, Caminhos e Notícias das terras mineiras

Toda a história da formação territorial brasileira é marcada pelo desbravamento de novos lugares e pela conquista de novas fronteiras². Em Minas Gerais, o reconhecimento do território foi marcado pelo descobrimento do ouro. Certo que por ali já haviam estado os índios e os aventureiros, descobridores da terra, que buscavam confirmar as lendas e os relatos sobre as riquezas escondidas nas matas e serras da região. Mas é com o início do movimento das grandes expedições bandeirantistas rumo ao interior dos sertões³ das Gerais, que delimitamos o verdadeiro encontro com a grande quantidade de metais preciosos que seria, por um século, o maior dinamizador econômico, social, político e cultural do país e que marcaria o início da ocupação e da urbanização desta região.

A ocupação inicial do território mineiro foi regida exclusivamente pela busca de minérios, como as famosas esmeraldas – desejadas por Fernão Dias Pais, os diamantes na atual região do Serro e, principalmente o ouro, já que as regiões das minas são formadas por terras estéreis, consideradas impróprias para as atividades indígenas de colheitas ou de caça.

No primeiro momento a região era visitada apenas pelos paulistas predadores de índios e a fixação no local era dificultada pelas adversidades impostas pela natureza. Os primeiros núcleos populacionais eram representados pelo estabelecimento dos acampamentos bandeirantistas e, mais tarde, pelas lavras, o que caracterizava uma grande mobilidade de pessoas dentro do território: as lavras se esgotavam rapidamente e tinham pouco tempo de vida, o que fazia com que os núcleos fossem abandonados e estabelecidos em outros pontos ainda livres da exploração aurífera.

² Em seu capítulo sobre o léxico da ocupação territorial mineira, Cláudia Damasceno define Fronteira apoiando-se nos escritos de Frederick Jackson Turner (1893). A fronteira seria, portanto, “(...) uma linha que separa zonas povoadas e vazias como um ponto de encontro com “selvageria” e “civilização”. Outros autores se apoiaram na ideia de superfície, e não de linha. Porção de terra de tamanho variado situadas para além das regiões ocupadas pelos colonos brancos” (FONSECA, 2011, p. 55).

³ Segundo Bluteau, em 1789, “sertão é uma região distante do mar”. Segundo Fonseca, vale enfatizar que “sertão não designa uma divisão política do território e sim uma região vaga, pouco conhecida e de reduzida população” (FONSECA, 2011, p. 52).

A economia mineira, a princípio, diferencia-se da economia açucareira, no que diz respeito à relação do homem com a terra: ao contrário da primeira, a economia dos engenhos no litoral se baseava em assentamentos fixos próximos às áreas de cultivo. Já nas minas, a durabilidade de uma lavra era algo incerto e as empreitadas eram organizadas de forma que fosse possível o deslocamento em curtos períodos. Por outro lado, a empresa do ouro era um negócio de alta lucratividade e, segundo Furtado, “a combinação desses dois fatores – incerteza e correspondente mobilidade da empresa, alta lucratividade e correspondente especialização – marca a organização do início de toda a economia mineira” (FURTADO, 2007, p. 121). Devido a esse caráter de efemeridade e aos constantes deslocamentos, a população se apresentava rarefeita e diluída por todo o território da exploração.

Separada do oceano Atlântico pela Serra do Mar e por florestas quase impenetráveis, as terras de Minas Gerais permaneceram por longo tempo desconhecidas pelos descobridores do Brasil. Dos diversos rios que irrigam ricamente o território, poucos são favoráveis à navegação, como é possível comprovar através dos estudos propostos por Raimundo José da Cunha Matos (1981), na Província⁴, em 1837:

A Província de Minas Gerais parece ser a mais montanhosa e elevada do Brasil, depois da Serra dos Parecis, de Mato Grosso, e dos Caiapós e Pireneus de Goiás. *É por esse motivo que sua navegação é pouco considerável. (...).*

A elevação da província, conforme as observações barométricas, é desde 800 até 6300 pés. O lugar em que tem 800 pés fica na passagem mais antiga do Registro do Paraibuna. O mais elevado, de 6300 pés, é no Pico do Itambé (ou Itambi) da Vila do Príncipe (*atual Serro*), sendo a elevação média de toda a Província acima do nível do mar 3550 pés (medida inglesa), resultado de mais de 200 observações feitas em diferentes lugares. *Esta grande elevação é o principal motivo de não ter a província nenhum rio limpo e navegável por espaço de muitas léguas* (MATOS, 1981, p. 223, *grifo nosso*).

As montanhas de difícil acesso, não deixavam muitos vestígios indicadores de caminhos anteriormente percorridos. O clima, na sua maior parte

⁴ Segundo Bluteau (1789), uma província é uma “parte de *hum* Reino ou Estado”. As províncias foram instituídas como unidades político-administrativas durante o primeiro reinado, substituindo o antigo sistema de capitanias. Em 1891, no período republicano, elas passaram a ser denominadas como estados, que permanecem até os dias de hoje.

instável e distinto do que os portugueses encontraram no litoral, dificultava a logística dos desbravadores e a permanência das poucas trilhas existentes.

O desbravamento do inóspito sertão colonial pelos paulistas em busca de índios a serem utilizados nas lavouras de plantio em fins do século XVI, movera os bandeirantes a percorrer o território. Mais tarde, com as notícias do ouro e diante da visível queda das exportações coloniais, a própria Metrópole passaria a ser a maior estimuladora do reconhecimento da região através de uma política econômica de incentivo à rápida extração, “com promessas de honrarias e benefícios aos seus mandatários e aos particulares de maior iniciativa” (VASCONCELLOS, 1977, p. 67).

As circunstâncias de escassez em que se encontravam a metrópole e a colônia fizeram com que a economia do ouro se desenvolvesse muito rapidamente no início do século XVIII. Para as regiões mineiras, iam pessoas de São Paulo, do Nordeste e, pela primeira vez, ocorreu “uma grande corrente migratória espontânea para o Brasil de pessoas vindas de Portugal. Com isso, o *facies* da colônia iria modificar-se fundamentalmente” (FURTADO, 2007, p. 118).

Os engenhos de cana exigiam maiores investimentos da burguesia metropolitana no que diz respeito a terras e máquinas, ao passo que nas minas, o único investimento feito era na mão-de-obra escrava e, desse modo, as descobertas de ouro na colônia foram um alívio ao império lusitano, que já entrava na fase da decadência do açúcar. A burguesia comercial, enfraquecida pela perda do açúcar para os holandeses, assistia novamente o fortalecimento das atividades exportadoras e importadoras.

A economia mineira possuía características favoráveis às pessoas de recursos limitados, pois os metais eram encontrados nos rios, através da formação de pequenas lavras, ao contrário do que ocorria com a prata no Peru e no México, que demandavam a exploração de grandes minas. Portanto, essas transferências eram feitas por pessoas que investiam suas pequenas posses na busca do novo “El Dorado” (PEREIRA, 2011).

A descoberta do ouro desencadeou a ocupação dos sertões das Minas Gerais e, paralelamente, uma revolução que acarretaria efeitos políticos, econômicos e sociais, formando assim um novo território habitado por uma população heterogênea e muito numerosa, caracterizada por uma diversidade de camadas sociais resultantes do desenvolvimento de um mercado interno,

estimulado pelo crescimento da população na região, que aconteceu em grande velocidade, diferentemente de outras regiões do Brasil.

Além do grande número de escravos importados que contribuíam para esse crescimento, a classe média, constituída por artesãos, funcionários públicos, militares e artistas, se consolidou, dando origem a uma população predominantemente urbana na região das minas, enquanto que, para garantir o abastecimento destes núcleos urbanos efervescentes, vários fazendeiros se instalaram ao longo dos caminhos que ligavam o interior e o litoral.

A partir de 1763, com a transferência da capital do vice-reino de Salvador para o Rio de Janeiro, surgiu uma complexa rede urbana de novos caminhos, que também reforçou os antigos, usados desde as primeiras descobertas territoriais. Com a definição desta grande malha viária e das novas relações estabelecidas entre os diferentes territórios, surgiram diversas cidades, vilas e arraiais.

Os povoados, arraiais⁵ e as vilas do período extrativista em Minas Gerais configuraram modos de vida e núcleos urbanos que se diferenciam do exemplo clássico da cidade fortemente ligada ao campo. A aglomeração urbana era integrada à atividade básica exercida no local e as lavras eram o maior suporte físico e econômico. Essa situação só mudaria durante a decadência do ouro, na primeira metade do século XVIII, quando as atividades agrícolas e pecuaristas se tornariam uma alternativa para a escassez do minério precioso.

Portanto, podemos considerar que a formação de Minas Gerais se deu por meio de fluxos demográficos: primeiramente centrípetos – na busca pelo ouro – e, posteriormente, centrífugos – no período da queda do metal – configurando dois tipos distintos de ocupação que Washington Albino (2003), baseado nos escritos de Sílvio de Vasconcellos (1968) definiu como as “Minas” e as “Gerais”. Segundo este autor, em seu ensaio sobre as raízes históricas da cultura mineira durante a formação do atual Estado, as “vilas do ouro” – as Minas – traduziram

⁵ O significado original do termo “arraial”, segundo o *Vocabulário Português e Latino* de Bluteau, de 1712, é “alojamento de um exército em campanha”. No entanto, em Minas, designava toda povoação que não tinha o título de Vila, equivalente ao termo português “aldeia” ou “lugar”. Segundo o viajante francês Saint-Hilaire, “a palavra arraial em seu verdadeiro sentido, significa um local de acampamento, porque, na realidade os primeiros mineradores não faziam mais do que acampar; entretanto, a grande quantidade de ouro por eles encontrada em certos lugares levou-os a aí se fixarem, a palavra *arraial* acabou, pouco a pouco, por perder seu sentido original. (FONSECA *apud* TEIXEIRA, 2000, p.255)

uma civilização de caráter urbano, diferente das demais formações que admitiram o caráter de “cidades agrícolas” – as Gerais.



Figura 5: Expedições no sertão. As linhas pontilhadas mostram as expedições oficiais que partiam do Nordeste e as linhas contínuas, as expedições que saíam da região de São Paulo. A região de estudo desta pesquisa situa-se ao sul do Rio Grande, tributário do Paranaíba, ambos destacados no mapa. Fonte: HOLANDA *apud* FONSECA, 2011, p. 236. Modificado pela autora (2014).

1.2. As Bandeiras – de São Paulo às minas

Os primeiros relatos sobre as terras da região atualmente denominada sul de Minas datam de 1597, quando “Martin de Sá invade a região da Mantiqueira com significativa expedição da qual fez parte o inglês Anthony Knivet⁶ (1560-1649), pirata inglês, que escreveu sobre suas aventuras brasílicas” (PEREIRA, 2003, p. 11). Neste período as picadas indígenas eram usadas pelos bandeirantes paulistas, como trilhas de acesso à região sul-mineira que levaria às minas de ouro e diamantes.

Atravessando a serra da Mantiqueira pela garganta do Embaú⁷, localização atualmente representada pelas cidades de Passa Quatro, no estado de Minas Gerais, e Cruzeiro, no estado de São Paulo, os primeiros desbravadores deixam suas marcas e caminhos que exercem, até os dias de hoje, um importante papel nos acessos e relações entre estes dois estados.



Figura 6: Paisagem dos entornos da Garganta do Embaú. À esquerda, Maciço de Passa Quatro na Serra da Mantiqueira, vista do Vale do Paraíba em direção às terras de Minas. À direita, vista do Vale do Paraíba, a partir da do alto da passagem do Embaú. Fonte: (CALAES & FERREIRA, 2009, p. 12).

Segundo o pesquisador e escritor Adolfo Maurício Pereira (2003), já por volta de 1601 são feitos os registros históricos das passagens da bandeira de André de Leão, sertanista português falecido em cerca de 1605, pela região sul-

⁶ Anthony Knivet foi um pirata aventureiro inglês que viajou ao Brasil Colonial e foi abandonado no país, entre índios e colonos. Knivet registrou as memórias de sua viagem, iniciada em 1591. Ver “As incríveis aventuras e estranhos infortúnios de Anthony Knivet. Memórias de um aventureiro inglês que em 1591 saiu de seu país com o pirata Thomas Cavendish e foi abandonado no Brasil, entre índios canibais e colonos selvagens” (2007).

⁷ A garganta do Embaú está localizada na antiga freguesia de Pouso Alto, ao norte da qual, descendo os rios, situavam-se as freguesias de Juruoca (*atual Aiuruoca*) e Baependi. “É justamente nessas áreas mais baixas que vamos encontrar um relevo mais suave e um tipo vegetação que mais se parece com o cerrado do que com a floresta tropical de altitude. Essas condições eram muito propícias à implantação das fazendas que, num primeiro momento, dedicavam-se principalmente à pecuária” (CRUZ, 2008, p. 124). *Grifo nosso*.

mineira. Esta bandeira fora ordenada por dom Francisco de Sousa, Governador-Geral e tinha como objetivo alcançar as serras de *Sabarabuçu*⁸, atual região de Sabará, Minas Gerais. O sertanista teria chegado à região de Pitangui, regressando a São Paulo um ano depois, sem sucesso na busca de riquezas minerais. Esta expedição foi resumida em documento conhecido como “Itinerário de Glimmer”⁹, escrito pelo mineralogista holandês Wilhelm Glimmer, aventureiro que participara da empreitada.

O cartógrafo e escritor Eduardo Canabrava Barreiros (1979), assim transcreve o Itinerário de Glimmer (Fig. 7):

Tendo partido da Vila de S. Paulo, na capitania de S. Vicente, chegamos primeiro à colônia (aldeia) de S. Miguel, (que dista cinco ou seis léguas da precedente, para o oriente) e à margem do rio Anhembi, e lá encontramos prontos os mantimentos, que os selvagens tinham de carregar às costas. Depois atravessamos aquele rio, e após quatro ou cinco dias de viagem a pé, por entre cerrados e bosques, avançamos para o norte, até um riacho que nasce nos montes Guarimunis ou Marumininis (*atual serra de Itapetí*), onde há minas de ouro. Aqui, tendo construído algumas canoas, de cascas de árvore, descemos por esse segundo riozinho cinco ou seis dias, e entramos em um rio maior que desce do lado do ocidente (*rios Parateí e Jaguari*). Aquele primeiro riacho se desliza pelo meio de campos baixos e alagados, de lindíssimo aspecto. Tendo descido por espaço de dois dias este segundo maior, entramos num rio ainda muito maior (*Rio Paraíba*) que nasce no lado norte da serra de *Paranapiacaba* (assim como o *Anhembi* do lado sul da mesma) e correndo para o ocidente segundo a primeira direção dos montes, depois formando um cotovelo, se dirige em certa extensão para o norte, e finalmente, como vulgarmente se pensa, se lança no oceano, entre Cabo Frio e a capitania do Espírito Santo, abundantíssimo tanto de peixes grandes, como pequenos: dão-lhe o nome de rio dos *Sorobis*. Descendo também este por uns quinze ou dezesseis dias, chegamos a Cacheira (*atual cidade de Cachoeira Paulista*), onde o rio apertado por montes elevados, corre impetuosamente para o oriente: por esse motivo aqui submergimos as nossas canoas, e de novo empreendemos a viagem a pé, até outro rio (*Rio Passa Vinte*), que vem do ocidente, e que não é navegável; em cinco ou seis dias chegamos a uma serra elevadíssima (*Serra da Mantiqueira*), transposta a qual descemos a campos dilatadíssimos, ensombrados, também aqui e ali por bosques, nos quais se veem lindíssimos pinheiros, que produzem frutos do tamanho de uma cabeça humana,

⁸ Segundo Matos, Sabarabuçu, “vale o mesmo que “cousa felpuda” e é uma serra de altura desmarcada que está vizinha ao Sumidouro, o qual chamam todos, hoje, comarca do Sabará” (MATOS 1981, 71). Já Fonseca, baseada nas narrativas de Pedro de Magalhães Gandavo, datadas do século XVI, afirma que o termo seria uma alteração do original “Itaberabuçu” (“pedra grande que brilha”), uma referência ao El Dourado mineiro.

⁹ O itinerário da expedição foi apresentado na *História Naturalis Brasiliae*, a primeira publicação médica sobre o Brasil, datada de 1648, de autoria do holandês Guilherme Piso e do alemão George Marcgraf. A obra está disponível no site da Biblioteca Nacional de Portugal. Disponível em: <http://purl.pt/15103>

cujas nozes tem a grossura de um dedo médio, revestem-se de casca como a das castanhas, são de sabor delicado e fornecem excelente alimento, (...), encontram-se árvores desta espécie muitas milhas pelo sertão adentro. Depois em três dias chegamos a um rio que desce do oriente (*Rio Verde*), passando o qual, durante quatorze dias nos dirigimos para o noroeste, pelo meio de largos campos e de colinas despidas de árvores, a outro rio navegável, e que vem do norte (*trecho do Rio Grande*); atravessamos este em embarcações, a que chamam – *Jangadas*; e com um intervalo de quatro ou cinco léguas, encontramos outro rio navegável (*Rio das Mortes*), que corre quase do norte. Creio, porém, que estes três rios finalmente se reúnem no mesmo leito e se lançam no *Paraguai*, por este fundamento, porque se inclinam para o Áfrico ou para o ocidente. Mas em toda aquela jornada que até aqui descrevemos, nenhum terreno cultivado avistamos, não encontramos viva alma, unicamente aqui e ali algumas ruínas de aldeias, nada de víveres, a não ser a grama e alguns frutos silvestres. Observados contudo algumas vezes a fumaça que se levantava, visto que por estes sertões vagueiam alguns bárbaros, com suas mulheres e filhos, sem habitação fixa, comendo do que encontram, sem nenhuma preocupação de cultura. Finalmente, junto deste último rio, demos com uma aldeia de indígenas, e abundancia de mantimentos, coisa muito a propósito, visto que estava acabando o que conosco havíamos trazido, e já algumas vezes fomos obrigados a matar a fome com frutos silvestres ou com ervas do campo. Demorando-nos ali quase um mês inteiro, e tendo feito provisão de víveres, afinal rompemos a marcha para o noroeste, e passando um mês, sem que nenhum rio encontrássemos, chegamos a uma estrada larga e batida, e a dois rios de diferentes volumes de água, que correndo do ocidente por entre as montanhas de *Sabaroasu* com dificuldade rompem para o norte; sou de opinião que são estas as fontes ou cabeceiras do rio S. Francisco. Da supradita aldeia até estes rios, não encontramos viva alma, porem soubemos que além dos montes habitava uma nação bárbara, muito populosa; os quais informados (não sei por que meio) da chegada destes Europeus, mandaram um deles, para nos observar. Este havendo-se encontrado com os nosso, daí resultou que, de medo desses bárbaros e por escassez de provisões apressamo-nos a voltar pelo mesmo caminho, nem tendo explorado a mina, para cujo fim tínhamos sido enviados, e quase mortos de fome (...) (BARREIROS, 1979, p. 31).

A partir daí é sabido que inúmeras bandeiras circularam pelos sertões ainda desconhecidos durante as primeiras décadas do século XVII, algumas delas são a bandeira de Diogo Quadros, aos carijós (1604), Manuel Preto ao Guaiará (1607), Belchior Dias Carneiro, ao sertão dos bilreiros (1607); Martim Rodrigues Tenório de Aguiar, Anhemi abaixo (1608), Clemente Álvares e Cristóvão de Aguiar, aos biobebas (1610); a entrada de Pedro Vaz de Barros ao Guairá (1611); a de Diogo Fernandes aos “pés largos” (1611); A de Sebastião Preto ao Guairá (1612) e a de Garcia Velho aos bilreiros (1612)” (PEREIRA, 2003).

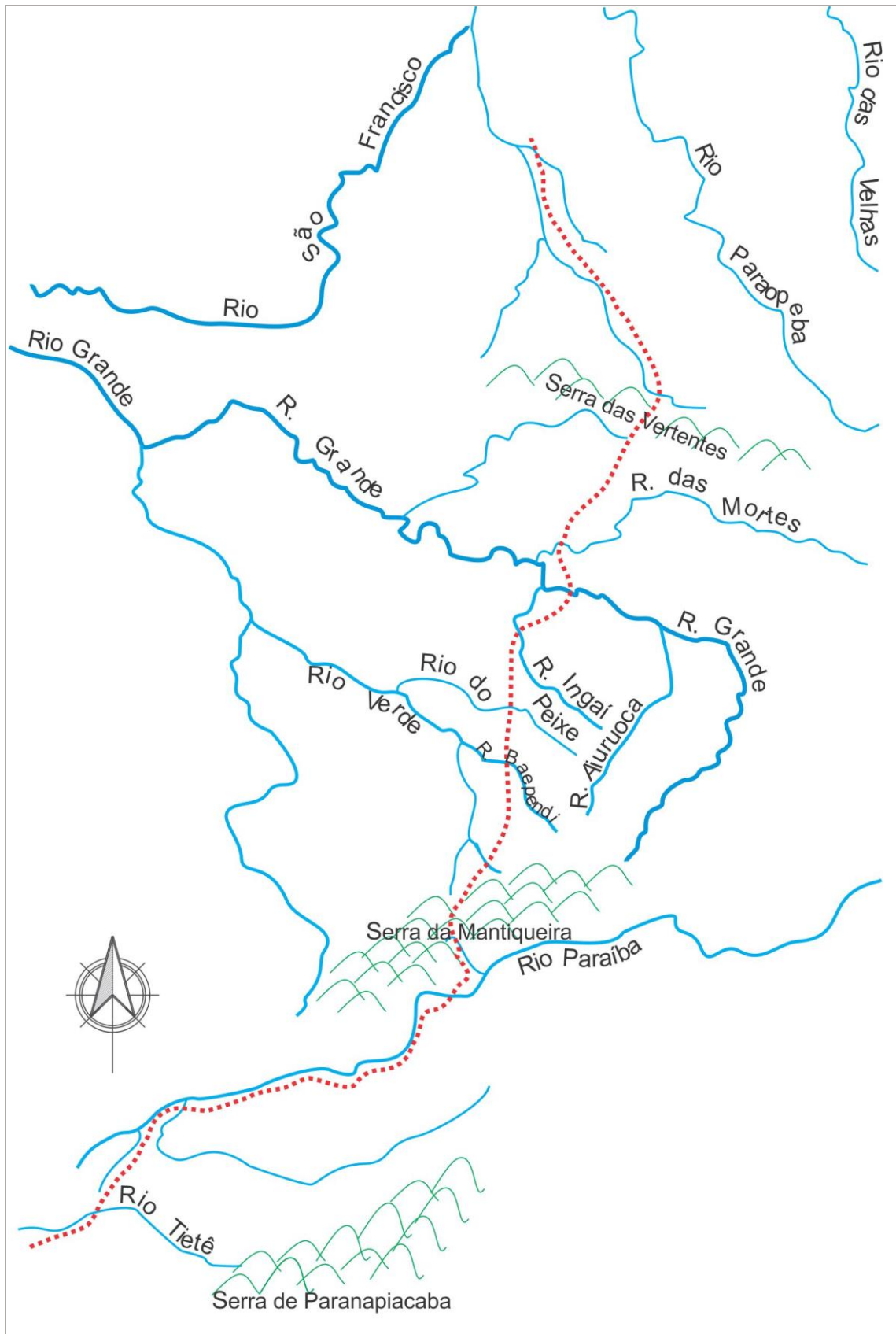


Figura 7: Mapa da passagem da bandeira de André de Leão, sertanista português. Sua expedição foi relatada em documento conhecido como "Itinerário de Glimmer" em 1601. No mapa, o caminho traçado pela expedição aparece pontilhado em cor vermelha. Os topônimos são posteriores ao roteiro, e não constam do mesmo. Fonte: Base disponível em (BARREIROS, 1979, p. 34). Elaborado pela autora (2014).

Mas foi a bandeira de Fernão Dias Pais Leme (1608-1681), no ano de 1674, a primeira organizada sob ordens da Coroa a avançar os sertões de Minas em busca de minérios valiosos, nesse caso, prata e as esmeraldas, já relatadas anteriormente pelo sertanista e governador do Rio de Janeiro, Agostinho Barbalho (1619-1667). Este deixou seus roteiros a Fernão Dias após sua última tentativa de avanço à Capitania de Minas Gerais¹⁰, através de entradas oriundas da Capitania do Espírito Santo.

No início de 1673 saiu em direção às minas o primeiro grupo, sob o comando do sertanista Matias Cardoso de Almeida, natural da ilha terceira dos Açores. Eles plantariam as roças que seriam indispensáveis para a passagem da bandeira de Fernão Dias. No início de 1674, uma segunda vanguarda foi enviada sob o comando do bandeirante Bartolomeu da Cunha Gago, para que fossem feitas as colheitas e o armazenamento dos mantimentos ao longo da jornada. Só então partiria Fernão Dias Pais, aos 21 de julho do mesmo ano, levando consigo a maior parte dos seus comandados na bandeira.

Segundo Affonso Ávila (2001), Fernão Dias:

*(...) partiu para a conquista da Serra das Esmeraldas sob um desígnio de que não teve consciência e que se cumpriu como glória póstuma de sua malograda aventura. Traçando, com a internação de sua tropa no sertão mineiro, a rota que se tornaria definitiva e propiciaria a afluência aos depósitos do ouro, e estabelecendo, com seus homens, centros de irradiação, que a princípio dedicados ao plantio e cereal para sustento do numeroso pessoal da bandeira, seriam pouco mais tarde as primeiras manifestações de coletividades civilizadas em território de Minas, o bandeirante deu sentido diverso à incumbência recebida do então Príncipe D. Pedro e tão recomendada pelo Governador-Geral Afonso Furtado. Em vez de proporcionar-lhe o fruto auspicioso da busca à prata de Sabarabuçu e às esmeraldas, Fernão Dias assegurou ao reino a colonização e o conhecimento da região mais pródiga em riquezas minerais de suas posses na América, abrindo simbolicamente, para próximo gáudio da Coroa Real, o decantado ciclo aurífero (ÁVILA, 2001, p. 27. *Grifo nosso*).*

Podemos dizer que o início do povoamento oficial¹¹ da futura Capitania de Minas Gerais se deu através da passagem de Fernão Dias que com seu

¹⁰ De acordo com Fonseca (2011) as capitanias caracterizam-se por unidades político-territoriais dirigidas por um governador e capitão-general nomeado pelo rei.

¹¹ Tratamos de um “povoamento oficial” porque é sabido que, mesmo antes da empreitada dos bandeirantes enviados pela Coroa, diversos aventureiros, paulistas e reinóis, adentravam a região em busca de riquezas e por iniciativa própria.

bando, em sua aventura, foi plantando roças e deixando pousos de paragem que serviam de apoio aos bandeirantes que chegariam posteriormente.

Muitas dessas pequenas unidades agrícolas e pousos de paragem se tornariam pequenos arraiais, atraindo pessoas das mais diversas localidades, de São Paulo a Portugal, que enxergariam na região uma possibilidade de sustento através do comércio e do fornecimento de munição e mantimentos aos que por ali passavam na empreitada das minas. Nesses agrupamentos construíram-se capelas, casas e assim, aos poucos, foram formando-se as primeiras nucleações.



Figura 8: Tipo de pouso comum nos caminhos para as Minas. “(...) alguns pousos existentes ao longo destas vias passam a ser pontos de encontro entre comerciantes e agricultores, que se fortaleciam e passavam a ser chamados de povoados ou arraiais”. Fonte: RUGENDAS *apud* FONSECA, 2001, p. 237.

O abandono do Vale do Paraíba, já familiar aos bandeirantes da empreitada de Fernão Dias, em busca da Serra da Mantiqueira pelo caminho da Garganta do Embaú, marcava a entrada em terras novas e inóspitas. De acordo com os estudos e o mapeamento de Canabrava (1979), baseados em Antonil

(1982)¹², a bandeira de Fernão Dias teria feito o seguinte roteiro pelas terras do Sul de Minas (Fig. 9):

Margeando o Passa Vinte, galgariam eles a Mantiqueira através do Embaú passando pelo ponto ao qual assim se refere Antonil: “Logo passando o Ribeiro que chamão Passa-Trinta [...] se vai aos Pinheirinhos: lugar assim chamado, por ser o principio delles:”. Do mesmo modo informante, na seta B, temos: “Dos Pinheirinhos de vay à Estalagem do Rio Verde, em oito dias”, “Dahi caminhando tres ou quatro dias, pouco mais, ou menos, até o jantar, se dá na afamada Boa Vista” - indicada pela seta de letra D. Da seta E, diz o mesmo Antonil: “... contemplar na prospectiva do Monte Caxambu, que se levanta às nuvens com admirável altura”. Quanto ao ponto C, é mencionado por viajantes de 1717, dizendo que “... chegou ao meyo dia a hum sitio chamado o Rio Verde” (*região da atual Pouso Alto*). Novamente Antonil, referindo-se ao ponto F: “Da Boa Vista se vay À Estalagem chamada Ubay, aonde também há roças”. Já outro viajante de 1717, refere-se ao mesmo ponto como “Maipendi”, e que não é outro senão a atual Baependi, às margens do rio do mesmo nome. O ponto indicado pela seta G é de suma importância, pois daí sairia, nos fins do século XVII, o caminho para o Porto da Passagem, no rio das Mortes. Do ponto H, assim diz Antonil: “Do Ubay [Baependi] em três ou quatro dias vão ao Integay”. Ponto este fora de nossa rota, que é o imaginado caminho de Ibituruna. Este se desenvolvia do ponto G, que passou, após o surgimento do caminho para o Porto da Passagem, a denominar-se Encruzilhada (*região da atual Cruzília*). Margeando trecho do rio Ingaí, e deste buscando o Capivari, que atravessava, rente aos contrafortes da serra de Carrancas (*atual cidade de Carrancas*), para, ao longo do Macuco, alcançar o rio Grande (BARREIROS, 1979, p. 45-46. *Grifo nosso*).

Através do mapa elaborado a partir do relato de Barreiros (1979), é possível notar como os elementos geográficos vão balizando e referenciando a presença do homem no território ainda desconhecido. Fica evidente que os montes, serras, rios e gargantas, são os principais elementos orientadores do caminho que vai sendo aberto e consolidado, e da conseqüente localização das nucleações que viriam a surgir.

O caminho relatado por Antonil (1982), se materializa em uma corrente formada por uma rede hidrográfica e geográfica que ainda hoje é parte integrante fundamental da paisagem da região sul mineira e das pequenas cidades que a constituem.

¹² André João Antonil foi um jesuíta italiano que chegou ao Brasil em 1681. A partir daí dedicou seus escritos à realidade econômica da Colônia. “Cultura e Opulência do Brasil pelas minas de ouro” foi escrito nos primeiros anos do século XVIII e impresso em 1711. Devemos a ele a redação das primeiras informações gerais sobre os habitantes e as terras que iriam formar, a partir de 1909, a Capitania das Minas Gerais.

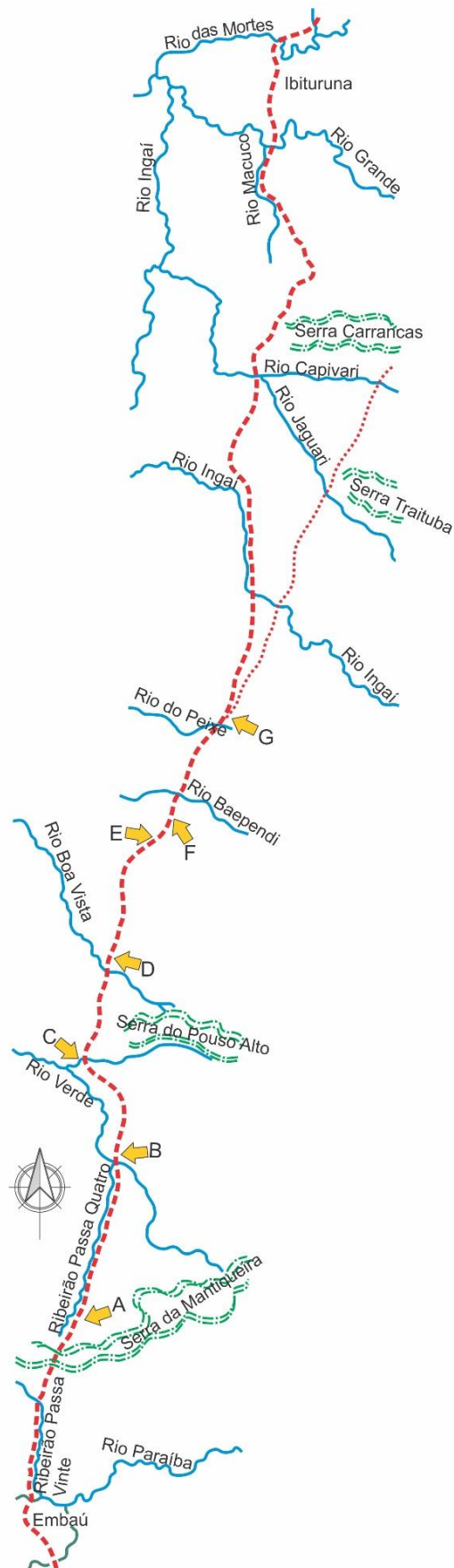


Figura 9: Mapa da passagem da bandeira de Fernão Dias por trecho do atual sul/sudoeste de Minas, em 1674. Fonte: Base disponível em (BARREIROS, 1979, p. 45-46). Elaborado pela autora (2014).

Os relatos de Antonil (1982), em 1711, detalham da seguinte maneira o “Roteiro do caminho da vila de São Paulo para as minas gerais e para o rio das Velhas”:

No primeiro dia, saindo da vila de São Paulo, vão ordinariamente a pousar em Nossa Senhora da Penha, por ser (como eles dizem) o primeiro arranco de casa, e não são mais que duas léguas. Daí, vão à aldeia de Itaquaquetuba, caminho de um dia. Gastam, da dita aldeia, até a vila de Moji, dous dias. De Moji vão às Laranjeiras, caminhando quatro ou cinco dias até o jantar. Das Laranjeiras até a vila de Jacareí, um dia, até as três horas. De Jacareí até a vila de Taubaté, dous dias até o jantar. De Taubaté a Pindamonhagaba, freguesia de Nossa Senhora da Conceição, dia e meio. De Pindamonhagaba até a vila de Guaratinguetá, cinco ou seis dias até o jantar. De Guaratinguetá até o porto de Guaipacaré, aonde ficam as roças de Bento Rodrigues, dous dias até o jantar. Destas roças até o pé da serra afamada de Amantiqueira, pelas cinco serras muito altas, que parecem os primeiros muros que o ouro tem no caminho para que não cheguem lá os mineiros, gastam-se três dias até o jantar. Daqui começam a passar o ribeiro que chamam Passavinte, porque vinte vezes se passa e se sobe às serras sobreditas, para passar as quais se descarregam as cavalgaduras, pelos grandes riscos dos despenhadeiros que se encontram, e assim gastam dous dias em passar com grande dificuldade estas serras, e daí se descobrem muitas e aprazíveis árvores de pinhões, que a seu tempo dão abundância deles para o sustento dos mineiros, como também porcos monteses, araras e papagaios. Logo, passando outro ribeiro, que chamam Passatrinta, porque trinta e mais vezes se passa, se vai aos Pinheirinhos, lugar assim chamado por ser o princípio deles; e aqui há roças de milho, abóboras e feijão, que são as lavouras feitas pelos descobridores das minas e por outros, que por aí querem voltar. E só disto constam aquelas e outras roças nos caminhos e paragens das minas, e, quando muito, têm de mais algumas batatas. Porém, em algumas delas, hoje acha-se criação de porcos domésticos, galinhas e frangões, que vendem por alto preço aos passageiros, levantando-o tanto mais quanto é maior a necessidade dos que passam. E daí vem o dizerem que todo o que passou a serra da Amantiqueira aí deixou dependurada ou sepultada a consciência. Dos Pinheirinhos se vai à estalagem do Rio Verde, em oito dias, pouco mais ou menos, até o jantar, e esta estalagem tem muitas roças e vendas de cousas comestíveis, sem lhes faltar o regalo de doces. Daí, caminhando três ou quatro dias, pouco mais ou menos, até o jantar, se vai na afamada Boa Vista, a quem bem se deu este nome, pelo que se descobre daquele monte, que parece um mundo novo, muito alegre: tudo campo bem estendido e todo regado de ribeirões, uns maiores que outros, e todos com seu mato, que vai fazendo sombra, com muito palmito que se come e mel de pau, medicinal e gostoso. Tem este campo seus altos e baixos, porém moderados, e por ele se caminha com alegria, porque têm os olhos que ver e contemplar na prospectiva do monte Caxambu, que se levanta às nuvens com admirável altura.(...).

Da Boa Vista se vai à estalagem chamada Ubaí, aonde também há roças, e serão oito dias de caminho moderado até o jantar. De Ubaí, em três ou quatro dias, vão ao Ingaí. Do Ingaí, em quatro ou cinco dias, se vai ao Rio Grande, o qual, quando está cheio, causa medo pela violência com que corre, mas tem muito peixe e porto com

canoas e quem quer passar paga três vinténs e tem também perto suas roças. Do Rio Grande se vai em cinco ou seis dias ao rio das Mortes, assim chamado pelas que nele se fizeram, e esta é a principal estalagem aonde os passageiros se refazem, por chegarem já muito faltos de mantimentos. E, neste rio, e nos ribeiros e córregos que nele dão, há muito ouro e muito se tem tirado e tira, e o lugar é muito alegre e capaz de se fazer nele morada estável, se não fosse tão longe do mar. Desta estalagem vão em seis ou oito dias às plantas de Garcia Rodrigues. E daqui, em dois dias, chegam à serra de Itatiaia. Desta serra seguem-se dois caminhos: um, que vai dar nas minas gerais do ribeirão de Nossa Senhora do Carmo e do Ouro Preto, e outro, que vai dar nas minas do rio das Velhas, cada um deles de seis dias de viagem. E desta serra também começam as roçarias de milho e feijão, a perder de vista, donde se proveem os que assistem e lavram nas minas. Desta serra seguem-se dois caminhos: um, que vai dar nas minas gerais do ribeirão de Nossa Senhora do Carmo e do Ouro Preto, e outro, que vai dar nas minas do rio das Velhas, cada um deles de seis dias de viagem. E desta serra também começam as roçarias de milho e feijão, a perder de vista, donde se provêem os que assistem e lavram nas minas (ANTONIL, 1976, p. 181).

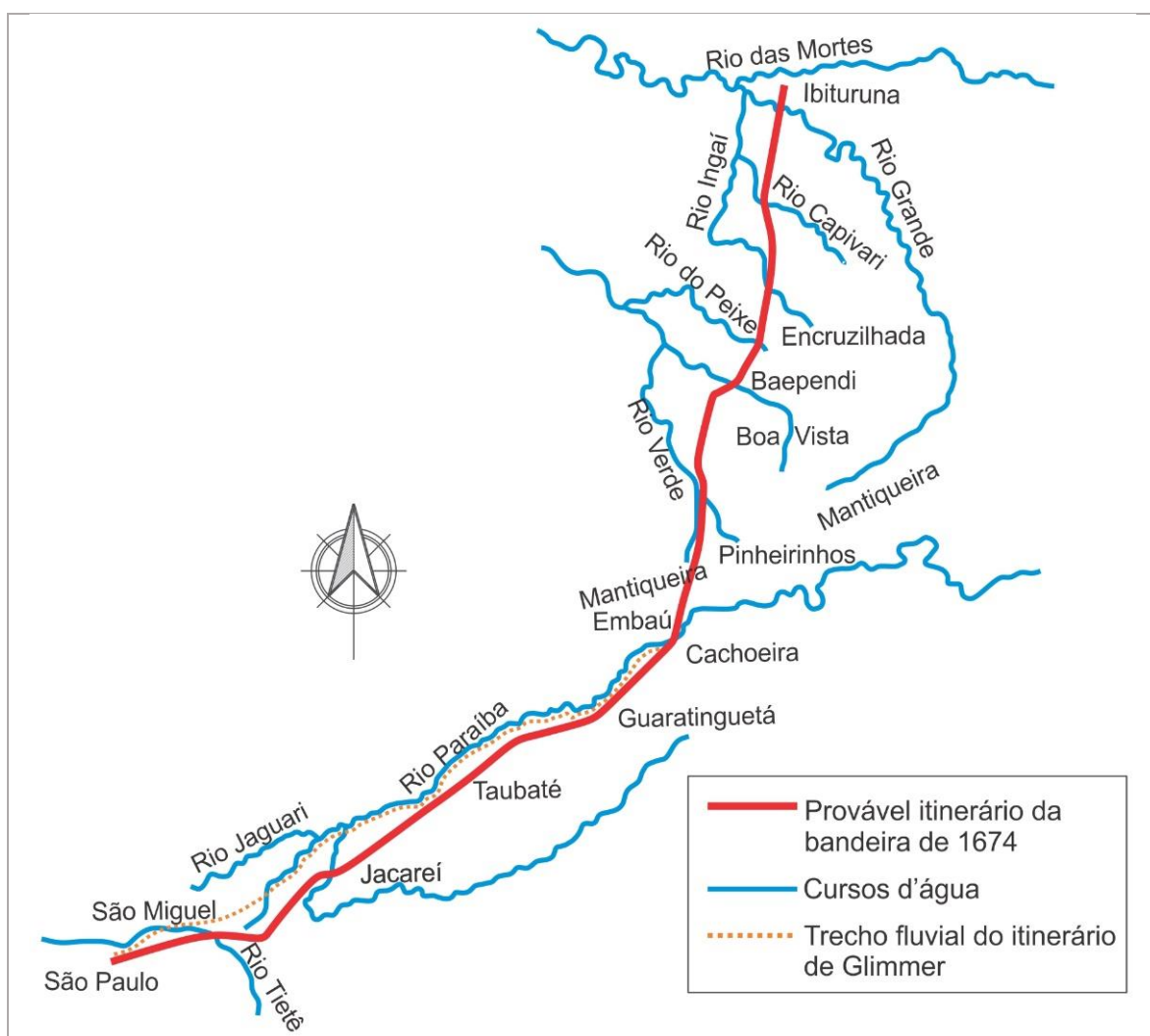


Figura 10: Cartografia geral do primeiro trecho percorrido pela bandeira de Fernão Dias Pais (São Paulo – Ibituruna). Fonte: Base disponível em (BARREIROS, 1979, p. 47). Elaborado pela autora (2014).

Além da bandeira comandada por Fernão Dias, saíram outras diversas expedições em busca da sorte do ouro. Algumas delas descobriram jazidas nos vales do Rio Guaicuí, nas encostas das serras que se unem ao Itacolomi, principalmente nos ribeirões próximos aos atuais municípios de Mariana e Ouro Preto (OLIVEIRA, 1980).

Fernão Dias Pais chegou provavelmente às alturas do Serro do Frio, atual município de Serro, "(...) onde baixou bando proibindo a penetração de quaisquer bandeiras na região ao norte do Sabarabuçu" (MATOS, 1981, p. 73) e foi nomeado Governador do Descobrimento das Minas de Prata e das Esmeraldas do Sabarabuçu sendo, no ano de 1681, por ordem sua, o acesso a esses Sertões vetado às entradas de peia¹³.

O fato demonstra as primeiras tentativas de controle do acesso à região dos minérios valiosos. Alguns dos caminhos, que passavam pelo atual Sul de Minas, e suas imediações, passariam então a ser considerados "áreas proibidas" à passagem e à ocupação.

A denominação "áreas proibidas" foi criada em 1736 pelo Bando de Aditamento ao Regimento de Minerar, que proibia que se lançassem posses de terras situadas nas extremidades não povoadas da capitania. (...). Contudo, as áreas proibidas continuaram a ser ocupadas tanto por atividades agrícolas quanto mineradoras, a tal ponto que o governador dom Rodrigo José de Meneses enviou àquela região o intendente da comarca do Rio das Mortes, Félix Vital Nogueira, a fim de verificar se "interesses particulares sobrepunham-se aos dos povos do império português" (CRUZ, 2008, p. 26).

Em 1709 havia sido criada a capitania de São Paulo e Minas do Ouro, desmembrada do Rio de Janeiro.

Até então a Província de São Paulo e a das Minas tinham feito parte da Capitania do Rio de Janeiro. Sentiu-se enfim que um só homem não podia administrar tão vastas regiões, e, por um decreto de 9 de novembro de 1709, São Paulo e a região das Minas tornaram-se conjuntamente uma capitania independente (SAINT-HILAIRE, 2000, p. 46).

O então governador da repartição sul, que incluía os territórios do Rio de Janeiro, São Paulo e a região das minas, Antônio de Albuquerque Coelho de

¹³ As entradas de peia constituem os caminhos utilizados para a caça de índios e mais tarde foram utilizadas como caminhos clandestinos de acesso às regiões auríferas. Segundo Sergio Buarque de Holanda (2001), as trilhas indígenas existentes foram primeiramente usadas pelos colonos para a captura dos índios que, como guias e escravos, auxiliavam nas tentativas de acesso ao sertão.

Carvalho, pacificou os distritos mineradores conturbados pelas disputas entre paulistas e emboabas, estabelecendo neles a autoridade da Coroa. Os paulistas, derrotados pelos mineiros em vários combates, perderam sua supremacia, mas ainda puderam continuar se estabelecendo pacificamente na região.

Albuquerque tornou-se o primeiro governador da nova Capitania de São Paulo e Minas, e após sua posse em sete de julho de 1710, criou as primeiras vilas¹⁴ de Minas Gerais, em Mariana (Ribeirão do Carmo), Ouro Preto (Vila Rica D'Albuquerque) e em Sabará (Vila Real de Nossa Senhora da Conceição de Sabarabuçu), todas com elevação no ano de 1711.

Em 1714, foram criadas as comarcas¹⁵ do Rio das Mortes, Vila Rica e Rio das Velhas. As comarcas em Minas marcaram desde então a regionalização de seu território, dividindo-o em áreas com características naturais, econômicas e sociais similares. A comarca do Rio das Mortes¹⁶, que tinha como sede a vila de São João d'El-Rey, equivale hoje às regiões denominadas Sul e Sudoeste de Minas, sendo a que de fato nos interessa, pois representa o território que diz respeito ao tema do presente trabalho.

Pode-se notar que, à medida que o novo território vai sendo conhecido e circunscrito, aumenta também a produção cartográfica que o representa. As cartas cartográficas mais antigas de Minas Gerais são datadas do primeiro quartel

¹⁴ Segundo Bluteau (1721), uma vila é “uma povoação aberta, ou cercada, que nem chega a Cidade, nem he tão pequena como Aldea. Team Juiz, & Senado da Camara, & seu pelourinho(...)”. No que se refere à elevação de uma localidade à vila, trata-se de um título oficial dado à um lugar dotado de autonomia judiciária de primeira instância, administrado por uma câmara de “homens bons” e com rendas próprias. (TOPALOV, 2014, p. 564-565).

¹⁵ Segundo Fonseca (2011), em Portugal a comarca era o território de jurisdição do corregedor, magistrado que tinha atribuições judiciárias, políticas e de “polícia”. No Reino, elas coincidiam com os territórios de jurisdição dos provedores que cuidavam dos interesses cujos administradores não fossem capazes de administrar (defuntos, ausentes, órfãos, cativos); também os interesses de pessoas coletivas como as confrarias, hospitais e conselhos; funcionavam ainda como circunscrições fiscais. Em cada comarca, apenas um magistrado – o ouvidor – acumulava as funções de corregedor, ouvidor-geral e também o de provedor. (FONSECA, 2011, p.141)

¹⁶ A comarca intitula-se Rio das Mortes em consequência de estar assentada junto ao rio deste nome a sua sede, a vila de São João del-Rei. Segundo Matos, “a razão de se chamar assim o dito rio procedeu de uma renhida batalha que os índios tiveram entre si para se apossarem daquele território mui abundante de pesca e caça; ou em resultado de outra batalha, ou choque sangüinário, que os índios sofreram pelas armas dos paulistas quando invadiam estes sertões. A terceira opinião, talvez a mais provável, vem a ser o resultado das desordens entre os paulistas e forasteiros. O autor do Santuário Mariano (que ofereceu as duas primeiras notícias), não marca as épocas das batalhas, mas é de supor que fosse a matança procedida das desavenças do ano de 1707, pois o Rio das Mortes já era conhecido por tal no Século XVII. Quanto à Guerra dos Emboabas, teve início em fins de 1708 e terminou em outubro de 1709, pois Manuel Nunes Viana foi aclamado Governador de Minas, e entregou o governo a Antônio de Albuquerque a 30-10-1709” (MATOS, 1981, p. 114).

do século XVIII, havendo maior intensidade nesta produção a partir segunda metade do mesmo século. Esses mapas tornam possível a observação detalhada da vasta rede hidrográfica da capitania e também das inúmeras povoações e fazendas existentes. Além de demonstrarem um maior conhecimento sobre o território mineiro, a elaboração das cartas demonstra também, as tentativas de delimitação e controle dessas ricas terras.

O “Mapa das Minas do Ouro e S. Paulo e Costa do Mar que lhe pertence” (Fig. 11), de cerca de 1714-1720, mostra a ligação inicial entre São Paulo e as minas por meio do caminho que passava por São João Del Rei e chegava à região das minas de Vila Rica, Sabará e Curral del-Rei (atual Belo Horizonte) (COSTA, 2005). Nele, entre o símbolo da capela de Baependi e o símbolo da capela de Carrancas aparece o símbolo da mineração próximo à passagem do Rio Grande, onde estão indicadas as Minas de Ibituruna. O número de vilas e arraiais nos vales dos rios, em função da disseminação das lavras já é bastante significativo nesse momento e, através do mapa, pode-se notar que a malha de comunicação entre elas já se apresentava bastante consolidada.

Sabemos que os sertanistas permaneciam por um tempo onde se encontrava o ouro, ali surgindo pouso e abastecimento através dos produtos da terra, cuja roça geralmente recebia o nome do proprietário ou de alguma característica toponímica que pontuasse o local, o que indica a formação das primeiras glebas de terras cultivadas.

Segundo Vaconcellos (1977), eram consideradas “novas descobertas” somente as lavras que se distanciassem ao menos meia légua de outra já conhecida e, diante disso, muitos exploradores procuravam afastar-se para se enquadrarem nas condições para o recebimento dos benefícios oferecidos pela metrópole à cada nova mina descoberta. O ouro era buscado primeiramente nos leitos e margens dos cursos d’água. Em seguida, os exploradores avançavam pelas encostas e pelos morros, em busca da origem de onde surgiam os metais.

Daí inicia-se a disseminação dos povoados, constituídos pelos exploradores que levantavam seus abrigos próximos ao local de trabalho, e estas espécies de acampamentos tornavam-se pequenas povoações. E, segundo Vasconcellos (1977), quando as explorações se normalizavam, eram organizados povoados ao redor de suas capelas provisórias e seus adros e caminhos, conduziram a origem dos seus rudimentares logradouros públicos.

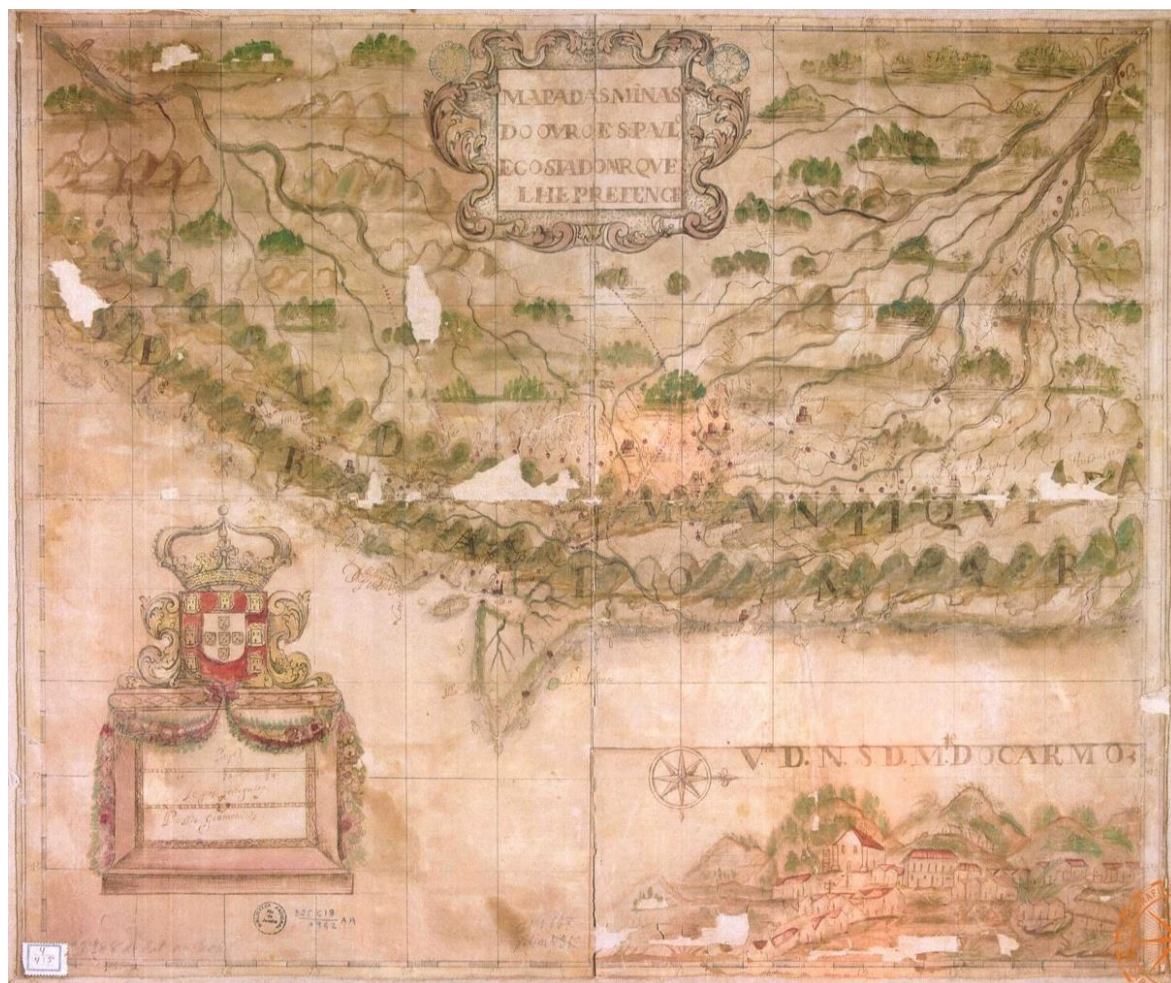


Figura 11: *Mapa das Minas de Ouro e S. Paulo e Costa do Mar que lhe pertence*. Produzido pelo engenheiro de Capitania Pedro Gomes Chaves, em 1714. “As serras do Mar e da Mantiqueira, na atual divisão dos estados, encontram-se representadas como se fossem paralelas entre si e como se estendessem ao longo de toda a costa”. É possível verificar, representados com linhas pontilhadas, os caminhos em direção ao interior do território. Os diversos pontos vermelhos representam as principais unidades mineradoras e, os pontos encimados com uma cruz, as vilas. No detalhe, à direita, a perspectiva da Vila de Nossa Senhora do Ribeirão do Carmo, atual cidade de Mariana. No desenho é possível identificar a antiga capela com campanário e a paisagem montanhosa que circunda o núcleo populacional. Fonte: BN; Cartas Sertanistas; ARC 030.03.015 *apud* Costa 2007, p. 119.

Durante onze anos os distritos mineradores ficaram subordinados a São Paulo, até que, pela Ordem Régia de 2 de dezembro de 1720, foram elevados a Capitania Geral, com o nome de Minas Gerais e seu território foi separado oficialmente de São Paulo¹⁷.

(...) o governo julgou, em seguida a algumas revoltas, que nova divisão era necessária, e, desde essa época a região das Minas,

¹⁷ Sobre os conflitos referentes à demarcação dos limites territoriais entre Minas e Gerais e São Paulo ver Cintra (1935), Bueno (2009) e Fonseca (2011).

erigida em capitania, teve sempre governo separado. Seu primeiro capitão general, D. Lourenço de Almeida, tomou posse do cargo em 1721, e quatorze governadores se sucederam até a revolução que separou o Brasil de Portugal (SAINT-HILAIRE, 2000, p. 46).

Sob um governo próprio, as condições sociais e políticas da nova capitania melhoraram consideravelmente, mas ainda não se alcançou uma situação de perfeita normalidade por causa das imposições da metrópole e do recolhimento do Quinto¹⁸.

O trabalho do militar e político Raimundo José da Cunha Matos (1981) elaborado em 1837 a partir de relatos de viajantes e documentos da época, assim apresenta a delimitação da então Província de Minas Gerais, com base nos escritos do padre Manuel Aires do Casal (1822):

Esta Província, criada no ano de 1720 (sendo até esse tempo uma porção de São Paulo, confina: ao norte com a da Bahia, da qual é separada pelo Rio Verde, e com a de Pernambuco, de que é dividida pelo Rio Caririnha; ao sul, tem a Serra da Mantiqueira, que a separa de São Paulo, e os Rios Preto, Paraibuna e Paraíba, que a dividem da do Rio de Janeiro; ao poente tem a dos Goiases; e ao nascente, as do Espírito santo e Porto Seguro, com uma parte da Bahia (CASAL *apud* MATOS, 1981, p. 65)¹⁹.

O texto de Saint-Hilaire (2008), também descreve e caracteriza a nova província:

Apresenta aproximadamente a forma de um quadrilátero. Como já tive ocasião de dizê-lo, ela é dividida em porções muito desiguais por uma longa cadeia de montanhas que se estende do sul ao norte, e são matas que cobrem o lado oriental, enquanto que a parte ocidental não apresenta geralmente senão pastagens. Esta última, é ela própria dividida, em quase todo o comprimento, pelo rio São Francisco, rio majestoso, navegável em imensa extensão. Outros rios, o Rio Doce, o Jequitinhonha e o Rio Grande, oferecerão um dia os mais úteis meios de transporte à Província de Minas, que é ainda regada por uma multidão incrível de rios e regatos. Não só essa

¹⁸ Segundo Vasconcellos, no início, os processos usados para a arrecadação do quinto eram precários, possibilitando consideráveis extravios. Diante disso, em 1710 a contribuição passa a ser fixa "(...) cobrando-se por ano, dez oitavas de ouro por bateia em serviço" (VASCONCELLOS, 1977, p. 48). Em 1718, a contribuição é reduzida para 25 arrobas anuais e, em 1719, a cobrança direta é novamente instituída. A partir daí a coroa ordena a construção de Casas de Fundição que só começarão a funcionar em 1725, quando os povos concordam em aumentar as contribuições para 37 arrobas anuais. Estas, só seriam extintas em 1811. Vasconcellos e outros estudiosos avaliam o ouro extraído nas Minas até 1820 em "(...) 1200 toneladas, ou seja, 80 000 arrobas" (VASCONCELLOS, 1977, p. 50).

¹⁹ CASAL, Manuel Aires do (Pe). *Corografia Brasílica*, Rio de Janeiro, 1817.

Província é rica por seus diamantes e pedras preciosas, minas de ouro, ferro, chumbo, etc., como também por suas gordas pastagens, belas florestas e fértil território que, segundo os lugares e altitudes, pode produzir a videira, a cana-de-açúcar e o café, o cânhamo e o algodão, a mandioca, o trigo e o centeio, mangas, pêssegos, figos e bananas. Se existe alguma região que possa dispensar o resto do mundo, será certamente a Província de Minas, quando seus inúmeros recursos forem explorados por uma população mais densa. (SAINT-HILAIRE, 2000, p. 46).

Neste período – primeiro quartel do século XVIII, a divisão civil da capitania indicava a existência de quatro Comarcas na Província: Ouro Preto, Rio das Mortes, Rio das Velhas e Serro Frio (Fig. 13). Esta divisão permaneceu até o início do século XIX, quando foi estabelecida, em 1815, a Comarca do Paracatu (Fig. 14).

A Comarca do Rio das Mortes correspondente à atual região denominada Sul de Minas²⁰ e foi descrita por Matos (1981) em 1835:

Comarca do rio das Mortes – Confina ao norte com as comarcas do Ouro Preto, Rio das Velhas e Paracatu, ficando separada da primeira pelos rios Paraíba, Pomba e Pinho, e pelas Serras do Melo e Noruega, ramos da Mantiqueira; Rio Carandaí nos limites do termo²¹ de Queluz, até chegar aos da Comarca do Sabará, onde, pela Serra das Empanturradas, corre ao rumo do noroeste até a foz do Rio Bambuí, que é a divisa da Comarca do Paracatu até a Serra da Marcela, ramo da Serra Geral entre Minas e Goiás. (...).
Pelo lado de oeste, os limites com os Julgados do Araxá e Desemboque, da Comarca do Paracatu, são pelas Serras da Marcela, Parida, Palestina, Confusão, e Talhados, porções da sobredita Serra Geral, até tocar no Rio Grande. Pelo álveo deste, vai ao Ribeirão das Canoas e sertão do Jacuí, cortando o Rio Pardo e dirigindo-se para a Serra da Mantiqueira pelo Morro de Moji-guaçu até ao morro do Lopo. Fica separada da Província de São Paulo ao sudoeste, assim como continua a separar-se da mesma Província ao sul pela Serra da Mantiqueira até a origem do Rio Preto, onde começam os limites com a Província do Rio de Janeiro, os quais seguem o mesmo Rio Preto até unir-se ao Paraíba, e continuando por este, passam ao Paraíba, para correrem o seu álveo até a foz do Rio Muriaí (ou Emboí) (MATOS, 1981, p. 113).

²⁰ Divisão estabelecida e adotada pelo IBGE.

²¹ Segundo Bluteau, *Termo* significa espaço de terra, onde chega a jurisdição dos Juizes Ordinários ou de Fora, ou outras justiças. Chamam-se assim os marcos de pedra que têm os títulos das vilas ou cidades e terminam, ou põem termo à extensão da dita jurisdição (BLUTEAU 1728, 114).



Figura 13: “Mapa da Capitania de Minas Geraes com a Devisa de suas Comarcas”. Ca. 1778. O mapa representa as divisas das comarcas de Minas Gerais durante o século XVIII. Os limites territoriais são marcados pela geografia (serras, montanhas e rios). A Comarca do Rio das Mortes tem como limites, ao norte, o Rio Grande e, à sudeste, a Serra da Mantiqueira. Fonte: Arquivo Público Mineiro (APM). Modificado pela autora (2014).



Figura 14: Mapa das Comarcas de Minas Gerais (1821) com a localização de suas respectivas sedes. Note-se a inclusão da Comarca do Paracatu, região anteriormente pertencente à Capitania de “Goyas”. Fonte: UFSJ. Acervos Documentais da Comarca do Rio das Mortes. Disponível em: <http://www.ufsj.edu.br/labdoc/historico.php>. Acesso em 21/09/2014.

Neste período, a comarca compreendia então sete vilas: São João del-Rei, sede da Comarca, São José (atual Tiradentes), Barbacena, São Bento do Tamanduá (atual Itapecerica), Campanha da Princesa (atual Campanha), Baependi e São Carlos do Jacuí (atual Jacuí) (Fig. 15). As vilas possuíam distritos que por sua vez, possuíam distritos menores e que estabeleciam entre si uma relação de interdependência.



Figura 15: Mapa das vilas da Comarca do Rio das Mortes (1821). Em destaque, as vilas existentes desde a criação da Província de Minas Gerais em 1720. As demais, destacadas com pontos preto, foram elevadas em períodos posteriores. Fonte: (PINTO 2010, p. 21). Modificado pela autora (2014).

Os municípios analisados neste trabalho são originários das vilas de São João del-Rei e Baependi, que se encontram na região mais antiga de circulação em busca das minas de ouro, principalmente pelo caminho de Fernão Dias e do Caminho Velho da Estrada Real. As vilas eram sedes das grandes porções territoriais denominadas “termos”, onde floresciam outros distritos e povoados que ficavam a elas submetidos.

No próximo capítulo, veremos como se deu a constituição territorial dos municípios escolhidos tendo como principal suporte a geografia, o eixo do Caminho Velho da Estrada Real e as tendências de fixação. Para demonstrar os aspectos propostos por esta pesquisa, é necessário aproximarmo-nos das características geográficas e circunstâncias de tais aspectos que influenciaram os processos de ocupação e oficialização das localidades, até que os seus primeiros núcleos fossem elevados à categoria de cidades.

A partir do conhecimento deste processo, é possível reafirmar a sua origem desencadeada por aspectos semelhantes, sejam geográficos e práticos, ou econômicos, políticos, sociais e culturais. Demonstrando que, apesar das

atuais fronteiras físicas e legislativas, a região de estudo é capaz de expressar uma mesma gênese, ou seja, o mesmo “código genético” (NOVICK, 2011, p. 94).

CAPÍTULO 2. FORMAÇÃO DE TERRITÓRIOS E IDENTIDADES: O EIXO DO CAMINHO VELHO

Conforme já explicitado, a premissa da pesquisa não é analisar cidades e seus municípios individualmente, com base em limites administrativos de perímetro municipal e urbano, mas compreender e reconstituir o território como uma porção íntegra, que apresenta traços de heterogeneidade em vários domínios. Interessa aqui destacar elementos que possam informar a análise nas duas formas de apreensão propostas: a cartográfica e a iconográfica.

Foram tomados como parte da região de análise os municípios de Baependi, Carrancas e Cruzília, cujas cidades são cortadas pelo eixo do Caminho Velho; além dos municípios de Aiuruoca, Luminárias, Minduri, São Thomé das Letras e São Vicente de Minas, que são seus limítrofes e também estão na área de influência exercida por tal caminho do período colonial. Além disto, veremos que estes municípios foram territorialmente desmembrados uns dos outros e tal aspecto será abordado a partir dos acontecimentos históricos e de aspectos socioeconômicos e produtivos.

2.1. Serras, rios e caminhos: a paisagem associativa

No *Almanach Sul-Mineiro* de 1874, Bernardo Saturnino da Veiga afirma que a orografia do território sul-mineiro é marcada pela Serra da Mantiqueira e suas ramificações. Entre elas, são nomeadas atualmente, as serras de Aiuruoca, do Gamarra, de São Thomé, de Minduri, de Carrancas, das Bicas, do Moleque e das Luminárias. Entre os picos mais notáveis destaca-se o do Papagaio, situado no município de Aiuruoca, ultrapassando 2000 metros de altura.

De acordo com Costa (1994), a serra da Mantiqueira, limite geográfico que divide os estados de São Paulo e Minas Gerais, tem seu extremo sul localizado ao norte da cidade de São Paulo e seu extremo norte na margem direita do Rio Doce, no estado do Espírito Santo. O sistema da Mantiqueira apresenta um conjunto de ramificações que penetra o interior de Minas Gerais, divide e constitui as diversas bacias hidrográficas do estado.

Os municípios aqui estudados estão inseridos na Bacia Hidrográfica do Rio Grande²² na unidade de gestão do Alto Rio Grande (GD1). Além de Aiuruoca, Baependi, Carrancas, Cruzília, Minduri, Luminárias, São Vicente de Minas e São Thomé das Letras, outros 24 municípios fazem parte desta unidade.

Em sua vasta extensão, o Rio Grande apresenta alterações marcantes em sua dinâmica devido ao relevo e às interferências antrópicas, por isso a Bacia do Alto Rio Grande foi subdividida em quatro sub-bacias: do Rio Grande, do Rio Aiuruoca, do Rio Turvo Grande e do Rio Ingaí, que nascem na Serra da Mantiqueira, e pela sub-bacia do Rio Capivari, no município de Carrancas (FJP, 2015). Entre os diversos rios que banham todo o território, a porção destacada no trabalho é cortada pelos rios Grande, Capivari, Aiuruoca, Verde, Ingaí, Baependi e do Peixe, além dos seus ribeirões e córregos tributários.

No capítulo anterior vimos que a região de estudo se localiza ao sul do Rio Grande, que sempre foi um dos marcos mais importantes na paisagem,

²²A Bacia Hidrográfica do Rio Grande (BHRG) está situada na Região Sudeste do Brasil e possui mais de 143 mil Km² de área de drenagem. Com população de nove milhões de habitantes, é formada por 393 municípios, dos quais 325 têm área totalmente incluída na BHRG, o que comprova sua grandeza como bacia hidrográfica, abrangendo dois importantes estados brasileiros: Minas Gerais, a norte, com 60,2% da área de drenagem da bacia, e São Paulo, ao sul, com 39,8% da área. A abrangência da bacia hidrográfica garante a ela uma diversidade de ambientes, desde os típicos da Região Centro-Oeste, como os cobertos por vegetação de cerrado, até áreas montanhosas e típicas da costa Sudeste do Brasil, com perímetros de Mata Atlântica. (CBH, 2016). Disponível em: <http://www.grande.cbh.gov.br/Bacia.aspx>. Acesso em 26/09/2016.

tornando-se também um importante definidor do estabelecimento das fronteiras. No caso desta pesquisa, o Rio Grande faz a divisa entre os municípios de Carrancas e São João del-Rei, apresentando vários pontos de travessia onde eram instalados postos fiscais e cobrados impostos.

Os demais rios acima citados também podem ser identificados nos relatos antigos e esquemas cartográficos já apresentados (Fig. 7, 9 e 10), demonstrando que, até os dias de hoje, tais elementos constituem os limites territoriais, legislativos e de gestão, evidenciando a importância da manutenção e do reconhecimento dos aspectos naturais, relacionados aos construídos, física e simbolicamente.



Figura 16: Localização da Bacia Hidrográfica do Rio Grande. Fonte: CBH, 2016.

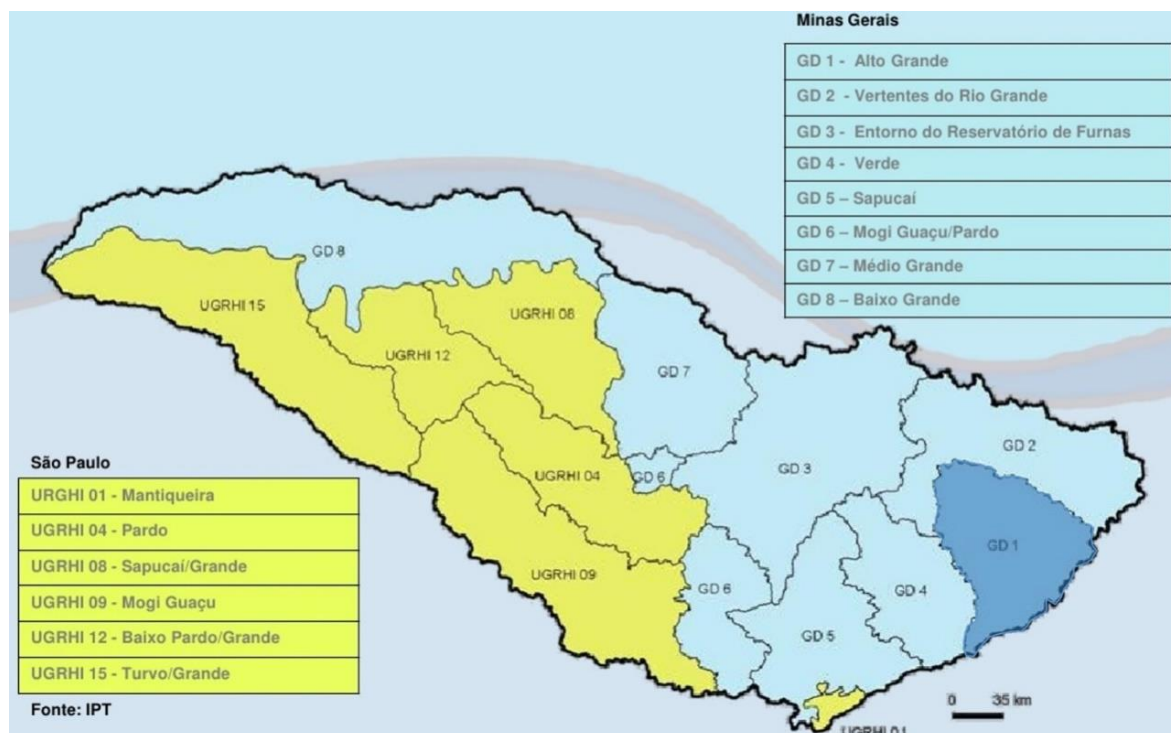


Figura 17: Bacia Hidrográfica do Rio Grande: unidades de gestão. Em destaque, a unidade do Alto Rio Grande (GD1). Fonte: CBH, 2016.

Segundo o Comitê de Bacia Hidrográfica (2016), a região de abrangência da bacia do Alto Rio Grande apresenta características físicas distintas: uma região de campos e serras com relevo ondulado ou fortemente ondulado e altitudes variando entre 900 e 1.100 metros. É uma região com predominância de relevos bastante movimentados, com a presença de pães de açúcar, cristas e topos aguçados característicos da formação geológica da Serra da Mantiqueira, com altitudes variantes entre 1.200 e 2.000 metros. O clima é tropical de altitude, com invernos frios e secos e verões quentes e úmidos.

A vegetação dominante na região é a de transição entre a Mata Atlântica e o Cerrado Tropical, com a presença de vegetação de campo cerrado em ambientes de solo mais ralo e de campos rupestres, em locais de altitude superior a 1.000 m. É também possível encontrar outras características relativas à flora deste território de vastas dimensões, como as matas serranas, os campos de altitude, as matas de transição e as pluviais, e os pastos e áreas cultivadas. Elementos que demonstram a grande diversidade possível de ser contemplada em sua paisagem natural.

Paisagem esta que foi observada e teve vários dos seus elementos catalogados pelo botânico francês Auguste Saint-Hilaire, que esteve na região no

ano de 1822. Em sua passagem pelas proximidades do atual município de Carrancas o viajante descreve:

Cortando sempre pastos, encontramos, a pouca distância do Rio Juruoca, o de Pitangueiras, que, segundo me disseram, vai concluir com o Rio Grande. A ponte em que atravessava o Rio Pitangueiras é tão má que os burros por ela não podem passar sem perigo. Tínhamos, sempre à frente, a Serra das Carrancas e afinal ali chegamos. Em ponto algum é muito elevado e o caminho a corta no lugar onde tem menor altura. No cume, muito arenoso, revi algumas plantas interessantes, entre outras uma orquídea de dois cálices. (...). Paramos, a pouca distância da raiz da Serra, (...) as terras se mostravam melhores para a cultura. As matas, com efeito, ali são mais frequentes e denotam mais seiva (SAINT-HILAIRE, 1974, p. 47).

Ainda seguindo os passos de Saint-Hilaire (1974), temos o relato sobre a sua percepção dos aspectos naturais e da paisagem nos entornos da Serra de Aiuruoca e do Papagaio:

Juruoca, 3 léguas, 5 de março. (...) A região hoje percorrida é mais montanhosa e cheia de mata. Duas circunstâncias quase sempre coincidentes. Diante de nós descobríamos as montanhas vizinhas da cidade de Juruoca, que não são, dizem, senão ramificações da serra da Mantiqueira, e no meio das quais se alça um morro conhecido em toda a região sob o nome de Papagaio. Esta montanha termina, segundo asseguraram, por inacessível rochedo e muito alto (SAINT-HILAIRE, 1974, p. 52).

Serra de Aiuruoca, 9 de março, 1 légua e meia – Como colhi na Serra do Papagaio grande número de plantas interessantes que não encontrara, até agora, em nenhum outro ponto do Brasil, tomei a resolução de fazer curta caminhada. Durante um trecho de caminho serviu-me o meu hospedeiro de guia. Atravessamos um mato onde os burros tiveram grande dificuldade em se livrar de vários atoleiros. A região que cortávamos é muito montanhosa e oferece uma alternativa de matas e pastagens (SAINT-HILAIRE, 1974, p. 58).



Figura 18: Chegada à Aiuruoca pela BR 267. Avista-se o chamado Bairro da Ponte e, ao fundo, a Serra e o Pico do Papagaio. Fonte: Foto de Larissa S. Pereira. Acervo da pesquisa (2014).

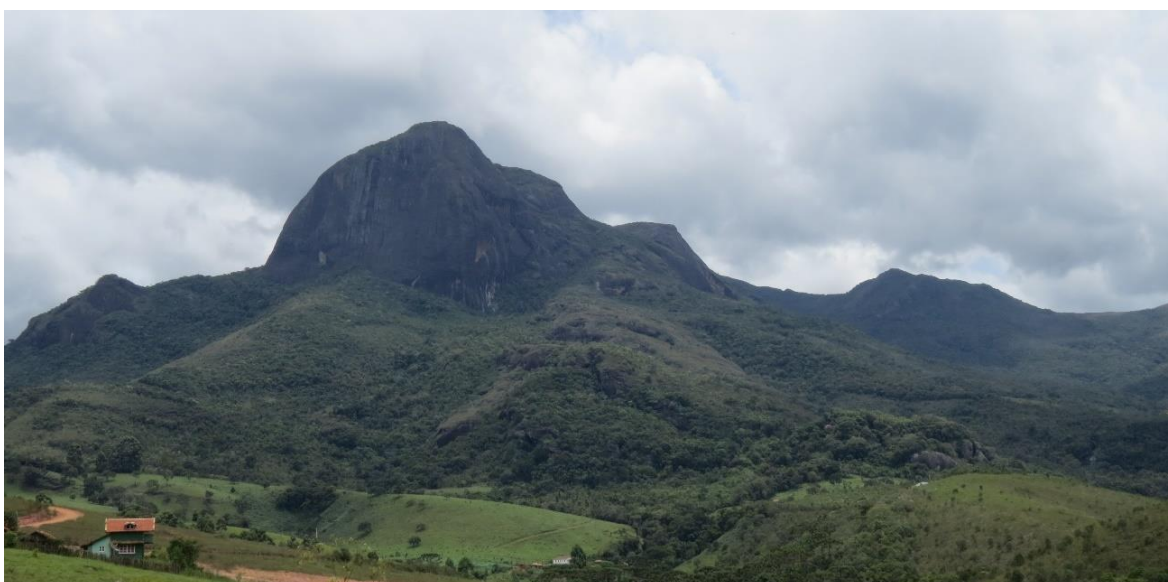


Figura 19: O Pico do Papagaio, que atinge cerca de 2000 metros de altitude e dá nome à cidade de Aiuruoca. Fonte: Foto de Larissa S. Pereira. Acervo da pesquisa (2014).

Além dos viajantes, diversos pesquisadores se interessaram pela região e documentaram suas impressões, entre eles o engenheiro José Franklin da Silva Massena, nascido em Aiuruoca no ano de 1838. Massena (1876) registrou aspectos referentes à topografia, ao solo e à vegetação dos picos como o Itatiaia e o Papagaio:

O Papagaio é composto de granito e seus vales de gneiss. As rochas de Aiuruoca, seguindo do Papagaio até Guapiara, compõem-se de quartzo, feldspato, mica e granadas miúdas; a mesma coisa nota-se nas rochas quísticas. O Papagaio lança para o norte camadas de rochas férreas, que repousam em terrenos onde abunda o quartzo,

como ao oeste da Aiuruoca; a leste desta vila as cordilheiras apresentam nas fraldas muitas estalactites e psamites com turmalinas. Todo o município de Aiuruoca é aurífero e, apesar de apresentar muitos terrenos revolvidos, contudo está extraído o ouro, que suavemente se prestou aos antigos mineiros. Nas margens do Taboão, entre Serranos e S. Vicente, em um terreno de aluvião, encontraram-se ossadas humanas, a que ninguém deu a devida importância: nos aluviões da Aiuruoca na Alagoa, consta também que outrora os mineiros em uma lavra de parientismo, descobriam ossadas, que desprezaram, e esse desprezo de tais objetos é a causa por que os fastos paleontológicos de Minas não apresentam uma série de amostras dessas raças extintas (MASSENA, 1867, p. 22).

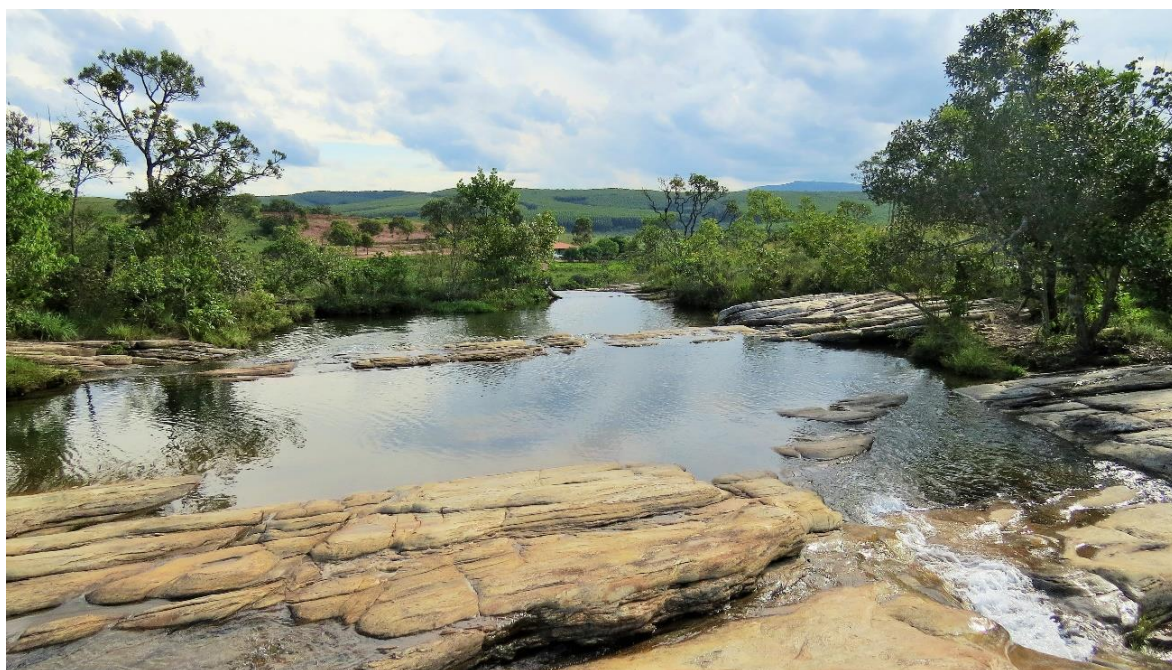


Figura 20: Quedas d'água no local conhecido como Poço da Esmeralda, em Carrancas. Fonte: Foto de Larissa S. Pereira. Acervo da pesquisa (2015).

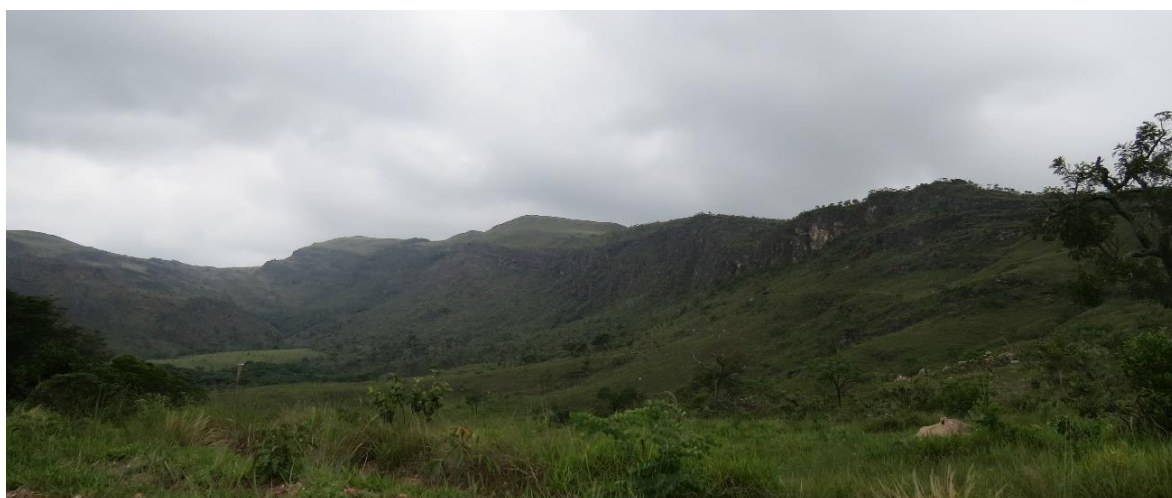


Figura 21: Vista da Serra de Carrancas a partir do Caminho Velho da Estrada Real. Fonte: Foto de Larissa S. Pereira. Acervo da pesquisa (2015).



Figura 22: Paisagem rural no município de Cruzília. Ao fundo, a Serra de Carrancas. Fonte: Foto de Larissa S. Pereira. Acervo da pesquisa (2015).



Figura 23: Serra do Sobradinho, município de São Thomé das Letras. Fonte: Foto de Larissa S. Pereira. Acervo da pesquisa (2016).

Nas áreas de influência do bioma Cerrado é encontrada uma fauna extremamente rica, com grande diversidade de espécies de aves, gêneros de mamíferos, espécies de anfíbios e de répteis. São encontrados animais como a paca, cutia, preguiça, capivara, quati, cachorro-do-mato, lobo-guará, onça parda, gambá, tamanduá-mirim, tatu peba, tatu-de-rabo-mole, tatu-galinha, macacos como sagui, macaco-prego, lagarto teiú, cobras cascavel, várias espécies de jararaca, jiboia e coral. A avifauna é caracterizada por jacus, mutuns, jacutingas, seriemas, tucanos e papagaios (CBH, 2016).



Figura 24: Cenas registradas nos municípios de Aiuruoca, Carrancas e São Vicente de Minas. 1). Espécie da flora nativa de Aiuruoca; 2). “Caliandra” encontrada na Serra de Carrancas, denominada flor do cerrado é um subarbusto nativo do bioma Cerrado; 3). Ave de rapina na zona rural de Carrancas; 4). Pinturas rupestres no Sítio Arqueológico Lapa da Zilda, ca. 3500 anos. Em 2012, a Administração Municipal juntamente com o Ministério Público de Minas Gerais, assinaram uma TAC – Termo de Ajustamento de Conduta que prevê uma revisão do processo de tombamento do local, de acordo com as exigências do Iepha-MG; 5). Cavalo e gavião-carrapateiro (*Milvago chimachima*), cena registrada em área de pastagem no município de São Vicente de Minas; 6). Tucanos no pomar da Fazenda Sesmaria, município de São Vicente de Minas. Fonte: Fotos de Larissa S. Pereira. Acervo da pesquisa (2015-2016).

Foi seguindo estes referenciais e obedecendo às condições por eles impostas, que os primeiros desbravadores do território começaram a se fixar. A formação da região de estudo nos permite observar circunstâncias comuns à

exploração e ao povoamento de Minas Gerais: a presença do elemento indígena, a busca do ouro pelos desbravadores e o deslocamento de agricultores para a fixação em terras mais férteis.

2.2. A Fixação Humana no Território

Presume-se que a extensa região serrana da Mantiqueira foi primitivamente habitada por indígenas, entre eles os Cataguases, Puris e Guaianazes (MASSENA, 1876). Já os primeiros estrangeiros que ali passaram eram caçadores de gentios e aventureiros em busca de riquezas, vindos provavelmente da província de São Paulo para explorar o ouro de aluvião, encontrado nas encostas de morros e nas margens de córregos que, ainda hoje, possuem escavações testemunhais da presença daqueles desbravadores (MOURÃO, 2007). Somente após o auge da mineração chegaram os primeiros agricultores e senhores de escravos.

Como já dito, as primeiras referências documentais à região aqui exposta, datam do século XVII. Pelas terras do atual município de Baependi teria passado a bandeira de André Leão que, partindo de São Paulo, em 1601, seguiu o curso do rio Paraíba e transpôs a Serra da Mantiqueira – tendo como referência a garganta do Embaú (Fig. 6). Já em 1646, foi Jaques Félix (1570-1658) quem recebeu a incumbência de procurar minas: andou pelos sertões de Guaratinguetá e chegou até o planalto do Rio Verde. Desde então, o nome Baependi passaria a ser bastante conhecido pelos bandeirantes e sertanistas.

Desde o final do século XVII, as minas de Aiuruoca também já eram conhecidas (LEFORT, 1993). A Revista do APM cita a carta escrita por Bento Pereira de Sousa Coutinho ao então governador-geral do Brasil, D. João de Lencastre. Nela, Coutinho refere-se ao itinerário das bandeiras paulistas e menciona o Rio Grande “cujas cabeceiras nascem na Serra da Juruoca” (APM, 1903, p. 924). A partir daí o nome foi atribuído ao descoberto de ouro que ficava localizado ao sul das já conhecidas minas de São João Del-Rei.

Segundo o IBGE (1958), em 1681 Baependi já possuía alguma criação e, de acordo com Veiga (1874), no ano de 1692, os moradores da vila de Taubaté Antônio Dellgado da Veiga, seu filho João da Veiga e Manoel Garcia,

incursionaram pelo sertão em busca de gentios que se tornariam escravos sob o pretexto da conversão ao cristianismo. As notícias da existência de ouro em abundância além da Serra da Mantiqueira também já corriam as terras paulistas, sendo mais um estímulo aos aventureiros dos sertões.

Sabemos que os primeiros sertanistas, em suas investidas ao interior, valiam-se das trilhas indígenas já existentes, contribuindo assim, para a marcação definitiva das terras por onde caminhavam²³. Depois, muitos indígenas tornavam-se guias e intérpretes, como podemos observar nos relatos sobre a aventura dos taubateanos que chegaram à atual Baependi, acompanhados de índios domesticados:

Vadeado o Parahyba, nas fraldas da serra encontrarão um aldeamento de índios e ahi pernoitarão no alto de um morro, dando o nome de Pouso Alto ao lugar onde hoje existe a freguezia desta denominação.

Seguindo o caminho à margem do Rio Verde, encontrarão um outro rio que nelle despejava suas águas, e na margem oposta do rio tributário avistarão um índio, a quem um dos interpretes dirigiu a seguinte pergunta: – *Baependy?* – que na linguagem daqueles filhos das florestas significava: – *que nação de gente é a tua?*

Os paulistas acharão graciosa a interrogação e derão a esse rio o nome de Baependy, e mais tarde lançando-se quase que nas suas margens os fundamentos de uma povoação, como era natural, aproveitou-lhe o batismo do rio (VEIGA, 1874, p. 396).

Somente no início do século XVIII iniciou-se a efetiva ocupação das novas terras. Os registros apontam que, por volta de 1706 o taubateano João de Siqueira Afonso fixou-se no local onde seria fundado o arraial de Aiuruoca, conforme afirma Taunay (1961) e o Códice Costa Matoso (1999). O bandeirante já havia encontrado ouro no Ribeirão do Carmo e no Sumidouro, em 1702 (APM, 1889) e, avançando na direção sul, descobriu, em 1704, as minas de Guarapiranga (atual Piranga, MG).

Às margens do Rio Grande, paulistas bandeirantes e faiscadores, depois de atravessarem a Mantiqueira, instalaram-se nas terras que hoje constituem o município de Carrancas. Como sabemos, expedições bandeirantistas acessavam a região percorrendo parte do Caminho Velho, cujo

²³ Sobre a contribuição indígena às expedições aos sertões ver *Caminhos e Fronteiras* de Sergio Buarque de Holanda (2001).

relato colonial mais antigo data de 1712, e nomeia em sequência os pousos de Baependi, Pedro Paulo, Ingaí, Traituba, Carrancas e Rio Grande²⁴.

Mourão (2007) aponta que este trecho na verdade seria uma variante do Caminho Velho original e passou a ser denominado Caminho Real, assim incluindo a Encruzilhada (atual município de Cruzília), a fazenda Traituba, a fazenda Bananal (Fig. 77 a 83), o povoado de Carrancas e o porto do Rio Grande. Ainda de acordo com a autora, quando os viajantes se referiam a topônimos como Ingaí e Carrancas, falavam de algo que se evidenciava como informação topográfica e não os povoados como tais, como é o caso da serra de Carrancas que marcava a região e lembrava caraças carrancudas, dando nome à atual cidade.

No “Mapa das Minas do Ouro e de São Paulo e Costa do Mar que lhe Pertence” (Fig. 11), datado de 1714, aparecem os ícones da capela de Baependi e da capela de Carrancas, entre os quais é possível verificar os símbolos da mineração, principalmente nas proximidades da passagem do Rio Grande. Os bandeirantes permaneciam por longo tempo onde se encontrava o ouro, ali surgindo pouso e abastecimento através dos produtos da terra, cuja roça geralmente recebia o nome do proprietário ou de alguma característica toponímica que pontuasse o local.

Como já dito, as zonas de mineração necessitavam do apoio das regiões férteis para a pastagem e a agricultura, típicas das imediações do Rio Grande e seus afluentes, como o Rio Ingaí. Assim, os primeiros bandeirantes iniciaram um povoado com suas famílias e escravos vindos de São Paulo.

Conforme ocorreu no processo de formação dos oito municípios aqui analisados, dada a riqueza do solo e dos muitos rios que cortam e irrigam suas terras, a mineração caracterizou a principal atividade local, o que impulsionou para a região um grande número de pessoas que, concomitantemente à extração de minérios, passavam a cultivar a terra por meio do recebimento de datas e sesmarias²⁵.

²⁴ BRITO, Francisco Tavares de. Itinerario Geografico com a verdadeira descripção dos caminhos, estradas, rossas, citios, povoaçoens, lugares, villas, rios, montes, e serras, que ha da cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro até as Minas do Ouro, 1732. Os pousos nomeados em sequência no itinerário correspondem às localizações distribuídas nos atuais municípios de Baependi (Baependi e Pedro Paulo), Cruzília (Ingaí e Traituba) e Carrancas (Carrancas e Rio Grande).

²⁵ Segundo Alveal (2015) e Jr. Diégues (1959), as sesmarias eram porções de terra concedidas pela coroa aos súditos com a obrigação de povoar e cultivar a terra. O sistema original foi criado

Depois da vinda da família real para o Rio de Janeiro em 1808, a promoção para a ocupação do território seria intensificada através da abertura de novos caminhos e das doações de terras aos sesmeiros. Estas doações de terras, títulos e regalias, vinham em contrapartida aos deveres dos particulares, que passariam então a cuidar de questões que eram, até o momento, da alçada do Estado. Além disso, era necessário tratar de facilitar o escoamento da produção para o abastecimento da corte.

A descoberta do ouro havia requerido grande demanda por itens de subsistência, vez que houve um crescimento abrupto da população. Com isso, foram sendo estabelecidas as primeiras fazendas nas regiões das minas, sobretudo ao longo dos caminhos que levavam a Vila Rica. Essas propriedades tinham papel fundamental no abastecimento da população mineira, sendo também uma boa alternativa aos homens que preferiam dedicar-se à atividade agrícola a arriscar-se nas minas, que logo apresentariam os primeiros sinais de decadência.

As terras da região sul de Minas Gerais, que possuem clima ameno e são ricas em campos férteis e de boa qualidade, diferentemente das terras improdutivas e íngremes da região das minas, ficaram conhecidas por estes atributos. Pelo que atraíam proprietários que vinham, sobretudo, de São Paulo e de Portugal, cuja corrente migratória teve papel importante na diferenciação das fazendas do Sul de Minas quando relacionadas às fazendas de outras regiões da capitania, sobretudo por causa dos mestres-construtores que traziam para o Brasil as técnicas empregadas no além-mar.

Localizada no trajeto dos bandeirantes, que saíam de São Paulo pelo Caminho Velho em busca do ouro nas Minas Gerais, a região delimitada para estudo, abrigou as primeiras povoações da Comarca do Rio das Mortes. Embora

por D. Fernando, em 1375, com o intuito de combater a crise agrícola que assolava Portugal. As sesmarias também foram implantadas nas colônias ultramarinas do Atlântico durante a expansão como principal forma de distribuição da terra pelos colonos. A sesmaria foi, portanto, a propriedade que se destinou à ocupação do território, num sentido de extensão; destinava-se à grande lavoura e à criação de gado, e, posteriormente, alongou-se ao extrativismo vegetal, ao cacau e ao café. Como a sesmaria também a data de terra, que se tornou usual no século XVIII, com as concessões dos açorianos, foi de origem portuguesa, e representava a pequena propriedade. Distinguiu-se da sesmaria pelo tamanho que lhe era atribuído. As datas eram sinônimos para pequenos lotes, geralmente concedidos pelas câmaras municipais como sesmarias urbanas. De modo semelhante, também se faziam datas de minas, porções de lotes pequenos concedidos nas áreas auríferas da América portuguesa, de acordo com o Regimento das Minas de 1702; era também destinada à pequena exploração. Cada um desses tipos de propriedade teve o seu papel na constituição territorial do Brasil.

em alguns locais o ouro fosse presente, principal interesse dos que aspiravam ao enriquecimento rápido e fácil, os seus primeiros habitantes eram agricultores e criadores, o que indica não ter sido encontrado ouro em quantidade considerável e economicamente rentável na região e arredores, apesar de em municípios vizinhos, como São João del-Rei, ocorrerem grandes lavras, de onde comprovadamente foi extraído muito metal precioso pelos mineradores do século XVIII e princípios do XIX.

Grande parte das terras da província de Minas foi distribuída por sesmarias, sobretudo as da Comarca do Rio das Mortes, atual Sul de Minas, devido ao crescente interesse pelas terras da região, que se mostravam muito fecundas, e proporcionavam boa adaptabilidade ao gado. Além de clima ameno e muitas riquezas naturais, estas paragens eram as mais procuradas para a obtenção de terras, pelo que formados os povoados, com o estabelecimento de seus primeiros moradores na aérea rural. Posteriormente, essas terras eram ampliadas através do requerimento, por parte de outros membros da mesma família, de novas sesmarias anexadas às já concedidas anteriormente.

As sesmarias representavam porções de terra muito extensas que posteriormente foram desmembradas, dando origem a uma constelação de pequenas localidades/municípios, espalhados por todo o território sul mineiro. De acordo a tabela elaborada por Pinto (2010), entre os anos de 1700 e 1768, das quatro Comarcas existentes, a do Rio das Mortes era a porção territorial que detinha maior número de datas concedidas, abrangendo quase metade dos números referentes à toda a Capitania de Minas Gerais. O que reforça o fato já mencionado, de que a localização estratégica entre São Paulo e as minas, e as terras de alta qualidade produtiva, atraíam um número cada vez maior de exploradores que se tornariam fazendeiros.

Tabela 1: Mapa Geral das Sesmarias nas quatro Comarcas de Minas Gerais (1700-1768)	
Comarcas	Sesmarias
Villa Rica	842
Rio das Mortes	1.072
Rio das Velhas	920
Serro Frio	218
Total	3.052

Fonte: (PINTO, 2010, p. 53)

Uma das primeiras doações oficiais na região do povoado de Aiuruoca, foi concedida por D. Brás Baltazar da Silveira, então governador da Capitania de São Paulo e Minas de Ouro, no ano de 1717, quando o povoado alcançou o título de Capela²⁶ de Nossa Senhora da Conceição de Aiuruoca, passando a pertencer eclesiasticamente à Comarca do Rio das Mortes. No ano seguinte foi criada a freguesia²⁷, conforme afirma Trindade (1945) e, em 1724 foi criado o Distrito Judiciário de Aiuruoca, subordinado a Comarca do Rio das Mortes (Fig. 25).



Figura 25: Mapa da Comarca do Rio das Mortes de 1809 com a divisão das freguesias e termos. No início do século XIX os territórios correspondes aos municípios aqui estudados faziam parte das freguesias de Baependi (Baependi, Cruzília, São Thomé das Letras), Juruoca (Aiuruoca, São Vicente de Minas e Minduri), Lavras (Luminárias) e São João del Rei (Carrancas). Fonte: COSTA, 2004 *apud* CRUZ, 2010, p. 224.

²⁶ Segundo Fonseca (2011), "(...) os termos "capela" e "aplicação" não designavam apenas o edifício religioso, mas remetiam também a toda a zona habitada pelos fiéis que o frequentava – os "aplicados". A "aplicação" possui, portanto, uma dimensão territorial: trata-se de uma subdivisão do território paroquial colocado sob a responsabilidade de um capelão ou vigário adjutor" (FONSECA, 2011, p. 112).

²⁷ Segundo Bluteau, *Freguezia* significa igreja paroquial. (BLUTEAU 1789, 660). Refere-se também ao título de Paróquia, ou seja, local que possui Igreja Matriz e um "cura d'almas" residente (BLUTEAU, 1789, 165).

Consta no APM, que no ano de 1726, Manoel de Sá obteve sesmaria no sertão que ia da Encruzilhada (atual município de Cruzília) à Aiuruoca:

D. Lourenço de Almeyda do Cons.º de S. Mag.q. D. g. Governador e Cap. Generaldas Minas, etc.

Faço saber nos que esta minha carta de sesmaria virem q. tendo respeito a me representar Manoel de Sá que há dous annos sem contradição de pessoa alguma, esta cultivando huas terras q. athe esse tempo nunca tiverão dono nem cultura no Sertam que vay da encruzilhada p. a Jeruoca e por não ter titulo dellas as queria de sesmaria em distancia de meya legoa de testada para a parte da mesma Jeruoca rumo direito, e duas legoas de certam fazendo peam na roca que tem feito, inteirados os moradores da estrada das suas testadas; por tanto me pedia lhe fizesse merce conceder por carta de sesmaria as terras que pedia: e mandando informar o Doutor provedor da fazenda real, ouvindo primeiro ao Procurador della e da Coroa, responderão se devia conceder ao Supp. as terras que pedia de sesmaria por ser em aumento da cultura e da povoacam destas Minas: (...) (APM, 1889, p. 180).

Segundo Amato (1996), a primeira carta de sesmaria de Carrancas foi passada em 24 de julho de 1718 por Domingos Martins Guerra, Procurador Geral do Conde Donatário, a Piza e Castelhanos. Segundo o requerimento, o bandeirante morava no lugar havia três anos, em terras que tinha adquirido do Capitão Manoel Garcia Velho, outro conhecido bandeirante, que as recebeu por sesmaria em 24 de julho de 1713. Segue trecho de tal documento:

Dom Pedro de Almeyda e Portugal e Conde de Assumar Comendador Nesta Faço saber o que esta minha carta de Sesmaria virem que havendo o Suplicante ao que por sua petição me enviou a dizer João de Tolledo e Piza Castelhanos morador no Rio Grande e Comarca da Vila de S. João Del Rey, heapresentado-me que havia tresannos que comprara hum sitio e terras na dita paragem ao Capitão Manoel Garcia Velho, o qual assistira nellas quatorze annos e lhe dera a carta de Sesmaria que apresentava passada em 24 de julho de 1713 por Domingos Martins Guerra Procurador Geral do Conde Donatario e porque havia duvida na validade da dita carta, me pedia fosse servido mandar lhe passar nova carta de sesmaria das mesmas treslegoas de terras que possuhia em quadra servindo a passagem de pião tanto para a testada, como para o certão nas quais a mayor parte são campos, tendo somente dous lugares com capacidade para acomodar os mesmos filhos com que se acha, e que as ditas terras ficassem livres de todo o foro pensão, ou tributo, e sodiziamos a Deos Nosso Senhor; e visto seu requerimento; e informação que sobre ele tomei, com que se me não offereceo duvida Hey por bem fazer mercê ao dito João de Tolledo e Piza Castelhanos em nome de S. Magestade, que Deos guarde de lhe dar de sesmaria as ditas treslegoas de terras na paragem referida, legoa e meya de testada pello rio acima, e a mesma para baixo, e outras tres de certão metade para as carrancas, e outra para a parte do Rio das Mortes servindo de pião a passagem do dito Rio na forma declarada em sua petição sem prejuizo de terceiros com a condição de que por nenhum

interesse. Nesta Vila do Carmo 10 de mayo de 1718//Domingos da Silva: Conde Dom Pedro de Almeyda// (APM. Cod. SC. 12, p. 08).

Segundo o testamento de João de Toledo Piza, antes de se fixar em Carrancas, ele havia morado nas proximidades Aiuruoca, conforme registra outra carta de sesmaria a ele concedida em 1710²⁸. Depois de aproximadamente trinta anos, o Capitão Toledo Piza saiu de Carrancas, levando consigo todos os seus descendentes, quando de sua nomeação como Guarda-mor das Minas da Vila da Campanha da Princesa, onde faleceu em trinta de dezembro de 1748.

Em 1741, José de Araújo Álvares, solicita confirmação da carta de sesmaria de meia légua de terra entre o rio Aiuruoca e a serra das Carrancas, cujo topônimo seria associado ao povoado que ali se formaria mais tarde (Fig. 26 e 27):

Gomes Freire de Andrada; do Concelho de V. Mag.Gov. Capitão General das Cappittanias do Rio de Janeiro, Minas geraes. Faço saber aos que esta minha carta de sesmaria virem que tendo respeito apresentarme José de Araújo Martins, morador na Comarca do Rio das Mortes, que me lançara uhas posses em mattos virgens, terras incultas cita entre o Rio Jeruoca, Serra das Carrancas, para o morro dos Três Irmãos(...) (AHU, Cx. 41, D. 79)



Figura 26: Fragmento do Mapa da região de encontro entre os atuais estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, e do curso do Rio São Francisco. Documento esboçado por bandeirante anônimo. Séc. XVIII. É possível observar a Serra da Mantiqueira (abaixo), o curso do Rio Grande (centro) e os seus rios tributários, entre eles o Ingaí. A Serra de Carrancas também recebeu destaque (centro). Fonte: (COSTA, 2007, p. 118).

²⁸ AMATO, M. *A Freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Carrancas e sua História*, 1996.

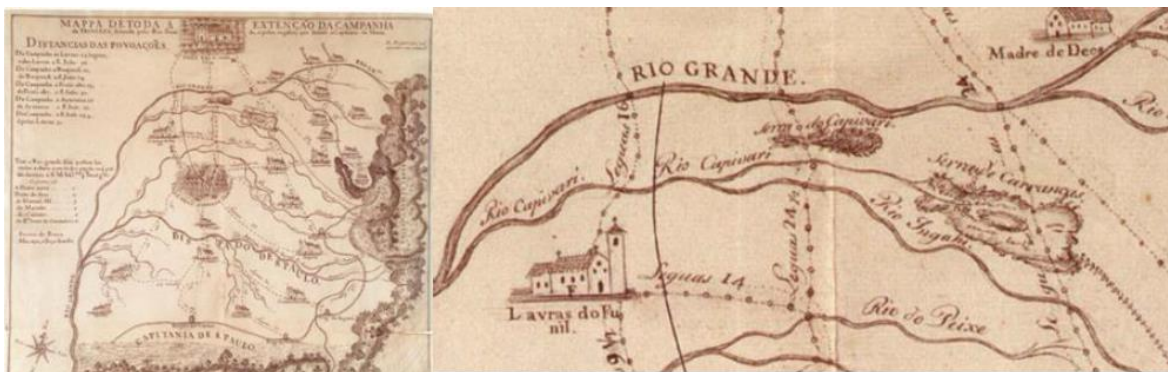


Figura 27: Fragmento do *Mapa de toda a extensão da Campanha*, 1799. O detalhe mostra a figura antropomorfizada da serra de Carrancas. Fonte: COSTA (2004) apud FJP (2015).

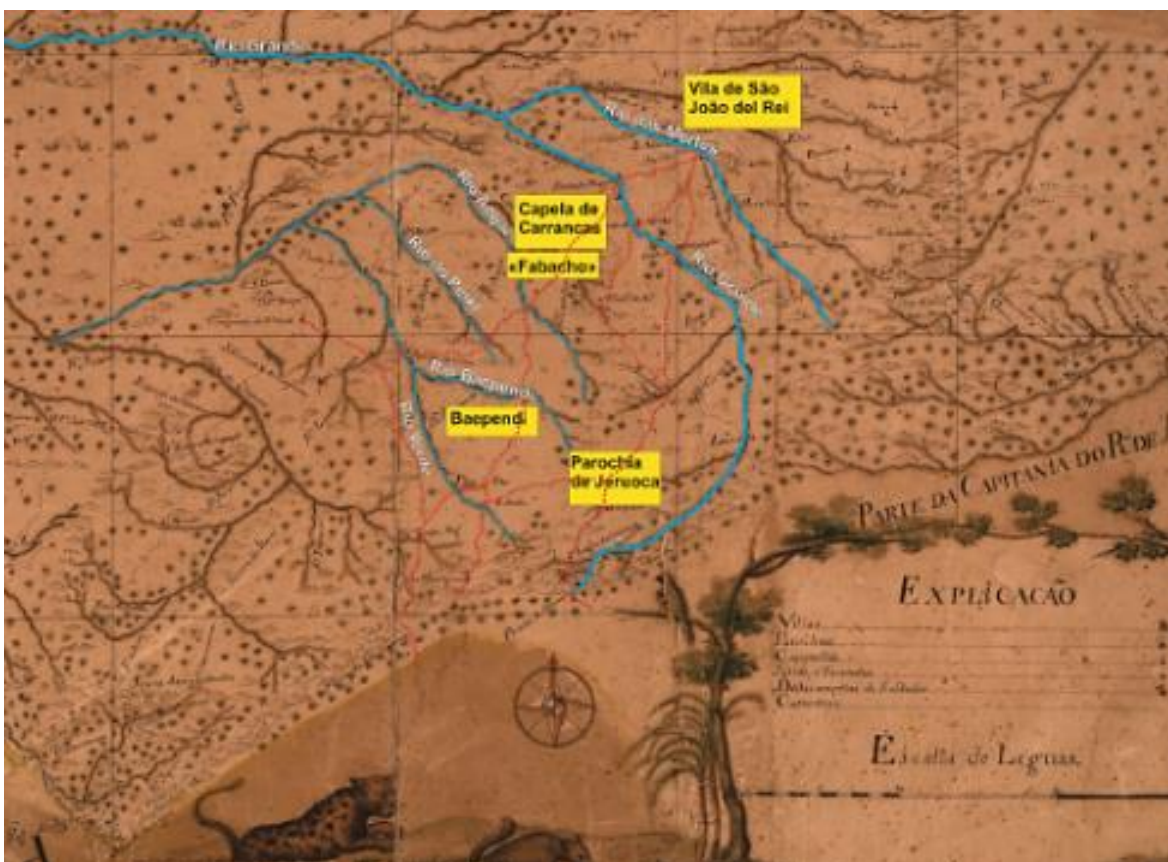


Figura 28: Parte do *“Mappa da Comarca do Rio das Mortes, pertencente a Capitania das Minas Gerais: que mandou descrever o Ilustrissimo e Excelentissimo Senhor D. Antonio de Noronha Governador e Cap. am General da mesma Capitania segundo as mais exactas informações / Jozé Joam. da Rocha o fes”, 1777*. O mapa representa com precisão os cursos d’água (azul), caminhos (vermelho), passagens e vilas da comarca. Os detalhes das ilustrações nas bordas superior e inferior fazem alusões aos recursos ou aos elementos dos espaços geográficos representados na carta cartográfica. O documento cartográfico já aponta as localizações de Baependi, Aiuruoca (Juruoca) e Carrancas, além de mencionar a Fazenda Favacho, importante ponto entre Baependi e a Vila de São João del Rei. Fonte: BN. (cart 530294.tif). Modificado pela autora (2014).

Dos diversos documentos disponíveis no Arquivo Histórico Ultramarino encontra-se, de 1751, o requerimento de Ventura Correia, morador nas minas da Aiuruoca, solicitando a D. João V a mercê de ordenar se lhe tombe meia légua de

terra que lhe fora doada em sesmaria; de 1761, a carta de Manuel Luís de Sousa, solicitando a confirmação de meia légua de terra em quadra, na paragem chamada Bicas e Águas Velhas, na freguesia de Aiuruoca, termo da vila de São João Del Rei, comarca do Rio das Mortes; de 1763 o requerimento de Maria Emerenciana de Santa Ana, solicitando a confirmação da carta de sesmaria de meia légua em quadra, na freguesia da Aiuruoca; de 1771 a solicitação de Luísa Inácia de Jesus, solicitando a D. José I a mercê de lhe confirmar a doação, em sesmaria, de meia légua de terra na freguesia de Aiuruoca, comarca do Rio das Mortes e, de 1773 a carta do capitão Jacinto Borges Pinto, pedindo confirmação de sesmaria de meia légua de terra que possui na serra da Lagoa da Aiuruoca, no termo da vila de São João Del Rei.²⁹

Próximo ao Rio Baependi – outra importante referência para as entradas aos sertões – passa o Caminho Velho, o já citado atalho para quem procurava os sertões das Carrancas e São João del-Rei. Admite-se que os primeiros povoadores do arraial de Baependi se tenham estabelecido nos locais denominados Lavrinhas e Engenho, onde foram encontrados ricos veios auríferos.

Na literatura histórica consta que o capitão-mor Tomé Rodrigues Nogueira do Ó, natural de Funchal na Ilha da Madeira, mudou-se, com sua esposa Maria Leme do Prado, de Guaratinguetá para a região de Baependi. Ali, em 1714, construiu o seu engenho às margens do rio Baependi, para garimpar ouro, e também a sede da fazenda que receberia o nome Engenho. Essa propriedade, já demolida, deu origem à sua vasta descendência, tornando-se, em 1717, sargento-mor de ordenanças do Caminho Velho³⁰. Tal localidade, ainda existente e, já incorporada à malha urbana, abriga hoje uma fábrica de laticínios.

No engenho, junto à sede, estava edificada a Capela de Nossa Senhora de Montserrat, uma construção rústica, feita de taipas e paliçada, onde

²⁹ Biblioteca Digital Luso-Brasileira. Disponível em: <https://bdlb.bn.br/>

³⁰ Os Corpos de Ordenanças se organizaram a partir *d'O Regimento das Ordenanças e dos Capitães-Mores*, de 10 de dezembro de 1570, que foi a disposição legislativa tomada por D. Sebastião a fim de regular com maior precisão a vida militar em Portugal e em seus domínios ultramarinos, mantendo, assim, todos os súditos em condições de tomar armas sempre exercitados e aptos a servir na defesa da terra em caso de necessidade. No Brasil, as Ordenanças eram organizações militares que na segunda metade do século XVIII dava-se não somente em função de sua defesa e manutenção da posse territorial, mas, também, devido ao papel e à relevância que assumiam em sua potencialidade simbólica de expressar e representar uma ordem social que se queria construir” (MELLO, 2006, 31)

se encontrava a imagem da santa de devoção da família. Com o falecimento de Nogueira em 1741, suas terras foram divididas em glebas entre seus filhos. Maria Nogueira do Prado, uma das filhas do casal, fez doação do terreno para o estabelecimento da freguesia de Santa Maria de Baependy e construção de sua Matriz, impondo a condição de ser seu orago N^a S^a do Montserrat³¹ e a igreja voltada para a sede da fazenda.

Entre os anos de 1724 e 1734, a história assinala o nome de várias fazendas já existentes nas proximidades do arraial de Carrancas, tais como sítio do Jaguará, sítio da Cipotiva, sítio da Barra do Ribeirão São João, sítio do Capão Perto, sítio do Cajuru, (IBGE, 1958) entre outras muitas que já não mais existem sob suas designações originais. Aos poucos foram chegando mais paulistas e portugueses a par da mineração do ouro, mas que acabavam por desenvolver também a agricultura e a pecuária. Como afirma Mourão (2007), em torno da década de 1730, todo o sertão das Carrancas já estava ocupado por muitos sítios.

É sabido que em 1721, no local onde se formou a cidade, já existia uma capela edificada em honra a Nossa Senhora da Conceição³² e que o lugarejo era conhecido como Nossa Senhora do Rio Grande. A paróquia de Nossa Senhora da Conceição das Carrancas foi criada em 1736, o que veio proporcionar uma nova onda de crescimento ao povoado que era cortado pela estrada do Caminho Velho, perto da Passagem do Porto do Saco³³, pelo qual, sem outra alternativa, tinham que passar os que iam para as minas do Rio das Mortes e do Rio das Velhas antes da construção do Caminho Novo³⁴.

Por volta de 1726, devido aos primeiros sinais da decadência da mineração, a agropecuária se fortaleceu motivando a vinda de fazendeiros para a região. Alguns dos pioneiros foram o capitão José Vieira de Almeida, fundador e construtor da fazenda do Favacho e, mais tarde, João Francisco Junqueira,

³¹Segundo Pelúcio (1942), é presumível que esta família ligava suas origens à Espanha, por conta da devoção à Virgem Maria que recebeu o mesmo nome da conhecida montanha de Barcelona.

³²Amato (1996) relata que, conforme justificção, em agosto de 1721, foi batizada Branca Teresa de Toledo, filha de Salvador Corrêa Bocarro e de sua mulher Anna Ferreira de Toledo, o que comprova a existência da capela nesta data.

³³ O Porto do Saco no Rio Grande, foi um importante canal comercial de São João Del Rei antes da ferrovia, para o escoamento da produção de ouro de Ouro Preto até o porto de Paraty. Após o ano de 1879, as terras foram doadas para a construção de uma capela sob o orago de Nossa Senhora da Conceição.

³⁴ Conhecido como Caminho Novo da Estrada Real, este trecho, mais jovem, foi aberto para facilitar o acesso do Rio de Janeiro à Ouro Preto. A rota começou a ser delineada por volta de 1698 e definida entre 1722 e 1725.

estabelecido na fazenda Campo Alegre, que incluía no seu perímetro a Serra de São Thomé e áreas dos atuais municípios de Cruzília, Luminárias e São Thomé das Letras. A Fazenda Favacho encontra-se hoje dentro dos limites do município de Cruzília e será estudada no capítulo 5.

Podemos afirmar que a Fazenda do Favacho, uma das mais antigas da região, constituía um importante núcleo de povoação, já que, em 1730, os livros paroquiais de Baependi acusam a existência de um “povoado do Favaxo”, na fazenda Favacho; e também já fazem referência ao “sítio da Encruzilhada” de Manoel de Sá, o que comprova a existência de algum movimento populacional nas imediações da mesma sesmaria, já citada anteriormente.

Podemos afirmar que a fazenda Favacho representava um núcleo referencial com produção e número de escravos relevantes, diante da solicitação feita por seu proprietário José Vieira de Almeida, de permissão para a construção de um engenho de cana dentro de sua propriedade:

Diz Joze Vieira de Almeida morador no sítio e fazenda chamada do Fabaxo, distante da Vila de São João Del Rei dejasete legoas na estrada do Caminho Velho, onde o suplicante fabricou sua grande fazenda, *cazem* beneficiado com bastante escravos, e largos dispêndios, e na vizinhança do lugar se hão estabelecidos dois engenhos que pagão quantia avultada de dízimos e subsídios a V. Mag.. Como suplicante é melhor se poder utilizar da fabrica, e fazenda erecta, necessita licença para que no dito sitio possa levantar engenho de moer canas, recorre a V. Mag. Para melhoramentos da mencionada propriedade (AHU, 1762, cx 80, doc. 02).

A região de Cruzília seria novamente referenciada em relatos no ano de 1736, por ocasião da pretendida “*futura*” Picada de Goiás:

Uma terceira sociedade se formou, no mesmo ano, em Minas, com elementos da Comarca do Rio das Mortes, para o fim de construir um atalho, no caminho velho de São Paulo, começando no local, que ficou com o nome de Encruzilhada, e hoje se chama Cruzília, até São João del-Rei, onde teve início o “Caminho Novo dos Goiaes (BARBOSA, 1979).

1.º de Junho de 1762 por es.
 do Sr. Governador. 18 de Junho de 1762






D. José Vieira de Almeida morador no ditto ofazenda
 chamada do Tabaco distante da Vila de São João del Rei de qua
 legua na estrada do Caminho Velho onde o Sr. Governador tem
 grande fazenda e tem beneficiado com bastantes escravos e
 largos dispendios, em a vizinhança do d. Lugar se acha estabe
 lecido d. Engenho que paga quantia limitada de Dizi
 mos e subordina a V. Magestade o Sr. Governador e millor se pode
 utilizar da fabrica, e fazenda erigida, necessita licença q. que
 nos d. Sr. Governador se levantou Engenho de moer canas, e de
 a V. Magestade e melhoramento da mencionada porção de
 sem que devesse estar a justa supplica do Sr. Governador a
 que se de se levantarem Engenhos naquellas Capitanias por
 toda sempre se entendeu no lugar do d. Minas, e em no ter
 ritorio onde habita o Sr. Governador que está m. distante de Minas
 e fora dellas em sua estrada que se acha desprovida. & c.

Figura 29: “Requerimento de Jose Vieira de Almeida, morador na Vila de Sao João Del Rei, solicitando a licença para erigir um engenho de moer canas”. Fonte: AHU, 1762. Disponível em: <http://bdlb.bn.br/redeMemoria>. Acesso em 02/09/2016.

Neste contexto, percebemos que durante a primeira metade do século XVIII (Fig. 30) temos os primeiros movimentos em direção ao povoamento da porção territorial aqui estudada. Note-se que estes movimentos demonstram uma constante mobilidade dentro do território e o contato com áreas até então desconhecidas e ermas.

Os primeiros fazendeiros estabeleciam-se em áreas próximas aos poucos eixos de deslocamento, que neste momento, nada mais eram que pequenas trilhas abertas em áreas de campos vastos e matas. Com certo tempo de cultivo das terras, requeriam sesmarias que abrangiam imensas extensões de terra, claramente impossíveis de serem totalmente produtivas e controladas, o que demonstra a imprecisão dos limites de propriedade, que, por vezes, abrangiam áreas atualmente correspondentes a mais de um município.

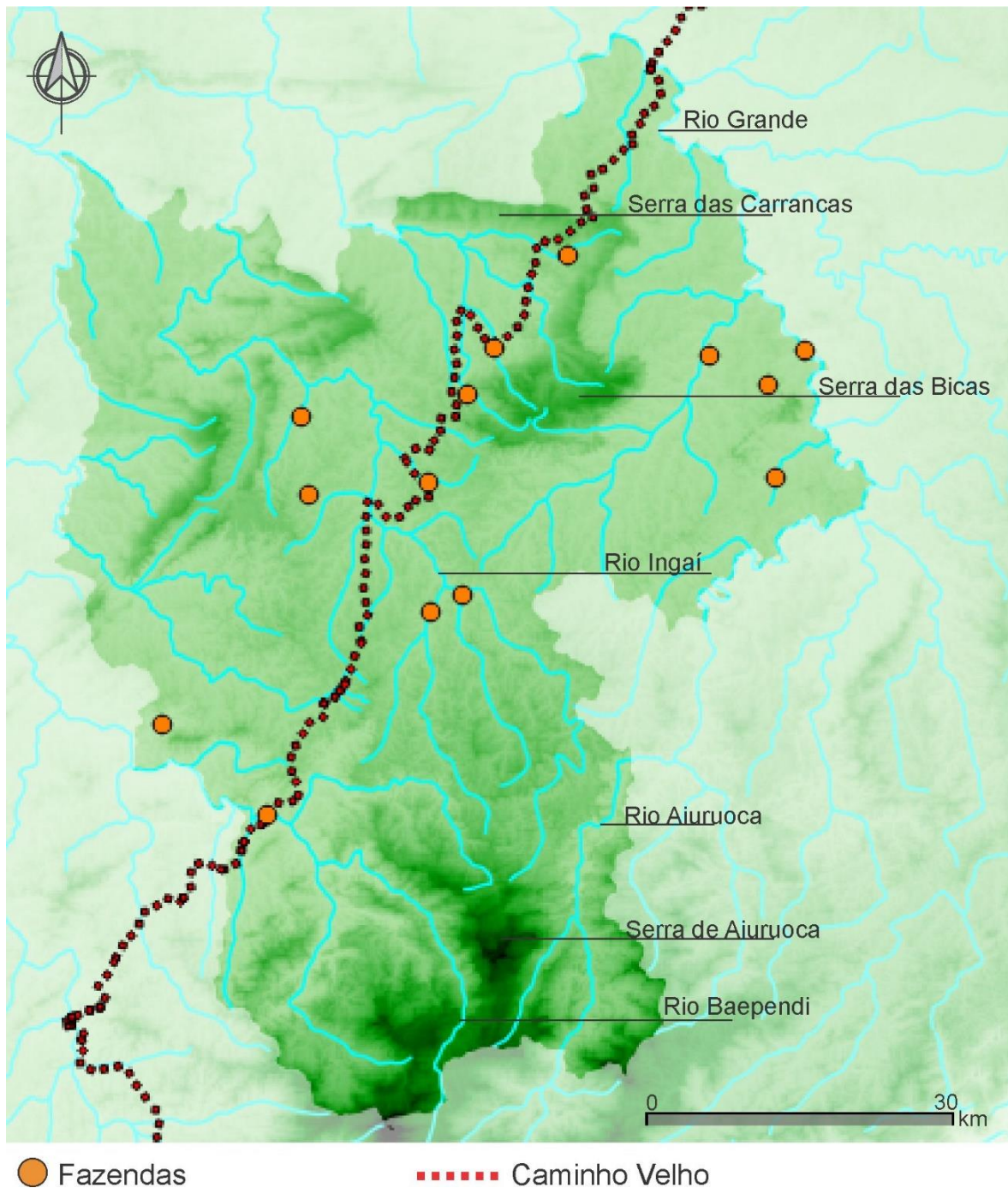


Figura 30: Mapa da ocupação da região de estudo durante a primeira metade do século XVIII. Estão localizados os principais rios, serras, o eixo do Caminho Velho e as primeiras fazendas existentes. Fonte: Base Cartográfica do IBGE (1975). Elaborado pela autora (2016).

Neste período também é possível notar a coexistência de propriedades rurais e núcleos de povoamento dispersos pelo território, sem diferenças significativas naquilo que diz respeito a um espaço urbano ou a um espaço rural. Os núcleos obtinham títulos de distritos ou vilas, mesmo tendo um número de habitantes por vezes menor que aquele que vivia nas fazendas. Veremos como a

presença da igreja e a elevação de alguns núcleos a categorias relacionadas à uma figura urbana, ocorreu na região de estudo.

2.3. Pequenos núcleos de poder

Em 1754, o distrito de Aiuruoca foi elevado à categoria de julgado, cuja criação fora aprovada em 1758. Segundo Damasceno (2011), “a criação de julgados consistiu a principal medida adotada pelos governadores para instalar estruturas judiciárias nos locais onde não convinha criar vilas” (FONSECA, 2011, p. 189)³⁵. Os julgados caracterizavam circunscrições com certo grau de autonomia, o que destaca a posição relativamente importante de Aiuruoca neste vasto território que se configurava.

Em alguns casos, os julgados evoluíam para a categoria de “concelho” e, finalmente, adquiriam o título de vila. Data de 1758 a *Consulta do Conselho Ultramarino sobre a conta que deu o ouvidor do Rio das Mortes, Francisco José Pinto de Mendonça, em ter posto com permissão do governador, um juiz ordinário com seu escrivão nas minas de Itajubá e da necessidade de se criar também um juiz ordinário no distrito de Aiuruoca*.³⁶

Sabemos, a crise da produção aurífera anunciava-se desde meados do século XVIII, devido ao esgotamento das jazidas e às exigências crescentes relacionadas à cobrança de impostos. Na tentativa de conter os contrabandistas e os desvios do fisco real que aconteciam por rotas clandestinas naquela região, Aiuruoca foi visitada em 1764, pelo então governador Luiz Diogo Lobo da Silva e por Cláudio Manuel da Costa, o auditor provincial e poeta inconfidente. O Governador voltou-se para as regiões limítrofes da capitania, que ainda eram pouco conhecidas e habitadas, onde a cobrança de impostos era deficiente e os contrabandistas agiam com liberdade.

Em 1752 foi criado o Distrito com a denominação de Santa Maria de Baependi e, neste período, intensificaram-se as solicitações de cartas de

³⁵ “Os julgados eram os territórios de jurisdição de um juiz ordinário – ou seja, um juiz leigo (sem título de bacharel) de primeira instância. Suas atribuições podiam ser menos amplas que as dos juízes ordinários das vilas: diferentemente dos concelhos, os julgados eram circunscrições com autonomia judiciária parcial – ou seja, sem jurisdição completa (...) e sem autonomia administrativa, o que o tornava dependente de um concelho vizinho(...)” (FONSECA, 2011, p. 189).

³⁶Arquivo Histórico Ultramarino, Cx 73, doc.: 35, cd: 21.

sesmaria em suas vastas terras. Entre elas, a de Manuel de Sousa Freire solicitando, em 1771, a mercê de Ihe confirmar a doação, em sesmaria, de meia légua de terra na freguesia de Baependi, termo da Vila de São João Del Rei, Comarca do Rio das Mortes³⁷.

Segundo Fonseca (2011), no ano de 1760, a capela de Carrancas perdeu sua posição de sede de freguesia em favor do arraial vizinho, Lavras do Funil que era “(...) duas vezes mais populoso e seus habitantes já haviam começado a edificar uma igreja de grandes proporções, em um terreno que oferecia mais “comodidades” do que o da matriz de Carrancas” (FONSECA, 2011, p. 116).

Nas terras pertencentes a Carrancas e a Lavras do Funil (atual município de Lavras), em meados do século XVIII, dona Maria José do Espírito Santo teria se fixado e instalando sua fazenda denominada Luminárias na qual, por volta de 1798, mandaria construir uma capela em honra a Nossa Senhora do Carmo das Luminárias. O novo povoado se formaria ao redor da capela e apareceram novos habitantes atraídos pela fertilidade das terras, muito próprias às atividades agrícolas e criação de bovinos. Francisco da Silva Pinto, outro nome ligado aos pioneiros da fundação do povoado, adquiriu terrenos de herdeiros de Maria do Espírito Santo, doando uma parte para formar o patrimônio da igreja, que ia crescendo e dando origem à atual cidade de Luminárias³⁸.

³⁷AHU. Cx 101. Doc: 42. Cod. 8184. Disponível em: <http://bdlb.bn.br/>. Acesso em: 12/07/2015.

³⁸ O nome da atual cidade refere-se aos pontos luminosos que à noite podiam ser vistos na serra próxima ao local onde se formaria o núcleo, batizada com o nome de Serra das Luminárias. As duas versões para topônimo são aceitas: (1) refere-se a “pontos luminosos” que apareciam em uma serra próxima ao núcleo, batizada com o nome de “Serra das Luminárias”; (2) derivada da Fazenda Luminárias, de Maria José do Espírito Santo (IBGE, 2014).



Figura 31: Fragmento da *Carta Cartográfica da Capitania de São Paulo*, Morgado de Mateus, 1766. O documento registra a localização dos lugares por onde se fizeram as sete principais divisas entre Minas Gerais e São Paulo (A1, pelo Rio Grande; A2, pelo Morro do Cachumbú (atual Caxambu); A3, pelo alto da Serra da Mantiqueira; A4, outra vez pelo Cachumbú; A5, pelo Rio Verde; A6, pelo Sapocahy; A7, pelo Morro do Lopo, e estrada de Goyazes (linha amarela). Vê-se ainda as localizações dos distritos de Juruoca e Baependi e o Caminho Velho (linha pontilhada).

Fonte: Novo Milênio. Disponível em: <http://www.novomilenio.inf.br/santos/mapa41g.htm>. Acesso em 12/10/2016.

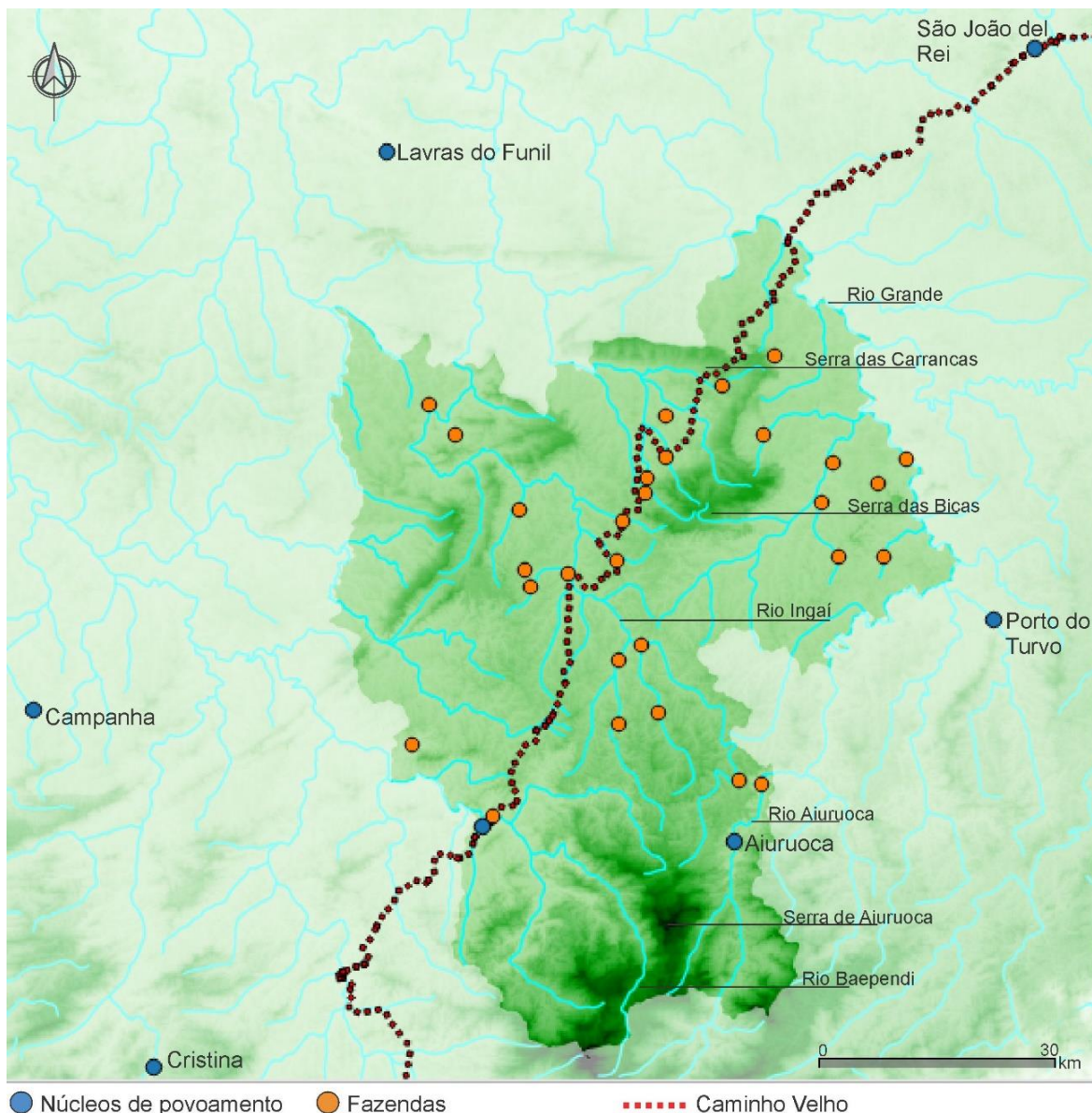


Figura 32: Mapa da ocupação da região de estudo durante a segunda metade do século XVIII. Estão localizados os principais rios, serras, o eixo do Caminho Velho, as primeiras fazendas e os povoados existentes. Fonte: Base Cartográfica do IBGE (1975). Elaborado pela autora (2016).

Também do final do século XVIII são os registros que indicam o florescimento do povoado de São Thomé. Pertencente às terras de Baependi, a ocupação do local onde hoje se localiza o município iniciou-se com a construção de uma capela em louvor ao santo, pelo mesmo João Francisco Junqueira proprietário da Fazenda Campo Alegre e Favacho, em 1770. A capela primitiva foi construída próxima à gruta em que foi encontrada uma imagem de São Tomé e em torno da capela formou-se o arraial. Em 1785 foi iniciada a matriz.

Segundo a Leitura Técnica para o Plano Diretor de São Thomé das Letras (2009), a lenda que envolve a formação do povoado conta que um escravo fugido teria se escondido na gruta onde foi encontrada a imagem do santo que a

ela emprestou seu nome. Ali teria encontrado também um homem misterioso, que o tranquilizou e mandou que o escravo levasse uma carta para o seu amo, garantindo-lhe que seria perdoado. Após ler a carta, o senhor do escravo pediu-lhe que o levasse ao homem misterioso e dirigindo-se à gruta, ali não mais o encontraram, mas sim uma imagem de São Tomé, que de imediato o senhor levou para a sua fazenda, colocando-a em um rico oratório.

No dia seguinte, porém, a imagem desapareceu. Desconfiado, o senhor e seus escravos retornaram à gruta, onde encontraram novamente a imagem. Pela “teimosia” da imagem, o senhor concluiu que ela deveria ficar na gruta, enquanto mandava construir uma igreja definitiva para o santo. Na gruta, as “letras” (símbolos) se impunham, como até hoje, e significariam uma mensagem de São Tomé.

O Códice Costa Matoso anota documentos datados de 1.738 e 1.747, o primeiro trazendo a transcrição dos caracteres da gruta de São Tomé e o segundo uma resposta a questionamentos sobre o mesmo tema. A discussão é sobre o entendimento “(...) dos caracteres que aparecem esculpidos em uma pedra ou campã na entrada de uma furna em a comarca do Rio das Mortes (...) conforme (...) as deduções bíblicas, a numerologia na antiguidade clássica e a cultura dos índios no Brasil e seus ritos fúnebres”. (FIGUEIREDO, 1999, p. 539).

Neste mesmo período foi construído na localidade da Encruzilhada o primeiro cemitério que servia aos usuários do Caminho Antigo das Minas, tropeiros e aventureiros do ouro e, por volta de 1800, o nome Bairro da Encruzilhada aparece nos registros de Baependi, o que comprova a existência de povoamento na Encruzilhada.

Em 1798, a Câmara de São João Del Rei propõe ao governador da Capitania, em razão da reforma de Antônio Gonçalves Penha, os nomes dos alferes João Gonçalves Penha, José Gonçalves Penha e João Nunes Cerqueira “(...) para o cargo de Capitão de Ordenança da Companhia do Distrito do Favacho e São Thomé das Letras” (AMAG, 2009, p. 29). Tal preocupação demonstra que as instituições começavam a alcançar o modesto povoado.

Semelhante à lenda sobre a origem do município de São Thomé das Letras é a tradicionalmente contada sobre o surgimento do município de São Vicente de Minas, cujo nome é alusivo ao seu padroeiro, São Vicente. Conta a tradição que um empregado de um fazendeiro da região, descobriu uma imagem

de São Vicente Ferrer, junto a uma nascente de água. O fazendeiro construiu, então, uma capela que foi fundada em 1797, em torno da qual logo se formou o povoado, ponto de encontro de tropeiros e viajantes, subordinado primeiramente a Aiuruoca e depois ao Turvo, atual Andrelândia.

Subordinado também ao Turvo, foi criado, em 1813, o Distrito com a denominação de Carrancas. O núcleo estava:

(...) situado junto ao Rio Capivari, que entra na margem esquerda do Rio das Mortes no limite dos termos das Vilas de São João del Rei e de Baependi. Tem igreja paroquial e 45 fogos. Deste grande distrito, dependem os pequenos distritos que se seguem: Arraial do Espírito Santo, tem 28 fogos e 564 almas; Dito de Luminárias, tem 33 fogos e 307 almas; Dito de Santo Inácio das Lavrinhas, tem 17 fogos e 378 almas; Dito do Saco do Rio Grande, tem 61 fogos e 846 almas; Dito de São Thomé, tem 75 fogos e 373 almas; Dito de Campo Belo, em 44 fogos e 460 almas (MATOS, 1981, p. 118).

Em 1814, o arraial de Baependi foi elevado à categoria de vila, sendo desmembrado da Campanha da Princesa e ficando-lhe incorporadas as freguesias de Aiuruoca e Pouso Alto. As vilas de Santa Maria do Baependi e São Carlos do Jacuí, foram as últimas elevadas durante o período colonial. Segundo Matos (1981), o Termo da vila confinava com os seguintes limites geográficos-administrativos:

(...) ao norte com o termo de São João del Rei pelo Rio Grande; ao sul, com as províncias do Rio de Janeiro e São Paulo, pela Serra da Mantiqueira; a leste, com os termos de São João del Rei e Barbacena, pelo mesmo Rio Grande; e a oeste, com os termos da vila da Campanha e parte de São João del Rei, pela Serra das Carrancas e uma linha até a Mantiqueira. A sua superfície está calculada em 216 léguas quadradas, correspondendo 144 almas a cada uma delas (MATOS, 1981, p. 148).

A Vila de Santa Maria do Baependi encontrava-se:

(...) situada na margem direita do Rio de Ingaí, que entra na esquerda do Grande. (...). Fica 64 léguas distante do Rio de Janeiro, e 53 da cidade de Ouro Preto. Tem 130 fogos, Casa de Câmara Municipal e Prisão pouco notáveis, e uma igreja paroquial. O termo desta vila é célebre pelo excelente tabaco que nela cresce (MATOS, 1981, p. 148).

Dependiam desta vila na época, onze distritos menores e suas características foram registradas por Saint-Hilaire (1974) em sua viagem no ano de 1822:

Santa Maria do Baependi, 10 de março, 4 léguas e meia – (...) A região que percorremos hoje é montanhosa e muito mais coberta de mata do que a que se estende entre S. João del Rei e Aiuruoca. Constantemente o terreno é pedregoso e muito áspero. No meio do caminho, mais ou menos, atravessamos uma espécie de aldeiazinha que se chama Rego d'Água. Nada tem de notável e compõe-se unicamente de algumas casinhas esparsas e construídas numa baixada à beira de um riacho.

Depois do Rego d'Água, o aspecto da região muda pouco a pouco, tornando-se mais austero. Os campos são menos risonhos e de verdura mais escura; por fim a majestosa e sombria araucária, esparsas entre a mataria, lembra um pouco os Campos Gerais.

Perto de Baependi encontramos o rio de mesmo nome. Margeamo-lo durante algum tempo e depois de o atravessar num aponte de madeira, avistamos a cidade. Fica situada à encosta de uma colina pouco elevada e compõem-se de várias ruas desiguais e irregulares. As casas que as margeiam são, em geral, muito pequenas, e estão longe de atestar opulência. A igreja, construída numa praça pública, nada tem de notável.

Hospedei-me numa estalagem que, semelhante às de várias cidades do interior, compõem-se de muitos quatinhos quadrado, uns ao lado dos outros. Não se comunicam e tem entrada pela rua. Não possui geralmente mais do que uma ou duas camas de madeira; ali se faz fogo como nos ranchos. O dono da hospedaria nada cobra pelo aluguel do quarto, mas tira lucro do que vende aos viajantes e pela retribuição do pasto fechado onde se soltam os animais (SAINT-HILAIRE, 1974, p. 60).

O distrito de Aiuruoca permaneceu dependente da Vila de Baependi até o ano de 1834, quando também obteve o título. Segundo Matos (1981), no ano de 1814, Aiuruoca tinha igreja paroquial e 124 fogos, distando do Rio de Janeiro 56 léguas, e do Ouro Preto 51. O distrito próprio do arraial dividia-se em dois pequenos distritos, a saber: Aiuruoca, com “63 fogos e 456 almas” e Distrito, com “177 fogos e 931 almas” (MATOS, 1981, p. 150).

Auguste Saint-Hilaire (1974), em sua *Segunda Viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais*, nos relata sua impressão ao chegar no pequeno arraial de Aiuruoca depois de ter pernoitado na Fazenda Traituba:

Juruoca, 3 léguas, 5 de março: (...) Mais ou menos meio quarto de légua antes de aqui chegar, começa-se a descer num vale sombrio, extremamente profundo, cercado de montanhas cobertas de mata. O Rio Aiuruoca, que desce, disseram-me, do Morro do Garrafão, corre

rapidamente no fundo do vale, e é, à margem deste rio, entre montanhas e matas, que fica situada a cidade do mesmo nome. Construíram-na à ribanceira direita, um pouco acima do seu leito, e compõe-se de cerca de oitenta casas. Constituem elas três ruas, cuja principal é bastante larga e paralela ao rio. A igreja paroquial ergue-se na extremidade mais elevada desta rua, é pequena, sem sino, e nada oferece de notável. Vêem-se além dela uma capela e outra igreja recentemente construída pela irmandade do Rosario e colocada num morro que domina toda a cidade. Como quase todas as aglomerações de Minas, parece muito pouco habitada nos dias úteis. Torna-se, porém, provavelmente muito mais movimentada nos domingos e feriados. Prova de que nem sempre vive tão deserta quanto hoje, é o fato de possuir algumas lojas bem regularmente sortidas, vendas e até mesmo uma farmácia (SAINT-HILAIRE, 1974, p. 52).

Do distrito sede de Aiuruoca dependiam ainda outros 21 pequenos distritos que se desmembraram em vilas e cidades, entre eles o da Lagoa (atual Alagoas), do Turvo e Serranos, sendo que este manteve o topônimo até os dias de hoje. Isso demonstra a grandiosidade da sua extensão territorial original (MATOS, 1981).

Em 1839 foram anotados no curato de São Thomé das Letras 132 fogos e 1.312 almas, sendo 704 livres e 608 escravos. (AMAG, 2009, p. 23). Francisco de Paula Ferreira de Rezende, em viagem da Campanha para a Corte, passa pelo povoado, e assim o descreve:

No terceiro dia da nossa viagem, passamos por S. Tomé das Letras. Colocada em cima de uma alcatilada serra, a povoação que era composta de muito poucas casas e quase todas elas desabitadas, podia muito bem ser comparada a um verdadeiro ninho de aves. Não obstante essa espécie de solidão que tinha a meus olhos alguma coisa de triste, eu gostei, entretanto, não só de ver a igreja, donde a vista se espraia por um horizonte imenso; porém muito mais ainda gostei de ver as letras que dão o nome ao lugar e que se acham ao lado da igreja em uma grande pedra cortada a pique (AMAG, 2009, p. 30).

Pela lei provincial de 1842, a vila de Santa Maria de Baependi adquiriu do município de Lavras o distrito de São Tomé das Letras e, quatorze anos mais tarde, foi elevada à condição de cidade com a denominação alterada simplesmente para Baependi. Vinte seis anos mais tarde, em 1868, a vila de Aiuruoca foi elevada à condição de cidade, sendo "(...) sede de um termo que consta de seis paróquias e que pertence à comarca de Baependy" (VEIGA, 1874, p. 425).

Em 1874, conforme afirma Veiga (1874), Aiuruoca possuía “(...) 140 casas, sendo 10 de sobrado, edificadas todas em 7 ruas e 3 praças; uma casa de câmara municipal e uma cadeia; possui também 2 escolas públicas de ensino primário e uma particular, e também aula de latim e francez a pouco creada” (VEIGA, 1874, p. 425).

O pesquisador registra ainda as reclamações dos moradores diante das condições primitivas das vias de comunicação que chegavam à cidade, os caminhos longos e tortuosos, traçados entre as serras e montanhas de difícil acesso, acabavam dificultando as relações econômicas e o escoamento da produção, empecilho sem o qual “a lavoura ahi muito teria prosperado” (VEIGA, 1874, p. 425).

Neste mesmo tempo, a cidade de Baependi apresentava ruas estreitas e tortuosas e cerca de duzentas casas construídas em 10 ruas e 3 praças. Além da igreja matriz, existiam, em 1874, a igreja de Nossa Senhora do Rosário e uma capela dedicada a Nossa Senhora da Conceição. A casa de câmara era “decentemente decorada”, abrigando em seu pavimento inferior o mercado. Continha ainda uma cadeia³⁹ em “péssimas condições”, dois cemitérios murados e quatro chafarizes públicos.

De acordo com Carvalho (2012) em 1868, a cidade recebera as visitas de Suas Altezas, o Conde d’Eu e a Princesa Isabel após uma curta estadia em Caxambu, onde lançaram a primeira pedra fundamental do novo templo, em honra de Santa Isabel da Hungria⁴⁰. E, entre 1873 e 1893 foram criados os distritos de Encruzilhada (Cruzília), Caxambu e Soledade, sendo estes, subordinados ao município de Baependi, e do qual seriam desmembrados Caxambu e Soledade, somente no ano de 1901.

³⁹A casa de câmara e a cadeia eram os edifícios necessários aos núcleos que recebiam o título de vila no período colonial. Isto porque, segundo Fonseca (2011), no nível local, o termo “vila” designa a povoação-sede de um concelho, ou seja, aquela que possui autonomia judicial.

⁴⁰Segundo Mourão (2007), Luís Antônio Junqueira de Oliveira o visconde de Caldas, amigo pessoal do então Imperador D. Pedro II e morador da Fazenda Jardim, no atual município de Luminárias, foi o organizador do protocolo e do cerimonial da chegada e da permanência da Princesa Isabel e o Conde d’Eu em Caxambu, quando o casal procurou aquelas termas com águas ricas em minerais, para tratar da infertilidade da princesa. Esta teria feito a promessa que se conseguisse a concepção de um herdeiro, faria construir uma Igreja sob a invocação de Santa Isabel de Hungria.

Por volta de 1838, se deu o início da verdadeira consolidação do povoado da Encruzilhada, o que se manifestaria por meio da construção de uma igreja em honra de São Sebastião, em 1853.

Segundo conta a tradição, em 1858 estabeleceu-se no sopé da denominada “Serrinha”, colina atualmente inserida no tecido urbano da cidade, o Capitão Manoel Domingos Maciel; ele instalou um pequeno comércio para atendimento de fazendeiros e viajantes: “(...) no nascente arraial da Encruzilhada. Comprou uma chácara e construiu uma casa nas proximidades da capela que era circundada pelo antigo cemitério” (PEREIRA, 2003, p. 58).

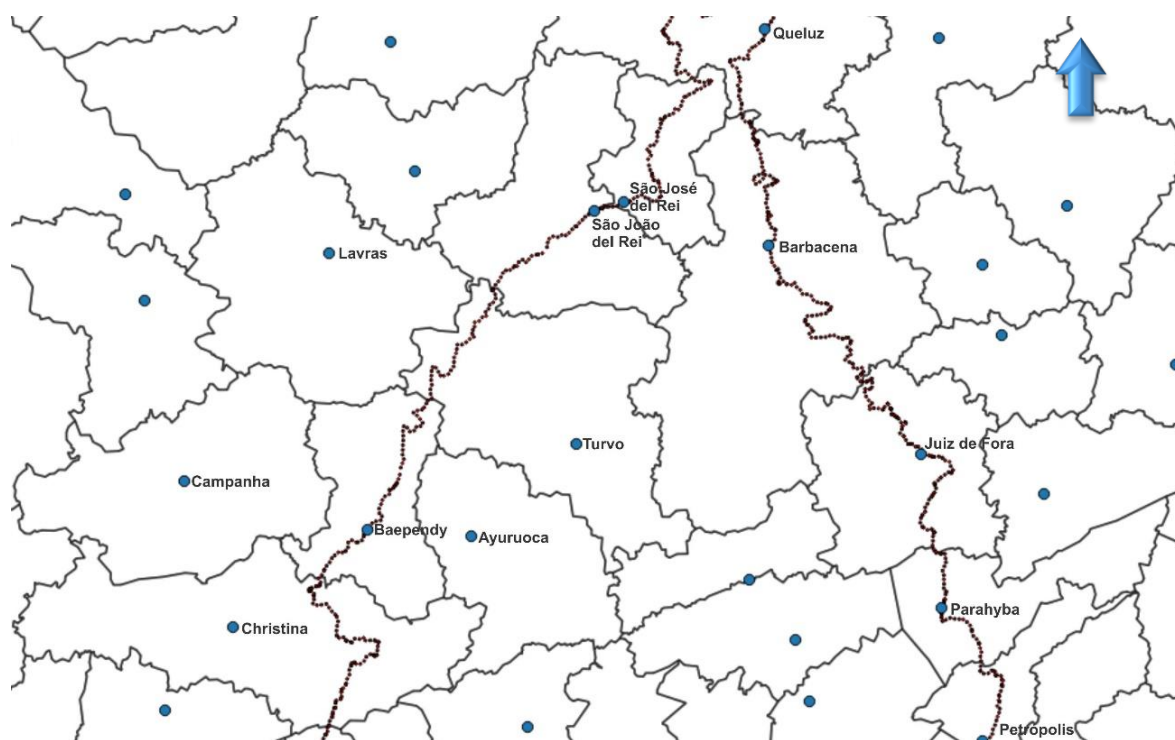


Figura 33: Malha municipal da região de estudo em 1872. Em vermelho, à esquerda: eixo do Caminho Velho da Estrada Real, à direita, o eixo do Caminho Novo. Nesta data, os territórios dos municípios eram bastante extensos e detinham o domínio de povoados menores. Baependy e Aiuruoca já eram reconhecidas como cidades. Fonte: Base Cartográfica do IBGE (1975), elaborado pela autora (2016).

No ano de 1873 foi criado o distrito de Nossa Senhora do Carmo das Luminárias (Luminárias) e elevado à condição de Freguesia, o então distrito de São Sebastião da Encruzilhada (Cruzília). A Povoação foi nesta época descrita da seguinte maneira:

(...) esse povoado não conta mais que 40 casas collocadas em duas ruas e uma travessa; é pois a natureza que lá se admira; os homens ainda nada fizeram que seja digno de mencionar-se. (...) Possui duas

igrejas, sendo uma dellas consagrada ao martyr S. Sebastião, e encerra uma população que se emprega na cultura da terra sendo o fumo e a canna os principaes generos que se cultiva nesta localidade. (...) Forão os dous irmãos Coronel João de Souza Meirelles e José de Souza Meirelles os mais dedicados protetcores desta interessante aldeia, que aspira ser elevada à freguezia, contando menos com os elementos que tem do que com aquelles que deve esperar em tempo próximo (VEIGA *apud* PEREIRA, 2003, p. 62).

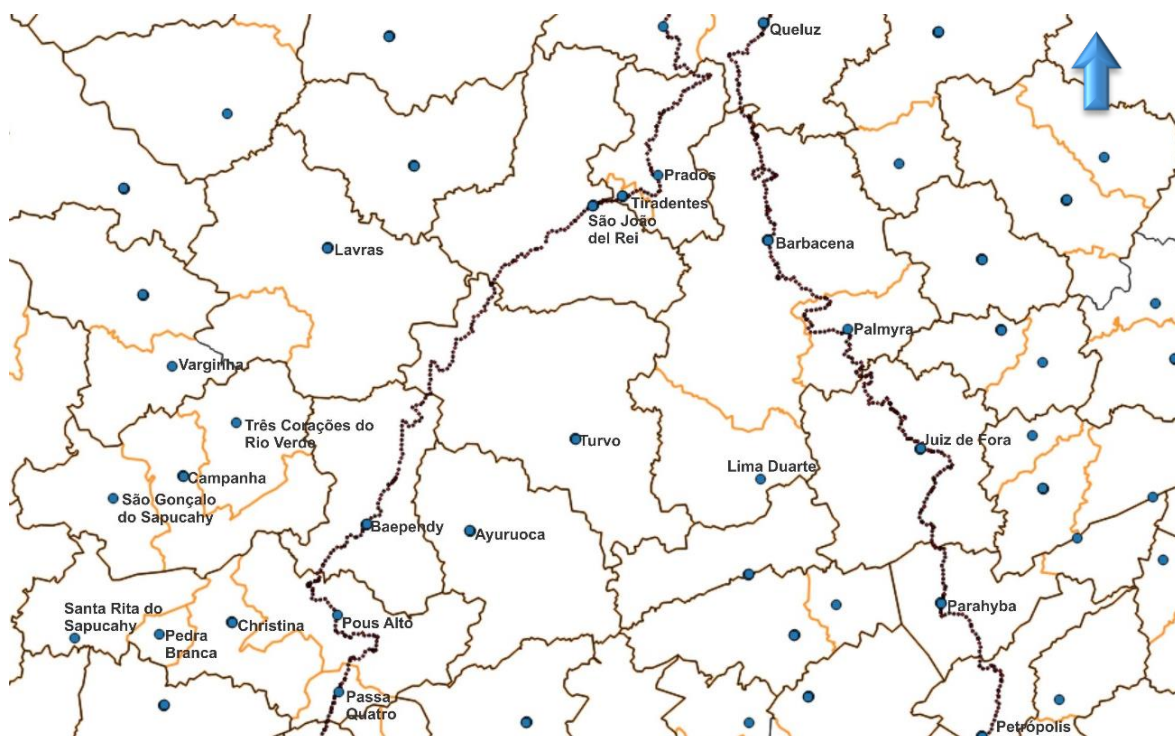


Figura 34: Malha municipal em 1900. As linhas em laranja mostram as novas divisões municipais e, as pretas, as que permaneceram. Até esta data, os municípios de Baependy, Aiuruoca e Turvo, não sofreram alterações em seus limites. Já a vasta extensão do município de Cristina, foi desmembrada em mais quatro novos municípios: Santa Rita do Sapucahy, Pedra Branca (atual Pedralva), Passa Quatro e Pous Alto. Estes dois últimos eram antigos pontos de passagem e parada e foram registrados em diversos roteiros bandeirantistas. O antigo município de São José del Rei deu origem aos de Tiradentes e Prados. Fonte: Base Cartográfica do IBGE (1975), elaborado pela autora (2016).

Em 1887 foi inaugurada pelo imperador Pedro II, a estação ferroviária de São Thomé das Letras, localizada a 18 quilômetros do núcleo urbano, pertencente à Estrada de Ferro Minas & Rio. A unidade reforçava a ligação Cruzeiro (SP) a Três Corações (MG). Os benefícios da conquista, no entanto, foram apenas relativos, pela grande distância entre o povoado e a estação e dificuldade na preservação e transporte dos gêneros de consumo.

A vila era muito pacata e politicamente frágil. Anotações de um visitante em 1930 dão conta desta estagnação:

A séde do districto é hoje um arraial decadente, com menos de quatrocentos habitantes, sem industria e sem vida própria(...) São duzentas e poucas as casas que compõem a aldeia; quasi todas construidas de lages de pedras, deitadas umas sobre as outras e a maioria cobertas também pelas ditas lages: uma cidade de lages e lagedos. A maior parte dessas casas permanece fechadas, todavia, pois pertencem a fazendeiros que só as freqüentam em dias festivos, o que torna lugubre o aspecto: uma authentica cidade morta (AMAG, 2009, p. 33).

No contexto das novas vias de acesso representadas pelas estradas de ferro, em 1912 a Ferrovia Oeste de Minas inaugurou uma estação com algumas residências em torno, no lugar onde hoje se encontra a sede municipal de Minduri. Nas proximidades, a serra de mesmo nome batizou a estação que, até 1920, não passou de um posto de abastecimento de combustível para a mesma via.

Nesse ano, o então vigário de São Vicente de Minas, a convite dos servidores da ferrovia, realizou na estação a primeira missa campal aproveitando para exortar os fiéis a que se mobilizassem na construção de uma capela no local. A sugestão produziu seus efeitos e em 1923, foi doado ao Bispado de Campanha o terreno para a construção da capela que foi benta em 1928 e teve o primeiro batismo realizado (IBGE, 1951).

Em torno da capela foram surgindo residências de forasteiros que ali se fixaram, surgindo assim, o povoado de Paiol, nome dado pela existência de uma fazenda dos arredores. Em 1934, Paiol passou a denominar-se Andradina, (em homenagem à família Andrade), subordinado ao município de Francisco Sales, elevando-se a distrito em 1938, com a denominação de Minduri, subordinado então ao município de Francisco Sales, atual São Vicente de Minas.

A partir da década de 1940 os demais distritos foram elevados a categoria de município, tornando-se emancipados: Carrancas, Luminárias e Cruzília, em 1948. São Vicente de Minas e Minduri, em 1953 e, São Thomé das Letras, em 1962.

Podemos notar que os municípios aqui estudados foram originados de porções muito extensas de terras que, no início eram parte de três localidades importantes, mas pouco representativas no que diz respeito a um núcleo urbano. São João Del-Rei, Baependi e Aiuruoca foram as primeiras vilas das quais foram

desmembrados os demais povoados e distritos. Processo lento que só teve fim há poucos anos.



Figura 35: Malha municipal em 1940. As linhas em laranja mostram as novas divisões municipais e, as pretas, as que permaneceram. Até esta década o antigo município do Turvo foi subdividido, dando origem aos municípios de Francisco Sales (atual São Vicente de Minas) e Bom Jardim de Minas. Do município de Aiuruoca, foi desmembrado o de Liberdade e, do município de Baependi, os de Caxambu e Soledade. Fonte: Base Cartográfica do IBGE (1975), elaborado pela autora (2016).

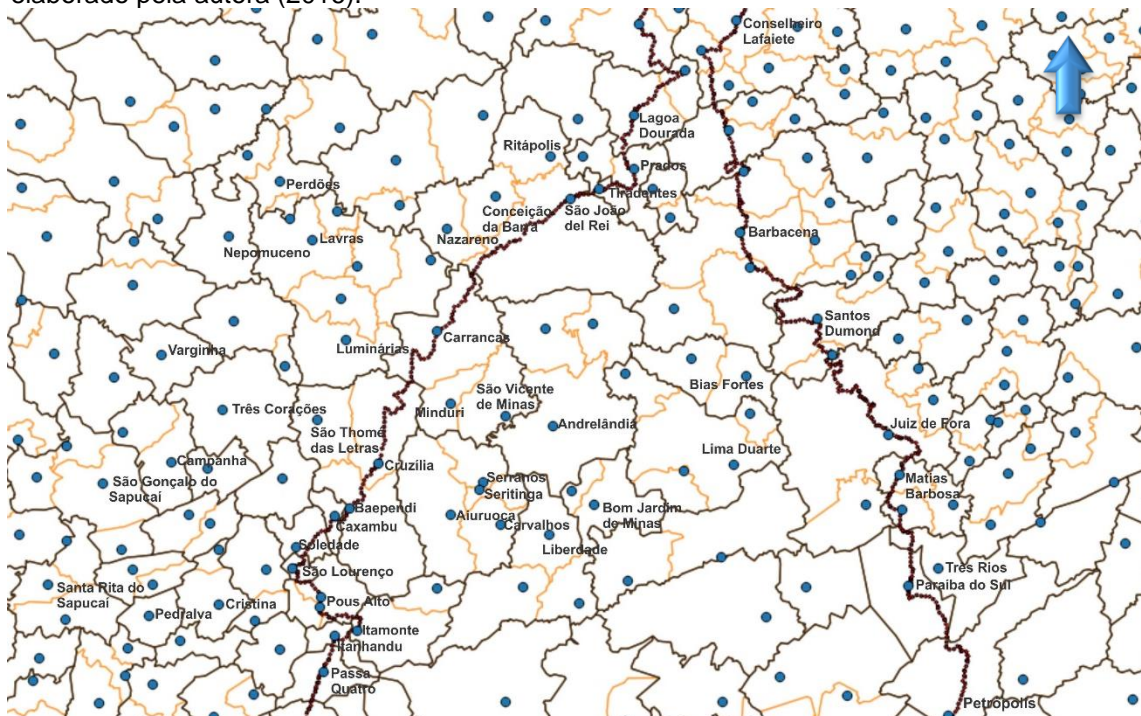


Figura 36: Malha municipal em 1970. As linhas em laranja mostram as novas divisões municipais e, as pretas, as que permaneceram. As últimas alterações na malha municipal da região ocorreram até a década de 1970. A partir daí a configuração territorial se consolidou da maneira como a conhecemos atualmente. Do antigo município de Francisco Sales originaram-

se São Vicente de Minas, Carrancas e Minduri. De Lavras, foram desmembrados os municípios de Luminárias, Itumirim, Ingaí, Ijaci e Itutinga. Nesta última fase, surgiram, de Baependi, os municípios de Cruzília e São Thomé das Letras e, de Aiuruoca, os municípios de Serranos, Carvalhos e Seritinga. Fonte: Base Cartográfica do IBGE (1975), elaborado pela autora (2016).

Apesar da emancipação, é possível verificar que todos os municípios integrantes do conjunto ao qual se refere este trabalho, apresentam núcleos urbanos que podem ser caracterizados como de pequeno porte, inseridos em extensões territoriais relativamente grandes, o que evidencia a ocupação equilibrada entre áreas rurais e urbanas e acaba por reforçar modos de vida e tradições diretamente vinculadas ao mundo rural do momento inicial da ocupação.

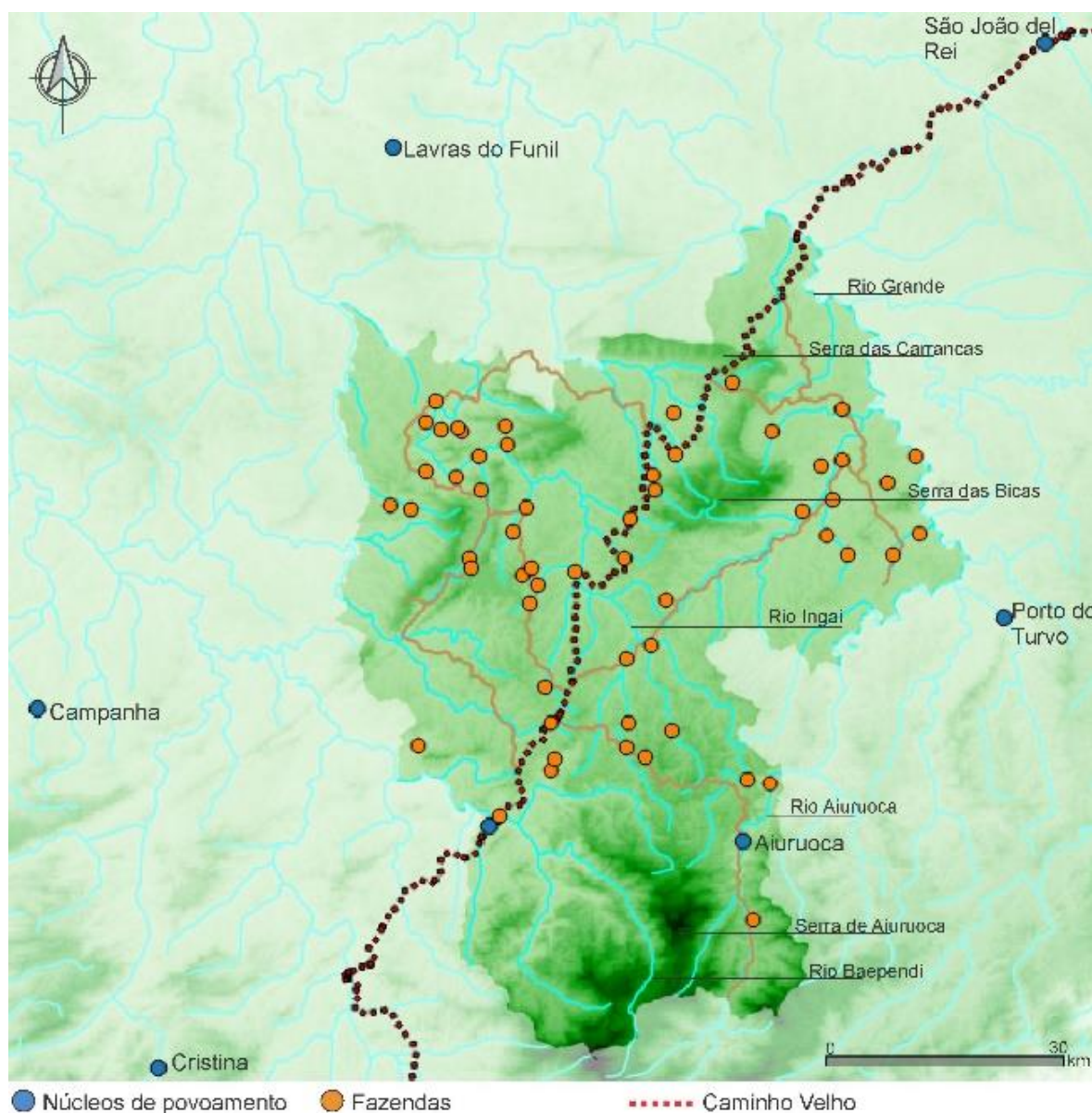


Figura 37: Mapa da ocupação da região de estudo durante o século XIX. Estão localizados os principais rios, serras, o eixo do Caminho Velho, as primeiras fazendas e os povoados e núcleos urbanos existentes. Fonte: Base Cartográfica do IBGE (1975). Elaborado pela autora (2016).

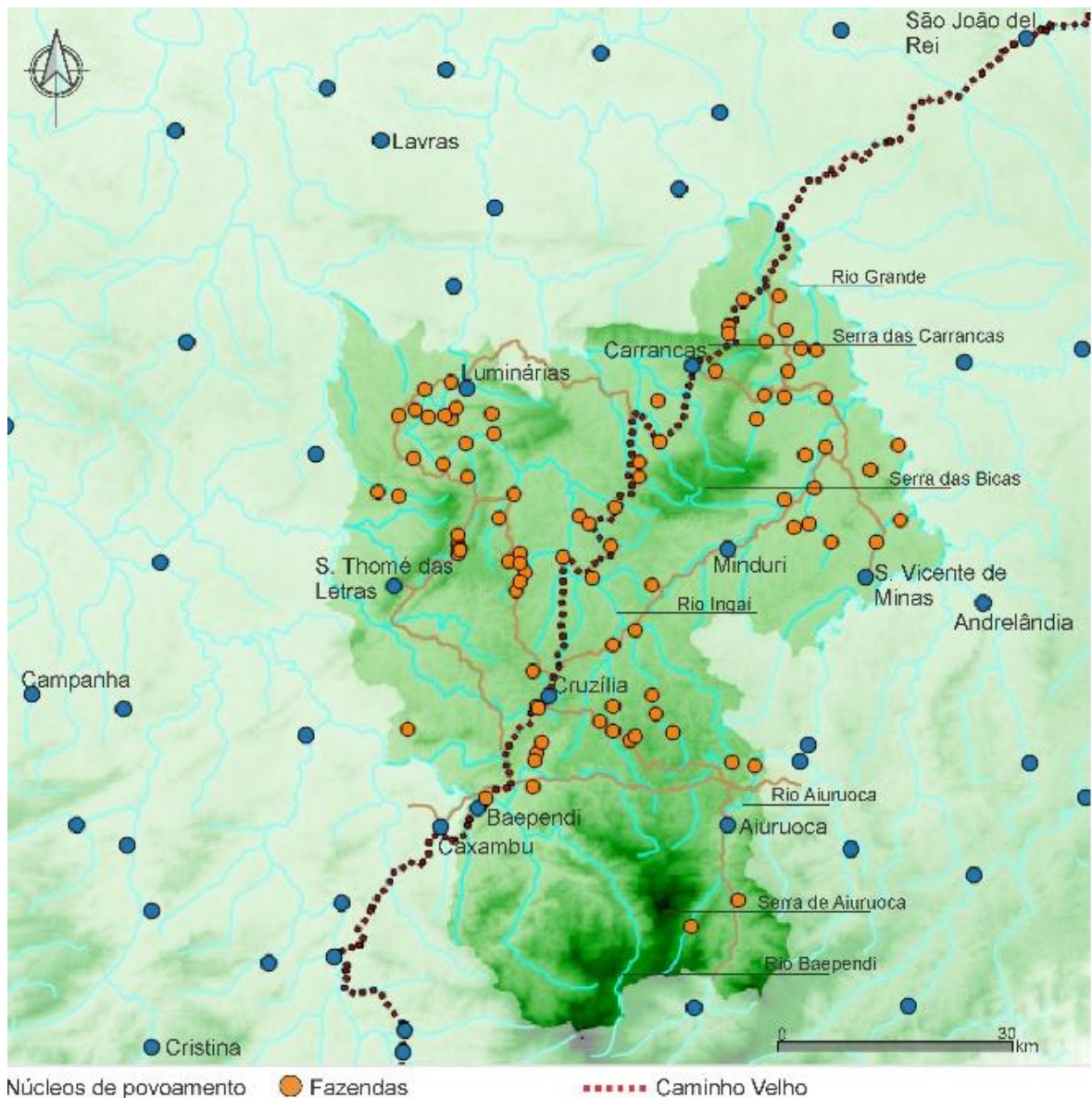


Figura 38: Mapa da ocupação da região de estudo durante o início do século XX. Estão localizados os principais rios, serras, o eixo do Caminho Velho, as primeiras fazendas e os povoados e núcleos urbanos existentes. Fonte: Base Cartográfica do IBGE (1975). Elaborado pela autora (2016).

Aqui, as dimensões rural e urbana, tinham praticamente o mesmo peso, chegando até mesmo a se confundirem – fazendas representavam núcleos de produção, convívio social e pontos referenciais para os deslocamentos, enquanto que as cidades, passavam parte da semana vazias, sem uma dinâmica cotidiana ativa, representando centros de poder que detinham uma casa de câmara, por exemplo, mas onde as casas eram verdadeiras chácaras, onde se

criavam pequenos animais, em terreiros de chão batido que se estendiam às próprias ruas.

Como já dito, a herança desta fusão entre as duas dimensões, urbana e rural, podem ser atestadas nos modos de vida, na história, nas atividades econômicas predominantes, nas festividades, nos saberes e nas construções.

CAPÍTULO 3 – A IMPLANTAÇÃO DAS PRIMEIRAS FAZENDAS: TECENDO UMA REDE PRODUTIVA

No presente capítulo serão abordadas as redes econômicas que se formaram com o início da ocupação do território, e desde então, contribuíram para a sua consolidação. É importante enfatizar que a malha de relações sociais, políticas e econômicas não foi exclusivamente constituída pela busca do ouro, mas a partir do vínculo desta atividade com o comércio e o povoamento.

Segundo Damasceno (2011), algumas atividades econômicas foram decisivas para o povoamento de Minas Gerais, entre elas o bandeirantismo, a mineração, o plantio de roças, a criação de gado e o comércio. Assim, o povoamento de Minas Gerais acontece concomitantemente em diversas regiões devido ao comércio, circulação de ouro e fluxo de pessoas.

Paulatinamente, os pequenos ranchos foram dando lugar a grandes fazendas dedicadas ao abastecimento da região e, principalmente, das minas que apresentava uma demanda cada vez maior por alimentos e artigos de subsistência, fato que demonstra que as atividades agropecuárias e mineratórias não eram antagônicas, mas complementares.

Além dos homens que investiam na agricultura, na pecuária, na mineração e no comércio, existiam também em grande quantidade, as migrações portuguesas, que traziam novas populações que acabaram sendo incorporadas pela população local, sobretudo pela classe proprietária. O sul de Minas passou a ser então, um dos principais polos abastecedores da corte no Rio de Janeiro.

Em fins do XVIII, já é visível o deslocamento do eixo econômico da capitania das áreas mineradoras centrais para a região da Comarca do Rio das Mortes que, em razão da fertilidade de suas terras e figurando como centro de comércio em expansão, acabava por incorporar a mão de obra escrava excedente oriunda das áreas auríferas em processo de exaustão. (CRUZ, 2008, p. 28).

As fazendas da região foram reconhecidas por produzirem uma grande diversidade de gêneros que atendiam ao mercado regional e eram também exportados, principalmente para o Rio de Janeiro. Esta diversidade não possibilita uma classificação aos proprietários, uma vez que estes exerciam atividades que iam das plantações à criação de gado; da posse de escravos aos grandes

negócios comerciais. Portanto, as fazendas do Sul de Minas, antes de tudo, serviam a si próprias e assim, “constituíam mais uma forma de ocupação do território do que meio de produção de algum artigo específico” (CRUZ, 2008, 34).

3.1. Milho, gado e tabaco: do sul das Gerais à praça carioca

3.1.1. A Produção Agrícola

Ainda em meados do século XVIII, depois do esgotamento das minas de ouro nas redondezas de Baependi e Aiuruoca, muitos garimpeiros e fazendeiros encontraram na criação de gado e na produção agrícola, uma alternativa de subsistência. No que diz respeito à agricultura, a região estudada neste trabalho apresenta a predominância do plantio de milho e feijão, uma produção cujos gêneros eram voltados, sobretudo, ao abastecimento interno.

Sergio Buarque de Holanda (2001) atribui a preferência dos mineiros pelo milho, ao invés da mandioca, a uma herança paulista vinda do período inicial da colonização. Para ele, a explicação decisiva está relacionada à mobilidade, fator extremamente necessário aos sertanistas e bandeirantes:

Nas primitivas expedições ao sertão bruto seria de todo impossível o transporte das ramas de mandioca necessária ao plantio nos arraiais situados onde já não existissem tribos de lavradores. Primeiro porque, além de serem de condução difícil, pois ocupariam demasiado espaço nas bagagens, é notório que essas ramas perdem muito rapidamente o poder germinativo. E depois, porque, feito com bom êxito o plantio, seria preciso esperar, no mínimo, um ano, geralmente muito mais, para a obtenção de colheitas satisfatórias. (...).

O milho, por outro lado, além de poder ser transportado a distâncias consideráveis, em grãos, que tomava pouco espaço para o transporte, oferecia a vantagem de começar a produzir cinco e seis meses ou menos depois da sementeira (HOLANDA, 2001, p. 186).

Saint-Hilaire (1974) também observou a preferência do milho à mandioca em sua passagem por Aiuruoca, mas não deixou de destacar o potencial produtivo das proximidades do pequeno povoado:

Planta-se pouca mandioca, porque se prefere, e com razão, à farinha extraída desta raiz a do milho, mais nutritiva e de melhor paladar. Utiliza-se, também, o milho como alimento de porcos, burros, cavalos e galinhas. Poder-se-ia, entretanto, se se quisesse, intensificar a cultura da mandioca, porque se a geada faz parecer a haste desta planta não lhe atinge a raiz. Cultivou-se com êxito o trigo na Serra de Aiuruoca, mas os que se entregavam a esta cultura a ela renunciaram, pois a ferrugem, que por longo tempo respeitara suas plantações, acabou por lhes fazer grandes estragos. O pessegueiro e a macieira dão bons frutos e em casa do vigário comi excelentes uvas (SAINT-HILAIRE, 1974, p. 55).

Do milho fabricavam o fubá, a farinha, a canjica, o angu, as broas, o milho verde cozido, entre tantos outros alimentos que sustentavam as famílias e que ainda fazem parte da tradição culinária mineira, principalmente da sul-mineira. Dele, também surgiu uma cultura associada ao que Antonil (1976) denomina “complexo do milho”, uma vez que servia de sustento também para porcos, burros, cavalos e galinhas e demandava a criação ou o desenvolvimento de equipamentos que facilitassem o seu processamento.

Podemos encontrar até os dias de hoje, nas diversas fazendas da região os vestígios da dinâmica produção do grão, representados pelos monjolos, rodas d’água e moinhos – muitos deles ainda ativos, e cuja instalação influenciava na escolha dos locais onde seriam implantadas as casas de vivenda; no caso do sul de Minas, a grande maioria era nos fundos de vale, tirando proveito dos cursos d’água tão necessários para a movimentação de tais “máquinas”.

Já no início do século XIX, a plantação de fumo ganhou destaque nas proximidades de Carrancas, Aiuruoca e Baependi, tornando-se fonte de valioso comércio entre a região e o Rio de Janeiro conforme observou Saint-Hilaire:

Calcula-se a riqueza dos proprietários pela quantidade de pés de fumo que plantam anualmente e algumas há que chegam a 60.000. A área que comporta um alqueire de milho pode conter 20.000 pés de fumo. Semeia-se esta planta em agosto, setembro e outubro, em sombreados preparados e esterçados e transplanta-se as mudas em dezembro e janeiro numa terra antes coberta de mato que se queimou e onde se teve o cuidado de não deixar substituir ramagem alguma. Vi vários fumeiros e malgrado o que dizem os cultivadores, notei-lhes a deficiência dos métodos de plantio. (SAINT-HILAIRE, 1974, p. 63).

Segundo Andrade (2014) o cultivo do tabaco no Sul de Minas tem sido abordado de forma bastante genérica, pois ainda faltam estudos mais detalhados dessa atividade na região. Para ele, os estudos disponíveis ainda não abordaram profundamente tópicos como o volume da produção, a importância deste comércio e mesmo a possibilidade de seu vínculo com o tráfico internacional de escravos.



Figura 39: Engenhos de milho. Imagens de 1 a 4: Fazenda do João Cota, município de São Thomé das Letras, final do século XIX. 1). Bica d'água para movimentação do moinho e antiga usina; 2). Antiga pedra mó; 3). Moinho de milho ainda ativo; 4). Roda d'água abaixo do moinho, segundo o proprietário a mesma possui cerca de duzentos anos. Imagens 5 e 6: Fazenda Córrego Fundo, município de Carrancas, início do século XX. 5). Antiga peça de monjolo; 6). Antigo moinho desativado. Fonte: Fotos de Larissa S. Pereira. Acervo da pesquisa (2016).



Figura 40: Fazenda Bela Cruz, município de Cruzília. Antigo moinho e roda d'água, agora, mecanizada. À esquerda, podemos observar o muro de pedras e, mais ao fundo, o muro de tijolos de adobe. Também à esquerda, ao fundo, é possível verificar a plantação de eucaliptos que começa a fazer parte da paisagem. Fonte: Foto de Larissa S. Pereira. Acervo da pesquisa (2016).

Andrade (2014), com base nos estudos de Cristiano Corte Restitutti (2006) relata que os principais centros produtores de fumo do Sul de Minas estavam nas proximidades de Baependi, Cristina e Itajubá que exportavam o produto para diversos mercados, mas, sobretudo para a cidade do Rio de Janeiro, que se tornara o principal centro consumidor e distribuidor do fumo sul-mineiro para outras províncias, como as do Rio Grande do Sul, Pernambuco e Santa Catarina, e ainda para Montevideu e Buenos Aires, que absorviam, respectivamente, 69% e 91% do tabaco exportado do porto do Rio de Janeiro. Ainda de acordo com este autor, nesse mesmo período, o Rio de Janeiro era responsável pelo consumo de 46% do fumo produzido em Minas Gerais.

3.1.2. A Produção Pecuária

Quanto à criação de gado *vacum* e porcos, esta constituía a principal fonte de renda dos habitantes na região de estudo e em todo sul de Minas. Em um primeiro momento, os produtos eram enviados para as minas de São João del-Rei e Vila Rica, conduzidos, em lombo de burro, por tropeiros e mascates.

Com o esgotamento das minas e posterior vinda da família real para o Rio de Janeiro, as exportações mudaram de eixo, sendo voltadas para Corte.

Segundo Andrade (2014) em seu estudo que tem como foco a vila de Campanha⁴¹:

Tão logo D. João VI e sua comitiva se transferiram para a cidade do Rio de Janeiro, os vereadores da câmara da vila de Campanha se prontificaram a fornecer víveres para o abastecimento da Corte. Em fevereiro de 1808, já haviam conseguido 730 cabeças de gado, 250 capados e outros gêneros. O toucinho deveria ser enviado no lombo de burros, como já era de costume nesse tipo de comércio. Remeteriam duzentas cabeças de gado a cada viagem. A tropa, formada por trinta bestas muars e cinquenta cavalos ferrados, seria conduzida pelo tenente de milícias Joaquim Inácio Vilas boas da Gama e dois soldados do destacamento, acompanhados de um ferrador e de vários pedestres (ANDRADE, 2014, p. 41).

A predominância das atividades relacionadas à pecuária demandava um número menor de escravos do que os necessários nas lavouras de cana-de-açúcar e nas lavras de ouro. Assim, como observou Saint-Hilaire (1974) “(...) o número de mulatos era pouco considerável e os escravos estão para os homens livres na proporção de um para três (SAINT-HILAIRE, 1974, p. 54). Este fato não significa que o contingente de escravos não era significativo, pelo contrário, grandes unidades produtivas chegavam a ultrapassar o número de cem cativos, como demonstrou Andrade (2014) em sua análise dos inventários no termo da Vila de Campanha e na Comarca do Rio das Mortes.

Na verdade, a observação de Saint-Hilaire (1974) quer evidenciar a formação de outra representação social caracterizada por fazendeiros que, apesar de muitas vezes grandes senhores de terras e escravos, mantinham um modo de vida rústico e diretamente ligado ao trabalho no campo, este, ensinado e passado de pai para filho.

O mesmo viajante fez outra observação importante em sua “Viagem às Nascentes do Rio São Francisco e pela Província de Goyaz” (1937). No ano de 1819, ao passar pela região do Rio Grande, ele registrou fatos sobre a alimentação dos mineiros, ressaltando que o mesmo costumava dar preferência à carne de porco, ao invés da de boi.

⁴¹ A Vila de Campanha da Princesa foi elevada a tal categoria por alvará da rainha d. Maria I no ano de 1798, sendo a mais antiga das vilas da comarca do Rio das Mortes.

Assim como o milho representava um grão que possibilitava vasto universo de formas de consumo, a carne suína podia também ser consumida fresca ou defumada, o que auxiliava no processo de conservação. Até os dias de hoje é comum encontrarmos casas de fazenda onde, acima do fogão à lenha, são fixados verdadeiros varais onde são dispostas linguiças, chouriços e peças de toucinho. Assim, o calor e a fumaça liberados pelo fogão todos os dias fazem uma secagem lenta das peças e criam uma espécie de proteção à carne (Fig. 41).



Figura 41: Método tradicional de defumar a carne no fogão à lenha, ainda muito observado nas casas rurais do sul de Minas. Fonte: <http://www.portalanaroca.com.br>. Acesso em 20/11/2016.

Outro modo de conservar a carne de porco em um momento em que meios mais avançados não eram disponíveis, era fazendo a conhecida “carne de lata”, ou seja, as partes mais nobres do animal eram acondicionadas na própria gordura, processo que garantia meses de conservação do alimento.

Além das facilidades apresentadas, a criação de porcos constituía uma das maiores empresas das fazendas mineiras, já que o toucinho, juntamente com o queijo, representava um dos ramos do comércio que mais gerava fortunas.

O ciclo econômico dos suínos também acabava por influenciar na estrutura das propriedades rurais, uma vez que eram construídos chiqueiros e pocilgas (Fig. 42), além de casas de matar porcos, uma pequena edificação onde os animais eram limpos e também onde se produziam linguiças e chouriços. Além disso, a base alimentar destes animais era o milho, sobre o qual já discorremos anteriormente.



Figura 42: À esquerda, chiqueiro na Fazenda João Cota, município de São Thomé das Letras. À direita, telhado de chiqueiro com telhas de cerâmica e paus roliços, Fazenda Serra das Bicas, município de Carrancas. Fonte: Foto de Larissa S. Pereira. Acervo da pesquisa (2016).

A criação de gado bovino era pautada, sobretudo no funcionamento das atividades cotidianas das fazendas e na produção do leite, outro motivo que aponta para a preferência do consumo da carne de porco ao invés da carne de boi. Os bois eram associados a animais domésticos, que auxiliam o homem do campo, utilizados como força motriz para engenhos e transporte local ou mesmo regional (Fig. 43). As vacas produziam leite e proliferavam o rebanho, portanto, os fazendeiros só se desfaziam destas quando já estavam muito velhas e improdutivas. Segue o relato de Saint-Hilaire (1938):

(...) os bois, na zona de Rio Grande, compravam-se a 4.000 réis (25 francos), se revendiam a 7000, no Rio de Janeiro. Quanto às vacas, só se vendem quando já estão muito velhas para dar crias. Um proprietário não poderia, sem sacrificar a seu capital, vender anualmente mais da décima parte do seu rebanho. Si o gado rende tão pouco ao fazendeiro, não é porque aqui, como no sul do Brasil, se absorva uma parte do rebanho pela nutrição exclusiva com carne de vacca, pois que, nessa zona, as pessoas de vida mais commoda, não comem mais do que feijão, porco, arroz, leite, queijo e *cangica*; mas, sacrificam-se muitos bezerros pelo regime frugal a que se os condemna para proveitar o leite de sua mãe (SAINT-HILAIRE, 1938, p. 72).



Figura 43: Engenho de tração animal na Fazenda Pitangueiras, em São Vicente de Minas, detalhe da máquina de moagem de cana. Fonte: Foto de Larissa S. Pereira. Acervo da pesquisa (2016).



Figura 44: Fazendeiro levando o gado. Cena rural no município de Cruzília. Fonte: Foto de Larissa S. Pereira. Acervo da pesquisa (2014).

Como sabemos, a região de estudo e grande parte do Sul de Minas possui excelentes pastagens, o que proporcionou facilidades para a criação de gado leiteiro. O leite podia ser consumido fresco, podia ser utilizado para fazer mingaus e quitandas e também era fundamental na produção de manteiga e queijos, que constituía outro importante ramo do comércio entre Minas e o Rio de Janeiro. O clima ameno da região também pode ser apontado como fator importante e necessário para este tipo de produção.

Algumas fazendas demonstram como a manufatura dos queijos atingiu importância ao longo do tempo. Muitas delas possuíam espaços específicos para esta atividade, as chamadas casas de queijos, como na Fazenda Narciso⁴², em Cruzília, ou mesmo pequenas fabriquetas que até pouco tempo estavam em funcionamento, como na fazenda Campo Lindo, em Aiuruoca; Fazenda Encruzilhada e Fazenda Chalé, onde funcionou uma das primeiras fábricas de manteiga da América do Sul⁴³, ambas em Cruzília (Fig. 45).



Figura 45: À esquerda, ruínas da antiga fábrica de queijos da Fazenda Campo Lindo, em Aiuruoca. À direita, Fazenda Chalé, onde teria funcionado a primeira fábrica de manteiga da América do Sul. Fonte: Fotos de Larissa S. Pereira. Acervo da pesquisa (2014).

Até os dias atuais os municípios de Cruzília, São Vicente de Minas e Minduri destacam-se na criação de gado leiteiro e produção de laticínios, são municípios cuja extensão territorial abrange área de campos de altitude, diferentemente dos terrenos montanhosos encontrados em porções dos municípios de Carrancas, Aiuruoca e São Thomé das Letras.

Experiências pioneiras do início do século XX colocaram estes municípios em posição de referência nacional na produção de queijos. Estas experiências foram dirigidas por imigrantes dinamarqueses se instalaram em diversas das fazendas tradicionais da região e passaram a fabricar queijos inspirados na tradição de seu país, à qual somaram a experiência ancestral de fabricação artesanal de queijos da região.

⁴² No inventário de Gabriel Francisco Junqueira, de 1868, o registro da fazenda “consta de engenho e cilindros (...), engenho de serra com seus pertences movidos por seu competente rego-d’água, moinho movido por outro rego, paiol, casa para queijos, um rancho, olaria, fornalha respectiva” (CRUZ, 2008, 138).

⁴³ Informação registrada no marco da Estrada Real instalado na fazenda.

Além do gado *vacum* e toda a rede de produção e de funções que podiam ser a ele atribuídas, os fazendeiros criavam burros e bestas de carga, animais essenciais para a comercialização e transporte dos produtos das fazendas, devido a sua força e resistência a longas jornadas. É importante ter em mente que a figura do tropeiro também teve papel fundamental para a formação e estabelecimento da rede econômica da região, mesmo depois da chegada da primeira linha férrea, em finais do século XIX. Segundo Holanda (2001), “ (...) o tropeiro é o sucessor direto do sertanista e o precursor, em muitos pontos, do grande fazendeiro” (HOLANDA, 2001, p. 132).

Ainda de acordo com o autor, os tropeiros possuíam o típico espírito aventureiro dos bandeirantes, mas caminharam, aos poucos, para ações mais disciplinadas. A figura do tropeiro, assim como os comboieiros, boiadeiros e mascates, representava o grupo dos comerciantes “volantes” (ANDRADE, 2014), que percorriam grandes distancias comercializando bestas e burros de carga, além de carne seca e outros alimentos.

Já os comerciantes fixos eram representados pelos donos de vendas, lojistas e comissários que eram, primeiramente, abastecidos por tropeiros, produtores rurais e artesãos. As vendas podiam estar localizadas nos pequenos aglomerados urbanos florescentes – as conhecidas lojas de “secos e molhados”⁴⁴, e também à beira das estradas que ligavam estes núcleos. Neste caso, os donos de vendas podiam ser os próprios fazendeiros que comercializavam seus produtos.

Muitas fazendas guardam em suas estruturas as memórias deste período, seja pelas antigas casas de tropas, que eram na verdade pequenos ranchos cobertos onde estes homens poderiam dormir, guardar os produtos que comercializavam e descansar os animais em pequenos currais. Ou mesmo pelos pequenos quartos que faziam parte da estrutura da própria sede de fazenda, mas tinham acesso isolado e independente do restante da casa (Fig. 46).

Os pousos para tropeiros também podiam estar localizados nas estradas, entre um núcleo populacional e uma fazenda com casa de tropas, por

⁴⁴ Segundo Andrade (2014), algumas vendas poderiam especializar-se na venda de “secos”, outras, na de “molhados”, ou tudo junto. Por “fazenda seca” entendia-se todo tipo de tecido (panos de algodão, seda, linho, etc.) e “fazenda molhada” eram os mantimentos e os outros gêneros (carne seca, toucinho, farinha, milho, feijão, arroz, sal, fumo, queijos, etc.), assim denominados porque poderiam descorar ou umedecer (ANDRADE, 2014, p. 70).

exemplo. Sabemos que muitos destes pousos onde aconteciam feiras de animais e de trocas, acabaram originando novos povoados, vilas e depois cidades. O relato de Saint-Hilaire ao pernoitar no Rancho da Traituba revela impressões desta rotina pelas estradas:

Depois de nós, várias caravanas vieram sucessivamente aboletar-se no rancho. Vêm umas do Rio de Janeiro para São João (*del Rei*) e Barbacena, carregando sal; vão outras destes arredores para a capital e levam toucinho e queijos. Estes gêneros que constituem dois ramos de comércio muito importantes para a comarca de S. João transportam-se em cestas de bambu (jacás), achatados e quadrados. Cada cesto contém cinquenta queijos e dois formam a carga de um burro. Os de toucinho pesam cada um três arrobas se o burro que os leva é novo, e quatro, quando já acostumado à carga. O sal é transportado em sacos. Quando chegam os tropeiros, arrumam as bagagens em ordem e de modo a ocupar o menor lugar possível. Cada tropa acende fogo, à parte do rancho e faz cozinha própria. Antes e depois das refeições, conversam os tropeiros sobre a região que percorreram e falam de aventuras amorosas. Cantam, tocam violão ou dormem envoltos em cobertas estiradas ao chão sobre couros (SAINT-HILAIRE, 1974, p. 42. *Grifo nosso*).



Figura 46: À esquerda, propriedade de José Maria de Souza no município de São Thomé das Letras, a casa, datada de cerca de 1930, abrigava uma antiga venda cujos vestígios podem ser observados nas portas frontais, que dão acesso a um cômodo independente da área íntima da casa. A antiga estrada por onde passavam aqueles que iam sentido de Luminárias, hoje utilizada apenas para acesso particular, está coberta pela grama, mas ainda pode ser vista, ao fundo, avista-se a Serra de São Thomé das Letras. À direita, antigo rancho usado para abrigar tropeiros na Fazenda Sesmaria, em São Vicente de Minas. Apesar das telhas trocadas, a estrutura do rancho é original. Fonte: Fotos de Larissa S. Pereira. Acervo da pesquisa (2016).

A presença do cavalo no Sul de Minas está associada à necessidade de animais velozes e mais confortáveis usados para os deslocamentos de pessoas e escoltas das tropas. Aí destacou-se a criação do cavalo da raça Mangalarga Marchador que, segundo registros históricos, surgiu do cruzamento de éguas rústicas da antiga fazenda Campo Alegre, no município de Cruzília, com

um garanhão Alter Real, dado de presente a Gabriel Francisco Junqueira, o primeiro Barão de Alfenas, por D. Pedro I, em 1824 (LOPES, 2012).

De modo geral, a vocação econômica voltada para produtos agropecuários persistiu e desenvolveu-se ao longo dos séculos XIX e XX, até os dias atuais, refletindo-se no tempo e nas muitas das formas de morar e produzir. A presença de fazendas tradicionais, com suas sedes que preservam a arquitetura rural, é um marco na paisagem cultural de todos os municípios aqui tratados. Freguesias como as de Aiuruoca, Baependi e São João del-Rei possuíam, no início, extensões territoriais muito grandes e, no processo de desmembramento destas terras, muitas fazendas estão hoje espalhadas dentro de outros limites municipais, tornando indistintas as fronteiras formais entre as unidades e configurando uma verdadeira ambiência cultural de alcance regional.

Segundo dados do IBGE (2016), a estrutura agropecuarista da economia da região perdura, observada a existência de novas técnicas introduzidas. Ainda predomina a produção de feijão e milho quando se trata das lavouras temporárias, e é também produzido café, associado às lavouras permanentes, em Baependi e São Thomé das Letras. Outros produtos podem ser encontrados em menor quantidade produtiva como a soja em Carrancas, Luminárias e São Vicente de Minas; a aveia em Luminárias, e o trigo, em Carrancas, Minduri e São Vicente de Minas.

Os municípios de Cruzília, São Vicente de Minas e Minduri, mantiveram a tradição na produção de queijos, que foi reforçada pela vinda de imigrantes dinamarqueses, que mesclaram técnicas tradicionais do seu país, com o leite conhecido pela alta qualidade, produzido no Sul de Minas.

Segundo Pereira (2003), o dinamarquês Thorvald Nielsen chegou ao Brasil em 1922 e conheceu o creme de leite produzido pelas fazendas da região da Mantiqueira, o que fez com que se mudasse para Minas com os filhos e a esposa, e arrendasse a pequena fábrica da Fazenda Campo Lindo, no atual município de Aiuruoca. No ano seguinte decidiu trazer queijeiros da Dinamarca para ajudá-lo. Eram eles Axel Sorensen e Leif Godtfredsen, que trouxeram técnicas revolucionárias para pecuária na região, como a adubagem das pastagens e inseminação artificial do rebanho. Em 1929, também da Dinamarca, Hans Norremose chegou ao Sul de Minas



RECURSOS ECONÔMICOS		LEGENDA	
FÁBRICAS DE OURO.....	AGUARDENTE.....	CAPITAIS DO VICE-REINADO E DA CAPITANIA.....	■
FÁBRICAS DE FERRO.....	FLORESTAS.....	CIDADE-SEDE DO BISPAADO.....	●
FAZENDAS.....	CAMPOS.....	CABEÇAS DE COMARCAS.....	○
GADO VACUM.....	PEDRAS PRECIOSAS.....	SEDES DAS VARAS ECLESIASTICAS.....	○
SUÍNOS.....	PEIXES.....	LOCALIDADES COM ESCOLAS RÉGIAS OU ECLESIASTICAS.....	○
CAVALOS.....	SALITRE.....	IGREJAS MAIS ANTIGAS DE MINAS.....	○
OVELHAS.....	SAL.....	FREGUESIAS E CURATOS MAIS IMPORTANTES.....	○
VÍVERES.....	QUEIJOS.....	RECOLHIMENTOS OU SANTUÁRIOS.....	△
TRIGO E CENTEIO.....	PRATA.....	QUARTÉIS OU REGISTROS.....	▽
ALGODÃO.....	CHUMBO.....	CAMINHOS OU TRILHAS.....	---
TABACO.....	GALENA.....	DIVISAS DA CAPITANIA.....	—
CANA DE AÇÚCAR.....	PLATINA.....	DIVISAS DAS COMARCAS DA CAPITANIA.....	—
		DIVISAS DOS BISPADOS COLONIAIS.....	---

Figura 47: Fragmento do Mapa da Capitania de Minas nos fins da Era Colonial, elaborado por José Ferreira Carrato, s/d. Destaque para a Comarca do Rio das Mortes. Baependi e Aiuruoca receberam a marcação com o símbolo de igrejas mais antigas. Carrancas e São Tomé das Letras, receberam os símbolos de freguesias e curatos mais importantes. Nas proximidades de Baependi, vemos o símbolo do tabaco repetido três vezes, o que demonstra a proeminência deste tipo de atividade em suas imediações. Seguindo o eixo do Caminho Velho da Estrada Real (linha vermelha pontilhada), entre Baependi e Aiuruoca verifica-se o símbolo de criação de suínos, atividade de grande importância na região. Entre Baependi e São Tomé das Letras, vemos o símbolo da criação de ovelhas, uma atividade presente, mas, diante dos documentos analisados, não predominante. No entorno de Carrancas é possível observar o símbolo da criação de gado *vacum*, confirmando a afirmação sobre a qualidade desta produção nas proximidades do Rio Grande. Aí também é possível observar o símbolo da produção de queijos. Fonte: APM. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br>. Acesso em 10/10/2016. Modificado pela autora (2016).

Três anos mais tarde, Nielsen e Norremose instalaram uma fábrica em Minduri, junto ao trecho da Ferrovia Oeste de Minas – inaugurado em 1912, o que facilitaria o escoamento da produção. Nesta época, Minduri era um pequeno aglomerado rural e, a fábrica, o seu único empreendimento relevante.

Axel Sorensen havia se estabelecido na Encruzilhada (atual Cruzília) na Fazenda Encruzilhada⁴⁵. Em 1929, ele se casou com Kaia Olsen, na cidade de Aiuruoca, e tornou-se sócio da firma Dana, que foi a primeira marca de queijos finos do Brasil. Três anos mais tarde, intensificou suas atividades na Encruzilhada, onde criou uma pequena fábrica de queijos, que há poucos anos foi desativada.

Esta produção iniciada a quase cem anos já levou o município à liderança do Ranking Nacional dos melhores Queijos do Brasil nos anos de 2009 e 2010, sendo referência nacional do produto até os dias de hoje. Já o município de São Vicente de Minas abriga a fábrica de laticínios São Vicente e, desde 1994, uma fábrica de marca POLENGHI, subsidiária do grupo francês Soparind Bongrain. A história da marca teve início quando imigrantes italianos fundaram a CIA Brasileira De Laticínios Polenghi em 1947 na cidade de Angatuba, interior do estado de São Paulo.

Dentro do processo homogêneo de formação e produção, é possível encontrar também algumas particularidades entre os municípios analisados, geradas por questões climáticas, geográficas e de acesso, que acabaram por influenciar também, na formação das suas identidades culturais.

Em Cruzília, por exemplo, destaca-se a produção moveleira que é uma das maiores geradoras de emprego e abastece, principalmente, mercados do Rio de Janeiro e São Paulo. São produzidos móveis planejados sob medida e também verdadeiras obras de arte, como é o caso da cadeira e altar em madeira, usados pelo Papa Bento XVI em sua última visita ao Brasil.

Em São Thomé das Letras, desde a segunda metade do século XIX, carpinteiros, pedreiros e artesãos já se ocupavam da extração dos conhecidos quartzitos. Segundo Veiga (1874):

⁴⁵ Segundo Pereira (2003), em 1939 hospedou-se na Fazenda Encruzilhada, o então Presidente da República Getúlio Vargas, que ali ficou com vários ministros e com o Governador de Minas, Benedito Valadares. “A viagem não era oficial e consistiu em cavalgada pela região, visita ao industrial da área de laticínios Axel Thosing Sorensen e almoço na Fazenda do Campo Lindo, de José Bráulio Junqueira” (PEREIRA, 2003, p. 99)

A riqueza especial da freguesia consiste nas afamadas pedras de seu nome, que são muito procuradas, e empregadas nos passeios de algumas de nossas povoações, especialmente nos da cidade de Campanha. As pedras podem ser tiradas de grossura e comprimento diferentes, até de muitos metros. Toda a povoação é edificada sobre essas pedras, que são variadas nos desenhos e muito bonitas, havendo completamente brancas e outras com ramagens amarellas, pretas e rôxas. Estes signaes, desenhos ou ramagens não se alterão com a acção do tempo: - tirada a primeira camada, continuarão perfeitamente uniformes nas camadas interiores. Em um ponto os desenhos semelham um perfeito leão, em outro signaes de pés humanos descalços. Cada pedra de um metro quadrado custa 400 réis, e a quantidade é prodigiosa. O preço é proporcional ao tamanho da pedra". (...) "As pedras elásticas, ou quartzo flexível, que se tiram desta serra servem para fundo de tachos ou de fornos para torrar farinha de mandioca (AMAG, 2009, 32).

Segundo a AMAG (2009), a fixação da população no alto da serra, em lugar de difícil acesso, certamente ocorreu em função da facilidade do material para construção. Ao lado da primeira capela, as primeiras construções começaram a surgir, sempre aproveitando os grandes blocos de quartzito que eram recortados, empilhados sem necessidade de argamassa e, em alguns casos, serviam até mesmo para a definição da cobertura, utilizando laminas de pedra no lugar das tradicionais telhas cerâmicas. Uma arquitetura única nasceu daí, garantindo um conjunto harmônico capaz de demonstrar o desenvolvimento de construções de caráter vernacular.

A partir da década de 1960, o município começou a despertar a atenção nacional e internacional, pelas suas imensas reservas de quartzito que o colocam, até hoje, como o maior produtor do mineral no país, fato que afirma a extração do mineral como atividade essencial para o desenvolvimento da economia local.

Hoje o município e a cidade, atravessam momentos críticos de conflito entre forças como a exploração crescente e desenfreada do quartzito, a presença de populações estrangeiras atraídas pela tradição esotérica, a presença de um turismo na maioria das vezes predatório, e os estudos e práticas ambientais com uma vocação cada vez mais comprometida com a natureza.

As principais jazidas estão localizadas no entorno da cidade e nas localidades denominadas "Toca", "Carimbado" e "Pico do Gavião", ao longo das serras de São Thomé das Letras, do Cantagalo, do Sobradinho e da Conquista

(AMAG, 2009). O método de extração tem-se aprimorado, mesmo assim, o sistema ainda é bastante rudimentar, com o uso de molas de caminhão, alavancas e talhadeiras para o corte manual, serras e explosões.

Segundo a conclusão do IGA em trabalho apresentado em 1982:

Embora seja esta atividade uma das principais fontes de recursos da economia do município de São Thomé das Letras e de sua população, ela vem contribuindo para uma crescente descaracterização da cidade de São Thomé das Letras e da serra homônima. Esta descaracterização reside, principalmente, na presença dos montes de “lixo de pedra” resultantes da limpeza das frentes de serviços e dos grandes buracos oriundos da atividade mineraria. Estudo objetivando conciliar o impacto ambiental com esta atividade é recomendável (IGA *apud* AMAG, 2009, p. 60).

De acordo com Fleischer (2006), a mineração prejudica o patrimônio arquitetônico e natural porque utiliza dinamite e transporta a carga em caminhões pesados que circulam dentro da cidade, além de comprometer cursos d'água por assoreamento de resíduos. Assim, o conflito ambiental definido pelas mineradoras e extratores de quartzito, é um dos elementos que mais desestimulam o turismo local, haja vista a indiscutível depredação da paisagem do núcleo urbano e entorno.

É importante destacar o singular acervo natural e histórico do município, composto por paisagens únicas, vistas privilegiadas, cursos de água límpidos, cachoeiras, grutas e exemplares históricos de notável valor para a história local e mineira, e que tanto interesse tem despertado, a ponto de ser tombada, em parte, pelo patrimônio cultural do estado de Minas Gerais⁴⁶.

Os municípios de Aiuruoca e Carrancas também se destacam como destinos turísticos a cerca de três décadas, dinâmica que vem intensificando-se a cada ano. Em Carrancas, esta atividade, em grande parte, vem sendo desenvolvida por pessoas estrangeiras, o que acaba gerando resistência, principalmente por parte dos proprietários rurais em cujas propriedades se encontram as cachoeiras, poços e corredeiras tão procuradas pelos turistas.

⁴⁶ Em 1985 a Capela de Nossa Senhora do Rosário, conhecida como “Igreja de Pedra”, foi tombada pelo Iepha como Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Capela de Nossa Senhora do Rosário (Decreto n. 24.328 de 22 de março de 1985) e, em 1996, foi feito o tombamento do Centro Histórico, também pelo órgão estadual. IEPHA, 2010.

Segundo a Leitura Técnica para a elaboração do Plano Diretor elaborada pela Fundação João Pinheiro (2015), a presença da Rede Globo na cidade e região, que desde meados dos anos 1990 vem transformando cenários naturais e fazendas antigas em sets de telenovelas e outros programas da emissora, também tem causado forte impacto no município, tanto em termos de uma divulgação do potencial turístico do lugar, como da demanda por mão-de-obra e serviços locais.

Em Aiuruoca, as atividades turísticas com caráter ambiental têm também apresentado crescente importância para a economia da cidade, aspecto que vem sendo reforçado com o estabelecimento de unidades de conservação ao longo dos anos. Atualmente, o número de pousadas e hotéis, principalmente rurais, aumenta a cada ano.

Em 1990, Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM) criou a Estação Ecológica do Papagaio, transformada pelo Instituto estadual de Florestas (IEF) em Parque Estadual, pelo Decreto nº 39.793, de cinco de agosto de 1998. Em 1993, a declaração da UNESCO inseriu a região de Aiuruoca como parte integrante da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. Além disso, o Conjunto Paisagístico da Antiga Usina de Aiuruoca foi selecionado na categoria de “Conjuntos Paisagísticos, Arquitetônicos, Naturais, Arqueológicos” para recebimento de repasse do ICMS Patrimônio Cultural. A partir de 2010.

Desde a década de 1980 o entorno da cidade tem sido procurado por pessoas que abandonam os grandes centros, como Belo Horizonte, São Paulo e Rio de Janeiro, e se instalam, geralmente, nos vales do Matutu e Água Preta. As populações rurais locais e as pessoas vindas de fora, mantêm relações cordiais mas, segundo Costa (1994), os estrangeiros, geralmente conhecedores das questões urbanas e políticas, acabam por deter razoável influência nas tomadas de decisões locais, como ocorreu com ampliações de estradas de acesso e com a instalação de rede elétrica.

Por um lado, algumas das pessoas vindas das grandes cidades podem vir a se tornar mediadoras na definição de novos moldes básicos, que permitam a conservação do entorno natural e a permanência de valores essenciais da comunidade tradicional. Por outro, é necessário que os locais reconheçam o seu papel como cidadãos e exijam seus direitos frente à chegada de novos moradores, para que as mudanças nas relações por eles trazidas, não se

choquem com as experiências aí tecidas e ainda existentes, além de não causar prejuízos à manutenção da cultura tradicional gerada por uma prevalência da população de origem local.

3.1.3. A Chegada dos Caminhos de Ferro

Durante a segunda metade do século XIX, o Brasil inicia o seu processo modernizador, que não ficaria restrito aos centros mais consolidados, mas se espalharia por todos os cantos do país, incluindo a região sul de Minas.

Pretende-se evidenciar a presença e a importância da implantação das estradas de ferro na região do Sul de Minas e a mudança ocorrida com a sua chegada.

Uma das principais forças motivadoras da implantação das linhas férreas e consequente expansão das redes econômicas, está ligada à expansão da lavoura cafeeira na região centro-sul do país. Esta, sempre foi uma das principais mantenedoras da corte e a ligação mais rápida e eficiente destes dois grandes polos, tornou-se um dos principais ideais do Império.

Como visto no capítulo anterior, a região do Sul de Minas se constituiu como área de abastecimento escravista, apoiada na produção das fazendas que abasteciam o mercado interno da província de Minas, e outras províncias, sobretudo as praças do Rio de Janeiro e São Paulo. Entretanto, a partir da década de 1860, os cafezais começam a ganhar força, fazendo com que as exportações tradicionais até então – fumo, toucinho, gado suíno e *vacum*, e queijos – entrassem em declínio, o que se refletiu na sua substituição pela produção do café e ao surgimento de novas rotas de escoamento.

Com isto, o sul de Minas mudou sua estrutura produtiva, deixando de dedicar-se predominantemente à pecuária (ANDRADE, 2014). A ferrovia facilitou também o deslocamento da mão de obra, requisito essencial na formação do mercado de trabalho, que passou a atrair também a mão de obra estrangeira, introduzindo imigrantes que se fixavam entre as estações e prestavam serviços às companhias ferroviárias.

A região estudada teve sua extensão cortada por três estradas de ferro principais: a Estrada de Ferro Minas e Rio (1884), a Estrada de Ferro Sapucaí (1891) e a Estrada de ferro Oeste de Minas (1881), ao longo das quais foram

implantadas estações que, muitas vezes, deram origem a pequenos povoados e até mesmo a cidades, como foi o caso de Minduri, município apresentado no capítulo 2.

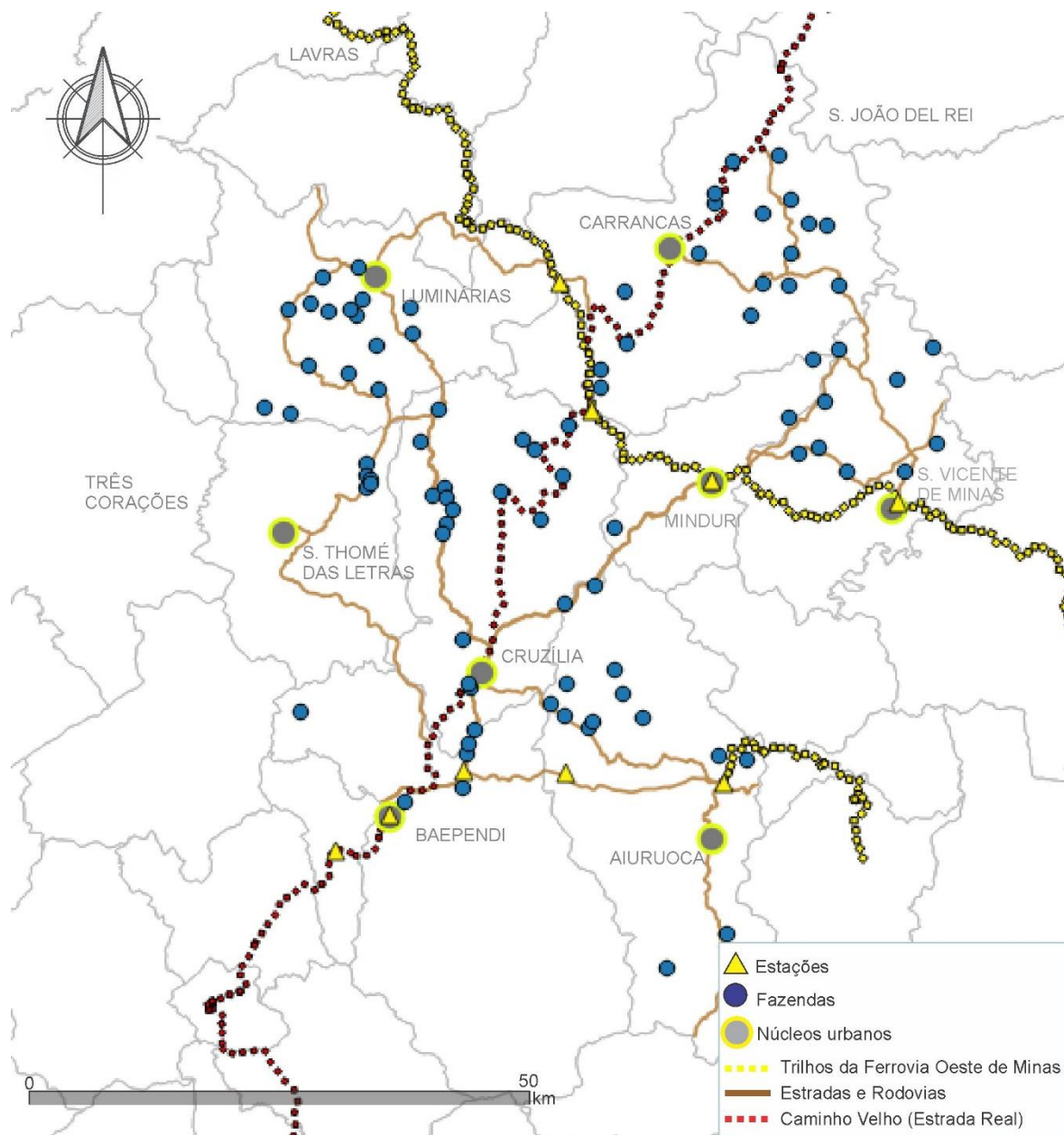


Figura 48: Estações e trechos de linha férrea ainda existentes na região de estudo. A consolidação de estradas e a implantação de ferrovias indica a expansão econômica que caracterizou a segunda metade do século XIX. É possível perceber que alguns dos trilhos arrancados deram lugar à Rodovias importantes. A presença das estações possibilita a reconstrução do leito da linha do trem. Fonte: Base cartográfica do IBGE (1974), elaborado pela autora (2016).

Segundo Castilho (2012), a Companhia Viação Férrea Sapucaí foi organizada em 15 de março de 1888, com o objetivo de construir a linha que, partindo da Estação de Soledade, na Estrada de Ferro Minas e Rio, atingiria os limites de São Paulo.

O primeiro trecho, compreendendo o interstício entre Caxambu e Cristina, foi inaugurado em 1891, abrindo frente para as diversas outras seções que fariam as ampliações e os entroncamentos com outras vias também em expansão. Com grandes anseios de progresso e produtividade, a linha tronco da Cia Viação Férrea Sapucaí fazia parte de um projeto que constava de três ramais em território mineiro e tinha como principal objetivo levar, diretamente ao porto do Rio de Janeiro, toda a produção dos vales do Rio Grande, Rio Verde e Rio Sapucaí.

Dentro deste contexto, foi inaugurada, em 1895, a estação de Baependi, de onde eram exportados queijos e toucinho. Segundo Giesbrecht (2015), após demolições e substituições ocorridas ao longo dos anos, a terceira última estação construída em Baependi, datada de 1930, foi, em 1970, definitivamente desativa, dando lugar à atual rodoviária da cidade (Fig. 49).



Figura 49: Estações férreas de Baependi: À esquerda, no ano de 1926. À direita, a nova estação, por volta do ano de 1960. Fonte: Respectivamente, acervo Schetino Mota e acervo de Carlos Cornejo. Disponível em: <http://www.estacoesferroviarias.com.br>. Acesso em: 01/12/2016.

As estações de Cruzília, Furnas, Acácia e Aiuruoca, no sentido oeste-leste (Fig. 48), faziam parte da Rede Sul Mineira (RSM), resultante da fusão da Estrada de Ferro Minas e Rio com a Viação Férrea Sapucaí, em 1910.

A estação de Cruzília ficava a cerca de dez quilômetros do centro da cidade, próxima à atual Rodovia 267. Dela restaram apenas os vestígios da presença do pequeno aglomerado que se constituía ao longo dos trilhos, visíveis pelas ruínas de uma antiga fábrica de laticínios, uma residência e uma pequena escola rural. Segundo Giesbrecht (2016), a edificação original era feita basicamente em madeira e já foi demolida (Fig. 50).

Como a estação de Cruzília, a que servia o município de Aiuruoca ficava distante da cidade cerca de dez quilômetros, próxima à propriedade rural,

localizada no mesmo município, e conhecida como Fazenda Angahy⁴⁷. O edifício permanece de pé, mas os trilhos deste trecho foram suprimidos na década de 1970, por conta dos trabalhos na construção da Rodovia 267.



Figura 50: Estação férrea de Cruzília: À esquerda, por volta de 1960. À direita, a casa e, atrás, as ruínas do antigo laticínio. À frente das edificações é possível perceber o leito por onde corria a linha férrea. Fonte: Respectivamente, acervo de Domingos Lollobrigida Jr. e acervo de Ralph M. Giesbrecht. Disponível em: <http://www.estacoesferroviarias.com.br>. Acesso em: 01/12/2016.



Figura 51: Estações férreas no município de Aiuruoca: À esquerda, Estação de Furnas em 2016. À direita, Estação de Aiuruoca, 2016. Fonte: Respectivamente, foto de Larissa S. Pereira. Acervo da pesquisa (2016) e acervo de MMA-Ecoturismo. Disponível em: <http://www.estacoesferroviarias.com.br>. Acesso em: 01/12/2016.

As estações de Carrancas, da Traituba, de Minduri e de São Vicente de Minas, foram abertas pela Estrada de Ferro Oeste de Minas (EFOM) (Fig. 48). As duas primeiras em 1903 e, as últimas, em 1912. Neste trecho, as estações estão desativadas, mas a ferrovia continua em funcionamento com trens de carga que transportam minério até Volta Redonda, no Rio de Janeiro.

Ao redor da estação de Carrancas formou-se uma comunidade rural que fica a cerca de 17 quilômetros de cidade e nas imediações da estação da

⁴⁷ No município de Cruzília também existe uma propriedade rural, datada do século XVIII, com o nome de Fazenda Angaí. O nome em comum se deve ao fato de que ambas ficam localizadas próximas ao Rio Ingaí, referência geográfica citada no capítulo 1.

Traituba é possível observar uma igreja, um pequeno comércio e algumas poucas casas ao longo do Caminho Velho da Estrada Real, paralelo ao qual, neste trecho, foi implantado o leito férreo.



Figura 52: Estações férreas no município de Carrancas: À esquerda, Estação de Carrancas e parte do casario existente no bairro. À direita, antiga estação da Traituba, homônima à fazenda fica à cerca de três quilômetros. Fonte: Fotos de Larissa S. Pereira. Acervo da pesquisa (2016/2014).

Tabela 2: Principais remanescentes das linhas e estações férreas nos municípios estudados*					
MUNICÍPIO	EIXO	IMPLANTAÇÃO	DESATIVAÇÃO	VALORES PATRIMONIAIS	ESTADO DOS REMANESCENTES
AIURUOCA	Rede Sul-Mineira	1911	1977	-Estação de Aiuruoca; -Estação de Furnas	As estações ainda existem. A de Aiuruoca foi reformada em 2003 e a de Furnas encontra-se em mau estado de conservação e com uso alterado.
BAEPENDI	Viação Férrea Sapucaí	1895	Final da década de 1970	A estação foi demolida e os trilhos retirados.	-
CARRANCAS	Estrada de Ferro Oeste de Minas	1903	Ativa	-Trilhos; -Estação de Carrancas; -Estação da Traituba;	Os trilhos e as estações ainda existem apesar do mau estado de conservação e alteração do uso das estações.
CRUZÍLIA	Rede Sul-Mineira	1910	Final da década de 1970	A estação foi demolida e os trilhos retirados.	-
LUMINÁRIAS	Estrada de Ferro Oeste de Minas	-	-	-	-
MINDURI	Estrada de Ferro Oeste de Minas	1912	Ativa	-Trilhos; -Estação	Muito bom
S. THOMÉ DAS LETRAS	Estrada de Ferro Minas e Rio	1884	Início da década de 1980	-Trilhos; - Estação; (Atualmente no município de Três corações)	Os trilhos e as estações ainda existem apesar do mau estado de conservação e alteração do uso das estações.

S. VICENTE DE MINAS	Estrada de Ferro Oeste de Minas	1912	Ativa	-Trilhos; -Estação	Muito bom
---------------------	---------------------------------	------	-------	-----------------------	-----------

Fonte: Dados disponibilizados por “Estações Ferroviárias do Brasil”. Disponível em: <http://www.estacoesferroviarias.com.br>. Elaborada pela autora, 2016.

* A tabela apresentada é ilustrativa. Destacamos a importância do desenvolvimento de pesquisas futuras, focadas no tema ferroviário, que apresentem novos dados sobre a situação atual da gestão deste legado.

Apesar das estações estarem todas inativas e grande parte das linhas férreas terem sido arrancadas, é possível, por meio delas, e da vasta documentação existente, reconstituir as alterações na paisagem, impostas pela nova dinâmica econômica gerada pela produção cafeeira e pela sua exportação por meio das estradas de ferro.

As estações e pequenos aglomerados, ou mesmo cidades, constituídas nas suas imediações, remontam e rememoram um tempo de intensificação do povoamento e de constituição de novos municípios originados pela presença da linha férrea. Além disto, remetem a um período de modernização do país, onde as relações de trocas produtivas intensificavam-se e progrediam.

Alguns trechos da Estrada de Ferro oeste de Minas, são utilizados atualmente, com fins turísticos, é o caso do trecho entre as cidades de São João del-Rei e Tiradentes, uma medida que aponta para uma possível solução no que diz respeito a manutenção dos trilhos e suas estruturas de conexão – as estações - como vestígios e documentos de uma época.

3.2. A Presença Negra no Sul de Minas: memória silenciada

Conforme já dito, a predominância das atividades relacionadas à pecuária que caracteriza a região de estudo não demandava a mesma quantidade de escravos, se compararmos à necessidade imposta pelas lavouras de cana-de-açúcar e pela exploração de ouro em Minas Gerais. Fato que não diminui a importância da presença negra durante o processo de ocupação de regiões do Sul do estado.

A mão de obra escrava havia sido largamente usada nas bateias de ouro nas imediações de Vila Rica, mas após os indícios de esgotamento das minas, ela passou a atender as necessidades dos empreendimentos voltados às atividades de abastecimento interno, principalmente da Corte e das províncias a

ela vinculadas. Segundo Andrade (2014), a capitania e depois província de Minas Gerais, absorveu entre 1825 e 1833, quase metade da população africana que chegava ao Brasil pelo porto carioca.

Na primeira metade do século XIX, associado ao aumento da população escrava de origem africana, fortaleceram-se os projetos de insurreição planejados por cativos que se encontravam espalhados por todo o Império. Uma dessas revoltas foi emblemática para a história do Sul de Minas e mesmo para o cenário da escravidão no Brasil.

No dia treze de maio do ano de 1833, a região de Carrancas foi palco da chamada Revolta de Carrancas ou Revolta da Bela Cruz (Fig. 69, 70), uma vez que o massacre teve início na fazenda de mesmo nome e que hoje se encontra no município de Cruzília. Segundo Andrade (2004), nesse período o contingente de escravos na região era muito alto:

A Freguesia de Carrancas contava com uma expressiva população escrava de origem africana. Em alguns distritos, como a capela do Favacho, o percentual de africanos constituía mais de 60% da população escrava. A grande concentração de cativos africanos se justifica por se tratar de uma área voltada para o abastecimento e com propriedades rurais próximas aos caminhos que ligavam a província de Minas Gerais à cidade do Rio de Janeiro, altamente dependentes do tráfico internacional de cativos (ANDRADE, 2011, p.5).

Neste período, as grandes unidades escravistas e seus proprietários enriqueciam de forma desmedida, enquanto os negros escravos alegavam sofrer maus tratos e viver em péssimas condições. Esta tensão social teve seu estopim na insurreição dos escravos, atingindo principalmente propriedades da família Junqueira, onde oito membros da família foram mortos:

Anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos e oitenta e três decimo segundo da Independência do Império do Brazil ao tres de junho deste anno nesta Villa de Sam Joam de El rey Minas e Comarca do Rio das Mortes em Cazas da residencia do Doutor Manoel Machado Nunes Juiz de Fora Morador desta Villa e fis Termo vindo internamente de Ouvidor Geral e Corregedor desta Comarca com ouçada no Civil e Crime aonde eu Escrivão adiante nomeado e achava e findo ali por ele Ministro me foi dito que sua notícia havia chegado que no dia treze do mês de maio próximo passado do corrente anno por efeito e uma insurreição de escravos que teve principio na Fazenda de Campo Alegre, Freguesia de Carrancas deste termo haviaio sido assassinados barbara e horriavelmente, José Francisco Junqueira, e sua Mulher Dona Antonia

Maria de Jesus, Manoel José da Costa e sua mulher Dona Emilianna Francisca Junqueira, e seus filhos José de idade de cinco anos, e Maria de idade de dois meses, Dona Anna Candida Costa viúva de Francisco José Junqueira, e Antonia Filha legítima de Manoel Vilella de idade de quatro anos todos os moradores da Fazenda de Bella Cruz da mesma Freguesia de Carrancas, sendo todos mortos com paós, foicis, machados e mesmos armas de fogo (AMSJDR, 1833, p. 8).

O processo foi movido por Gabriel Francisco Junqueira, o Barão de Alfenas, com o apoio de diversos fazendeiros da região que reagiram fortemente e empenharam-se em reprimir a revolta, aplicando duras penas aos revoltosos. A repercussão foi grande entre as elites, autoridades e políticos da Corte, implicando na formulação de uma nova jurisprudência que previa mais rigor e mais agilidade na punição dos escravos rebeldes.

Foram julgados vinte escravos: Julião Crioulo, Rafael Crioulo, Paulo Crioulo, Dair Crioulo, Quintiamo Crioulo, Jozé Nassão, Joaquim de Nassão, Bernardino de Nassão, Manoel Pereira, Antonio Cigano, Antônio de Nassão apelidado Caramuru, Jozé Mulequinho, Lourenço de Nassão Manoel de Varas, Eusebio de Nassão, Antoninho, Manoel Joquim, Antonio de Nassão, João Ignacio e Sebastião de Nassão, todos pertencentes aos finados relacionados no processo. Deles, 16 foram condenados à pena de morte por enforcamento. Esclareça-se que a grafia dos nomes dos escravos é conforme ao texto original do processo, sabendo-se que “Quintiamo” deveria ser Quintiliano; “Nassão” seria hoje Nação, origem geográfica da família escrava; e “Joquim” deveria ser Joaquim.

Segundo Andrade (2004), a Revolta de Carrancas, juntamente com outras insurreições ocorridas em Minas Gerais e no país, representou uma das primeiras movimentações em direção à abolição da escravatura que aconteceria 55 anos mais tarde, em 13 de maio de 1888. Esse episódio histórico, apesar de sua importância regional e mesmo nacional, ficou silenciado e parece não ter deixado marcas visíveis e materiais na memória social da população da região.⁴⁸

Segundo Martins (2008), no período entre 1695 a 1790, Minas Gerais teve mais de cem quilombos. Aos escravos fugidos uniam-se pessoas pobres e

⁴⁸ Sobre a Revolta de Carrancas ver a obra de Marcos Ferreira de Andrade e o Processo dos Junqueira, disponível nos Arquivos do Museu Regional de São João del Rei.

rebeldes ao governo que, em lugares escondidos e de difícil acesso, viviam em sociedade, construindo suas casas e plantando roças. É mencionada a existência de um quilombo no sertão da serra das Carrancas, na região que hoje é pertencente a Madre Deus de Minas e São João Del' Rei, perto do Rio das Mortes.

De fato, a CPI-SP anota atualmente, dois municípios na região de estudo deste trabalho, que possuem comunidades quilombolas registradas, sendo eles o município de Nazareno que, ao sul faz divisa com o município de Carrancas e possui duas comunidades: Jaguará e Palmital. E o município de Alagoas, antes pertencente ao de Aiuruoca, onde fica instalada a comunidade do Bairro Quilombo (Fig. 54).

Alguns vestígios da presença negra podem ser evidenciados por meio da toponímia, como ocorre com a localidade do Quilombo, entre os atuais municípios de Cruzília e Baependi. Até os dias de hoje não foram encontrados evidências físicas ou vestígios desta comunidade, mas, segundo o estudo de Martins (2008), relatos e documentos podem evidenciar a presença dos negros fugidos naquelas regiões:

Em 1736, quilombolas de um povoado próximo de Baependi teriam atacado a casa de um homem branco em cujo "*corpo fizeram anatomia*" e levaram duas filhas donzelas e um menino. O governador mandou ajuntar pessoas capazes e atacar o quilombo (APM *apud* MARTINS, 2008, p. 421).

No ano seguinte tal quilombo já teria sido destruído, devido ao incentivo do governo à captura dos escravos em troca de recompensas, já que os quilombolas prejudicavam a ordem nas fazendas e cidades em suas proximidades:

Em 1737, davam trabalho quilombos de Guarapiranga, Rio Abaixo, Ibituruna, São Caetano; o de Baependi foi, nesse ano, destruído. No de Rio Abaixo, Comarca do Rio das Mortes, ao que parece, havia alguns brancos criminosos em meio aos quilombolas. Todos foram atacados, com promessas de pagamento, na Secretaria do governo, pelos negros mortos ou feridos (BARBOSA, 1972, p. 60).

Este movimento, ainda segundo Martins (2008) colocava os quilombos da Comarca do Rio das Mortes em constante marcha rumo ao Oeste da capitania,

à grande comunidade quilombola do Campo Grande (Fig. 50), a maior de Minas Gerais, que chegou a ultrapassar, em número de moradores, o Quilombo dos Palmares.



Figura 53: Mapa de todo o Campo Grande, 1765. Entre as estratégias de controle e repressão dos territórios quilombolas, as autoridades incluíram o seu mapeamento da região. A serra de Carrancas, em destaque, aparece situada em posição limítrofe ao Campo Grande. Fonte: COSTA, 2004, p. 62.

Na primeira metade do século XIX, em diversos distritos, a maioria da população era constituída por escravos africanos e crioulos. Segundo a análise da lista nominativa de 1831-32 elaborada por Andrade (2014), o percentual de cativos no termo de Baependi era superior a 40% e mais da metade possuía uma população escrava acima desse percentual. Na capela de São José do Favacho e do Varadouro, em Aiuruoca, os escravos representam mais de 60% do total da população. Estes distritos eram caracterizados por áreas rurais muito vastas e pela grande concentração de escravos nas mãos de poucos proprietários.

Segundo inventários disponíveis no AMSJDR, entre 1811 e 1859, a fazenda Campo Alegre aumentou o número de escravos cativos de 53 para 112. No ano de 1831, a Fazenda Favacho possuía 66 escravos, a Traituba 80, e a Capela do Varadouro, em Aiuruoca, 99. Na fazenda Bela Cruz, no ano de 1833, o número de cativos era de 36, e na Fazenda Jardim, em 1857, havia 87 negros escravos.

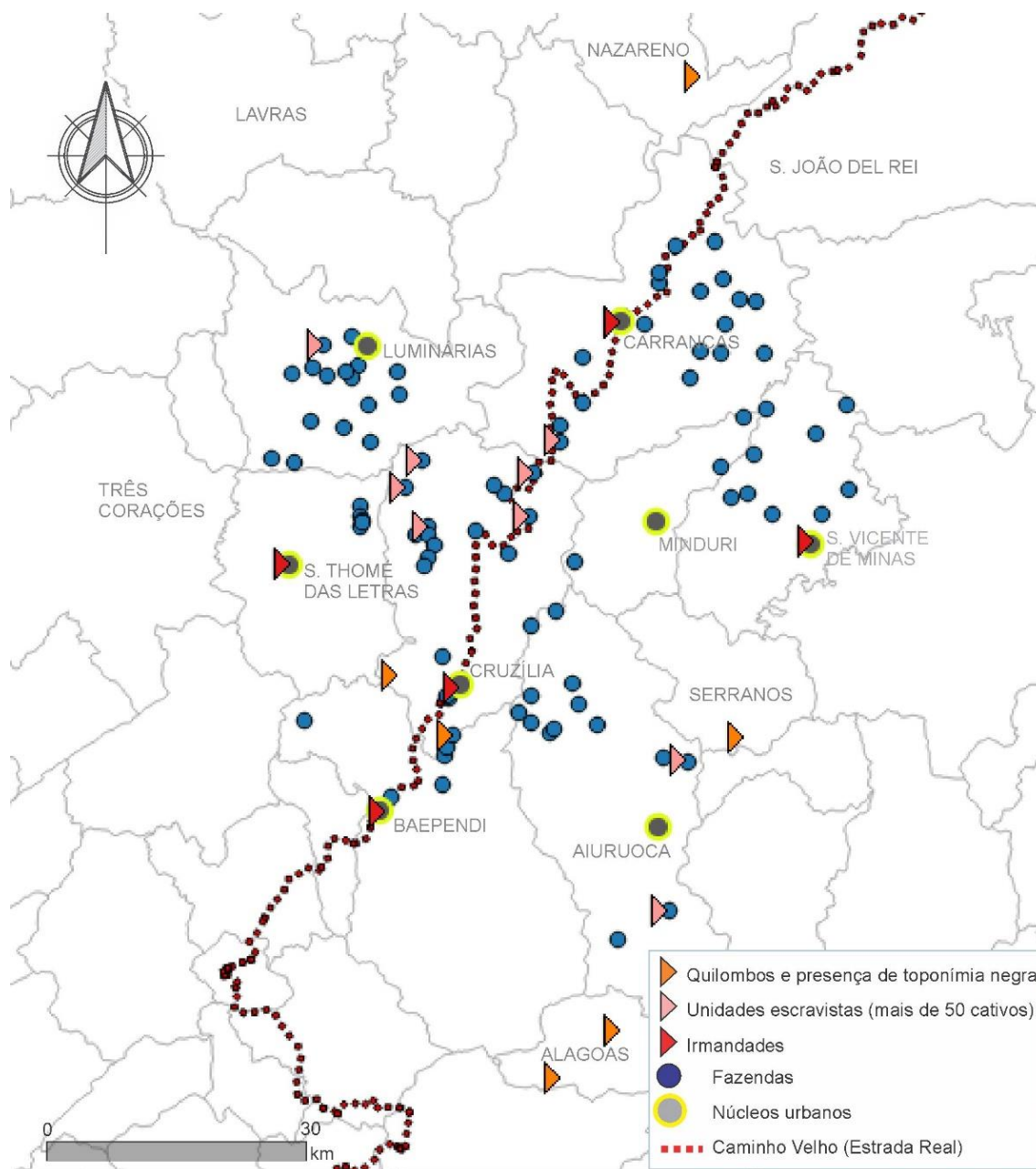


Figura 54: Mapeamento da presença negra na região de estudo. As grandes concentrações de populações negras estavam vinculadas às fazendas de alta produtividade, onde residiam negros vindos da África e também os crioulos, nascidos no Brasil. Os grandes proprietários, muitas vezes estimulavam a reprodução natural da escravaria. Nos núcleos urbanos esta presença se dá, sobretudo, pela criação das irmandades religiosas de devoção negra. Ao norte, no município de Nazareno e, ao sul, em Alagoa, a marcação ressalta os quilombos existentes até os dias atuais. Fonte: Base cartográfica do IBGE (1974), elaborado pela autora (2016).

Apesar de grande parte dos vestígios da presença negra na região já ter desaparecido ou mesmo receber pouca relevância, é possível identificá-los por meio algumas edificações e manifestações culturais. Em algumas fazendas, por exemplo, encontramos até os dias de hoje a antiga construção que abrigava a senzala, o que confirma o caráter escravista de algumas unidades (Fig. 55).



Figura 55: Fazenda Pitangueiras, em São Vicente de Minas. À esquerda, a antiga senzala. Fonte: Foto de Larissa S. Pereira. Acervo da pesquisa (2016).



Figura 56: Fazenda Varadouro em Aiuruoca. A sede foi finalizada em 1883, mas a primeira notícia que se tem da propriedade data de meados do século XVIII, juntamente com a Capela de Nossa Senhora da Conceição do Varadouro. No censo do Distrito Varadouro⁴⁹, então pertencente ao Termo da Vila de Santa Maria de Baependi, datado de 1831, o distrito constava de 76 fogos e 629 habitantes, sendo 292 livres e 337 cativos 337. No mesmo documento é registrado como o maior proprietário de escravos, Antônio Luiz de Noronha, casado com Ana Dolina Honória Junqueira e dono de 100 cativos. Ele teria sido, nesta época, o proprietário da Fazenda Varadouro. Fonte: Imagens retiradas do Portal do Patrimônio Cultural. Disponível em: <http://www.portaldopatrimoniocultural.com.br>.

A presença de capelas e igrejas erguidas por negros devotos e pertencentes à irmandade do Rosário em algumas das cidades estudadas também afirma a influência dos negros na constituição cultural local. Tais edifícios religiosos podem ser encontrados nas cidades de Aiuruoca, Baependi, Cruzília, Carrancas e São Thomé das Letras.

Em Baependi, a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário (Fig. 57) foi criada no ano de 1820, sendo também iniciada a construção do templo. Segundo

⁴⁹ AMSJDR. Disponível em: <http://www.projeto compartilhar.org/Censos/1831VaradouroMG.pdf>. Acesso em 20/10/2016.

a paróquia da cidade, a história da igreja está ligada à figura do mestiço e escravo popularmente conhecido como “Pai José”. Ele coletava as esmolas que eram destinadas à construção do templo.

Do negro Pai José restou um retrato a óleo pertencente à paróquia. A tela, que não traz o nome do autor nem a data da pintura, apresenta na parte inferior os seguintes dizeres: "Eis o zeloso procurador e reedificador, desta Capella". Também compõe parte do acervo da igreja uma imagem de Nossa Senhora do Rosário cuja policromia é atribuída ao artista Joaquim José da Natividade, realizador de obras em Baependi, São Thomé das Letras e Carrancas. A Igreja de Nossa Senhora do Rosário foi tombada pelo município no ano de 2003.

A igreja de Nossa Senhora do Rosário, popularmente conhecida como “igreja de pedra”, em São Thomé das Letras é outra edificação que remonta à tradição negra na região. O “Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Capela de N. Sra. do Rosário” foi tombado nas esferas estadual e federal em 1985, e inventariado em 2010 (Fig.57).

De acordo com o Iphan (1985), poucos são os dados históricos sobre esta capela. Sabe-se que sua construção foi iniciada no século XVIII, por iniciativa dos negros escravos do local. A edificação permaneceu inacabada por longo período, tendo sido finalizada somente na década de 1980, com a cobertura da edificação que foi erguida segundo a técnica construtiva tradicional, de alvenaria de pedras.

De acordo com o Inventário de Proteção do Patrimônio Cultural de São Thomé das Letras (2014), a igreja localizava-se em área de descampado, com um cruzeiro à frente. A partir do tombamento, em seu entorno, várias construções de dois pavimentos foram feitas, descaracterizando a ambiência do bem, assim como a fiação da rede elétrica. Em 1996 a praça do Rosário foi remodelada, sem aprovação do IEPHA e banheiros públicos foram construídos no canteiro da frente. Mais tarde, os sanitários foram transformados em salas, que já foram ocupadas pelos escritórios da EMATER e do CODEMA. De acordo com o Inventário de Proteção do Patrimônio Cultural de São Thomé das Letras (2014), a igreja localizava-se em área de descampado, com um cruzeiro à frente. A partir do tombamento, em seu entorno, várias construções de dois pavimentos foram feitas, descaracterizando a ambiência do bem, para o que contribuiu também a

fiação aérea da rede elétrica. Em 1996 a praça do Rosário foi remodelada sem aprovação do IEPHA, e banheiros públicos foram construídos no canteiro da frente. Mais tarde, os sanitários foram transformados em salas, que já foram ocupadas pelos escritórios da EMATER e do CODEMA.



Figura 57: À esquerda, Igreja de N. S. do Rosário em Baependi (séc. XIX) e, à direita, praça, cruzeiro e Igreja de N. S. do Rosário em São Thomé das Letras, a “igreja de pedra”. Fonte: Fotos de Larissa S. Pereira. Acervo da pesquisa (2016).

Evidências do sincretismo religioso gerado pela mescla das culturas africana e portuguesa podem também ser percebidas na congada, evento típico do município de Carrancas. A congada reúne elementos das tradições tribais de Angola e do Congo, com influências ibéricas no que se refere à religiosidade. Os negros identificavam entidades africanas relacionando-as aos santos do catolicismo. As procissões eram animadas por danças e cantos, rumando sempre às igrejas de irmandades negras, como as de Nossa Senhora do Rosário. Aí, acontecia a cerimônia de coroação do Rei Congo e da Rainha Ginga de Angola⁵⁰.

Segundo a FJP (2015), o festejo de congada é muito antigo em Carrancas, tendo sido transmitido de geração a geração. O grupo de Congada existente mantém a tradição como uma forma de devoção a Nossa Senhora do Rosário e pontua pelos ICMS cultural como registro imaterial⁵¹. A festa, realizada no mês de outubro, com data definida pela paróquia, tem início com uma missa, seguida por uma procissão, e apresentação do grupo de Congada de Carrancas e grupos de Congada de outras cidades (Fig. 58).

No dia da festa, os congos vão cantando e dançando pela cidade até a Capelinha ao lado do cemitério, onde a imagem de Nossa Senhora do Rosário fica depositada, ali fazem a oração em honra da Santa e

⁵⁰ Relaciona-se a uma personagem da história africana, a Rainha Njinga Nbandi, do século XVII.

⁵¹ IEPHA, Relação de Bens apresentados ao ICMS Patrimônio Cultural até o ano de 2016 - exercício 2017. Disponível em: <http://www.iepha.mg.gov.br>. Acesso em: 12/11/2016.

saem em procissão pela cidade com a imagem. Quando termina a festa, voltam com a imagem para a Capelinha, também em procissão. Os instrumentos usados são a caixa de coro, pandeiro, sanfona, violão e cavaquinho, os cantos e danças foram aprendidos das gerações passadas (FJP, 2015, p. 240).



Figura 58: Congada em Carrancas. Fonte: Disponível em: <http://www.carrancas.com.br>. Acesso em: 23/10/2016.

Neste ano, os municípios de Baependi, Cruzília e São Thomé das Letras passaram a pontuar no ICMS cultural pelo registro imaterial de Roda de Capoeira e Ofício de Mestre da Capoeira, nos níveis estadual e federal. Este registro está respectivamente inscrito nos Livros de Registro das Formas de Expressão e dos Saberes, abarcando a manifestação cultural em todo o território nacional.

Segundo o Iphan (2014), apesar da diversidade de hipóteses acerca das origens da capoeira⁵², a mais coerente é a de que a luta tenha sido originada na África, trazida para o Brasil pelos negros escravos, e aqui adaptada e influenciada pelos negros crioulos mestiços. “Além da comprovada ligação com práticas ancestrais africanas, a capoeira foi desenvolvida nos centros urbanos em formação, principalmente em cidades portuárias, como Rio de Janeiro, Salvador e Recife, onde chegaram grandes levas de escravos” (IPHAN, 2014, p. 19).

Diante do exposto foi possível verificar que, apesar de muitas vezes esquecida e pouco valorizada, a presença e influência da cultura negra – africana e mestiça, foi de fundamental importância na conformação de aspectos culturais e tradicionais no Sul de Minas e, obviamente, no âmbito nacional. Aspectos estes que, na região de estudo, evidenciam-se nos hábitos alimentares, nas

⁵²“O termo “capoeira” faz parte da língua tupi e significa “mato ralo”, o que remete a uma das explicações sobre sua origem. Diz respeito ao mito do escravo fugitivo que surpreenderia seus algozes na capoeira, local da cilada” (IPHAN, 2014, p. 20).

comemorações, nas festividades e nas motivações que levaram à construção de obras arquitetônicas.

3.3. A Presença da Igreja: Religiosidade e herança simbólica

No decorrer da história de formação do território de Minas Gerais até aqui apresentada, é possível verificar o papel fundamental exercido pela Igreja Católica no processo de ocupação, por meio de políticas de controle da população e estratégias de fixação, assim como para a consecução das práticas religiosas e dos ritos de sociabilidade dos habitantes. Sua força se expressa material e simbolicamente nas capelas e igrejas que ainda compõem cenários rurais e urbanos aqui citados.

Sabemos que durante o Antigo Regime os poderes temporal e espiritual estiveram intimamente ligados, e foi através da Igreja que a Coroa portuguesa procurou se impor durante o período de ocupação do atual estado de Minas Gerais, exercendo, a partir da instalação das primeiras freguesias, o controle sobre os vários arraiais que floresciam no vasto e ainda pouco habitado território.

De maneira geral, os núcleos urbanos mineiros que têm suas origens relacionadas ao período colonial e à corrida do ouro, possuem um tipo de formação histórica comum: pequenas capelas eram construídas próximas às lavras na região mineradora, ou às roças das regiões de abastecimento, e, ao serem consagradas, naturalmente constituía-se aí uma aglomeração humana mais estável.

A promoção das capelas primitivas a níveis mais altos como os de capela filial e finalmente de igrejas matrizes, era uma decorrência do crescimento dos arraiais onde ficavam localizadas, bem como também dos espaços rurais existentes em suas proximidades. Como visto no capítulo 2, a função religiosa também estabelecia a classificação dos povoados com termos próprios que acabaram por constituir e demonstrar a transfiguração de um meio rural em um meio de conotação urbana, caracterizado por expressões como “capela”,

“freguesia”, “aplicação”, “paróquia”, etc.⁵³, que acabavam por designar a maior parte dos aglomerados humanos. Fonseca conta-nos sobre este processo:

Tentemos resumir o processo de implantação destas estruturas eclesiásticas. Os pioneiros que se instalavam nos sertões da capitania muitas vezes viam-se demasiadamente afastados, distantes de suas matrizes. Assim, erigiam pequenas ermidas, as quais, em princípio, serviam apenas aos ritos religiosos cotidianos de suas famílias, de seus escravos e agregados, como também à celebração (mais esporádica) dos sacramentos por um capelão de passagem. Pouco a pouco, novos fazendeiros instalavam-se nas proximidades e o número de fiéis aumentava: os habitantes então requeriam à autoridade episcopal a construção de uma capela pública, servida permanentemente por um coadjutor (FONSECA, 2011, p. 111).



Figura 59: Detalhe do “Mapa da Capitania de Minas Geraes” de Jozé Joaquim da Rocha. 1777. Verifica-se no mapa que as localidades mais significativas da época são representadas com símbolos relacionados à igreja. Cidades, vilas, paróquias e capelas recebem símbolos diferentes pois indicam a hierarquia entre existente entre elas, contudo, todos os símbolos são encimados pelo desenho de uma cruz. Fonte: Biblioteca Nacional.

A partir desta primeira formação, os fazendeiros proprietários de terras doavam uma parcela de terreno para abrigar a capela e constituir o seu patrimônio, já que os espaços oficialmente consagrados não poderiam ficar

⁵³ Em seu “Arraiais e Villas del Rei”, Cláudia Damasceno Fonseca apresenta-nos um subcapítulo sobre o “léxico da ocupação” em Minas Gerais, a autora esclarece os significados dos termos que fizeram parte da categorização dos aglomerados humanos durante o período de povoamento das terras mineiras.

situados em uma propriedade privada. Esta dinâmica pode ser constatada na constituição de várias das cidades estudadas neste trabalho. Documentos históricos registram que Baependi, Carrancas, Cruzília, Luminárias, São Thomé das Letras e São Vicente de Minas tiveram suas origens em capelas financiadas por fazendeiros, como foi citado no capítulo 2.

Segundo Fonseca (2011), a concessão de terrenos para a fundação de edifícios religiosos e por consequência de um arraial, proporcionava benefícios aos fazendeiros, uma vez que valorizavam as suas propriedades e geravam um pequeno mercado consumidor para a sua produção. Também é sabido que muitos padres acabavam tornando-se proprietários de grandes extensões de terra e de grandes fazendas e lavras, assim como era de praxe que um dos filhos de fazendeiros ricos se ordenasse padre, tendo direito muitas vezes, à maior parte da herança registrada no inventário do patriarca da família.

No inventário de Joaquim Xavier de Araújo, natural de Cabo Verde, MG e morador em Campanha ele ressalta o seguinte desejo:

É minha vontade fazer ordenar a meu filho Ignacio, e por isso querendo ele satisfazer este meu desejo, meu testamenteiro lhe data assistência e tudo o mais que for necessário a custa do resto de minha terça, excetuando inicialmente o Patrimonio que ele pode ter na legitima que lhe couber na fazenda (...). Se meu filho não quiser se ordenar, neste caso a presente verba fica sem nenhum efeito. Campanha 16-08-1849 (COMPARTILHAR, 2015).⁵⁴

Entre os edifícios religiosos católicos mais antigos na região estão a Capela do Saco e a Igreja Matriz de Carrancas (Fig. 119), a Igreja Velha de Luminárias (Fig. 128), a Igreja Matriz de São Thomé das Letras (Fig. 125), a Matriz de Baependi (Fig. 103) e de Aiuruoca que, apesar de terem sofrido alterações nos interiores e fachadas, possuem origens que remontam ao início do século XVIII. Além destas, a capela rural do Espírito Santo, em São Vicente de Minas (Fig. 60) e a capela do Favacho, em Cruzília (Fig. 60 a 62), também construídas nos setecentos.

⁵⁴ Projeto Compartilhar, 2015. Disponível em: <http://www.projetocompartilhar.org/Familia/cap03FranciscaMariadeMendonca.htm>. Acesso em 14/11/2016.

Segundo Mourão (1996) a Capela do Saco em Carrancas foi a primeira ali registrada. Ficava situada no Porto do Saco, importante canal comercial de São João del-Rei antes da implantação da ferrovia. Tratava-se de uma ermida particular da Fazenda do Rio Grande, tendo sido iniciada por volta de 1720, em honra a Nossa Senhora da Conceição. Com o tempo a capela passou a ser conhecida como Capela do Porto do Rio Grande e hoje é conhecida como Capela do Saco.

Já a Matriz, também em honra a Nossa Senhora da Conceição (Fig. 119) foi iniciada na década de 1720 e, envolvendo períodos de estagnação, arruinamento e reformas, foi finalizada no ano de 1824. Por sorte, a igreja ainda demonstra suas características originais, sendo um dos exemplares mais significativos da arquitetura religiosa mineira, com estruturas de pedra de quartzito e o interior ornamentado com retábulos de madeira entalhada e pintada no mais decantado estilo rococó mineiro.

A pintura do forro da capela-mor (Fig. 63) data do início do século XIX e é atribuída ao pintor Joaquim José da Natividade, discípulo de João Nepomuceno Correia e Castro⁵⁵, cuja rica e extensa produção está presente em muitos dos forros dos templos da região da antiga Comarca do Rio das Mortes, como São João del-Rei, Lavras, Baependi e São Thomé das Letras (Fig. 64), o que coloca algumas das igrejas da região estudada em um contexto regional particularizado pela obra do artista do rococó mineiro⁵⁶.

Segundo Andrade (2014) o investimento na ornamentação dos templos nos núcleos urbanos coloniais, expressava o poder e a riqueza dos seus patrocinadores que faziam encomendas aos mais renomados artistas. Entre estes financiadores estão fazendeiros abastados, como os da família Junqueira, que financiaram a construção da Igreja Matriz de São Thomé das Letras, aliás, com linhas muito semelhantes às da Matriz de Carrancas.

⁵⁵ Sobre as influências presentes na obra de José Joaquim da Natividade ver “O Rococó Religioso no Brasil e seus antecedentes europeus” de Myriam Andrade Ribeiro de Oliveira.

⁵⁶ Segundo Oliveira (2005), foi comprovada a existência de uma escola local autônoma de pintores do ciclo rococó mineiro na região sudoeste de Minas que tinha como núcleo principal a cidade de São João del Rei. Joaquim José da Natividade estava entre os seus principais expoentes.



Figura 60: À esquerda, capela do Espírito Santo. A capela está inserida nas terras da fazenda Espírito Santo e foi restaurada neste ano de 2016. O seu adro é protegido por um muro de pedras, provavelmente construído por escravos e, em seu interior, encontra-se uma pia batismal lavrada em pedra-sabão datada do ano de 1885. A festa do Divino Espírito Santo é comemorada no domingo de Pentecostes (50 dias após a páscoa) e é tombada pelo município como registro imaterial desde 2011. À direita, a capela da fazenda Favacho sagrada em 1761. Vê-se à frente o muro de tijolos de adobe, o lago e, ao fundo da capela a Serra de Carrancas. Fonte: Fotos de Larissa S. Pereira. Acervo da pesquisa (2014-2016).



Figura 61: À esquerda, fachada da capela do Favacho. À direita, registro da data de sagração no portal de entrada. Fonte: Fotos de Larissa S. Pereira. Acervo da pesquisa (2014).



Figura 62: À esquerda, o cemitério dentro dos muros da capela do Favacho, onde foram enterrados os primeiros descendentes da família Junqueira. À direita, o interior da capela do Favacho com linhas tipicamente coloniais e imagem de São José em terracota. A imagem original de madeira, datada do século XVIII, desapareceu. Fonte: Fotos de Larissa S. Pereira. Acervo da pesquisa (2014).

A história da Igreja Matriz de Baependi já foi mencionada no capítulo 2, onde foi possível verificar que a sua construção se confunde com o processo de configuração do núcleo urbano. O edifício passou por períodos diversos de construção tendo sido finalizado somente no primeiro quartel do século XX. O corpo principal da igreja foi construído com bocós de arenito, pedra disponível no local. Os trabalhos de entalhe do retábulo do altar-mor, as pinturas de Joaquim José da Natividade, assim como outros melhoramentos, foram executados entre 1795 e 1832.



Figura 63: À esquerda, o altar-mor da Igreja Matriz de Carrancas e, à direita, forro de autoria de Joaquim José da Natividade. Fonte: Fotos de Larissa S. Pereira. Acervo da pesquisa (2016).

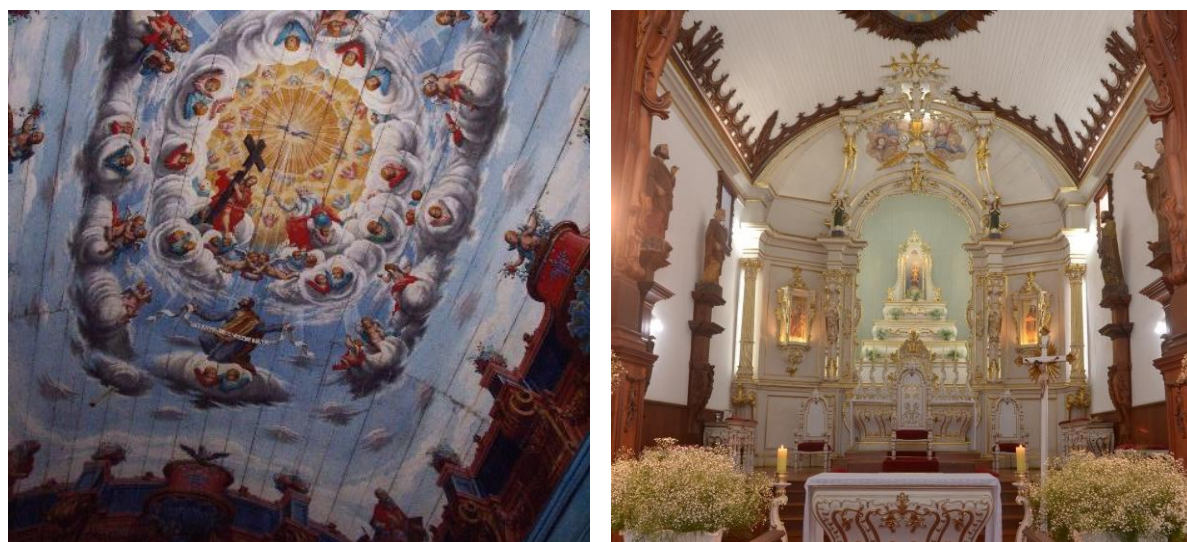


Figura 64: À esquerda, o forro com pintura ilusionista na Igreja Matriz de São Thomé das Letras e, à direita, altar-mor da Igreja Matriz de Baependi com trabalhos do entalhador Macedo e pinturas de Joaquim José da Natividade. Fonte: Fotos de Larissa S. Pereira. Acervo da pesquisa (2013-2014).

No ano de 1952 a Igreja Matriz de Nossa Senhora do Montserrat foi decretada Patrimônio Histórico pelo IPHAN, e em 1998 foi tombada como

Patrimônio Histórico pelo Município. Além da igreja são tombados pelo município e pontuam pelo ICMS cultural, o acervo da igreja e seus respectivos bens móveis, incluindo imaginária, alfaias, artes aplicadas, entre outros (IEPHA, 2016).

Em Carrancas, a Capela do Saco foi tombada pelo município no ano de 2007. Apesar de algumas obras descaracterizantes ocorridas anteriormente e o roubo de suas peças sacras originais, o exemplar configura-se como tipologia característica do século XVIII, presente também em outros municípios da região. Já a Igreja Matriz, apesar de sua inquestionável importância documental, histórica, artística e social, e também como modelo de um quadro de representação artística regional, não possui nenhum tipo de proteção legal, sendo mantida apenas pela comunidade e pela paróquia.

Segundo a FJP (2015), o edifício foi inventariado pelo município como bem cultural e em janeiro de 2014, foi encaminhado ao Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural de Carrancas um pedido de tombamento que se encontra no momento paralisado.

Já a Matriz de São Thomé das Letras, também representante do conjunto de igrejas que possuem afrescos de Joaquim José da Natividade e marcam a presença do rococó no sul de Minas, foi restaurada pelo IEPHA entre 1984 e 1986, tendo sido tombada pelo mesmo instituto no ano de 1996, juntamente com o Centro Histórico da cidade.

Além das igrejas e capelas urbanas, as pequenas capelas-passos são testemunhos da antiga ocupação das cidades e ficam inseridas em meio às casas e exemplares edifícios de diferentes épocas. Naturalmente, estas estruturas foram edificadas nas áreas mais antigas e, portanto, centrais das cidades, tendo papel fundamental de marcação do caminho e das paradas para as rezas durante as procissões. As pequenas capelas representam os passos da paixão de Cristo até a crucificação, uma tipologia tradicionalmente europeia que foi implantada em Minas Gerais pela influência portuguesa.

Como tipologia predominantemente urbana, os passos ainda são presentes em algumas das cidades aqui apresentadas, como Baependi, que inseriu três capelas-passos na lista de bens tombados pelo município no ano de 2004, e São Thomé das Letras que, no ano de 2014, teve os passos construídos em quartzito inventariados pelo município (Fig. 65).

Estas estruturas também podem ser observadas em meio à paisagem do centro urbano de Carrancas (Fig. 65) e Luminárias (Fig. 129), mas não apresentam nenhum tipo de proteção. Já os passos da cidade de Cruzília foram todos demolidos, podendo ser lembrados apenas pela iconografia antiga, que comprova a sua existência outrora (Fig. 114).



Figura 65: À esquerda, passo no entorno da Praça da Matriz em Carrancas cercado, de um lado, por um casarão colonial e, do outro, por um “carrinho de lanches”. À direita, passo à Rua João Batista Neves, em São Thomé das Letras. O casarão, datado do século XVIII, “ (...) formava um conjunto de casarões que se prolongava até a Praça da Matriz. Pouco restou desse conjunto que pertencia ao Barão de Alfenas e era todo construído com pedras São Tomé, empilhadas e sem o uso de argamassa” (IPAC, 2003). Fontes: Foto de Larissa S. Pereira e Inventário de proteção do patrimônio cultural de São Thomé das Letras, MG, 2014.

O território aqui analisado é pontuado por espaços sagrados para a igreja católica. Esses marcos variam entre igrejas e passos urbanos, mas também são representados pelas capelas rurais, importantes traços da constituição e povoação da região que tinha, nas festas religiosas, os maiores eventos sociais.

Estas capelas podiam ser figuradas por edifícios isolados e independentes das sedes de fazenda, como é caso das já apresentadas capelas de São José do Favacho, em Cruzília e do Espírito Santo, em São Vicente de Minas; além de outras, como a do Angai de Aiuruoca, e de Santo Antônio, na Fazenda Fazendinha em Luminárias.

Muitas vezes, os espaços consagrados nas fazendas ficavam em capelas localizadas no interior das casas grandes, como na Fazenda Angai e Boa Vista de Cruzília, na Fazenda Pitangueiras de São Vicente de Minas (Fig. 62), na Campo Lindo e São Pedro, em Aiuruoca. As capelas internas podiam ser espaços cerrados em relação ao restante da casa, às vezes com entrada independente; ou podiam ser representadas por grandes oratórios que abrigavam o santo de honra e voltava-se para uma sala ou espaço amplo onde as celebrações aconteciam.

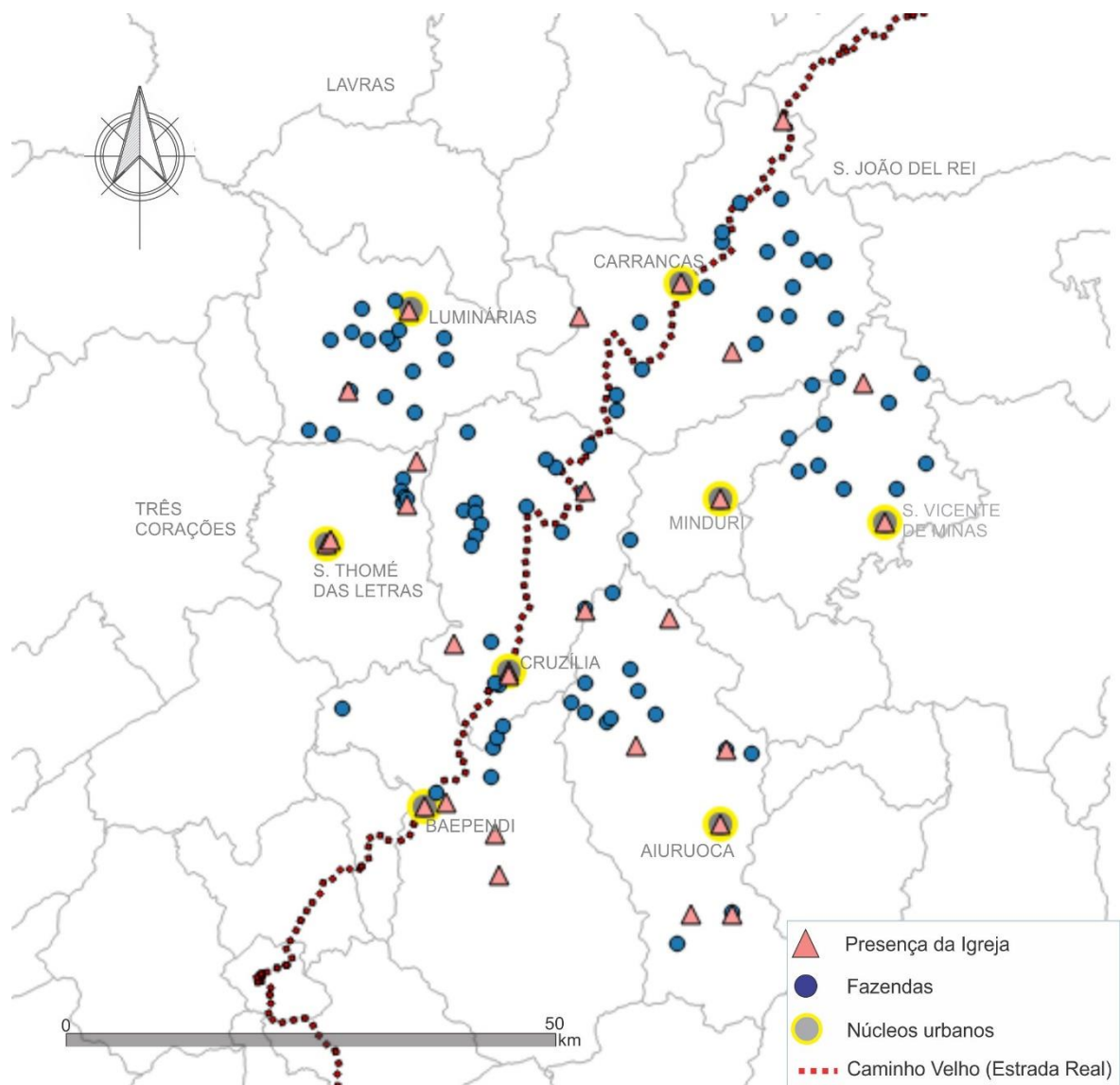


Figura 66: Mapeamento da presença da Igreja Católica na região de estudo. Foram registradas as primeiras capelas e igrejas localizadas em fazendas ou em núcleos urbanos. As grandes propriedades rurais possuíam capela consagrada e podiam abrigar eventos como batismos, casamentos e velórios, muitas delas possuíam seus próprios cemitérios e um capelão. As áreas de culto podiam ser representadas por um oratório, uma capela dentro da residência ou situada do lado de fora, em um edifício independente. Nos núcleos urbanos crescentes, as capelas geralmente davam origem à Igreja Matriz, cuja existência era condição necessária para que um distrito fosse elevado à categoria de Freguesia ou Paróquia. Fonte: Base cartográfica do IBGE (1974), elaborado pela autora (2016).

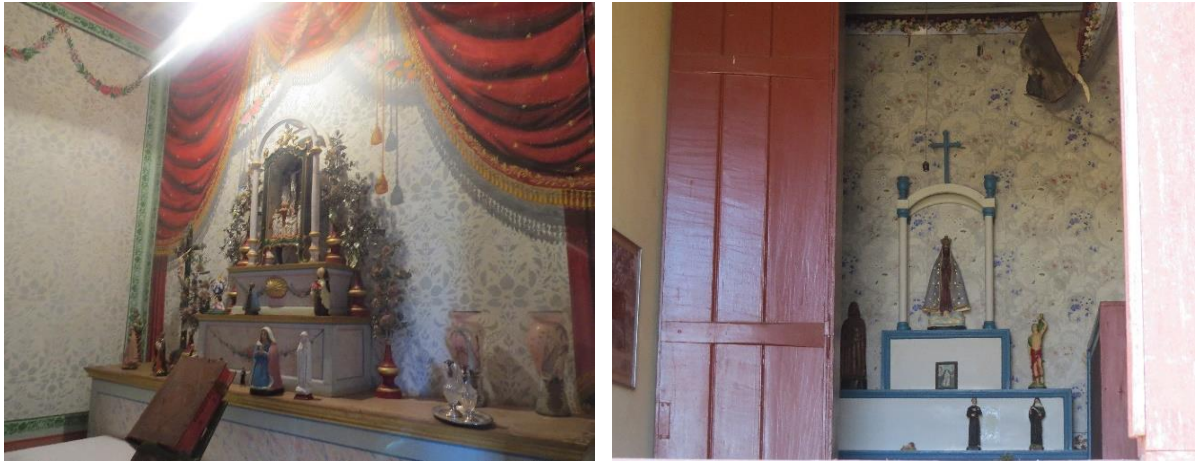


Figura 67: À esquerda, oratório na Fazenda Pitangueiras, em São Vicente de Minas. As pinturas e os papéis de parede são originais. À direita, oratório da Fazenda Boa Vista, em Cruzília. Apesar de estar em mau estado de conservação, os papéis de parede que ornamentam a capela são originais. Fonte: Fotos de Larissa S. Pereira.

Entre igrejas, capelas e oratórios aconteciam as celebrações do calendário católico. O município de Aiuruoca, por exemplo, foi citado no ano de 1874, como local onde as festas religiosas já eram celebradas há tempos e também como berço de vários filhos ordenados padres:

Só o facto de se haverem ordenado tantos filhos da Ayuruoca mostra o espirito religioso que ahi domina; pode-se também em prova disto allegar a festividade das endoenças que desde remotos tempos, sem interrupção de um só anno, se celebra com a possível pompa nesta localidade (VEIGA, 1874, p. 425).

Entre as datas religiosas mais aguardadas nos tempos remotos estavam aquelas em honra ao padroeiro da cidade, a celebração de Corpus Christi⁵⁷ e, principalmente, a Semana Santa (Fig. 68), ainda tradicionalmente celebrada com grades honorarias e festejos nas cidades aqui abordadas. Mantendo a tradição acima enfatizada, o município de Aiuruoca teve as celebrações da Semana Santa como registro imaterial tombado pelo município no ano de 2012.

⁵⁷ A festa do Corpus Christi foi instituída pelo Papa Urbano IV no ano de 1264. A celebração de Corpus Christi traz a antiga tradição de enfeitar as ruas com tapetes confeccionados de serragem tingida, areia, terra, flores, pó de café, entre tantos outros materiais utilizados para desenhar no chão, figuras típicas da iconografia cristã, por onde passará o cortejo da celebração do sacramento da eucaristia.

A Semana Santa antecede a Páscoa e reproduz as passagens da Paixão de Cristo até a ressurreição. Estes eventos são marcados com procissões que saem às ruas com imagens e paramentos, as casas por onde passa o cortejo enfeitam suas janelas com bandeiras, flores e velas e, ao final do trajeto, as praças e adros das matrizes tornam-se cenários de apresentações teatrais e de toda a sociabilidade religiosa e urbana da população.



Figura 68: À esquerda, procissão de Nossa Senhora da Conceição, padroeira de Carrancas. A celebração acontece de 29 de novembro a 8 de dezembro. À direita, procissão da sexta-feira da Paixão na Semana Santa de Cruzília. Fonte: Foto de Larissa S. Pereira (2015) e Paróquia de Cruzília (2014).

Outra importante festa religiosa no calendário comemorativo católico, toma as ruas das cidades estendendo-se às propriedades rurais: é a Folia de Reis ou Reisado, que rememora a jornada dos Reis Magos ao encontro do Messias, fazendo parte do ciclo natalino (Fig. 69).

As folias são festejadas entre 24 de dezembro e 06 de janeiro em diversas regiões do país, não sendo diferente nos municípios do sul de Minas. O cortejo de foliões desfila entoando cantos e dançando pelas ruas das cidades ou nas estradas rurais, onde vão parando nas casas, cantando e recebendo donativos que são destinados às pessoas necessitadas. Os homens se vestem com trajes coloridos e máscaras, os conhecidos palhaços, que receberam os mais diversos significados e explicações ao longo dos tempos⁵⁸.

⁵⁸ Sobre as Falias de Reis ver a dissertação de mestrado de Ricardo Vidal Golovaty, “Cultura Popular: saberes e práticas de intelectuais, imprensa e devotos de santos reis, 1945 – 2002”.



Figura 69: À esquerda, capitão da Folia de Reis e, à direita, o estandarte e os palhaços do Reisado em Carrancas. Fontes: Respectivamente, Andréa D'Amato (2000) e Prefeitura de Carrancas (2016).

Diante do exposto, constata-se que cultura, festa e religiosidade são representações enraizadas na rede de relações sociais que construíram a história de Minas. Desde os primeiros passos em direção de sua constituição territorial e social, a igreja regulava, pela fé e pela política, a moral e os costumes nas localidades. Desta presença emergiram templos típicos, por vezes construídos com simplicidade, motivados pela devoção, e por vezes, ricamente adornados por célebres pintores, entalhadores e escultores, como forma de demonstração de prestígio e progresso.

Mas, além da dimensão de poder temporal exercida pela igreja, diversas imagens típicas do cotidiano por ela criadas, perduram na memória daquelas que as vivenciaram e também por meio das tradições até hoje mantidas nas procissões, nos terços cantados, nas novenas, nas promessas, nas encomendas das almas, nas benzeções, entre tantas outras manifestações ainda observadas nas cidades pequenas, que até então não tiveram sua dinâmica cotidiana totalmente alterada pelas novas relações contemporâneas.

Tudo isto se configura em um patrimônio de caráter imaterial que molda e se funde ao patrimônio construído e natural, registrando expressões, crenças, pensamentos e fazeres humanos que têm o seu valor evidenciado quando mantido na sua relação de integridade com o todo que o constitui. Para analisar tais aspectos torna-se necessária uma abordagem das categorias e figuras patrimoniais criadas e estabelecidas ao longo do tempo, e como elas podem auxiliar no reconhecimento deste território como bem patrimonial permeado por relações complexas e de valor amplo.

CAPÍTULO 4 – PAISAGENS E TERRITÓRIOS CULTURAIS: DA AMPLIAÇÃO DO CONCEITO ÀS POSSIBILIDADES DE APLICAÇÃO

Atualmente são inúmeras as tendências urbanísticas que realçam as abordagens sobre a cidade e suas ambiências. Muitas destas abordagens sinalizam uma preocupação com reflexões voltadas para a cultura, para as tradições e para a lógica do reconhecimento de uma identidade estruturadora e mantenedora do caráter e das características dos espaços.

Algumas das abordagens urbanísticas atuais, (SPÓSITO, 2006), (MOURA, 2012), (NOVICK, 2011), trabalham a não dissociação dos fenômenos urbanos das manifestações rurais, uma vez que estas fazem parte da formação física, mas sobretudo do caráter destas nucleações. Não há como conceber a história da ocupação desvincilhada do processo de urbanização e, ao imaginar a história de uma cidade, nos detemos imediatamente nos seus marcos mais significativos, destacados na paisagem ou tradicionalmente estabelecidos, visualmente, ou pela memória individual ou coletiva do local.

Deste modo, a dimensão cultural da vida urbana relacionada à paisagem estruturada, demonstra a experiência coletiva no espaço. Se o espaço, que carrega em si os tempos remotos, permite ser lido no presente e permitirá no futuro, é porque a mesma sociedade que o transforma também o mantém fisicamente. A forma é, portanto, resultado de processos sociais, não podendo ser dissociada destes. Do mesmo modo, os processos acabam sendo condicionados pelas formas – naturais ou moldadas pelo homem – já que estas permanecem por gerações e precisam ser reelaboradas por novos atores sociais.

Mas, diante de uma dinâmica cotidiana globalizada, caracterizada por territórios fragmentados e desarticulados, pela aceleração do tempo e pela presença midiática que atua em todas as esferas da vida, de que modo e sob quais óticas poderíamos preservar memórias e reforçar identidades?

Autores como Bauman (2005), Hall (2005), Agier (2001), Canclini (1997) e Pollak (1992), detiveram-se sobre os temas da identidade justamente em um momento em que tais conceitos são colocados em debate, tendo como cenário as novas dinâmicas e demandas apresentadas pelas sociedades pós-modernas. Estas, teriam conduzido tais conceitos à um estado considerado de crise.

Hall (2005) afirma que as sociedades modernas do final do século XX foram transformadas por mudanças estruturais que fragmentaram os cenários culturais nos seus mais diversos aspectos. Estes, que até então forneciam uma posição sólida e segura aos indivíduos sociais e individuais, estariam sendo desconstruídos ou desviados, acarretando o que o autor considera como uma crise da identidade e, citando o historiador de arte Kobena Mercer (1990), reforça que “a identidade somente se torna uma questão quando está em crise, quando algo que se supõe como fixo, coerente e estável é deslocado pela experiência da dúvida e da incerteza” (MERCER, 1990 *apud* HALL, 2005, p.7).

No mesmo sentido, Bauman (2005) é categórico ao afirmar que o próprio conceito de identidade está, e sempre estará inserido em um contexto de embate e contestação, uma vez que o colapso de suas bases o conduz para o centro de debate. Ele reitera que a própria ideia de identidade nasce do crescimento da sensação de insegurança, levando à uma crise do pertencimento, noção tão importante para delineamento desta pesquisa:

Quando a identidade perde as âncoras sociais que a faziam parecer “natural”, predeterminada e inegociável, a “identificação” se torna cada vez mais importante para os indivíduos que buscam desesperadamente os “nós” a que possam pedir acesso (BAUMAN, 2005, p. 30).

O sujeito pós-moderno estaria, portanto, se tornando cada vez mais fragmentado, composto de identidades várias e em constante mutação. Por um lado, esta circunstância conduziria a um enfrentamento menos doloroso das diferenças e daquilo que é estranho ao indivíduo, segundo Bauman (2005), “(...) pode-se até começar a sentir-se “em casa”, em qualquer lugar (...)”, mas, por outro lado e ainda de acordo com o sociólogo, “(...) o preço a ser pago é a aceitação de que em lugar algum se vai estar total e plenamente em casa (...)” (BAUMAN, 2005, p. 19).

Pollak (1992) também observa a renovação do interesse pelas questões que envolvem a identidade e os aspectos por ela permeados, como as celebrações, os lugares, os relatos, entre outros. O autor enfatiza que à medida que é dada maior relevância à “identidade”, as discussões sobre a “memória” também se farão presentes.

Diversos autores⁵⁹ trabalharam o conceito de memória sob óticas diferentes: a memória como fenômeno individual, a memória como fenômeno coletivo, a memória histórica documentada, a memória que é herdada, a memória que é transmitida e constantemente transformada.

Se podemos dizer que, em todos os níveis, a memória é um fenômeno construído social e individualmente, quando se trata da memória herdada, podemos também dizer que há uma ligação fenomenológica muito estreita entre a memória e o sentimento de identidade. Aqui o sentimento de identidade está sendo tomado no seu sentido mais superficial, mas que nos basta no momento, que é o sentido da imagem de si, para si e para os outros. Isto é, a imagem que uma pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria, para acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros (POLLAK, 1992, p. 204).

Assim, o autor enuncia que a memória é um dos elementos capazes de constituir o sentimento de identidade uma vez que ela viabiliza e garante o sentimento de continuidade, coerência e organização, no processo de construção do sujeito individual e coletivo. Este, experimenta acontecimentos próprios, mas também está diretamente vinculado aos acontecimentos vividos pelo grupo do qual faz parte e, mesmo não os tendo vivido diretamente, identifica-se com estes fatos, por meio de uma socialização que ocorre em diversas escalas, e que os colocam como integrantes da memória herdada, aquela que Pollak (1992) chama de memória adquirida “por tabela”.

De certa maneira, a globalização estaria associada a uma uniformização a todos os níveis: da arte, da música, da moda, dos comportamentos, assim como da arquitetura e da paisagem. As grandes renovações e intervenções urbanas – há tempos imensamente disseminadas pelas cidades do mundo todo, e não em menor quantidade nos dias atuais – apresentam-se como retratos da nova estrutura econômica imposta pelas relações entre as cidades globais.

No contexto global e da reprodutibilidade técnica, Muñoz (2008) sugere que há o surgimento de uma nova categoria de paisagem definida por sua

⁵⁹ Ver: Pierre Nora, “Entre Memória e História” (1993), Jacques Le Goff, “História e Memória” (1990), Michael Pollak, “Memória e Identidade Social” (1992), Paul Ricoeur, “A Memória, a história, o esquecimento” (2003).

aterritorialidade: paisagens independentes do lugar, que não o traduzem, nem são o resultado de suas características físicas, sociais e culturais. Paisagens reduzidas a somente uma das camadas de informação que as configuram, a mais imediata e superficial: a imagem. É a tentativa da reprodução e recriação do lugar⁶⁰ que, em seu contexto mais decantado e original, jamais seria passível de reprodutibilidade.

Segundo Lefebvre (1991), com a institucionalização do capitalismo e, mais tarde, com o fenômeno da globalização, o cotidiano das relações humanas passa a ser caracterizado pela repetição e pela tendência à homogeneização. Esse fenômeno da vida cotidiana contribui na direção da normatização do viver a cidade, os espaços e a paisagem, que deixa de ser entendida como produção e passa a ser entendida como produto a ser consumido: “O capitalismo de consumo, baseado no curto prazo e no descartável suplanta o capitalismo de produção que se fundava no estoque e no longo prazo” (LEFEBVRE, 1991).

A grande expansão das sociedades capitalistas, o crescimento urbano exacerbado e descontrolado, o fenômeno da globalização e, com ele, a disseminação das imagens, modas e tecnologias têm sido muito discutidas e questionadas quando tratamos da sua real atuação nas diversas esferas da vida.

Uma das grandes preocupações neste sentido, recai sobre a temática das paisagens naturais, urbanas ou rurais, e a sua proteção, uma vez que é percebida uma tendência de homogeneização destas e também de uma crescente dificuldade de se encontrar características singulares e originais dos lugares.

(...) el proceso global de urbanización y la progresiva extensión de la ciudad en el espacio, hacen que encontremos cada vez más dificultad para apreciar contenidos de identidad o vernáculos propios de los lugares a través de sus paisajes, los cuales se nos muestran precisamente más a partir de lo similar y genérico que de lo singular y específico. El denominador común de lo metropolitano, en unos casos, o las transformaciones aceleradas en el territorio, en otros,

⁶⁰ A antiga noção romana de *genius loci* ainda é bastante utilizada quando nos referimos ao espírito que constitui a ambiência de um lugar. De acordo com Schulz: “Na antiguidade acreditava-se que todo ser possuía um *genius*, um espírito guardião, que dava vida às pessoas e aos lugares, acompanhando-os do nascimento à morte, e determinando seu caráter ou essência. Para os antigos era de suma importância estar em acordo com o *genius* da localidade onde viviam, ou seja, a sobrevivência dependia de uma boa relação com o lugar. No curso da história, o *genius loci* tem se mantido como uma realidade viva, apesar de nem sempre ser designado por esse nome. Artistas e escritores buscaram inspiração no caráter local e tendem a “explicar” fenômenos da vida cotidiana e da arte por referência a paisagens e ao contexto urbano”. (SCHULZ, 1980, p. 454).

hacen que el paisaje deje de representar permanencias históricas o culturales para mostrar panorámicas líquidas que pronto desaparecerán sustituidas por otras nuevas (MUÑOZ, 2008, p. 2).

As próprias medidas tradicionais de proteção do patrimônio passam por embates e tornam-se ineficazes diante das transformações rápidas e constantes que modificam o contexto, o entorno e o significado dos monumentos e/ ou conjuntos protegidos que acabam por perder o sentido existencial original tornando-se incompreendidos e descaracterizados.

Esta crise da paisagem de forma geral, como representante da memória construída de uma sociedade, relaciona-se intimamente à atual crise de identidade que a sociedade contemporânea vivencia. A incompreensão e consequente destruição da memória é apenas mais “uma consequência da necessidade cada vez maior do novo, do imediato, do descartável, do consumível e, portanto, daquilo que silencia, porque não deixa marcas” (CASTRIOTA, 2009, p. 99).

O fenômeno memorativo é sempre acompanhado da dualidade trazida pelo fenômeno do esquecimento, da ausência, do desvanecer e, como argumentado por Ricoeur (2003), a memória tem o dever do não esquecimento, ela é o elemento que se esforça para reencontrar “o passado que está presente na imagem como signo da sua ausência” (RICOEUR, 2003, p. 2).

É certo que muitas vezes, as mídias massificadoras contribuem no sentido de superar a fragmentação, informando sobre as experiências e conflitos vividos pelos grupos sociais e estabelecendo redes de comunicação que possibilitam a apreensão de sentidos sociais e coletivos de grupos diversos, assim como a na própria difusão do patrimônio, suas temporalidade e espacialidades, conforme afirma Canclini (1997).

Mas, é preeminente o fato que o processo de massificação, como reitera Agier (2001), acarreta dissociações entre lugares e culturas, o que faz com que os sentimentos de perda de identidade sejam compensados pela procura ou criação de novos contextos e retóricas identitárias. “Híbrida ou mestiça, como se diz agora, a cultura encontra-se assim mais dominada do que nunca pela problemática da identidade” (AGIER, 2001, p. 7).

Conforme os escritos de Hall (2005), uma identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente seria fantasiosa, mas, o fato de que a

identidade se apresenta como um suporte onde projetamos a nós mesmos, à medida em que assimilamos os seus significados e valores, é real. Assim, a identidade contribui para relacionar e os nossos conhecimentos subjetivos com os lugares objetivos que ocupamos no mundo social e cultural.

Nesta mesma linha, mas com olhar voltado às identidades coletivas, Pollak (1992) enfatiza que:

“(…) quando a memória e a identidade estão suficientemente constituídas, suficientemente instituídas, suficientemente amarradas, os questionamentos vindos de grupos externos à organização, os problemas colocados pelos outros, não chegam a provocar a necessidade de se proceder a rearrumações, nem no nível da identidade coletiva, nem no nível da identidade individual. Quando a memória e a identidade trabalham por si sós, isso corresponde àquilo que eu chamaria de conjunturas ou períodos calmos, em que diminui a preocupação com a memória e a identidade (POLLAK, 1992, p. 207).

Diante deste quadro, também é percebido por parte de especialistas, órgãos e instituições de preservação, uma preocupação no que diz respeito à manutenção das características e peculiaridades culturais consideradas ameaçadas diante dos processos contemporâneos de homogeneização. As reflexões neste sentido acabaram por proporcionar novas discussões, conceitos e um avanço que se configura na ampliação da noção de patrimônio e dos bens protegidos.

A discussão de um método de identificação e seleção do patrimônio existente na porção territorial à qual se dedica este estudo requer, portanto, uma abordagem que considere as diferentes apropriações do espaço no tempo, traduzidos em diversos aspectos culturais e físico-espaciais e, em especial, no valor para uma memória coletiva regional (SCHICCHI, 2015).

Diante da explanação de tais conceitos é possível reforçar a importância de uma valorização que conduza à permanência dos valores patrimoniais, materiais e imateriais, encontrados na porção territorial aqui estudada. O povo do interior de Minas, mesmo diante de um quadro de profundas transformações, preserva, até certo ponto, as relações de identidade que os autores supracitados afirmam estar se perdendo.

Tais manifestações, constatadas no capítulo anterior, são identificadas em pequenos sinais da vida cotidiana e em sua direta relação com o modo de

vida rural, no trabalho – carros de boi, carroças, moinhos e monjolos; nas festas e celebrações religiosas, além das devoções, rezas e novenas; na culinária e seus sabores tão diversificados; na música das toadas e modas caipiras; nos causos populares e nas lendas contadas pelos mais velhos, no “rabo” do fogão à lenha ou nos bancos das praças... Essas, entre tantas outras expressões culturais, estão totalmente arraigadas ao modo de vida dos locais e permitem fruir a memória dos tempos idos.

Tais manifestações e seus vestígios materiais – edificações, equipamentos e objetos – apesar de ainda possuírem certa força, precisam ser resguardadas, vez que, a cada dia, a presença de novos moradores, empreendedores e grandes corporações, se torna mais frequente e forte, evidenciando riscos iminentes à manutenção de tais valores simbólicos e, principalmente, àqueles relacionados à paisagem, aspectos estes que serão melhor trabalhados no capítulo 5.

As novas discussões sobre as questões patrimoniais apontam para possíveis medidas relativas à proteção e salvaguarda que aqui pretendemos, é possível vislumbrar os caminhos por que passaram essas reflexões na tentativa de elaboração de novos critérios de abordagem e eleição dos valores dos bens patrimoniais por meio das diversas cartas resultantes de encontros, conferências e debates realizados ao longo do tempo, o que pode apontar as possíveis direções a serem tomadas para que a região de análise e o seu conjunto de valores materiais e imateriais, naturais e culturais possam ser lidos e mantidos por sua importância como documento presente e capaz de contar parte da história da formação do estado de Minas Gerais nos seus mais variados aspectos.

4.1. As cartas patrimoniais e a ampliação do conceito de Patrimônio

Um sinalizador do surgimento das preocupações referentes ao patrimônio cultural e quanto a possíveis ações referentes à sua proteção pode ser relacionado à elaboração da Carta de Quito, da OEA, em 1967, que abriria caminho, no que diz respeito às ideias latino-americanas, para as possibilidades de o patrimônio cultural operar como componente do desenvolvimento socioeconômico, mediante a adoção de um plano sistemático de revalorização do acervo em função do desenvolvimento econômico-social.

A Norma de Quito, juntamente com a Carta de Veneza (1964) e a noção de “centro histórico” que ganhava corpo no mesmo período, teriam imediata influência nas políticas brasileiras de preservação, tanto no que concerne às intervenções em centros históricos, quanto à priorização aos usos culturais e turísticos. Tais recomendações forjariam um determinado “modelo” de conservação de conjuntos históricos urbanos que deveria se desenvolver por meio de planos de desenvolvimento “integrados”. Este modelo seria difundido no Brasil, desde o fim dos anos 1960, por meio de consultorias internacionais da UNESCO (FIGUEIREDO, 2014, p. 87).

O documento considera a paisagem detentora de “marcas e expressões do passado, testemunhos de uma tradição histórica de inestimável valor” (2008) e propõe que as medidas de preservação visem a noção de revalorização do patrimônio cultural relacionada sobretudo ao interesse público e para o benefício econômico dos países e municípios, sendo que, as demais cartas que lhe sucederam só reforçaram essa vertente de pensamento. Com isso, as Normas de 1967 visam uma possível reconciliação entre as novas demandas contemporâneas com a proteção dos valores e bens patrimoniais por meio de regulamentações governamentais, projetos internacionais e pela participação conscientização da sociedade, como forma de manutenção da noção de pertencimento e da identidade reforçando o debate acerca do sentido da ocupação e transformação do espaço, história e da memória, do patrimônio e sua intrínseca relação com os modos de vida em sociedade.

Já em 1972, questões mais amplas relativas ao patrimônio arquitetônico seriam tratadas e registradas na Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Cultural e Natural, que contou com a participação ativa do ICOMOS e

da IUCN, a fim de demonstrar os primeiros esforços para a conservação do patrimônio cultural e natural, frente à constatação das ameaças de degradação, surgidas, sobretudo, pelas transformações sociais e econômicas que caracterizavam as dinâmicas mundiais. A partir daí o termo “paisagem cultural” ganharia projeção, ainda que de forma frágil, sem a amplitude que compreende atualmente.

A introdução da noção de paisagem cultural tinha como objetivo principal possibilitar a abertura de novas perspectivas no âmbito patrimonial, ampliando o seu conceito e os critérios a serem considerados para a proteção dos bens, combinando aspectos materiais e imateriais, sinalizando as relações intrínsecas e de fundamental importância, entre o homem e o meio natural que conforma suas ações.

As paisagens culturais constituem a base para a diversidade genética das colheitas do mundo de amanhã. Elas são a base da cultura, da identidade e das crenças das pessoas que vivem nelas. São a base para a sobrevivência a longo prazo e para o desenvolvimento sustentável integrado na região para além das áreas protegidas (RÖSSLER *apud* CASTRIOTA, 2009, p. 7).

A Convenção do Patrimônio Mundial estabelece chancela e apoio internacional aos bens detentores de “valor universal excepcional”, a fim de evitar o aumento da degradação ou mesmo o desaparecimento de bens culturais e naturais excepcionais, promovendo o reconhecimento e salvaguarda internacional do patrimônio.

O significado e a autenticidade dessas paisagens também perpassam por elementos que envolvem a dimensão intangível do patrimônio, considerando a necessidade de manutenção e da continuidade de modos tradicionais de cultura, vivência e de produção, e que muitas vezes só têm sentido em uma determinada localização, criando, também, um sentido único de lugar, carregado de identidade e de distinção, o que relaciona a preservação de paisagens culturais, diretamente às formas tradicionais de produção e de vida.

A relação com o cotidiano e com a originalidade das tradições e modos de fazer e de viver que permeiam a noção de paisagem cultural acarretou, também na adoção formal do conceito de “desenvolvimento sustentável” pela comunidade internacional, a partir da Convenção de 1972, ao considerar a

proteção e a conservação do patrimônio natural e cultural como sendo de fundamental importância à noção de sustentabilidade:

As paisagens culturais são bens culturais e representam as “obras conjugadas do homem e da natureza” a que se refere o artigo 1º da Convenção. Ilustram a evolução da sociedade humana e a sua consolidação ao longo do tempo, sob a influência das condicionantes físicas e/ou das possibilidades apresentadas pelo seu ambiente natural e das sucessivas forças sociais, econômicas e culturais, externas e internas” (UNESCO, 2008, *apud* FIGUEIREDO, 2014, p. 119).

A ampliação do conceito de patrimônio, apesar de apontar um significativo avanço nas políticas de conservação e preservação, tem como paradoxo a consideração de uma diversidade de manifestações representantes das interações entre o homem, como sociedade, e seu meio natural, que acabará por demonstrar uma delimitação bastante indefinida, controversa e polissêmica, que dificulta a classificação do patrimônio. E o quadro que de fato podemos assistir é que, apesar das renovações e da ampliação do conceito de patrimônio que se iniciaram na década de 1960, os patrimônios cultural e natural continuaram a ser tratados de forma desconexa e desvinculada, através da eleição e delimitação de áreas de proteção.

A nova categoria de “paisagem cultural” seria de fato lançada por ocasião da 16ª sessão do Comitê do Patrimônio Mundial, em Santa Fé, Novo México, em 1992, com a apresentação do primeiro instrumento legal internacional de reconhecimento e proteção do Patrimônio Natural Cultural, mas a própria Convenção, como o primeiro documento internacional que visa a trabalhar conjuntamente os patrimônios naturais e culturais, estabelece uma distinção entre as categorias. Segundo o comitê os patrimônios culturais podem ser classificados em:

Monumentos: obras arquitetônicas, obras monumentais de escultura e pintura, elementos ou estruturas de natureza arqueológica, inscrições, habitações em cavernas e combinações de características de Valor Universal Excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;

Grupos de edificações: conjuntos de edifícios separados ou integrados que, devido à arquitetura, homogeneidade ou lugar na paisagem, tenham Valor Universal Excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;

Sítios: obras humanas ou obras humanas e naturais combinadas, e áreas incluindo sítios arqueológicos de Valor Universal Excepcional

do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico (artigo 1º) (UNESCO, 2013, p. 21).

Já os patrimônios naturais, são definidos como:

Características naturais compostas de formações físicas e biológicas, ou grupos dessas formações, que tenham Valor Universal Excepcional do ponto de vista estético ou científico;

Formações geológicas e fisiográficas, e áreas delineadas com precisão que constituam o habitat de espécies ameaçadas de animais e plantas de Valor Universal Excepcional do ponto de vista da ciência ou da conservação;

Sítios naturais ou áreas naturais delineadas com precisão que tenham Valor Universal Excepcional do ponto de vista da ciência, da conservação ou da beleza natural (artigo 2º) (UNESCO, 2013, p. 24).

A UNESCO considera que o bem a ser nomeado Patrimônio Mundial deve exprimir valor excepcional universal. O reconhecimento como Patrimônio da Humanidade ocorre quando o bem responde a, pelo menos um, dos critérios estabelecidos:

Tabela 3: Critérios de Valor Excepcional Universal para nomeação na lista do Patrimônio Mundial - UNESCO

Critério (i): representar uma obra-prima do gênio criativo humano;

Critério (ii): exibir um evidente intercâmbio de valores humanos, ao longo do tempo ou dentro de uma área cultural do mundo, que teve impacto sobre o desenvolvimento da arquitetura ou da tecnologia, das artes monumentais, do urbanismo ou do paisagismo;

Critério (iii): apresentar um testemunho único ou pelo menos excepcional de uma tradição cultural ou de uma civilização viva ou desaparecida;

Critério (iv): ser um exemplar excepcional de um tipo de edifício, conjunto arquitetônico ou tecnológico ou paisagem que ilustre (um) estágio(s) significativo(s) da história humana;

Critério (v): ser um exemplo excepcional de um assentamento humano tradicional, uso da terra ou do mar que seja representativo de uma cultura (ou culturas), ou de uma interação humana com o meio ambiente, especialmente quando ele se tornou vulnerável sob o impacto de mudanças irreversíveis;

Critério (vi): estar diretamente ou materialmente associado a acontecimentos ou tradições vivas, ideias ou crenças, obras artísticas e literárias de significação universal excepcional. (O Comitê considera que esse critério deve ser usado de preferência em conjunção com outros critérios);

Critério (vii): representar fenômenos naturais notáveis ou áreas de excepcional beleza natural e importância estética;

Critério (viii): ser um exemplo excepcional e identificador de estágios na história da Terra, incluindo os registros da vida, de processos geológicos significativos em curso no desenvolvimento das formas terrestres, ou de elementos geomórficos ou fisiográficos significativos;

Critério (ix): ser um exemplo excepcional de processos ecológicos e biológicos significativos em curso na evolução e desenvolvimento de ecossistemas e comunidades de plantas e animais terrestres, de água doce, costeiros e marinhos;

Critério (x): conter os habitats naturais mais relevantes e significativos para a conservação *in situ* da diversidade biológica, incluindo os que contêm espécies ameaçadas, de Valor Universal

Assim a convenção inseriu novas possibilidades de preservação, relacionadas a valores antropológicos e etnológicos, permitindo o reconhecimento de manifestações tradicionais de pequenos povos, juntamente com centros urbanos históricos e monumentos consagrados. Sendo a categoria de paisagem, aplicada na identificação e preservação do patrimônio cultural. Segundo Ribeiro (2007):

A paisagem pode ser lida como um documento que expressa a relação do homem com o seu meio natural, mostrando as transformações que ocorrem ao longo do tempo. A paisagem pode ser lida como um testemunho da história dos grupos humanos que ocupam determinado espaço. Pode ser lida, também, como um produto da sociedade que a produziu ou ainda como a base material para a produção de diferentes simbologias, *locus* de interação entre a materialidade e as representações simbólicas (RIBEIRO, 2007, p. 9).

A ampliação dos conceitos referentes ao patrimônio e aos métodos de caracterização dos bens patrimoniáveis, auxiliam, portanto, a elaboração de possíveis diretrizes de preservação para o objeto de estudo deste trabalho. As fazendas e as referências culturais, urbanas e ambientais do território em análise, demonstrada nos capítulos anteriores, não possuem valor por sua monumentalidade, nem podem ser consideradas como um conjunto histórico, com perímetro e área específicos, mas são remanescentes de natureza diversificada, capazes de contar a história do território, dotados de sentido e significado atribuídos pelos grupos sociais locais.

A busca de integração do objeto patrimonial à cidade e à paisagem pode ser verificada na Declaração de Amsterdã, de 1975 que sistematizou uma nova forma de abordagem de intervenção denominada “conservação integrada”, com a preocupação de integrar as ações de preservação do patrimônio às políticas de desenvolvimento urbano e econômico.

Os documentos de Amsterdã apresentam parâmetros universais sobre possíveis formas de abordar a diversidade dos contextos urbanos. E também concluem sobre como abolir a segregação hierárquica entre os conjuntos de maior interesse artístico e os que não tiveram o interesse reconhecido ou

valorizado, como as produções vernaculares, as de populações rurais ou de pequenos povos considerados excluídos da história oficial, como os índios, os negros e os imigrantes, o que aponta para os aspectos justificados neste trabalho, sobre a valorização dos bens apresentados, capazes de demonstrar intrínseca relação de origem e afirmação cultural a partir de exemplares colocados em segundo plano, como as fazendas em relação aos conjuntos barrocos mineiros, ou as manifestações das populações negras que estão presentes por toda parte na cultura mineira, mas nem sempre devidamente destacadas e lembradas.

A Declaração de Amsterdã também veicula o termo “reabilitação”⁶¹ explicitando a mudança necessária e inevitável de os processos de conservação do patrimônio ganharem espaço entre os objetivos centrais do planejamento que deve ser então, territorial e elaborado interdisciplinarmente, o que sugere desafios metodológicos para uma renovação do planejamento, incitando o debate e a reflexão sobre a atuação profissional dos urbanistas que “(...) devem reconhecer que os espaços não são equivalentes e que convém tratá-los conforme as especificidades que lhes são próprias” (IPHAN *apud* FIGUEIREDO 2014, p. 87).

Nesta mesma linha de pensamento surge a ideia do território como projeto, noção que difere de uma concepção administrativa ou meramente patrimonial do território, mas trata de “uma construção social que deriva da ação coletiva dos agentes, sobre a materialidade dos lugares” (DEMATTEIS *apud* NOVICK, 2011, p. 83)⁶², como uma construção coletiva. Existe um crescente interesse dos urbanistas – que acaba por refletir nos projetos – pela valorização dos recursos territoriais, seja como expressão da identidade cultural, contribuindo para o desenvolvimento social sustentável, bem como para a sustentabilidade econômica, ou como valor estratégico para a conservação, no caso dos recursos naturais, proporcionando equilíbrio ecológico.

Conceitos como este apontam para a necessidade de se compreender a área de estudo como parcela territorial que apresenta caráter de unidade, apesar dos atuais limites que separam os oito municípios apresentados. Como foi visto, esta parcela é capaz de expressar sua identidade cultural, delineada pelos

⁶¹ Segundo (SCHICCHI, 2005), reabilitação é um termo que busca qualificar mantendo o que é de origem da área; pressupõe a preservação do ambiente construído e ocupado e inclui a preservação da arquitetura comum e não apenas a de interesse histórico.

⁶² Dematteis, G. “Territorio y territorialidad en el desarrollo local”. En: *Boletín de la A.G.E.* Nro. 39. Madrid, 2005. Pag. 39-58

aspectos geográficos, naturais, e de mobilidade e subsistência humanas, ultrapassando a imposição de fronteiras. Fato este que conduz para o seu entendimento como região que pode utilizar desta unidade como ferramenta de desenvolvimento social e econômico, ou como estratégia para a conservação e valorização de seus recursos naturais e culturais, de forma conjunta.

Em 1976, o ICOMOS lançaria uma carta para tratar exclusivamente do turismo cultural, aquele que tem por objetivo o “conhecimento dos monumentos e sítios histórico-artísticos”. A Organização Mundial do Turismo (OTM), a UNESCO e os Estados nacionais foram conclamados a realizarem esforços conjuntos no sentido do desenvolvimento do turismo responsável, onde é possível tirar proveito da contribuição advinda do aumento do fluxo de turistas, para a manutenção e proteção do patrimônio e buscando evitar os efeitos degradantes que podem ocorrer em função do uso massivo e descontrolado dos monumentos e da natureza como atrativos.

Neste sentido, a proposta de desenvolvimento de um turismo cultural sustentável aponta para uma das possibilidades de valorização da região de estudo. O turismo em torno do patrimônio representa um potente organismo gerador de capital econômico e social, capaz de alavancar a dinâmica funcional das áreas de estudo. É importante ressaltar que os estímulos às atividades turísticas devem acontecer através de planos, estratégias e métodos que tenham a sustentabilidade como preocupação central, para que este não se torne predatório e descaracterizador.

Ainda em 1976 seria registrada a Carta de Nairóbi (UNESCO), que abordaria de forma mais completa as medidas de salvaguarda de conjuntos históricos. As diversas contribuições propostas pelo documento à problemática da preservação perpassam por questões administrativas, econômicas e sociais, destacando-se as propostas de articulação com a política habitacional como estratégia à reabilitação do patrimônio arquitetônico, além de ações relacionadas a problemas urbanos característicos, como o controle da especulação imobiliária, da poluição visual e da insalubridade ambiental através da aplicação efetiva de planos e instrumentos urbanísticos.

A Carta de Nairóbi traz ainda outra contribuição importante no que diz respeito à questão conceitual, ampliando a noção de entorno para a de “ambiência” dos conjuntos históricos (natural, construído, rural e urbano),

abrangendo vínculos sociais, econômicos e culturais, que devem ser considerados como formadores de um todo coerente ao conjunto histórico principal, o que ainda demonstra a existência de uma hierarquia determinada entre um conjunto principal e a ambiência.

Além disso, a carta convida ao debate e às reflexões os profissionais de arquitetura e urbanismo prescrevendo que “(...) os arquitetos e urbanistas deveriam empenhar-se para que a visão dos monumentos e conjuntos históricos, ou a visão que a partir deles se obtém, não se deteriore”. (IPHAN 2004, 221).

Ainda com a noção de que a ambiência dos lugares é fundamental para a manutenção da essência do objeto patrimonial, a carta de Washington, de 1986, considera a paisagem como algo que dá sentido a um bem mais importante, como um cenário, pano de fundo, o que demonstra a prevalência da valorização do objeto patrimonial e uma adoção da paisagem como moldura que evidencia esta importância, e não da paisagem como instauradora das escolhas e soluções materializadas nos objetos, que é o que defendemos neste trabalho.

A carta também ressalta a necessidade da salvaguarda da relação entre os edifícios, a malha urbana, e a paisagem natural. Elenca a participação da comunidade como imprescindível para salvaguarda da cidade. Aponta a necessidade da conscientização da população a respeito da importância da manutenção de locais patrimoniais através de programas de divulgação e da educação patrimonial.

A noção de ambiência que vai sendo inserida nos novos conceitos sobre o patrimônio, nos remete à noção de lugar, como o espaço que contém caráter e detém as qualidades responsáveis por despertar o sentimento de pertencimento aos indivíduos, juntamente com os componentes imateriais do patrimônio, neste sentido, a carta de Washington também indica a importância da manutenção da memória como forma de melhoria da autoestima dos habitantes de uma localidade, questão que poderia ser trabalhada de forma conjunta à valorização do patrimônio cultural e desenvolvimento sustentável da região em análise.

No ano de 1999, o ICOMOS adotou as revisões feitas na Carta de Burra, na Austrália, cuja versão anterior data de 1988. Entre as principais atualizações aplicadas, destaca-se o reconhecimento dos aspectos menos tangíveis com significado cultural no sentido de uma manutenção da identidade.

A Carta reconhece ainda a necessidade de envolvimento das pessoas nos processos de tomadas de decisões, particularmente aquelas que tiverem fortes associações com os sítios de significado cultural⁶³, valorizando o sentido de pertencimento e o importante papel das comunidades locais nas deliberações. O documento reforça que estes sítios, enriquecem a vida das pessoas e:

(...) proporcionam um profundo e inspirador sentido de ligação à comunidade e à paisagem, ao passado e às experiências vividas. São registros históricos que se tornam importantes como expressões tangíveis da identidade e da experiência (...). Os sítios com significado cultural refletem a diversidade das nossas comunidades, dizendo-nos quem somos e qual foi o passado que nos formou, (...). Eles são insubstituíveis e preciosos (ICOMOS, 1999, p. 4).

Sob esta ótica, a Carta enfatiza que as questões sobre o significado cultural dos sítios, bem como a sua manutenção, ficam melhor compreendidos por meio de coletas e análises profundas das informações, antes das tomadas de decisões. Este entendimento aprofundado possibilita, primeiro, compreensão do significado cultural, e, posteriormente, o desenvolvimento de políticas que possibilitem, finalmente, a gestão do sítio. Portanto, “a política de gestão de um sítio tem que ser baseada na compreensão do seu significado cultural” (ICOMOS, 1999, p. 9).

Sobre os componentes imateriais do patrimônio a Declaração de Quebec (2008) sobre “a proteção do espírito do lugar”, apresenta a maior contribuição para a discussão que aqui se coloca. Resultado da 16ª Assembleia Geral do ICOMOS, o documento propõe reflexões sobre “as relações entre patrimônio material e imaterial e os mecanismos que regulam o espírito do lugar”, reforçando a antiga noção romana de *genius loci*, já mencionada anteriormente.

Segundo a Declaração, o espírito do lugar é constituído pelo “conjunto de bens materiais (sítios, paisagens, edificações, objetos) e imateriais (memórias,

⁶³ A Carta de Burra fornece em seu Artigo 1º, definições que facilitam o seu entendimento e a sua aplicação. De acordo com o documento, “Sítio” significa “lugar, área, terreno, paisagem, edifício e outras obras, grupo de edifícios ou de outras obras, e pode incluir componentes, conteúdos, espaços e vistas. O conceito de sítio deve ser amplamente interpretado, incluindo ainda memoriais, árvores, jardins, parques, lugares de acontecimentos históricos, áreas urbanas, cidades, lugares industriais, sítios arqueológicos, religiosos e espirituais”. Já o conceito de “Significado cultural”, foi definido como aquilo que detém “valor estético, histórico, científico, social ou espiritual para as gerações passadas, atuais ou futuras. O significado cultural está incorporado no próprio sítio, na sua *fábrica*, na sua *envolvente*, na sua *utilização*, nas suas *associações*, nos seus registos, nos *sítios relacionados* e nos *objetos relacionados*” (ICOMOS, 1999, p. 5).

depoimentos orais, documentos escritos, rituais, festivais, ofícios, técnicas, valores, odores), físicos e espirituais, que atribuem sentido, valor, emoção e mistério ao lugar”. (ICOMOS, 2008, p. 2). Estas duas categorias de bens de preservação devem então, ser consideradas de forma conjunta e indissociável, segundo as considerações do documento:

Ao invés de separar o espírito e o lugar, o imaterial e o material, e de colocá-los em oposição, nós exploramos as diferentes maneiras pelas quais os dois são unidos em uma estreita interação, um se construindo em relação ao outro. O espírito constrói o lugar e, ao mesmo tempo, o lugar constrói a estrutura do espírito. Os lugares são construídos por diferentes atores sociais, tanto por aqueles que os criam como por aqueles que os utilizam, ambos participando ativamente da construção de seu sentido. Considerando sua dinâmica relacional, o *espírito do lugar* incorpora, assim, um caráter plural e polivalente, podendo possuir diferentes significações e singularidades, mudar de sentido com o tempo e ser compartilhado por diferentes grupos. Esta abordagem mais dinâmica é mais adequada a um mundo globalizado, caracterizado cada vez mais pelas migrações transacionais, as populações realocadas ou deslocadas, os contatos interculturais, as sociedades multiculturais e os múltiplos pertencimentos (ICOMOS, 2008, p. 3).

Outro aspecto proposto pela Declaração de Quebec aponta que: O espírito do lugar oferece uma compreensão mais abrangente do caráter vivo e, ao mesmo tempo, permanente de monumentos, sítios e paisagens culturais. Supre uma visão rica, mais dinâmica e abrangente do patrimônio cultural. O espírito do lugar existe, de uma forma ou de outra, em praticamente todas as culturas do mundo e é construído por seres humanos em resposta às suas necessidades sociais. As comunidades que habitam o lugar, especialmente quando se trata de sociedades tradicionais, deveriam estar intimamente associadas à proteção de sua memória, vitalidade, continuidade e espiritualidade (ICOMOS, 2008, p. 3).

Os aspectos na Declaração de 2008 motivam e afirmam a necessidade de compreender e propor medidas preventivas contra as ameaças ao espírito do lugar através do conhecimento aprofundado das localidades e de seu patrimônio, identificando as relações estabelecidas entre os elementos materiais e imateriais que fazem parte da riqueza cultural viva das comunidades e que tende a se dissipar, diante das novas dinâmicas cotidianas e do desconhecimento do patrimônio como forma de identificação e afirmação das identidades, origens,

memórias e histórias, que defendemos ser de fundamental importância na região do Sul de Minas.

Em 2009, o IPHAN promulgou a Portaria nº127, que estabelece a chancela da “Paisagem Cultural Brasileira”, definida ali, em seu Artigo 1º, como uma “porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores” (IPHAN, 2009).

Com este documento o Brasil começa a institucionalizar a ideia de paisagem cultural, buscando um reconhecimento das relações harmônicas com a natureza; da valorização da relação afetiva com o território; e da qualidade de vida da população, considerando o caráter dinâmico das transformações culturais expressas pelo homem, intrínsecas ao desenvolvimento econômico e social, mas ressaltando a necessidade da preservação responsável do patrimônio, uma vez que demonstra a preocupação com a manutenção das características peculiares locais diante dos “fenômenos contemporâneos de expansão urbana, globalização e massificação das paisagens urbanas e rurais que colocam em risco contextos de vida e tradições locais em todo o planeta” (CF. art. 4º da Portaria).

Portanto, é possível verificar que apesar das controvérsias e polissemias que circundam o tema da paisagem cultural, o conceito parece possibilitar novas perspectivas quando comparadas às ideias tradicionais relativas à preservação, permitindo leituras mais amplas e a compreensão do patrimônio como sendo representativo da interação dos diversos elementos essenciais à manutenção do caráter e da ambiência dos lugares.

Ao se buscar a superação da separação entre natureza e cultura e se reconhecer a existência de uma relação intrínseca entre a paisagem cultural e os saberes e modos tradicionais, é possível uma reflexão mais ampla sobre a proteção dos valores, do patrimônio intangível e das paisagens naturais, considerando aspectos naturais e culturais, materiais e imateriais que são, muitas vezes, ignorados.

No ano de 1998 foi criado oficialmente o CIIC, Comitê Científico Internacional de Itinerários Culturais do ICOMOS⁶⁴, motivado principalmente, pelo

⁶⁴ Nota-se nas fontes disponíveis, que variam de sites oficiais a artigos publicados, que as expressões “itinerário cultural” e “rota cultural” são utilizados, na maioria das vezes, como sinônimos, o que, de acordo com as bases conceituais adotadas pelo turismo, pode causar certa

reconhecimento do Caminho de Santiago de Compostela (Espanha) como patrimônio da humanidade pela UNESCO, em 1993. Em seu conceito fundamental, o CIIC busca evidenciar a crescente importância dos valores de entorno e de escala territorial, assim como a estrutura ampla e de variados níveis manifestada pelo patrimônio. Estes valores são tidos como bem comum e ampliados além das fronteiras oficiais, o que também demanda esforços conjuntos (ICOMOS-CIIC, 2008).

De acordo com o ICOMOS-CIIC (2008), o reconhecimento dos Itinerários Culturais como novo conceito ou categoria patrimonial não se sobrepõe a outras categorias ou tipos de bens (monumentos, cidades, paisagens culturais, patrimônio industrial, etc.), mas os insere em um sistema conjunto que realça seu significado e os inter-relaciona através de uma perspectiva científica que proporciona uma visão plural, mais completa e justa da história. Desta forma não só favorece a compreensão e a comunicação entre os povos, mas também a cooperação para a conservação do patrimônio.

Ainda segundo o documento de 2008, a introdução de tal conceito aponta para o valor patrimonial de um acontecimento específico de mobilidade e trocas humanas, desenvolvido por meio de vias de comunicação que facilitaram seu fluxo e foram utilizadas ou postas ao serviço de um objetivo concreto e determinado. Estes itinerários podem ter sua origem em um projeto arquitetado pelo desejo humano, como o Caminho dos Incas no Peru, ou podem demonstrar o resultado de um longo processo evolutivo no que interferem de forma coletiva diversos fatores que coincidem e se canalizam a um mesmo fim, como ocorre com o Caminho de Santiago de Compostela.

Neste contexto, e com base em autores como Cardoso e Castriota (2012), e Oliveira e Ribeiro (2016), é possível refletir sobre a caracterização de alguns setores do Caminho Velho da Estrada Real (ainda que não integralmente)⁶⁵, e suas ramificações secundárias como itinerário cultural, uma

confusão, uma vez que em sua origem, os termos possuem conotações diferentes. Sobre esta diferenciação ver a respeito Oliveira e Ribeiro (2016, no prelo).

⁶⁵ Autores como Cardoso e Castriota (2012) e Oliveira e Ribeiro (2016), não consideram os caminhos da Estrada Real passíveis de serem declarados itinerários, conforme categoria do ICOMOS. Porém, em contraposição, e conforme demonstrado neste trabalho, podem existir setores em que os aspectos de conjunto estejam mais ou menos interligados e evidentes. No caso desta porção tomada como estudo isto se revela, o que indica que mesmo a categoria itinerário, requer um exame mais apurado nas relações que os caminhos estabelecem com os demais

vez que ele demonstra, em um primeiro momento, os esforços humanos de incursão ao sertão das minas, com objetivos e motivações diversas, e, posteriormente, como processo evolutivo de relações de trocas econômicas, sociais, políticas e artísticas, o que favoreceu a criação de elementos patrimoniais ao longo do seu percurso.

De acordo com o ICOMOS-CIIC (2008), além do caráter de via de comunicação ou transporte, a existência de um itinerário cultural e sua significação como tal, se explica por sua utilização histórica para um fim específico e por haver gerado elementos patrimoniáveis associados a tal fim, refletindo a existência de influências recíprocas entre distintos grupos culturais durante um período da história, como no caso do trecho no sul de Minas, aqui demonstrado, onde são verificados diferentes grupos sociais como os bandeirantes, tropeiros, fazendeiros, negros e mestiços.

Los itinerarios culturales no son, por tanto, simples vías históricas de comunicación que incluyan o conecten diversos elementos patrimoniales, sino singulares fenómenos históricos que no pueden crearse con la imaginación y la voluntad de establecer conjuntos asociativos de bienes culturales que posean rasgos comunes (ICOMOS-CIIC, 2008, p. 1).

No Brasil, os monumentos históricos-artísticos criados pelas relações geradas durante o período da mineração do ouro começaram a ser protegidos a partir do segundo quartel do século XX. Em Minas Gerais, a primeira cidade a ser reconhecida como monumento nacional foi Ouro Preto, em 1934 e, em seguida, Diamantina, em 1938 (IPHAN)⁶⁶.

Mais tarde, em 1980, Ouro Preto foi reconhecida pela UNESCO como Patrimônio Mundial, seguida do conjunto arquitetônico e escultórico do Santuário de Bom Jesus do Matosinhos em Congonhas, e do centro histórico de Diamantina, em 1999 (UNESCO)⁶⁷. O inquestionável valor histórico e artístico dos conjuntos arquitetônicos urbanos acima citados foi reconhecido com base em uma caracterização pautada em critérios de preservação tradicionalmente

elementos da paisagem e não apenas a intrínseca coerência e aderência do ponto de vista físico entre estes elementos e o caminho histórico.

⁶⁶ Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/30>. Acesso em 15/11/2016.

⁶⁷ Disponível em: <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/culture/world-heritage/list-of-world-heritage-in-brazil>. Acesso em 15/11/2016.

adotados para a designação de bens nacionais e internacionais, como por exemplo: recorte temporal definido – neste caso uma produção típica século XVIII; estilo arquitetônico representativo – exemplares do barroco mineiro brasileiro; e perímetro de tombamento determinado – o cento histórico da cidade.

Estas informações apontam para uma realidade da patrimonialização em Minas Gerais que, apesar dos novos questionamentos e reflexões atualmente abordados, ainda se mantém corrente: a da priorização do valor dos exemplares do barroco mineiro e dos núcleos que possuem características circunscritas no centro histórico, ou seja, os antigos núcleos de mineração.

A experiência acerca da concepção dos bens culturais gerados pela corrida do ouro, como conjunto articulado, ocorreria apenas no final da década de 1990 com a criação do Programa Estrada Real, em 1999⁶⁸. Os objetivos principais do programa giravam em torno do incentivo ao investimento privado, da promoção de atividade turística e da geração de renda e arrecadação, tendo como principal modelo o Caminho de Santiago de Compostela, que havia sido reconhecido pela UNESCO em 1993.

Desde o início da concepção do Programa Estrada Real, o foco se manteve no turismo nas cidades históricas consagradas, como Ouro Preto e Diamantina, e as cidades localizadas nas suas proximidades, Mariana, Sabará, Congonhas, Serro, etc. Segundo Oliveira e Ribeiro (2016):

O projeto seria gerido por empresa estadual de turismo (na identificação da área abrangida pelo Programa, divulgação, convênios e mecanismos institucionais), em que se enfatiza a ação de municípios (de forma isolada ou por associações), estimula empreendimentos turísticos ou ações de preservação por meio de compensação financeira ou incentivo fiscal. Tratava-se de um programa de geração de renda e preservação cultural, no quadro de uma política de desenvolvimento regional e na municipalização do turismo (OLIVEIRA, RIBEIRO, 2016, p. 397).

Ainda em 1999, a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG) apoiou a criação da entidade sem fins lucrativos Instituto Estrada Real

⁶⁸Lei Estadual nº 13.173, de 20 de janeiro de 1999 (Publicação - Diário do Executivo - "Minas Gerais" - 21/01/1999) dispõe sobre o Programa de Incentivo ao Desenvolvimento do Potencial Turístico da Estrada Real. Disponível em: http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=1693#_ftn1. Acesso em 15/11/2016.

com o objetivo de organizar e gerenciar o produto turístico Estrada Real e suas variantes do Caminhos Velho e Novo.

Em 2000 o programa foi regulamentado sob gestão da TURMINAS (Empresa Mineira de Turismo), atualmente vinculada à SETUR (Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais). Iniciando uma política de descentralização e integração de agentes regionais públicos e privados por meio do programa “Circuitos Turísticos de Minas Gerais”, visava a congregar municípios de acordo com características físicas, naturais, culturais e econômicas, a fim de promover a atividade turística regional de forma sustentável, consolidando uma identidade regional, além de buscar equilíbrio entre núcleos que apresentam maior infraestrutura para o aporte turístico, sempre com o intento de interiorizar o turismo mineiro, integrando municípios, gestores públicos, iniciativa privada e sociedade civil⁶⁹.

Os municípios aqui estudados demonstram, por um lado, a unidade sob o vínculo estabelecido pelo Caminho Velho, mas se encontram em unidades diferentes no programa dos Circuitos Turísticos de Minas Gerais⁷⁰. Segundo a SETUR (2014), Baependi faz parte do “Circuito das Águas”; Aiuruoca, do “Circuito Terras Altas da Mantiqueira”; São Thomé das Letras e Luminárias, do “Circuito Vale Verde e Quedas d’Água”; Carrancas, do “Circuito Trilha dos Inconfidentes”; enquanto que Cruzília, São Vicente de Minas e Minduri, não estão inseridos na Política de Regionalização do Turismo em Minas Gerais (Fig. 70).

⁶⁹ Os Circuitos Turísticos obtiveram seu reconhecimento com a publicação do Decreto de Lei nº 43.321/2003. Disponível em: <http://www.turismo.mg.gov.br/circuitos-turisticos/informacoes-administrativas>. Acesso em 15/11/2016.

⁷⁰ A participar do Programa de Regionalização do Turismo da SETUR é exigência para que o município se habilite à pontuação no critério "turismo" do ICMS.

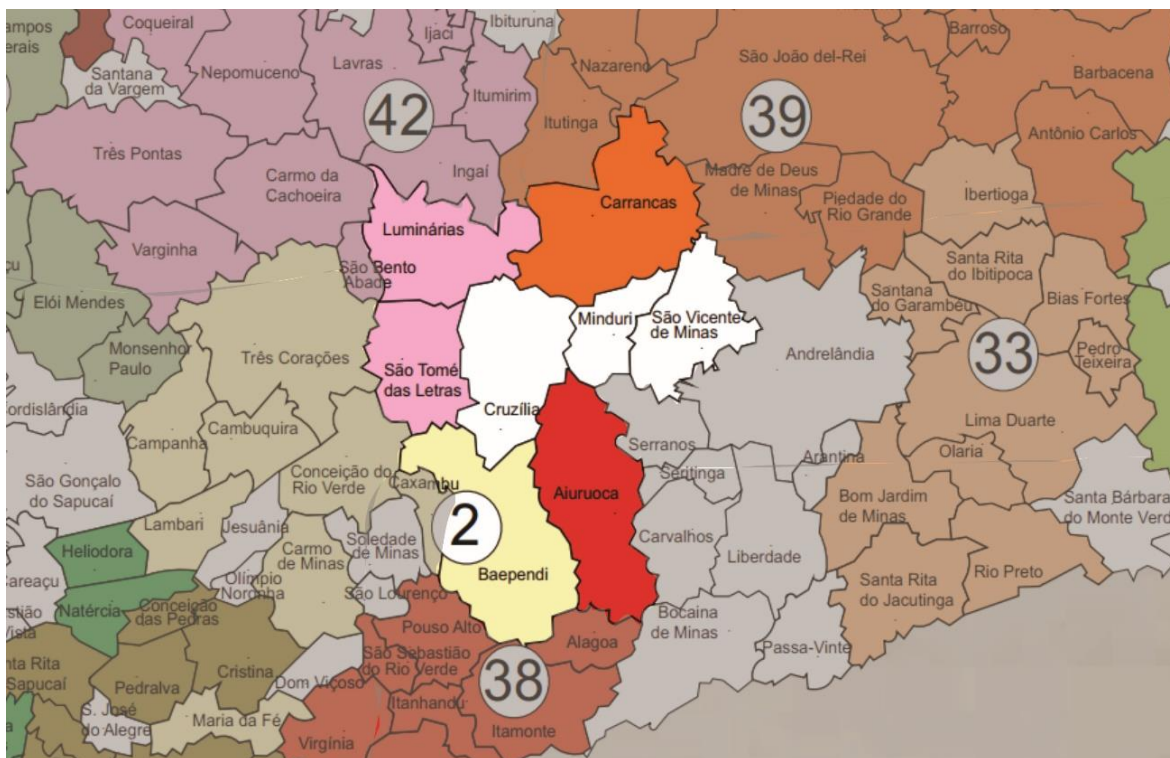


Figura 70: Mapa de Regionalização do Turismo do Estado de Minas Gerais. Em destaque, os oito municípios estudados neste trabalho. Baependi está inserido no Circuito n°2, São Thomé das Letras e Luminárias no Circuito n°42, Carrancas no Circuito n°39, Aiuruoca no Circuito n°38 e Cruzília, Minduri e São Vicente de Minas não fazem parte do programa de regionalização. Fonte: SETUR (2014). Modificado pela autora (2016).

Assim, é possível observar que, apesar de voltados para o tema do turismo e da regionalização, os modelos propostos pelo Instituto Estrada Real e pelo programa dos Circuitos Turísticos de Minas Gerais, são divergentes e se sobrepõem. Além disso, verifica-se que as ações para o turismo se voltam para as atrações culturais existentes ao longo da Estrada Real, mas não apresentam objetivos diretamente relacionados à preservação patrimonial e conservação destes valores, um dos motivos pelos quais a caracterização da Estrada Real como itinerário cultural, dentro dos parâmetros do ICOMOS (2008) torna-se improvável e impraticável.

Segundo Oliveira e Ribeiro (2016), como está atualmente, a Estrada Real é mais uma questão de política de turismo, do que reconhecimento histórico e mesmo a atratividade turística do programa não está consolidada, apresentando diversas lacunas e sobreposições de políticas e instrumentos de promoção e gestão.

Podemos verificar nas áreas rurais e urbanas dos municípios estudados neste trabalho, os efeitos simbólicos de divulgação da marca Estrada

Real, por meio a instalação dos totens e placas (Fig. 71), além do estímulo ao consumo dos seus atrativos naturais e culturais, sem nenhum vínculo com as noções de turismo sustentável, o que não contribuiu para as mudanças referentes às desigualdades sociais existentes entre os municípios localizados no Sul de Minas, tanto em escala regional quanto em escala estadual, quando são, por exemplo, relacionados aos municípios representativos do ciclo do barroco mineiro.



Figura 71: À esquerda, totem do Instituto Estrada Real implantado no trecho do caminho Velho, entre a cidade de Cruzília e a Fazenda Traituba. À direita, placa do Instituto Estrada real na fachada da Fazenda Grão Mogol, município de Carrancas. A fazenda encontra-se em ótimo estado de preservação e péssimo estado de conservação. Fonte: Fotos de Larissa S. Pereira (2015).

Diante do exposto, verifica-se que a interação entre as categorias de paisagem e itinerário culturais e as ações para o turismo sustentável, apontam para melhores soluções de preservação patrimonial e para a busca de um maior equilíbrio social, uma vez que os programas vigentes na região de estudo não demonstram a preocupação com a preservação do legado histórico na dimensão que pretendemos acerrar.

Em Minas Gerais, dentro do mesmo pensamento de promoção de políticas de descentralização, temos o instrumento legal, Lei “Robin Hood” que, nos critérios de pontuação relativos ao patrimônio cultural e turismo, que mais interessam aqui, possibilitam uma discussão acerca das possibilidades de interação entre estas esferas.

A Lei do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)⁷¹ ou Lei Robin Hood, foi criada com o principal objetivo de ampliar a autonomia

⁷¹ Lei nº 12.040, publicada em 28 de dezembro de 1995. A Lei indicava “(...) novos critérios para a distribuição da cota-parte do ICMS dos municípios, visando descentralizar a distribuição da cota-

municipal descentralizando recursos e determinando o repasse, pelo governo estadual, de parte da receita proveniente do ICMS aos municípios que comprovem ações em áreas previamente definidas em lei, incluindo a preservação do patrimônio cultural. No momento da criação da lei, o valor do repasse aos municípios participantes foi definido de acordo com os critérios apresentados na tabela 3.

Os critérios utilizados para o cálculo do valor total do repasse anual, apresentavam pesos variados, avaliados por um órgão determinado pela lei (no caso, o IEPHA) e de acordo com a evolução dos exercícios anuais. Por último, o cálculo leva em consideração o índice e o peso de cada critério e o valor total do ICMS arrecadado no ano anterior.

Entre alterações e adaptações diversas a Lei 12.040 foi substituída pela Lei nº 13.803⁷² que reduziu ou extinguiu a pontuação de alguns critérios, e aumentou a porcentagem dos de Meio Ambiente e Patrimônio Cultural, demonstrando uma valorização das categorias que prezam pelas características sociais, em detrimento das relacionadas às atividades econômicas (SALES, 2012). A última alteração na lei Robin Hood veio com a aprovação da Lei nº 18.030 que incluiu mais sete critérios⁷³, entre eles o ICMS Turístico⁷⁴ e a categoria imaterial do patrimônio como atributo de pontuação na categoria do Patrimônio Cultural⁷⁵.

parte do ICMS dos municípios, desconcentrar renda e transferir recursos para regiões mais pobres; incentivar a aplicação de recursos municipais nas áreas sociais; induzir os municípios a aumentarem sua arrecadação e a utilizarem com mais eficiência os recursos arrecadados, e, por fim, criar uma parceria entre estado e municípios, tendo como objetivo a melhoria da qualidade de vida da população destas regiões". Fonte: FJP. Disponível em: <http://www.fjp.mg.gov.br/robin-hood/index.php/leirobinhood/historico>. Acesso em: 21/11/2016.

⁷² Lei nº 13.803, de 27 de dezembro de 2000. "Dispõe sobre a distribuição da parcela da receita do produto da arrecadação do ICMS pertencente aos municípios, de que trata o inciso II do parágrafo único do art. 158 da Constituição Federal e dá outras providências". Fonte: <http://www.fjp.mg.gov.br/robin-hood/index.php/leirobinhood/legislacao/lei1380300>. Acesso em 21/11/2016.

⁷³ Os critérios incluídos foram: Turismo, Mata Seca, Esportes, Municípios Sede de Estabelecimentos Penitenciários, Recursos Hídricos, ICMS Solidário e Mínimo *per capita*.

⁷⁴ Segundo o Artigo 9º da Lei, para se habilitar à participação no critério "turismo", o Município deverá: I - participar do Programa de Regionalização do Turismo da SETUR; II - elaborar uma política municipal de turismo; III - constituir e manter em regular funcionamento o Conselho Municipal de Turismo e o Fundo Municipal de Turismo. (MINAS GERAIS, 2009, art. 9º).

⁷⁵ Com a nova Lei aprovada em 2009, além do registro de Bens Imateriais, outros critérios relativos ao patrimônio cultural foram contemplados, são eles: Educação Patrimonial; Inventário de proteção do patrimônio cultural elaborado pelo município e; criação do Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural. (MINAS GERAIS, 2009, ANEXO II).

Tabela 4: Critérios do valor de repasse aos municípios participantes

Critério (i): Valor Adicionado Fiscal – VAF;

Critério (ii): Área Geográfica: relação entre a área do município e a área total do Estado;

Critério (iii): População: relação entre a população residente no município e a população total do Estado;

Critério (iv): População dos cinquenta municípios mais populosos: relação entre a população residente em cada um dos 50 maiores municípios e a população total dos mesmos;

Critério (v): Educação: relação entre o número de atendidos pelo município e a capacidade mínima de atendimento pelo mesmo;

Critério (vi): Área Cultivada: relação entre a área cultivada pelo município e a área total cultivada pelo Estado;

Critério (vii): Patrimônio Cultural: relação entre o índice de Patrimônio Cultural do município e a soma dos índices de todos os municípios;

Critério (viii): Meio Ambiente: 50% do valor revertido para municípios que atendam a critérios relativos ao tratamento e disposição final de lixo e de esgoto sanitário. O restante é repassado segundo o Índice de Conservação do Município;

Critério (ix): Gasto com Saúde: relação entre o gasto com saúde per capita do município e a soma dos gastos per capita de todos os municípios do Estado;

Critério (x): Receita Própria: relação entre a receita própria do município oriunda de tributos de sua competência e as transferências de recursos federais e estaduais recebidas pelo município;

Critério (xi): Cota Mínima: parcela distribuída igualmente para todos os municípios do Estado;

Critério (xii): Municípios Mineradores: porcentagem média do Imposto Único sobre Minerais recebidos pelos municípios mineradores em 1988;

Critérios (xiii): Compensação financeira por desmembramento de distrito: aos municípios remanescentes de Mateus Leme e Mesquita, devido à emancipação de distritos.

Fonte: MINAS GERAIS, 1995, Art 1º. Disponível em: <http://www.fjp.mg.gov.br/robin-hood>

Com isto, é possível notar a crescente valorização da categoria Patrimônio Cultural e uma ampliação das ações de preservação que, além do instrumento de tombamento, insere o reconhecimento do registro e do instrumento do inventário, além da exigência de uma prática de um programa de educação patrimonial e a criação de um Fundo do Patrimônio Cultural.

Segundo Sales (2012), a municipalização das políticas de patrimônio cultural possibilitou descentralizar as responsabilidades sobre a valorização, conservação e preservação do patrimônio cultural, uma vez que, diante da impossibilidade de atuação eficaz do IEPHA, numa totalidade de 853 municípios que constituem o estado de Minas, o Instituto foi convertendo seu papel de fiscalizador em aliado no processo de preservação do patrimônio cultural junto aos municípios que aderiram ao ICMS Patrimônio Cultural.

A Lei Robin Hood é um exemplo pioneiro e único em âmbito estadual e nacional e, a cada ano, a participação dos municípios aumenta, totalizando hoje um número de 749 municípios registrados para o exercício de 2017. Junto à adesão ao ICMS, observa-se a criação e o fortalecimento dos conselhos de

Patrimônio, a conscientização sobre a educação patrimonial como reconhecimento e prevenção à descaracterização do patrimônio, além da produção documental e textual sobre os diversos municípios por meio de levantamentos, plantas, inventários e dossiês.

No entanto, percebe-se também um aumento da complexidade da documentação cobrada pelo IEPHA para que haja a comprovação dos registros, o que prevê também a criação de um setor na administração municipal para a condução da política. O Instituto não exige a existência de uma secretaria de Cultura ou Patrimônio, o que economiza nos gastos públicos e possibilita a aplicação da política em municípios pequenos que, na maioria das vezes, não possuem equipe técnica qualificada para a produção de tal documentação. Por outro lado, como afirma Queiroz (2015), os membros de conselhos consultivos, deliberativos, normativos e fiscalizadores são, muitas vezes, funcionários alocados de uma secretaria já existente nos momentos necessários, ou seja, profissionais que não atuam propriamente com o patrimônio cultural.

Diante deste quadro, há uma crescente prática de contratação de empresas privadas para dar conta dos procedimentos exigidos pelo IEPHA para que os repasses sejam mantidos anualmente. Segundo Murta (2010), tal situação desestimula a capacitação e formação técnica da população local, uma vez que os interesses passam a ser de ordem econômica, acarretando na perda do “ideário de conservação e preservação baseada em aspectos identitários locais para se direcionar a uma incauta busca por expressiva pontuação que representa necessariamente maior repasse de verbas” (MURTA, 2010, p. 7), o que acaba por deturpar o sentido dos argumentos de descentralização e potencialização das participações e deliberações locais.

O ICMS cultural contribui para mudanças no paradigma da preservação ao proporcionar a participação de agentes distintos da iniciativa pública nas ações de preservação, mas é evidente que não há um real envolvimento da população local, criando-se assim, mecanismos de proteção desvinculadas das realidades municipais, principalmente no que tange aos municípios de pequeno porte.

Os municípios pontuam pelo ICMS cultural nas categorias de Bens Móveis, Bens Imóveis, Conjuntos Paisagísticos, Núcleo Histórico e Registros Imateriais. Os bens podem ser registrados ou tombados nas esferas municipal, estadual e nacional. Nos municípios apresentados nesta pesquisa é possível

verificar, no âmbito estadual e municipal o tombamento da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Montserrat, em Baependi, como Bem Imóvel; o “Conjunto Arquitetônico e Paisagístico do Centro Histórico de São Thomé das Letras e da Igreja Matriz de São Thomé” na categoria de Núcleo Histórico e o “Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Capela de Nossa Senhora do Rosário” como Conjunto Paisagístico.

Os demais municípios apresentam bens registrados e tombados apenas em âmbito municipal, descritos dentro dos processos tradicionais de preservação sendo que as categorias adotadas pelo ICMS ainda caracterizam e protegem os bens de maneira isolada e com perímetros restritos. É interessante notar que em nenhum dos municípios as propriedades rurais foram registradas, muito menos tombadas. Fato este que comprova o embate existente entre órgãos preservacionistas e proprietários particulares.

RELAÇÃO DE BENS PROTEGIDOS EM MINAS GERAIS APRESENTADOS AO ICMS PATRIMÔNIO CULTURAL ATÉ O ANO DE 2016 - EXERCÍCIO 2017								
Nº	CIDADE	BEM CULTURAL TOMBADO OU REGISTRADO	NÍVEL DE PROTEÇÃO			CATEGORIA	EXERCÍCIO DE APRESENTAÇÃO	EXERCÍCIO DE APROVAÇÃO
			F	E	M			
27	Aiuruoca	Residência Dr. Julinho			X	BI	2005/2007	2007
28		Conjunto Paisagístico da Antiga Usina de Aiuruoca (0,8 há)			X	CP	2009	2009
29		Igreja Sant'Anna do Guapiara			X	BI	2015	2015
30		Imagem de Nosso Senhor dos Passos			X	BM	2011/2012	2012
31		Residência de Dantas Motta				BI	2015	
32		Semana Santa (Celebrações)				RI	2012	2012
226	Baependi	Acervo da Igreja Matriz de N. Sra. De Montserrat			X	BM	1999/2012	2001
227		Capela Passo - Praça Policarpo Viotti			X	BI	2004 a 2007	2007
228		Capela Passo – praça Monsenhor Marcos			X	BI	2004 a 2007	2007
229		Capela Passo - R. Dr. Brotero do Pilar Cobra			X	BI	2004 a 2007	2007
230		Capela Sagrado Coração de Jesus e bens móveis			X	BI	2004/2006	
231		Fachada do Cemitério das Mercês			X	BI	2003	
232		Fachada do Cemitério Central			X	BI	2003	
233		Igreja de Nossa Senhora do Rosário e bens móveis	X		X	BI	2004 a 2006/2008	2008
234		Igreja Matriz de Nossa Senhora de Montserrat e seus respectivos bens			X	BI	1999 a 2000/2002	

		móveis						
235		Igreja N. S. da Boa Morte e bens móveis			X	BI	2004/2006	
236		Obra Musical do Maestro Raposo			X	BM	2006/2007	2006
237		Pontilhão da Cidade			X		2003	2007
238		Pontilhão da Lavrinha			X		2003	
239		Prédio do Fórum			X	BI	2000/2001	
240		Usina Congonhal e bens móveis			X	CP	2001/2002	2001
241		Usina Nhá Chica e bens móveis			X	CP	2001/2002	
242		Usina Ribeirão e bens móveis			X	BI	2001/2002/2007	2007
		Roda de Capoeira e/ou Ofício de Mestre de Capoeira	X	X		RI		
981	Carrancas	Capela Nossa Senhora do Porto do Saco			X	BI	2007/2008	2008
982		Conjunto Paisagístico do Sítio Arqueológico das Escrituras Rupestres do Complexo da Zilda (2,32ha). Complexo Zilda; Cachoeira do Zequinha; Fazenda da Boa Vista; Lapa da Zilda			X	CP	2016	2016
983		Terno de Congado de Nossa Senhora do Rosário (celebrações)			X	RI	2017	
984		"Vista da Cidade de Carrancas" - Quadro a óleo sobre tela			X	BM	2017	c/ ressalva 2017
1427	Cruzília	Conjunto Paisagístico Praça. Capitão Maciel (<2ha)			X	CP	2004	2004
1428		Prédio do Cine Vitória			X	BI	2016/2017	2017
1429		Edifício da Agência dos Correios e Telégrafos			X	BI	2004	2004
1430		Festival de Música (celebrações)			X	RI	2017	c/ ressalva 2017
1431		Liteira da Fazenda Traituba			X	BM	2004	2004
1432		Salão Nobre do Complexo Humano da Ventania			X	BI	2017	2017
		Roda de Capoeira e/ou Ofício de Mestre de Capoeira	X	X		RI		
2530	Luminárias	Casa da Cultura			X	BI	2007/2017	c/ ressalva 2017
2531		Distribuidora de Força			X	BI	2007/2017	c/ ressalva 2017
2532		Igreja Velha			X	BI	2007/2009/2010	2010
2533		Imagem de Nossa Senhora do Carmo			X	BM	2007/2011	
2534		Imagem N. Sra. Rosário			X	BM	2011	
2535		Conjunto Paisagístico do Expedicionário			X	CP	2007	
2441	Minduri	Árvore de Óleo			X	BI	2005/2009	2009
4144	São Thomé das Letras	Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de São		X		NH		

		Thomé das Letras e Matriz						
4145		Igreja de Nossa Senhora do Rosário		X		CP		
4146		Conjunto Paisagístico do Parque Municipal Antônio Rosa			X	CP	2003	2003
4147		Conjunto Arquitetônico E Urbanístico da Capela de Nossa Senhora do Rosário			X	BI	2010	
4148		Quadro do Barão de Alfenas			X	BM	2003	2003
		Roda de Capoeira e/ou Ofício de Mestre de Capoeira	X	X		RI		
4155	São Vicente de Minas	Acervo da Prefeitura			X	BM	2009	2009
4156		Antigo Grupo Escolar Visconde de Arantes			X	BI	2012/2013/2014	2014
4157		Busto Cônego Francisco Leopoldino Ribeiro			X	BI	2005	2005
4158		Busto do Cel. José Eugênio Estação Ferroviária			X	BI	2012	2012
4159		Cofre			X	BM	2008	
4160		Conjunto da antiga Fazenda do Espírito Santo: capela, cemitério e muro de taipa			X	CP	2011	
4161		Conj. Paisagístico da Praça Cel. José Eugênio			X	CP	2011	
4162		Edificação à praça Cel. José Eugênio nº 129			X	BI	2012/2013	2013
4163		Estação Ferroviária			X	BI	2005/2013	2013
4164		Festa do Espírito Santo			X	RI	2011	
4165		Folia de Reis (formas de expressão)			X	RI	2013	2013
4166		Imagem de São Vicente Ferrer			X	BM	2007	

Tabela 5: Fonte: IEPHA, 2016. Dados sistematizados pela autora (2016).

Os municípios estudados e adotados como uma região, apresentam um excepcional conjunto arquitetônico, ao lado de fortes elementos naturais – as Serras de Aiuruoca, Carrancas e São Thomé das Letras; matas, campos, cachoeiras, montanhas e planícies; sítios arqueológicos representados pelas fazendas centenárias e bens culturais imateriais de grande importância, que se mantêm presentes na vida cotidiana das populações locais, ligados tanto à religiosidade, quanto à sua longa tradição rural, tais como as procissões, congadas, o modo de fazer queijo, trabalhar a madeira e produzir artesanato. Esses elementos se combinam em um rico conjunto de valor patrimonial que se apresenta de forma bastante peculiar em relação aos demais sítios urbanos

mineiros, sejam aqueles originados a partir das minas de ouro ou diamantes, ou aqueles que surgiram da busca da cura através das águas minerais e termais, principalmente no que se refere à origem da sua conformação espacial e ao caráter dos municípios que ainda se mantêm com características e modos de vida muito próprios dos povos antepassados tradicionais da região.

E como foi possível demonstrar, apesar das diversas políticas de preservação e estímulo ao turismo, no que diz respeito à gestão, trata-se de uma região que não conta com a elaboração de planos regionais e de articulação entre os municípios que a compõem. Tal articulação poderia ser o ponto de partida para se recolocar parâmetros e novos critérios de identificação e valorização dos bens patrimoniais e culturais

A partir da análise dos instrumentos de preservação e de uma compreensão ampliada da região, que ainda não possui qualquer forma de proteção legal que a considere como conjunto representativo da formação do território e, portanto, um bem de valor patrimonial, é necessário propor estratégias integradas de intervenção que, combinando esses diversos tópicos, indiquem algumas repostas ao complexo desafio da conservação das paisagens e do espírito dos lugares.

CAPÍTULO 5 – CAMINHOS, FAZENDAS E CIDADES – UMA INTERPRETAÇÃO DA PAISAGEM

As fazendas e pequenas cidades analisadas na região do sul de Minas estão estreitamente vinculadas ao mundo agropecuarista e rural, uma peculiaridade que nos coloca diante de populações que até poucas décadas não tinham relação com a indústria ou o setor de serviços.

Estas cidades parecem não ter passado por um processo de desenvolvimento – no sentido mais corrente do termo –, comum às cidades que cresceram demográfica e territorialmente e, muitas vezes, se tornaram núcleos referenciais de uma região, configurando-se como motores de desenvolvimento de outras extensões territoriais. Ao contrário, mantiveram até certo grau, uma condição original de estreita relação entre o modo de vida rural e urbano, fato este que acaba por se estender aos costumes, às festividades, ao cotidiano e à própria paisagem.

Além disso, dada a sua natureza histórica, caracterizam-se por contar com um patrimônio importante, não como bens monumentais, mas como vestígios capazes de reconstituir e oferecer uma leitura do território original em sua integridade. Os elementos arquitetônicos excepcionais que pontuam este território integram-se a fortes elementos naturais, que vão se combinar numa rica paisagem cultural, que se apresenta de forma peculiar em relação a outros sítios urbanos mineiros.

Estas cidades parecem esquecidas no tempo e no território por não desempenharem um papel de relevância na economia ou pela própria condição de localização, uma vez que se encontram afastadas da capital do estado, mas são detentoras de valores materiais e imateriais singulares, de interesse desta pesquisa, principalmente porque impõem uma reflexão sobre os instrumentos de preservação e sua aplicação.

Explicitado já, a premissa da pesquisa não é analisar as cidades individualmente, com base nos limites administrativos de perímetros municipais e urbanos, mas sim analisar e reconstituir o território como uma porção íntegra que revela traços de heterogeneidade na totalidade. Portanto, interessa aqui destacar elementos que possam informar a análise nas duas outras formas de apreensão propostas: a iconográfica e a cartográfica.

Foram tomados como parte desse território os municípios de Aiuruoca, Baependi, Carrancas, Cruzília, Luminárias, Minduri, São Thomé das Letras e São Vicente de Minas, para os quais faremos uma descrição de suas origens, os acontecimentos históricos que influenciaram de forma marcante a sua estrutura urbana, bem como uma caracterização dos aspectos socioeconômico e produtivo.

Serão enumerados também, os principais bens de interesse cultural, que a princípio, trataremos como referências culturais⁷⁶, e que possuem maior carga simbólica para o território, serão analisadas ainda a topografia e a morfologia, de forma a distinguirem-se os elementos que impulsionaram a formação destes núcleos, o processo de desenvolvimento, desde sua instalação até os dias atuais, incluindo aspectos de tipologia, paisagem, entre outros.

Para a análise da paisagem e percepção de seus “lugares”, conforme conceitos já explicitados anteriormente, e no sentido de deixar mais explícito, não um perímetro, mas um conjunto de relações indissociáveis - aproximando-se da definição de uma unidade - foram definidos alguns eixos significativos, que permitem religar a formação do território, a partir do início do povoamento de Minas Gerais, com as atividades de hoje, através dos vestígios e referências culturais e da integração entre edifícios históricos, núcleos urbanos, caminhos e elementos geográficos.

⁷⁶ Segundo Cecília Londres, em seu texto para o Inventário Nacional de Referências Culturais, a expressão “referência cultural” “(...) tem sido utilizada sobretudo em textos que têm como base uma concepção antropológica de cultura, e que enfatizam a diversidade não só da produção material, como também dos sentidos e valores atribuídos pelos diferentes sujeitos a bens e práticas sociais. Essa perspectiva plural de algum modo veio “descentrar” os critérios, considerados objetivos, porque fundados em saberes considerados legítimos, que costumavam nortear as interpretações e as atuações no campo da preservação de bens culturais” (LONDRES, Cecília. Referências Culturais: Base Para Novas Políticas de Patrimônio, *in* IPHAN 2000, 13-14)

5.1. Interregno entre fazendas e caminhos

A maneira como moravam os primeiros povoadores da região, como se alimentavam, vestiam, do que tiravam os meios de subsistência, nos possibilita um entendimento dos hábitos e das próprias atitudes que tomavam em relação aos entornos e espaços habitados.

As primeiras casas de morada eram representadas pelas fazendas que, no início, não passavam de pequenos ranchos e sítios e, com o passar do tempo e de acordo com o enriquecimento do proprietário, poderia crescer e adquirir o caráter de grandes sedes e centros produtivos.

É importante ter em mente que os paulistas desbravadores e os portugueses que naquelas terras tentavam a sorte, encontravam lugares ermos, de mata fechada, sem acessos estabelecidos. Aí, se constatado um solo com promessas de cultivo, um curso de água acessível e a possibilidade de se extrair madeira, pedra e bom barro, seria construída uma pequena casa. Esses fatores demonstram que a ocupação desta porção territorial nos permite a observação de uma relação de interação entre paisagem e homem. A primeira, induzindo e interferindo no modo como o segundo se adapta e molda o seu habitat.

Durante as primeiras décadas do século XVIII, várias fazendas atualmente conhecidas como sedes imponentes, e importantes centros produtivos e populacionais, não passavam de pequenas casas, muito simplórias, de chão batido e paredes de pau a pique. Os fazendeiros, mesmo quando proprietários de alguma escravaria, trabalhavam no campo, cuidando das roças e das poucas cabeças de gado que possuíam.

Em suas viagens pela capitania, Saint-Hilaire notou diferenças entre as fazendas construídas nas proximidades das regiões mineradoras e aquelas construídas na então Comarca do Rio das Mortes, atual Sul de Minas. Segundo o viajante, as primeiras se assemelhavam aos castelos do seu país, enquanto que, as últimas, bem mais simples, lembravam-lhe granjas (SAINT-HILAIRE, 1974).

Ao pernoitar na Fazenda Ribeirão⁷⁷, nas imediações das atuais cidades de Carrancas e Luminárias, o viajante faz a seguinte descrição:

⁷⁷ Segundo Mourão (2007), a Fazenda Ribeirão das Luminárias ficava implantada junto ao Ribeirão do Mandembé, por isso recebera tal nome.

Fazenda do Ribeirão, 27 de fevereiro. – Choveu muito ontem à tarde e esta noite. O riacho transbordou e precisei aqui passar o dia. As benfeitorias desta fazenda obedecem ao mesmo sistema de todas as outras desta comarca. Um muro de pedras seca, mais ou menos da altura de um homem, rodei em parte um pátio muito vasto, no fundo do qual ficam enfileiradas, umas ao lado das outras, as casas dos negros, as pequenas construções que servem de depósitos e locais de beneficiamento dos produtos agrícolas, e a casa do dono. Esta, feita de terra e madeira, é coberta de telhas, e compõe-se unicamente de um pavimento. A sala é a primeira peça quando se entra. Tem como único mobiliário uma mesa, um par de bancos e uma ou duas camas de pau.

Acontece raramente que, em volta da sala, não estejam pregados, à parede, vários cabides destinados a dependurar neles selas, rédeas, chapéus, etc. não devo, também, esquecer de dizer que se entra no pátio por uma das portas a que se chama *porteira*, também empregada para fechamento dos pastos. Constam tais porteiras de dois esteios e algumas tábuas transversais, afastadas umas das outras. Tem-se o cuidado de dar um pouco de inclinação ao mourão sobre o qual giram; caem, pelo próprio peso e fecham-se por si (SAINT-HILAIRE, 1974, p. 46).

Segundo Andrade (2014), a chegada da Corte na primeira década do século XIX, embora não tenha alterado de imediato o estatuto colonial, produziu mudanças importantes de ordem sociopolítica, econômica e cultural. Com isso, novos hábitos e costumes foram, aos poucos, inseridos e notados, tanto na forma de se construir, quanto na de equipar as residências.

O consumo de bens industrializados ingleses e a influência francesa, de início restritos a Corte, se estenderam, em parte, as vilas e as fazendas do Império. Em áreas mais próximas do Rio de Janeiro e de intensa ligação mercantil com a praça carioca, como parte das províncias de Minas e São Paulo, essas influências puderam ser percebidas com maior clareza, tendo continuado ao longo da segunda metade do século XIX (ANDRADE, 2014, p. 154).

Conforme observaram Holanda (2001), Andrade (2014) e Cruz (2008), as sedes de fazendas sul mineiras eram quase sempre construídas nos sopés dos morros, a meia encosta, próximas aos cursos de água e contavam com uma série de benfeitorias que auxiliavam no funcionamento de todo o complexo.

Os córregos e quedas d'água movimentavam moinhos, monjolos, engenhos e, num momento mais recente, até mesmo pequenas usinas. Como representantes dos equipamentos de serviço, encontramos vestígios de um modo de viver e produzir característicos da época, como capelas, paióis, senzalas, depósitos, fornos, estábulos, currais, retiros, chiqueiros, estrebarias, casas de

tropeiros, terreiros, fabriquetas de queijo, cozinhas de doces e de matar porcos, escolas, entre outros.

De acordo com Cruz (2008), por causa da localização privilegiada, junto aos mais antigos caminhos e vilas, as fazendas de Baependi, Cruzília, parte de Carrancas e São Vicente de Minas, pertencentes às antigas freguesias de Juruoca e Baependi, fazem parte da área da comarca do Rio das Mortes ocupada há mais tempo. Nesta região foram encontradas as fazendas mais antigas, que ocuparam as áreas mais baixas, de um relevo suave e com uma vegetação semelhante à do cerrado. Tais condições foram propícias à implantação de fazendas, que em um primeiro momento dedicavam-se à pecuária.

A topografia amena e os campos naturais das áreas que margeavam o Caminho Velho, tornaram mais fácil o acesso aos sertões. As fazendas aí situadas, ainda hoje, mantêm a tradição da criação de cavalos, porcos e gado bovino, o que reforça também a tradição na produção de queijos e dos grandes criatórios de cavalos da raça Mangalarga Marchador.

Quanto à caracterização das tipologias e respectivas implantações, Cruz (2008) ressalta que:

As fazendas ali situadas guardam certo caráter próprio que as difere das demais: são mais espalhadas, menos altivas, em geral não possuem terreiros, estão implantadas em terrenos mais suaves, em territórios ermos, e dominam grandes paisagens. Algumas delas apresentam certas peculiaridades construtivas, relativas a uma fase incipiente da consolidação da “gaiola”, e algumas particularidades no agenciamento de suas plantas, também de uma fase incipiente de consolidação do programa de necessidades. Essa região foi privilegiada também, durante o século XIX, pela proximidade com o Rio de Janeiro, uma vez que o Sul de Minas era então responsável pelo abastecimento da corte (CRUZ, 2008, p. 133).

Diferentemente da região acima destacada, as fazendas próximas aos antigos arraiais de Aiuruoca e São Tomé das Letras, não têm o mesmo caráter de nobreza e não se caracterizam como antigas unidades escravistas significativas. Este fato se deve principalmente às terras altas e rochosas de Aiuruoca, como também ocorre em áreas do atual município de Carrancas e São Tomé.

Cerca de oitenta fazendas implantadas entre os séculos XVIII, XIX e XX foram encontradas na região dos municípios estudados neste trabalho. É importante destacar que a seleção das fazendas está relacionada à sua influência

na formação do território e não apenas à existência da sede original como documento histórico ou à manutenção de suas características arquitetônicas. Muitas dessas localidades, citadas em documentos históricos e registradas na cartografia antiga, serviram de referência nos primeiros movimentos de colonização da região e, atualmente já tiveram suas sedes demolidas – como as fazendas Campo Alegre, Jardim e Cafundó, ou mesmo substituídas por outras construções.

Também podemos notar que as implantações das fazendas demonstram que a trilogia “fazenda, rio, caminho”, acrescida de serras, novos acessos e núcleos urbanos, se repete a cada porção do território estudado, confirmando que a análise e valorização dos exemplares não pode recair apenas sobre a preservação da construção rural isolada, mas sim do sistema formado, territórios culturais que, somados, constituem uma paisagem singular.

Por exemplo, as terras da fazenda Engenho, no município de Baependi, são cortadas pelo Caminho Velho da Estrada Real e hoje já se misturam com a malha urbana da cidade (Fig. 72). Conforme já citado, nesta localização teria sido construída a primeira casa de Baependi (Fig. 73), próxima ao rio homônimo onde o primeiro proprietário explorava ouro, e de onde deriva o nome da fazenda. Atualmente, funciona ali uma fábrica de laticínios e, segundo os atuais proprietários, no local da antiga sede só restavam ruínas das fundações. Assim, foi erguida na década de 1980, uma nova residência, seguindo as características da pequena sede original.

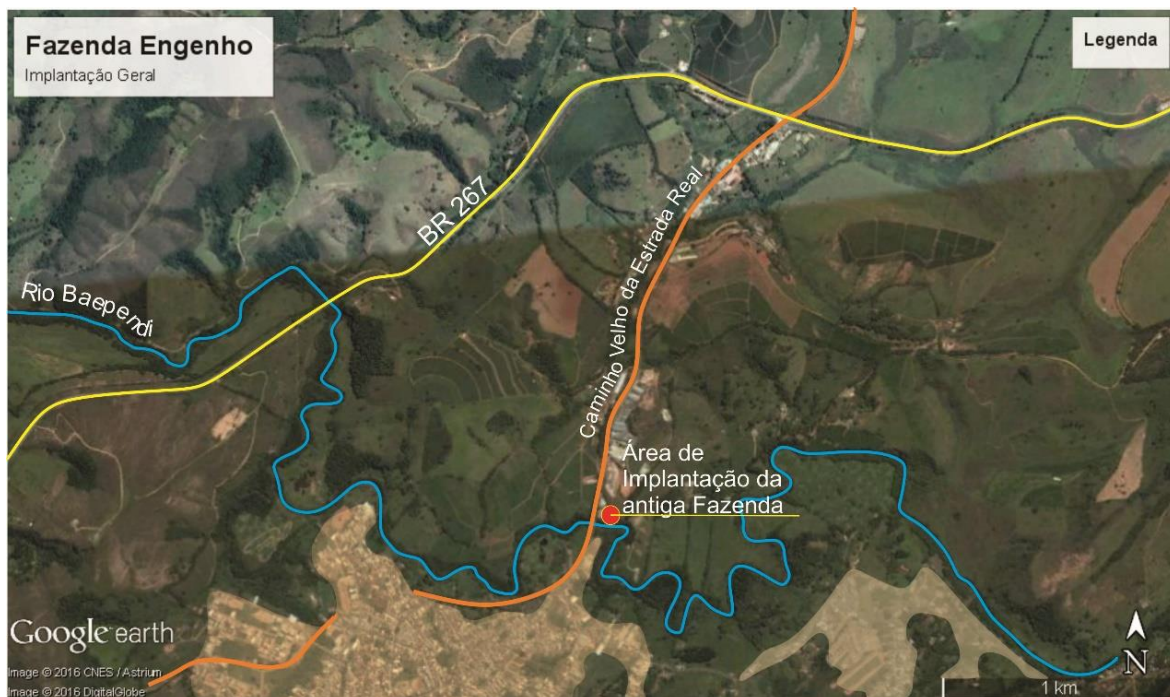


Figura 72: Localização da Fazenda Engenho. Município de Baependi. As terras da fazenda são cortadas pelo Caminho Velho da Estrada Real e hoje já se misturam com a malha urbana de Baependi. Fonte: Intervenção da autora sobre imagem do Google Earth 2016.



Figura 73: Fazenda Engenho. Primeira casa construída em Baependi pelo Capitão Tomé Rodrigues Nogueira do Ó, data desconhecida. Fonte: (SERVA, 1956, p. 7).

Seguindo o Caminho Velho no trecho Baependi – Cruzília – Carrancas, uma das sedes mais importantes e conhecidas é a da Fazenda Favacho, uma das

mais antigas da região. A sede, surgida de uma primeira edificação de cerca de 1730, situa-se em terreno aberto, rodeado por morros e matas próximas. O lugar foi ponto de convergência de mineradores da época setecentista, que exploravam os veios de ouro das bacias dos rios Baependi, Peixe, Verde, entre outros.

Por volta de 1741, a fazenda pertencia a José Vieira de Almeida, um português que requereu sesmaria na região e foi o provável fundador da atual sede, feita em estrutura portante de adobe. A Capela teria sido erigida a partir de 1755 e sagrada em 1761, conforme inscrição no seu frontispício (Fig. 61). Esta funcionaria como capelão⁷⁸, o que demonstra que havia ali um significativo núcleo populacional para a época.

O primeiro Junqueira, João Francisco, de São Simão da Junqueira em Portugal, comprou em 1764 a Favacho, então abrangendo nove mil hectares, e se tornou proprietário das construções, onde se instalou e criou sete filhos.

Em registros cartográficos da Comarca do Rio das Mortes feitos por José Joaquim da Rocha, em 1778, a Favacho aparece como referência no Caminho Velho e, em 1825 foi efetuado o primeiro recenseamento, no qual se levantou uma população total de 1.200 pessoas⁷⁹.

Segundo Pereira (2003), em 1858, as terras da Fazenda do Favacho, foram declaradas em registro público, como de cultura e criação. No relatório da sua extensão, são anotadas como divisas outras importantes fazendas: Traituba (ao norte) e Campo Alegre e Angahy (ao sul). Todas estas fazendas eram pertencentes à Freguesia de São Thomé das Letras, hoje município do mesmo nome.

A Favacho é considerada o berço da família Junqueira no Brasil e, já no final do século XVIII, apresentava-se como uma importante unidade escravista, com mais de 100 cativos (ANDRADE, 2014), conforme já apontado. A sede está implantada em uma área cuja altitude é de cerca de 1000 metros, ficando abaixo do nível do curso do Caminho Velho, principal acesso à propriedade. A casa foi construída em terreno de meia encosta, uma solução muito comum a diversas

⁷⁸“Foram autorizadas ermidas também nas fazendas em que havia um padre na família, como o Padre Francisco Antônio Junqueira capelão da Capela de São José do Favacho em 10/11/1794” (L.02- Batizados -AP Lavras: 95).

⁷⁹O censo de 1825 registra a população total de 1200 pessoas no Favacho. Mapas populacionais datados de 1831 e 1840 também demonstram a importância da localidade como núcleo com habitantes e fábricas. São elas três “Fábricas de Eng^o de Cana” e uma “Fabrica de Engenho de Serra” (APM *apud* PEREIRA 2003, p.50).

fazendas aqui apresentadas, conforme já mencionado anteriormente pois, com este tipo de solução, eram evitados a umidade das baixadas e os ventos dos lugares altos (Fig. 75 e 76).

Nesta sede e nas demais que aqui serão apresentadas, a implantação das casas tende a ficar sempre na parte mais plana, central e dominante do terreno. Ao redor, prevê-se a construção das benfeitorias e o acesso particular à propriedade, este último, determinante para a posição da fachada principal, para o qual será voltada.



Figura 74: Implantação geral da Fazenda Favacho. Pode-se notar a proximidade com a antiga Estrada Real e com o ribeirão que recebeu o nome da fazenda. Fonte: Intervenção da autora sobre imagem do Google Earth 2016.

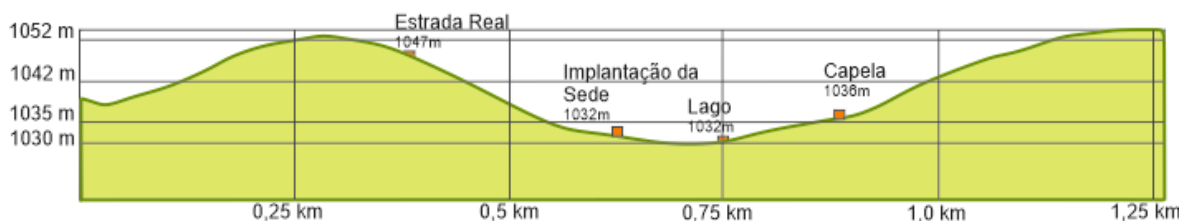


Figura 75: Corte esquemático. Sentido Oeste-Leste. Fonte: Elaborado pela autora sobre base do Google earth (2016).



Figura 76: Fazenda Favacho em Cruzília. Caminho de chegada à fazenda, voltado para a fachada principal, de apenas um pavimento. À direita, vista da fachada lateral com porão, uma solução tradicional para as edificações implantadas a meia encosta. A fazenda apresenta linhas tipicamente portuguesas, com telhados com beira sobre beira, paredes brancas e portas e janelas pintadas de cores escuras, um fato que se deve à dificuldade de encontrar-se pigmentos de tonalidades variadas. É possível verificar as alterações feitas no corpo principal por meio das janelas quadrangulares (fachada principal), típicas do século XIX, ao invés do uso da janela curva “canga de boi” (fachada lateral), típicas do século XVIII. Fonte: Fotos de Larissa S. Pereira. Acervo da pesquisa (2014).



Figura 77: Vista panorâmica da fazenda Favacho a partir da capela. Fonte: Foto de Larissa S. Pereira. Acervo da pesquisa (2014).

Outra fazenda de localização privilegiada e estratégica é a Traituba, distante cerca de dez quilômetros da Favacho e na divisa dos atuais municípios de Cruzília e Carrancas. A origem do nome da fazenda está relacionada à implantação contígua a Serra da Traituba, “*ita – pedra, tuba – grande*”⁸⁰ (PINTO, 2010, p. 276). Fica próxima de diversas outras antigas propriedades como a Narciso, em Cruzília; Bananal, Grão Mogol, em Carrancas; e outras mais recentes, como a Chalé e Cabeça Branca, também em Cruzília.

A Fazenda da Traituba surgiu no local denominado Rancho da Traituba, um ponto de parada obrigatório de comerciantes tropeiros. Está situada

⁸⁰ Quanto ao topônimo, conforme notas de tupinologia analisadas pelo pesquisador Adolfo Maurício Pereira, traituba pode significar também “lugar onde abundam as traíras”. Do tupi *tareýra* ou *taray* (o peixe traíra), *ipú* (fonte, manancial). Fonte: Informação fornecida oralmente por Adolfo Maurício Pereira (Dez/2016).

na rota do Caminho Velho e relativamente próxima das vilas de São João del-Rei, Baependi e Campanha, na época, as mais importantes da Comarca do Rio das Mortes. O pouso foi descrito por Saint-Hilaire quando o botânico ali pernoitou:

Rancho de Traituba, 2 de março, 4 léguas. – Como atrás disse, fecham-se todas as noites os bezerros num curral e as vacas aproximam-se sozinhas da fazenda. Desde a madrugada fazem-nas entrar no terreiro onde são ordenhadas por negros e negras. Despejam então o leite em pequenos barris cintados de aros de ferro e transvasam-no por meio de cuias, cortadas longitudinalmente, pela metade. O gado nos arredores do Rio Grande tem justificada fama, graças ao tamanho e força. Alimentadas em ótimos pastos, as vacas dão leite quase tão rico em nata quanto o das nossas montanhas. Com ele se faz grande quantidade de queijos exportados para o Rio de Janeiro (SAINT-HILAIRE, 1974, p. 48).

Segundo Pereira (2003), Maria Francisca da Encarnação Junqueira – filha do patriarca proprietário do Favacho, e seu marido Gabriel Diniz, fundaram e passaram a morar na antiga sede da Fazenda Traituba, sendo conhecidos como “O Casal da Traituba”.

Também consta no inventário de Gabriel de Sousa Diniz⁸¹, pai de João Pedro Diniz Junqueira, a Fazenda Traituba aparece como uma das confinantes com a fazenda Santo Inácio, da mesma família Junqueira e, atualmente, no município de Luminárias. A primeira e antiga casa foi demolida e, provavelmente, possuía as características comuns das fazendas da região como, por exemplo, estrutura de madeira e paredes de pau a pique ou taipa de mão. A edificação atual foi construída entre 1827 e 1831 por João Pedro Diniz Junqueira, filho do casal, para receber D. Pedro I, visita que não aconteceu porque antes de se concluir a construção, ele abdicou do trono e voltou para Portugal.

Segundo Andrade (2014), a imponência da sede, finalizada em 1831, foi resultado da riqueza obtida por meio de atividades ligadas ao abastecimento e à articulação com o Rio de Janeiro. Os sinais deste tempo de fortuna ficaram registrados na imponência da construção considerada demasiado ousada para os padrões da época e, especialmente, para uma sede ligada à atividade

⁸¹ MRSJDR. Cx 77, 1811. Disponível em: <http://www.projetocompartilhar.org>. Acesso em: 03/10/2016. Como “Bens de Raíz” o mesmo inventário menciona a Fazenda Monjolos, outra grande propriedade, situada no atual município de Luminárias.

agropastoril e ao abastecimento interno, apresentando características únicas na arquitetura rural da região.



Figura 78: Implantação da Fazenda Traituba em Cruzília. Pode-se observar a proximidade com a divisa entre os municípios de Cruzília e Carrancas, o que demonstra a unidade territorial existente na época da ocupação. Apesar da sede estar localizada no município de Cruzília, parte das terras da propriedade estão no município de Carrancas. Fonte: Intervenção da autora sobre imagem do Google Earth 2016.



Figura 79: Corte esquemático. Oeste-Leste. Fonte: Intervenção da autora sobre imagem do Google Earth 2016.



Figura 80: Vista da Fazenda Traituba a partir do Caminho Velho da Estrada Real. Fonte: Foto de Larissa S. Pereira. Acervo da pesquisa (2014).



Figura 81: À esquerda, caminho que leva à entrada principal e fachada com telhado adornado por lambrequins. À direita, fachada posterior com porões e escada de acesso, demonstrando a construção em meia encosta. No alto, duas janelas que restaram da reforma feita em 1902, quando foi demolido o andar superior com mirante. A existência deste segundo pavimento demonstra a imponência da fazenda no início do século XIX, uma vez que este tipo de configuração não era nada comum em edificações rurais do período. Fonte: Foto de Larissa S. Pereira. Acervo da pesquisa (2014).



Figura 82: Fazenda Traituba. Antigo muro de adobe cercando a propriedade. Ao fundo, a Serra da Traituba, que emprestou seu nome à fazenda. Fonte: Foto de Larissa S. Pereira. Acervo da pesquisa (2014).

Seguindo o Caminho Velho no sentido da cidade de Carrancas encontramos propriedades como a Bananal, Bananal de Baixo (Fig. 83, 84), Grão Mogol e Engenho (Fig. 85).

A sede da Fazenda Bananal localiza-se a poucos quilômetros da Fazenda Traituba. A região das terras da fazenda também era referência no percurso até Carrancas que seguia para São João del-Rei. Hoje, fazendas como a Bananal e a desmembrada Bananal de Baixo, Grão Mogol, entre outras, que constavam dos mais remotos relatos dos caminhos coloniais e documentos cartográficos da região, são marcos na paisagem de Carrancas, conservando não

só a arquitetura e as benfeitorias, mas a ambiência doméstica e as práticas cotidianas do universo rural.

Datada de meados do século XVIII, a fazenda Bananal tem estrutura em madeira e paredes de pau a pique. Em sua implantação encontram-se vários muros de pedra de mão ao redor da casa que fica situada no ponto baixo da paisagem, junto ao curso d'água que dá nome à fazenda.

Segundo Andrade (2015), a fazenda teria sido uma grande unidade escravista e, apesar de bastante decadente atualmente, a fazenda do Bananal ainda se conserva de pé, e indica que, em tempos de outrora, ali o trabalho escravo teria sido de fundamental importância para o desenvolvimento das atividades diárias da propriedade.

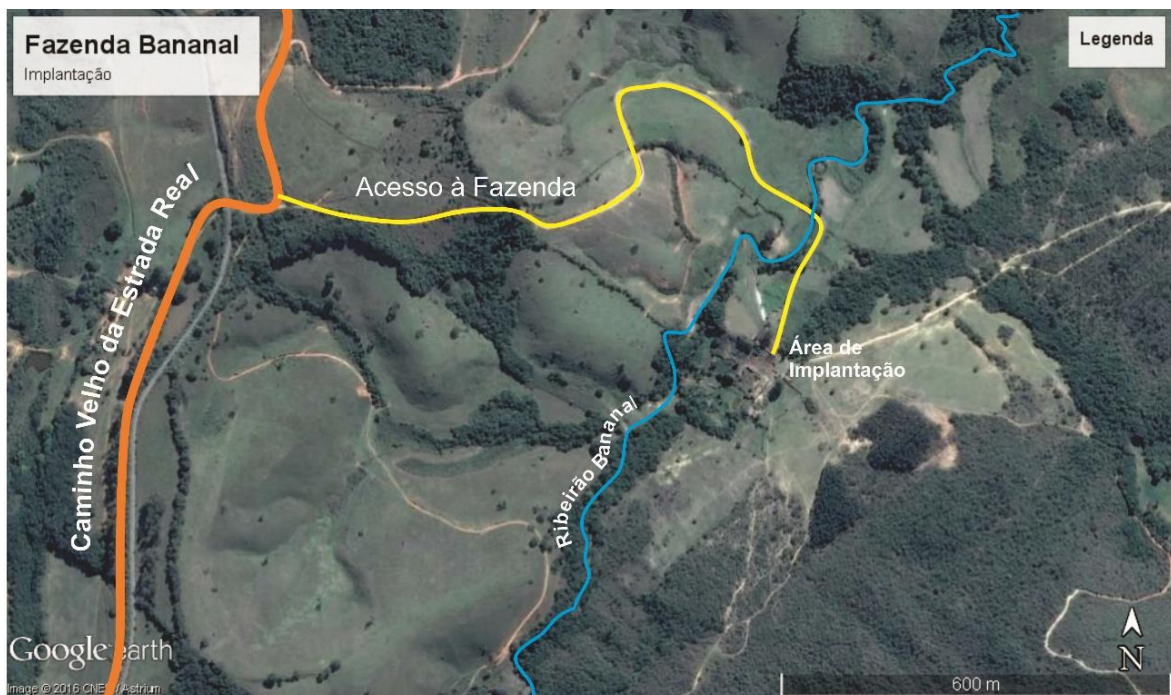


Figura 83: Implantação da Fazenda Bananal. A sede está situada na parte baixa da paisagem, junto ao Ribeirão Bananal. Segundo Pinto (2010, p.198), "Bananal seria uma corruptela da palavra indígena 'banani', que significa 'sinuoso'". Fonte: Intervenção da autora sobre imagem do Google Earth 2016.



Figura 84: Vista da Fazenda Bananal a partir da estrada de acesso à fazenda. Observa-se a implantação da sede próxima a mata que circunda o Ribeirão Bananal e, ao fundo dois topos de serras: à esquerda, a Serra do Moleque e à direita, a Serra da Traituba. Fonte: Fotos de Larissa S. Pereira. Acervo da pesquisa (2015).



Figura 85: À esquerda, Fazenda Grão Mogol cuja sede fica implantada próxima ao Ribeirão dos Ferreira (primeiros proprietários). Observa-se a fachada principal da sede com calçamento e muros de pedra e o curral localizado antes da entrada de casa. Segundo CRUZ (2008), a fazenda Grão Mogol exibe uma arquitetura simples, de composições claras e definidas. As janelas da casa são de vergas arqueadas e não possuem caixilhos, apenas as folhas de calha interiores. Estas e os muros de pedra que cercam a sede e o curral – localizado na frente da edificação, atestam que a construção é de meados do século XVIII. À direita, a Fazenda Engenho, atualmente com função de hotel fazenda. Apesar das adaptações sofridas para receber o novo uso, o corpo principal da edificação ainda apresenta as paredes de pau a pique originais. Fonte: Fotos de Larissa S. Pereira. Acervo da pesquisa (2015).

Retornemos às fazendas fundadas pela família Junqueira para demonstrar um outro eixo de ocupação gerado pelos desmembramentos das suas grandes propriedades.

Antes de adquirir a Favacho, João Francisco Junqueira havia se estabelecido na Fazenda Campo Alegre, cujas instalações já não mais existem. Esta foi a fazenda-tronco mais importante da região dos atuais municípios de Cruzília, Carrancas e São Thomé das Letras, dando origem, por seus desmembramentos, a diversas fazendas, como a Bela Cruz, Narciso, Boa Vista,

Cafundó, atualmente localizadas em Cruzília; Santo Inácio e Jardim, em Luminárias; e Campo Lindo, em Aiuruoca.

No inventário de João Francisco Junqueira e sua esposa Helena Maria do Espírito Santo, datado de 1805, os proprietários declaravam possuir 57 escravos e várias propriedades que aparecem arroladas. Deixaram para os seus herdeiros:

(...) um terreiro que se compõe de casas de vivenda, paiol e casinha, moinho e senzalas tudo coberto de telha. Quintal e currais tudo murado de pedra e mais ranchos de carros, exequinas de porcos cobertos de capim, rego de água, arvoredos de espinhos, em a quantia de seiscentos e cincoenta mil réis...650\$000. Assim mais uma fazenda de cultura e campos de criar denominada *Campo Alegre*, que parte com os herdeiros do falecido Capitão Antonio Gonçalves Penha (*Fazenda do Bom Jardim, Baependi*), com os herdeiros do falecido José Ferreira Da Silva e com José Francisco Junqueira na Vera Cruz (*trata-se da Fazenda Bela Cruz*), com os herdeiros do falecido Tenente Gabriel De Souza Diniz (*fundador da Fazenda Traituba*) e com quem mais haja e deva de partir e confrontar a quantia de nove contos, cento e setenta mil réis...9:170\$000. Assim mais uma fazenda denominada Jardim de Caxambu (*Fazenda Jardim, em Luminárias*) que se compõe de cultura e alguns campos de criar, que parte com o Capitão Antonio Gonçalves De Figueiredo, Dona Ana Luiza Gonçalves, com os herdeiros do falecido José Ferreira da Silva e com a Vera Cruz (*Bela Cruz*), tudo em a quantia de três contos e duzentos mil réis...3:200\$000. Assim mais uma fazenda denominada Favacho que se compõe de terras de cultura e campos de criar com suas casas de vivenda e paiol e casinha coberto de telha e mais pertences que parte com o Rio Ingaí acima até a divisa que faz com o Tenente Manoel Tomás (*Fazenda Angaí*), com o Capitão José Da Silva Cintra (*Fazenda do Xavier, distrito de Serranos*), com o Capitão João Francisco Junqueira e com quem mais haja e deva de partir e confrontar tudo na quantia de sete contos e seiscentos mil réis.....7:600\$000. Assim mais uma morada de casas pequenas (...) velhas cobertas de telha em São Tomé das Letras em a quantia de vinte e quatro mil réis...24:000\$000 (MRSJDR, Cx 70, 1816. *Grifo nosso*).

O documento citado nos permite conhecer diversos aspectos importantes para a caracterização das propriedades. Primeiro, o número de escravos que a família possuía quando o inventário foi lavrado, demonstra que eram detentores de significativa fortuna, que também pode ser evidenciado pela quantidade de propriedades listadas, os valores a elas atribuídos, e por suas extensões, já que estas fazendas se encontram hoje em áreas correspondentes

aos municípios de Cruzília, Luminárias, Carrancas, São Thomé das Letras, Baependi e Aiuruoca.

Outro ponto importante é que os equipamentos e as benfeitorias são também listados e é dada ênfase no fato de serem cobertos de capim ou de telha. Quanto mais benfeitorias existentes e cobertas de telhas, maior o valor destes equipamentos que agregavam qualidade e coeficiente produtivo à propriedade. Outro elemento recorrente nos testamentos e inventários é o modo como é feito o cerceamento das propriedades, conforme observou Saint-Hilaire (1974). As fazendas de famílias mais abastadas eram geralmente cercadas com muros de pedras, enquanto que as mais simples, de cercas de madeira ou espinhos.

Muros de pedra podem ser encontrados em fazendas como a Traituba em Cruzília, Serra das Bicas, Bananal e Grão Mogol em Carrancas, Cantagalo em Baependi, Sesmaria em São Vicente, Monjolos em Luminárias, entre outras. Além dos entornos das sedes, os muros de pedra, até pouco tempo, também serviam para marcar limites entre as vastas propriedades, podendo ser avistados em meio aos campos ermos e solitários da região (Fig. 86).



Figura 86: Seguimento de muro de pedra em paisagem de campos em Carrancas. Fonte: Foto de Larissa S. Pereira. Acervo da pesquisa (2014).

Como já dito, a Fazenda Campo Alegre deu origem a diversas outras propriedades que foram também coradas com sedes típicas da região, como a Fazenda Narciso. Segundo Mattos (2004), a Narciso foi fundada em meados do século XVIII, tendo sido herdada por Antônio Gabriel Junqueira e Joaquim Tibúrcio Junqueira, filhos do deputado Gabriel Francisco Junqueira, o Barão de Alfenas. Como outras fazendas integrantes da grande unidade do Campo Alegre, a Fazenda Narciso apresentava produção agrícola bastante diversificada,

destacando-se as plantações de feijão, milho, arroz e cana, além das atividades agropastoris cujas evidências podem ser percebidas nos vários vestígios de edificações ao redor da sede⁸².

Além da produção de milho e café, o gado leiteiro e a criação de cavalos de montaria continuam sendo as principais atividades econômicas da fazenda que hoje é considerada, como algumas outras fazendas de Cruzília e São Vicente de Minas, uma das mais influentes no desenvolvimento da raça Mangalarga Marchador.

A Narciso foi implantada em localização privilegiada, próxima ao curso do Caminho Velho e do Rio Ingaí, que é abastecido por ribeirões e córregos tributários como o Narciso, devido ao nome da propriedade, e o Boa Vista, que irriga também as terras desta outra propriedade, também desmembrada do Campo Alegre (Fig. 87 a 89).

Estas duas propriedades e as ruínas da Campo Alegre são interligadas até hoje por pequenos caminhos e trilhas, bastante precários, mas capazes de demonstrar sua origem e necessidade de comunicação no momento da implantação.

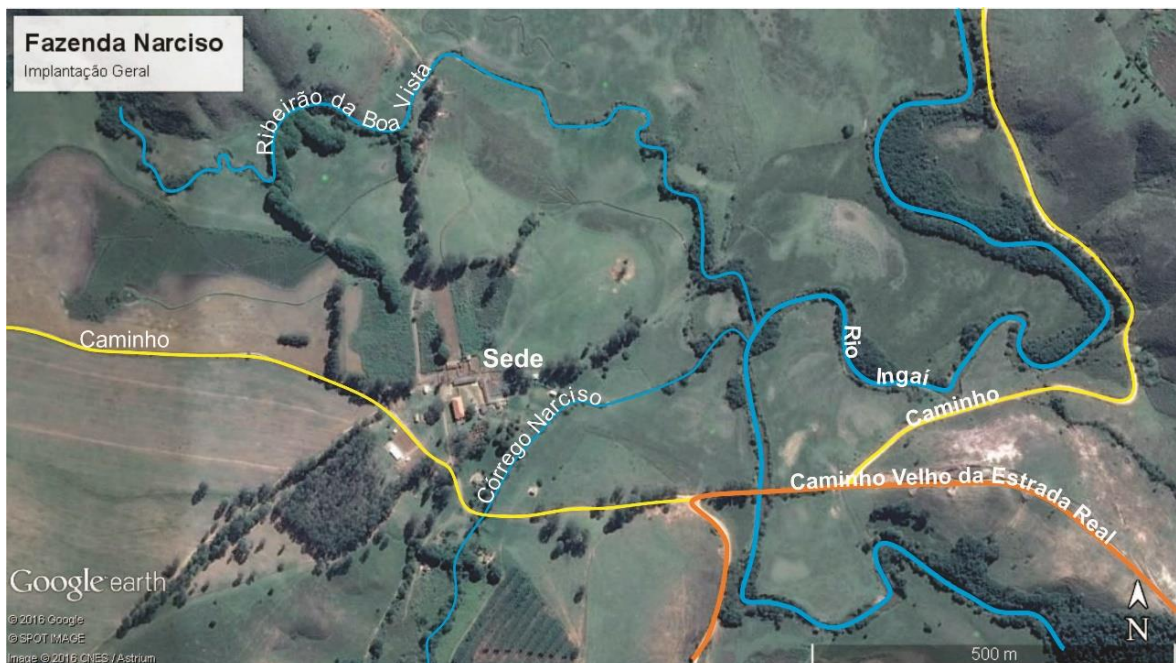


Figura 87: Implantação Geral da fazenda Narciso: Além do córrego com mesmo nome atribuído à fazenda, nota-se a proximidade com o Rio Ingaí, mencionado como referência em diversos documentos históricos entre os séculos XVII e XVIII. As propriedades da fazenda também são

⁸²No inventário de Gabriel Francisco Junqueira, de 1868, o registro da fazenda “consta de engenho e cilindros (...), engenho de serra com seus pertences movidos por seu competente rego-d’água, moinho movido por outro rego, paiol, casa para queijos, um rancho, olaria, fornalha respectiva” (CRUZ, 2008, 138).

cortadas pela Estrada Real. Fonte: Intervenção da autora sobre imagem do Google Earth 2016.



Figura 88: Vista da Fazenda Narciso a partir do Caminho Velho. Na baixada corre o Rio Ingaí e, ao fundo, avista-se a Serra do Sobradinho, divisa entre os municípios de Cruzília e São Thomé das Letras. Fonte: Foto de Larissa S. Pereira. Acervo da pesquisa (2014).

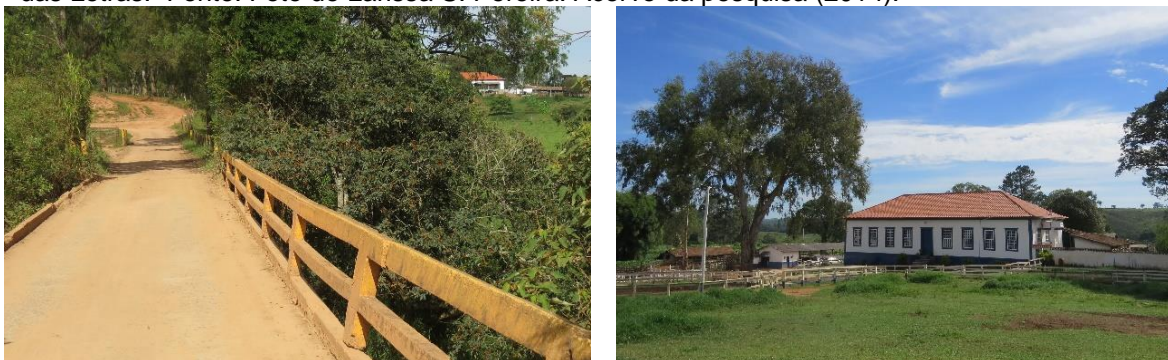


Figura 89: À esquerda, ponte sobre o Rio Ingaí e, no fundo à direita, a sede da Fazenda Narciso. À direita, fachada principal da fazenda e benfeitorias ao redor. Fonte: Fotos de Larissa S. Pereira. Acervo da pesquisa (2014).

A Fazenda Boa Vista apresenta as mesmas características da Fazenda Narciso. Foram construídas em período semelhante como fruto de distribuição da herança do deputado Gabriel Francisco Junqueira, em seu inventário *post mortem*, datado de 1873.

Ao filho Joaquim Tibúrcio Junqueira foram deixados os bens do legado, no valor de 12:357\$500 e 5:033\$329 correspondentes aos remanescentes da terça, perfazendo um total de 17:390\$829. Como pagamento ele recebeu um legado: terras da Fazenda Campo Alegre, (...); os escravos Arsênio e Miguel, (...); os escravos Manoel Dionísio e Floriano, (...); metade da escrava Eva, (...); e metade das benfeitorias da Fazenda Narciso, (...). (MATTOS, 2004, p. 1263).

Além destes bens, foram também listados na sua parte: “(...) parte da Fazenda Campo Alegre, (...); parte das benfeitorias da Fazenda Boa Vista, (...); parte nas benfeitorias da Fazenda Campo Alegre (...)” (MATTOS, 2004, p. 1263).

Ainda de acordo com o inventário, nas Fazendas Campo Alegre, Narciso e Boa Vista, havia produção de queijos, além de engenhos de serra, moinhos, monjolos, currais, casa de fumo e tropa de cavalos. Segundo Maria Petronilha Junqueira, por volta de 1882, os dois irmãos venderam a Boa Vista e adquiriram a Fazenda dos Criminosos, na localidade de Silvestre Ferraz, (hoje, município de Carmo de Minas).

A Fazenda Boa Vista (Fig. 90 a 92) está localizada na estrada que liga Cruzília a Luminárias, um caminho antigo e sem pavimentação que, até hoje é bastante utilizado pelos fazendeiros e moradores da região, apesar de já existirem outros trajetos alternativos entre as duas cidades. A sede da fazenda fica implantada no alto da colina, bem às margens do caminho, o que destaca a sua escala e imponência. A paisagem do local é dominada pelas vistas das serras da Traituba e de São Thomé das Letras, talvez responsável pelo nome dado à propriedade.



Figura 90: Área de implantação da fazenda Boa Vista, município de Cruzília, final do século XVIII. A fazenda fica localizada próxima ao caminho que liga Cruzília a Luminárias. Esse caminho era um dos mais utilizados nas relações entre fazendas e pequenos núcleos existentes antes da abertura de outro eixo que liga Cruzília à São Thomé. A sede fica implantada entre dois cursos d'água sendo que um deles, recebeu o nome da propriedade. Fonte: Intervenção da autora sobre imagem de Google Earth (2016).



Figura 91: Vista da Fazenda Boa Vista, no alto da colina, a partir da estrada de acesso (Cruzília-Luminárias). Fonte: Foto de Larissa S. Pereira. Acervo da pesquisa (2016).



Figura 92: À esquerda, fachada principal da sede com janelas ordenadas e alinhadas, caráter simples e austero e portas e janelas muito altas, conferindo força, monumentalidade e, ao mesmo tempo, simplicidade à edificação. À direita, detalhe da construção com base de pedra e paredes de pau a pique. Fonte: Fotos de Larissa S. Pereira. Acervo da pesquisa (2016).

No trecho Cruzília – Luminárias podemos encontrar diversas fazendas cujas datas de construção variam entre os séculos XVIII, XIX e XX. Na sequência foram visitadas as Fazendas do Espreado, Recreio (Fig. 93), Boa Vista, Santa Luzia, Campo Alegre, Bongue, Cafundó (Fig. 94, 95), Bela Cruz, Floresta, Jardim, Fazendinha, Patrona e Monjolos. Das Fazendas Campo Alegre, Cafundó e Jardim, só restam ruínas, mas o seu papel como fazendas importantes que deram origem a outras propriedades pode ser comprovado por meio de bibliografia e documentos, alguns deles, já citados anteriormente.

A maioria destas propriedades ficam localizadas bem próximas ao eixo do caminho, demonstrando o caráter de rede formado ao longo dos tempos. As implantações mantêm as escolhas até aqui demonstradas: proximidade de cursos d'água, terrenos de meia encosta, áreas detentoras de paisagens vastas e amplas, tendo em vista algum ponto referencial geográfico que acaba por influenciar na nomenclatura do local ou da propriedade.



Figura 93: À esquerda, fachada principal da Fazenda Espraiado, à cerca de 5 km da cidade de Cruzília. Apesar do alpendre que descaracteriza o corpo original da edificação, é possível constatar sua antiga origem pelo muro de adobe à direita. À direita, sede da Fazenda recreio, em ponto alto da paisagem. À esquerda, abaixo, é possível ver parte da roda d'água e, ao centro, a árvore centenária que enriquece a composição da cena. Fonte: Fotos de Larissa S. Pereira. Acervo da pesquisa (2016).

A Fazenda Cafundó originou-se na sesmaria que Gabriel Francisco Junqueira adquiriu "(...) na Paragem das cabeceiras do Ribeirão do Cafundó na freguesia de Lavras em 9/08/1798" (MRSJDR SC 286, 54). Parte de suas terras foram desmembradas da sesmaria da Campo Alegre.

Segundo Mourão (2007), documentação particular da Fazenda Bananal registra a presença de um morador na Fazenda Cafundó em 1863, o documento também apresenta esclarecimentos sobre a questão dos limites territoriais de Luminárias. A partir do ano de 1867 a fazenda já se apresentava como núcleo criatório dos cavalos Mangalarga.

Mais tarde, a fazenda foi de propriedade de Paulo José Ferreira Leite, bisneto de Ananias Ferreira Leite, um dos últimos proprietários da fazenda Jardim, também em ruínas, no município de Luminárias. Por último, pertenceu à família Martins, de Cruzília e, atualmente, as terras pertencem ao paulista Yoshiak Nakano, também proprietário da Fazenda Bela Cruz.

A Fazenda Cafundó foi durante muito tempo um núcleo dinamizador devido a sua grande produção de itens agrícolas, mas, sobretudo pela criação de

equinos. Além disto, a fazenda possuía localização estratégica e privilegiada entre os municípios de Cruzília, Luminárias e São Thomé das Letras. No entorno de suas terras é possível verificar a existência de equipamentos e edificações mais recentes como a escola, que até a década de 1990 encontrava-se em atividade.



Figura 94: Ruínas da Fazenda Cafundó, provavelmente do primeiro quartel do século XIX. As bases e a escadaria de pedra ainda podem ser vistas. A fazenda foi de propriedade de Paulo José Ferreira Leite, bisneto de Ananias Ferreira Leite, um dos últimos proprietários da fazenda Jardim. Pertenceu também à família Martins, de Cruzília e, hoje, as terras pertencem ao paulista Yoshiaki Nakano, também proprietário da Fazenda Bela Cruz. Fonte: Fotos de Larissa S. Pereira. Acervo da pesquisa (2016).



Figura 95: Antiga sede da Fazenda Cafundó. Data desconhecida. Fonte: ABCCMM, 2015, p. 49.

A Fazenda Bela Cruz ficou conhecida por seu papel produtivo de artigos como queijos e manteiga; milho e feijão na lavoura, além da criação de

equinos. Mas também é lembrada por ter sido palco de um dos maiores levantes de escravos ocorridos em Minas, fato histórico que ficou popularmente conhecido como Revolta da Bela Cruz ou Revolta de Carrancas, já relatado no Capítulo 3.

Segundo a Lista Nominativa de 1838/1839 do APM, neste período a fazenda Campo Alegre contava 103 escravos, na Fazenda Bela Cruz seriam em torno de 30. A edificação original foi destruída depois da revolta de 1833 e a casa atual teria sido construída já na segunda metade do século XIX.

De acordo com as memórias registradas por Francisco Darci Meirelles Junqueira (2012), a sede possuía uma ermida, com linhas barrocas que até o ano de 1878, possuiu outorga batismal. Como é comum na estrutura de algumas sedes, a Bela Cruz tinha o conhecido “quarto escuro” de onde as mulheres assistiam a missa que se passava na ermida. As instalações da sede, como lavanderia, monjolo e o moinho, eram abastecidos por um rego, tirado do Ribeirão do Barreiro, ou da Bela Cruz.

Por volta do ano de 1937 outras benfeitorias foram realizadas, como a construção da estrada até a Fazenda Chalé e até a estação da Traituba, onde passava a ferrovia Oeste de Minas, pela qual os artigos das fazendas sul mineiras eram exportados, agora com maior eficiência, ao Rio de Janeiro, capital do país. Da Bela Cruz eram exportados capados vivos, queijos e manteigas em latas lacradas de 20 kg (JUNQUEIRA, 2012, p. 30).

Atualmente, como já anotado, a sede da Bela Cruz pertence ao empresário paulista Yoshiaki Nakano, também proprietário da antiga fazenda Cafundó. A atividade predominante da fazenda continua sendo pautada na criação de cavalos da raça Mangalarga Marchador, que, devido à sua história já colocou os municípios de Cruzília e São Vicente na posição de polos referenciais de criação e comércio da raça.

Os entornos da fazenda, antigamente dominados por campos de pastagem, encontram-se hoje sob a propriedade da empresa Fíbria, produtora e exportadora de celulose branqueada de eucalipto, formada a partir da fusão de Aracruz e Votorantim Celulose e Papel, em 2009. Além das plantações de eucalipto e do tráfego de caminhões pesados para o seu transporte, nas proximidades da Fazenda Bela Cruz e de outras como a Floresta, é possível observar a exploração de quartzito, bastante tradicional nos municípios de São

Thomé das Letras e Luminárias. Dois fatores que demonstram claros riscos à integridade da paisagem, da história e dos valores naturais e ambientais.

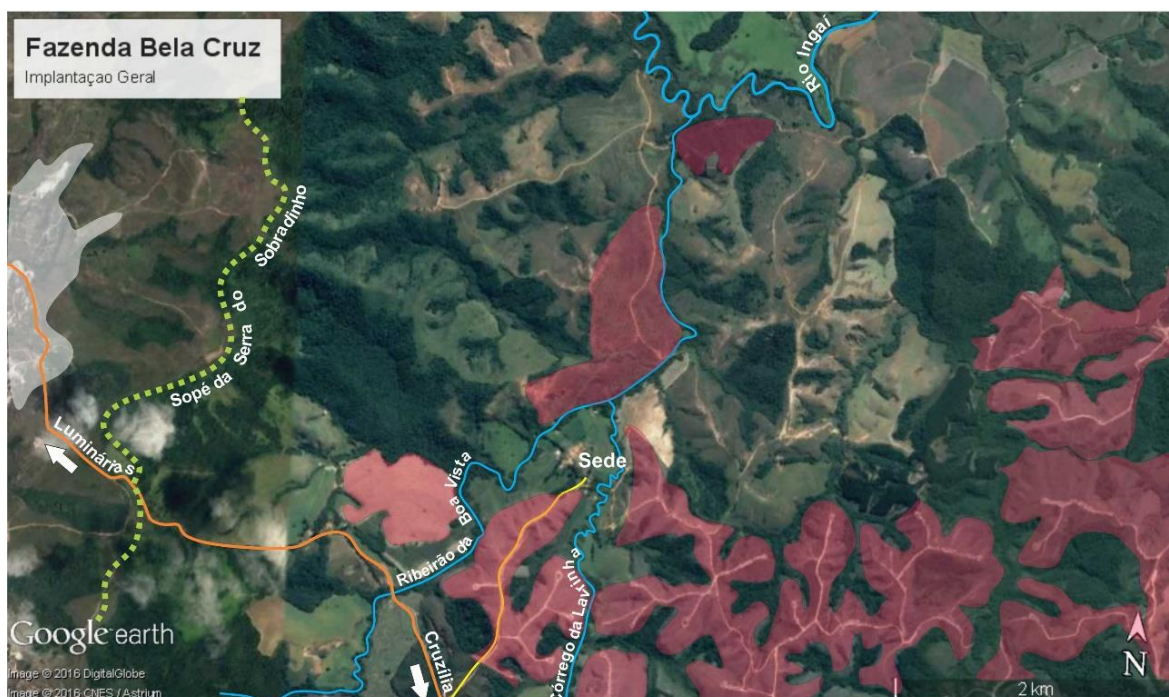


Figura 96: Implantação da Fazenda Bela Cruz. A sede fica situada próxima à divisa entre os municípios de Cruzília e São Thomé das Letras, o limite municipal é marcado pela Serra do Sobradinho, onde podemos observar parte da área de exploração de quartzito (mancha branca). A Bela Cruz fica implantada entre o Córrego da Lavrinha e o Ribeirão da Boa Vista, que dá nome à propriedade. Ambos os cursos d'água são tributários do Rio Ingaí, que passa ao norte da área de implantação. O acesso à fazenda se dá pelo eixo da estrada que liga as cidades de Cruzília e Luminárias. À direita, as manchas avermelhadas mostram áreas de plantio de eucalipto. Fonte: Intervenção da autora sobre imagem de Google Earth (2016).



Figura 97: Fazenda Bela Cruz, fachada principal e, à esquerda, o cruzeiro. A sede foi reformada pelo atual proprietário que manteve a maioria das características originais do século XIX. Ao fundo, pode-se observar a paisagem dominada pelas plantações de eucalipto. Fonte: Foto de Larissa S. Pereira. Acervo da pesquisa (2016).

Neste importante eixo que liga as cidades de Cruzília e Luminárias, outras propriedades mencionadas nos registros históricos e na bibliografia foram encontradas, entre elas, sedes como as da Fazenda Floresta, Fazenda Jardim (já demolida), Fazendinha, Patrona, Campo do Meio e Fazenda Monjolos.

Segundo Mourão (2007), a propriedade da Fazenda do Jardim contígua às terras da fazenda da Lage, pode ser confirmada através da lei 319/1901 de 16.09.1901 que elevou à categoria de município, diversas nucleações de Minas Gerais, alterando também, os seus limites territoriais.

Ficam transferidas para o distrito de Luminárias, município de Lavras, onde já estão encravadas, a Fazenda da Lage, propriedade do cidadão Carlos Gomes Ribeiro da Luz e a Fazenda do Jardim de propriedade do Visconde de Caldas, aquela atualmente pertence ao Município de Três Corações do Rio Verde e esta ao de Baependi (ALMG, 1901 *apud* MOURÃO, 2007, p. 107).

Segundo a Revista Genealógica Latina (1956), Luís Antônio Junqueira de Oliveira, nasceu em São Thomé das Letras e, mais tarde, foi agraciado com o título de Barão de Caldas pelo decreto imperial de 1879, e elevado ao título de Visconde de Caldas em no ano de 1889 (BROTERO, 1957, p. 119). O Visconde era neto materno do Padre Antônio Francisco Junqueira, da fazenda Caxambu nas terras da Favacho. Segundo Mourão (2007), o Visconde faleceu em Luminárias na Fazenda Jardim no ano de 1910, tendo sido sepultado no adro da igreja matriz de São Thomé das Letras.

Como vários membros da família Junqueira, o Visconde era amigo do Imperador e, assim como ocorreu com as obras demandadas na Traituba, foi mandado construir, junto ao bloco principal da sede da Jardim, um chalé ligado às dependências da casa para hospedar D. Pedro II. Segundo Mourão (2007), as paredes eram cobertas de papel importados da Alemanha e a mobília teria sido importada da Áustria. Havia nas dependências uma ermida com imagens raras e valiosas.

A Fazenda Jardim – cujo nome deriva dos amplos jardins que antigamente antecederiam a sua fachada principal, demonstra que, assim como na Fazenda Traituba, a implantação dos jardins de inspiração europeia⁸³, expressa

⁸³ Segundo Garcia (2013), o jardim da Fazenda Traituba não apresentava nenhuma semelhança com os padrões encontrados em jardins ingleses, franceses ou italianos, tão utilizados no Rio de

uma tentativa de aproximação dos gostos das elites, influenciadas pela Corte instalada no Rio de Janeiro. Como ambas as edificações foram alteradas e ampliadas para receber a visita do Imperador nas temporadas de caça, o cuidado com os jardins certamente era manifestado como uma forma de agradar ao ilustre convidado e, ao mesmo tempo, de inserir-se no grupo dos conhecedores e admiradores dos costumes europeus⁸⁴.

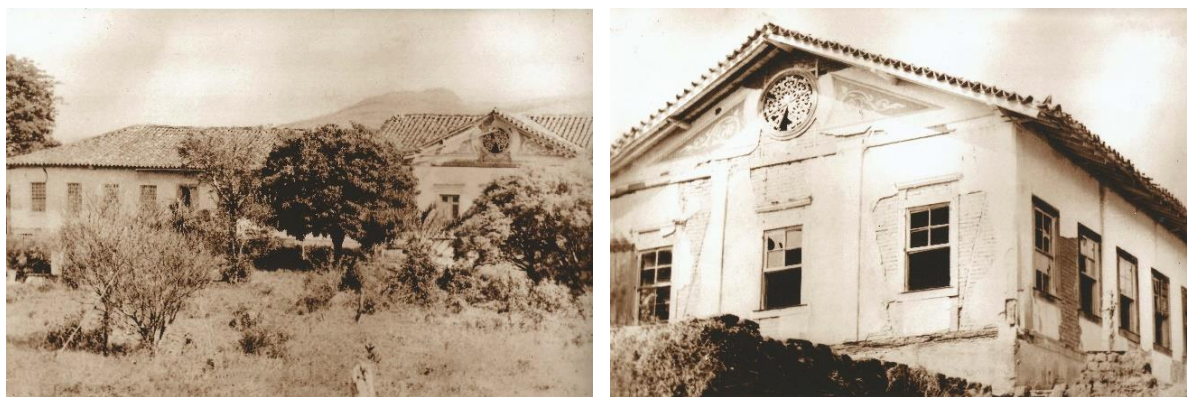


Figura 98: Fazenda Jardim, em Luminárias, datada do primeiro quartel do século XIX. As imagens são do ano de 1974, poucos dias antes da fazenda ser demolida. É possível verificar a configuração do bloco central, semelhante à fachada da fazenda Traituba: telhados de duas águas reforçando o aspecto de um chalé, lambrequins e abertura circular no frontão, adornada com rendilhados de madeira. Na imagem da esquerda constata-se que o bloco central era mais jovem que os laterais, cujas ruínas mostram tijolos de adobe. Ao fundo, observa-se a Serra da Bela Cruz. Fonte: Acervo de Antônio Alves de Carvalho, morador de Luminárias (2016).

Nos documentos sobre a formação de Luminárias, a localização da Fazenda Monjolos já aparece batizada desta maneira por volta do terceiro quartel do século XVIII. Segundo Mourão (2007), foi Francisco Diniz Junqueira, conhecido como o “Sinhozinho dos Monjolos” que deu início à construção da atual sede, datada do início do século XIX.

De acordo com (Cruz, 2010), a fazenda Monjolo apresenta telhado de prolongo e uma volumetria esparsa, diferenciando-se das casas clássicas e altivas encontradas ao longo do século XIX. O setor de serviços da casa não possui saída para o exterior, característica relacionada ao fato de que em Minas, no princípio, os escravos estavam todos ocupados nas atividades de mineração, e

Janeiro. Ao contrário, na fazenda, o jardim era muito simples, evidenciando características portuguesas, devido à origem dos proprietários. Ainda assim, o jardim não deixa de demonstrar a tentativa atribuir certo caráter de solenidade e fortuna à fachada.

⁸⁴ Sobre a influência da cultura material da elite europeia no Sul de Minas, ver o trabalho de Andrade (2014), especialmente o capítulo sobre as “Casas de vivenda e de morada”.

os serviços domésticos eram feitos por membros da família, apenas eventualmente por algum negro.



Figura 99: Área de implantação da Fazenda Monjolos, em Luminárias, data do final do século XVIII. A fazenda fica localizada próxima ao caminho que liga a cidade de Luminárias (mancha urbana à direita) à São Bento Abade e São Thomé das Letras. A sede fica implantada em uma área bastante irrigada por cursos d'água e pelo Rio Ingai. Além do rio, podemos observar o Córrego da Barrinha e o Córrego Monjolos, que leva o mesmo nome da fazenda. Fonte: Intervenção da autora sobre imagem de Google Earth (2016).



Figura 100: Vista da Fazenda Monjolos a partir do caminho, sentido à cidade de São Bento Abade. Ao redor da sede é possível observar as edificações e equipamento, antigos e atuais, que dão suporte às atividades produtivas da fazenda. Fonte: Foto de Larissa S. Pereira. Acervo da pesquisa, 2016.



Figura 101: Fazenda Monjolos. À esquerda, terreiro de café com grãos em processo de secagem. À direita, fachada principal e, ao fundo, a Serra do Lavarejo. Fonte: Fotos de Larissa S. Pereira. Acervo da pesquisa, 2016.

A Fazenda também pertenceu à família Junqueira tendo sido relacionada como “bem de raiz” no inventário *pós morte* de Gabriel de Souza Diniz, fundador da Traituba, em 1810. No documento, a Monjolos é mencionada como “ (...) fazenda que se compõe de cultura, campos de criar, casas de vivenda e cozinha coberto de telha (...)” (MRSJDR, 1811).

A localização à margem do caminho que liga diversos dos atuais municípios próximos à fazenda, a colocou em posição de grande importância e facilidade para o escoamento da produção. As terras da Monjolos continuam vastas, tendo sido partilhadas entre os irmãos herdeiros dos últimos proprietários. Em seu entorno é possível observar silos e máquinas que comprovam a dinâmica produtiva ainda existente e a predominância da produção de café, cujo processo de secagem pôde ser observado nos vastos terreiros anexos à propriedade. A paisagem é dominada por campos e a área de implantação ricamente irrigada por ribeirões, córregos e cachoeiras que vão desaguar no Rio Ingaí. A fazenda fica localizada a poucos quilômetros do núcleo urbano, também originado por uma propriedade, a Fazenda Ribeirão das Luminárias, como visto no capítulo 3.

A análise dos levantamentos de campo, os dados para a elaboração dos mapas e seu cruzamento com fontes documentais, permitiram constatar que os remanescentes construídos constituem importantes vestígios de antigas nucleações de atividades no território e que, no processo de fixação, os povoadores adotavam soluções e estratégias que se repetem nas escolhas das áreas de implantação, configurações tipológicas, programa de necessidades e

técnicas construtivas utilizadas. Todos esses aspectos, juntos, deram origem a um conjunto arquitetônico diversificado, mas com a mesma marca de origem.

O mapeamento das principais fazendas que deram origem aos núcleos urbanos, hoje já consolidados, também evidenciou a diversidade de bens de valor patrimonial existente e sua importância na construção das características ainda presentes no território. Assim, a análise dos conceitos apresentados anteriormente auxilia na definição de um possível enquadramento desses exemplares singulares.

A análise da área de estudo, objeto empírico da pesquisa, decomposta na relação fazendas + caminhos + curso d'água + morros e sua interação com os núcleos urbanos, permitiu constatar que o conjunto - localizado na porção mais antiga de origem do território mineiro - é exemplar para compreender-se o valor da paisagem como materialização dos pensamentos e ações humanas e do lugar como referencial para a salvaguarda dos elementos subjetivos que promovem a identificação dos indivíduos, estabelecendo as interações entre os aspectos naturais e culturais, materiais e imateriais do patrimônio.

5.2. Núcleos urbanos e caminhos - padrões fundacionais e correlações

A paisagem cultural da região reúne, como demonstrado, uma topografia específica, um significativo legado edificado, elementos naturais singulares e uma maneira tradicional de relacionar a sociedade a este território.

Da mesma forma, entre os bens culturais, tangíveis ou intangíveis, que são significativos para a manutenção da identidade e da diversidade não se pode estabelecer *a priori* uma hierarquia, mas correlações que permitam recompor manifestações culturais diversas.

Estes aspectos, já destacados no processo de implantação das fazendas mais importantes, geradoras de novas propriedades e mesmo de núcleos de povoação, também podem ser observados no processo de constituição das pequenas cidades, sedes de município.

Muitas delas originaram-se de antigas propriedades rurais, como é o caso de Luminárias, Cruzília, Carrancas, Baependi e São Vicente de Minas, conforme foi abordado no capítulo 2. Além disso, é possível constatar nos diversos inventários disponíveis, que a grande maioria dos proprietários de

fazendas possuíam também suas respectivas casas de morada instaladas no núcleo urbano mais próximo.

Estas casas eram ocupadas somente nos finais de semana ou em períodos de festas e celebrações religiosas. Até meados do século XIX – os núcleos estudados não eram reconhecidos como tais, uma vez que, na maior parte do tempo, as fazendas constituíam os centros de convívio e trocas, sociais e econômicas, como podemos apreciar em conversa com o Sr. Carlos Antônio, proprietário da fazenda Bela Vista em São Vicente de Minas, de propriedade da família há três gerações:

Não existia intercâmbio social entre as cidades, as famílias se relacionavam entre uma fazenda e outra. Por exemplo, saía daqui da Bela Vista a cavalo e ficava lá na Bela Cruz um mês, depois a família vinha para cá, ficava aqui um mês, isso era normal, ficar um mês, dois meses em cada casa. Quase todas as fazendas eram assim. Cruzília, São Vicente, Minduri, eram todos arraiaizinhos, não tinha nada, alguma semana santa que eles iam para lá. O intercâmbio era de famílias entre uma fazenda e outra. Bela Cruz, Traituba, Angaí, Campo Lindo, todas relacionavam umas com as outras. Esse é um dos motivos que se casavam parente com parente (Depoimento recolhido pela autora na Fazenda Bela Vista em 28 de junho de 2016).

Saint-Hilaire (1974) também já fizera uma observação que ressalta o papel secundário da vida nas cidades ao passar pelo pequeno distrito de Aiuruoca:

Hoje, não há mais lavras entre São João e Juruoca e apenas se contam duas ou três de pouca importância nestes arredores. Segundo o que me disse o cura, as conjeturas que formava ontem sobre a população desta cidade estão perfeitamente fundadas. Não é habitada durante a semana senão por mercadores, operários e prostitutas. Mas aos domingos e dias de festa, torna-se um lugar de reunião para todos os agricultores da comarca.

As casas de morada urbanas – se é que podemos utilizar este termo para tratar dos núcleos nas suas origens – eram sempre construídas junto à praça e ao largo da Igreja Matriz, aí temos a área central dos núcleos que eram também equipados com uma venda de secos e molhados. A paisagem confundia-se com a encontrada no meio rural, com vastos horizontes, arruamentos de chão batido, circulação de carroças e carros de boi, casas que mais se assemelhavam a

chácaras, onde os moradores mantinham pequenas criações de galinhas e porcos, além de pomares nos quintais.

Três dos municípios apresentados nesta pesquisa têm a malha urbana cortada pelo Caminho Velho da Estrada Real, neles, as principais ruas e o núcleo residencial inicial, acompanharam este eixo durante o seu processo de formação. Aí podem ser identificadas as primeiras casas, comércios, passos que marcavam o percurso das procissões e a Igreja Matriz.

Conforme afirmado no capítulo 2, a cidade de Baependi teve sua origem na Fazenda Engenho, cujas terras, atualmente, encontram-se incorporadas à malha urbana. A implantação do núcleo inicial ocorreu à margem do Rio Baependi e a mancha urbana, desenvolveu-se, claramente, ao longo do eixo do Caminho Velho e do Ribeirão Palmeiras, um tributário do primeiro. Como limite da malha urbana na direção sudeste, encontra-se a Serra Santa Maria⁸⁵ que, por período de tempo da história da cidade, emprestou seu nome à crescente Freguesia de Santa Maria do Baependy (Fig. 102).

No centro da cidade está a Igreja Matriz, construída em honra a N. S. do Montserrat, em terras doadas pelos proprietários da antiga Fazenda Engenho (Fig. 103). A igreja, datada do século XVIII é precedida por uma praça e, ao redor deste complexo é possível observar diversos casarões coloniais, atualmente adaptados aos mais diversos usos, como lojas, bares e residências.

A topografia da área onde se assenta a cidade se eleva no sentido sudeste e, no decorrer desta subida foram traçadas ruas que conduzem a outras duas igrejas históricas, estrategicamente localizadas no alto do morro: a de Nossa Senhora do Rosário, citada no capítulo 3, e a de Nossa Senhora da Boa Morte, construída a partir do ano de 1815. Ao longo deste trajeto é possível observar outros casarões com linhas coloniais, o que indica um outro eixo de consolidação do núcleo urbano em crescimento (Fig. 104).

⁸⁵ No levantamento cartográfico do estado de Minas Gerais, publicado no ano de 1939, a Serra Santa Maria aparece denominada simplesmente como “Serrinha”. Fonte: APM, 1939. Disponível em: http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/grandes_formatos_docs/photo.php?lid=1124. Acesso em: 10/10/2015.

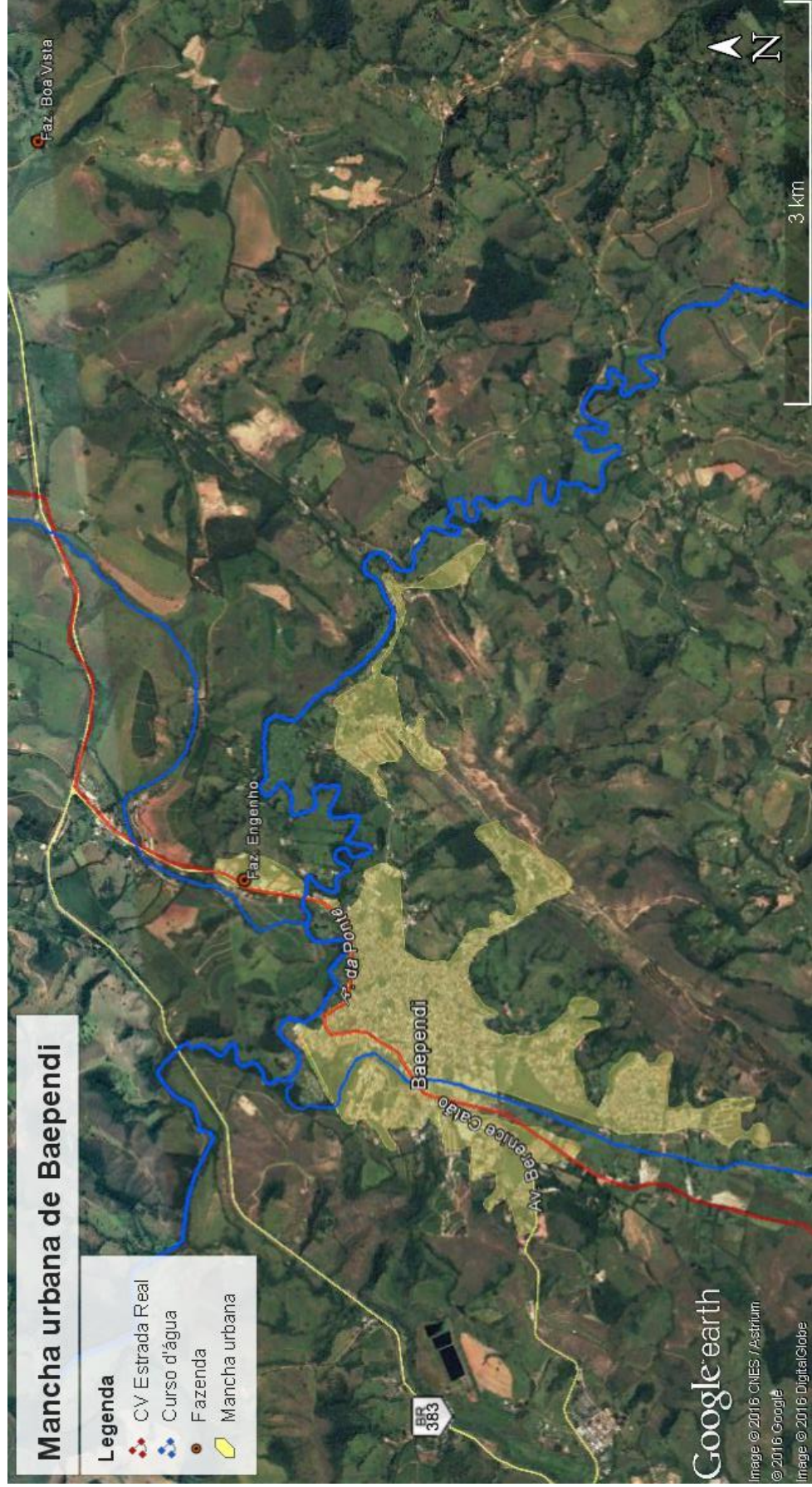


Figura 102: Mancha urbana de Baependi: a cidade foi implantada ao longo do vale do Rio Baependi e do seu tributário, o Ribeirão Palmeiras. É evidente a circunscrição da mancha entre as duas serras que pontuam a paisagem. Ao norte da mancha urbana é possível visualizar a localização da pioneira fazenda Engenho, hoje inserida na mancha urbana. Fonte: Intervenção da autora sobre imagem de Google Earth (2016).



Figura 103: À esquerda, Matriz de Nossa Senhora do Montserrat, em Baependi, por volta de 1905. É possível observar a fachada principal ainda sem as duas torres laterais, destacando o frontão barroco. O adro, que dá lugar à atual praça da Matriz, era cercado e à esquerda da imagem vemos o cruzeiro. Na lateral direita, o casario antigo compõe a cena e comprova que, no início do século XX, mesmo com o título de cidade, Baependi possuía poucas casas. À direita, a Matriz, finalizada em 1924. Fontes: Respectivamente: (PELÚCIO, 1942) e imagem de Larissa S. Pereira. Acervo da pesquisa (2016).



Figura 104: À esquerda, a Igreja de Nossa Senhora da Boa Morte, iniciada em 1832, e o casario na sua lateral esquerda, ao longo da atual Rua Teófilo Ottoni. À direita, a mesma rua atualmente, com alguns casarões e calçamento de paralelo. Fonte: Respectivamente, (PELÚCIO, 1942) e imagem de Larissa S. Pereira. Acervo da pesquisa (2016).

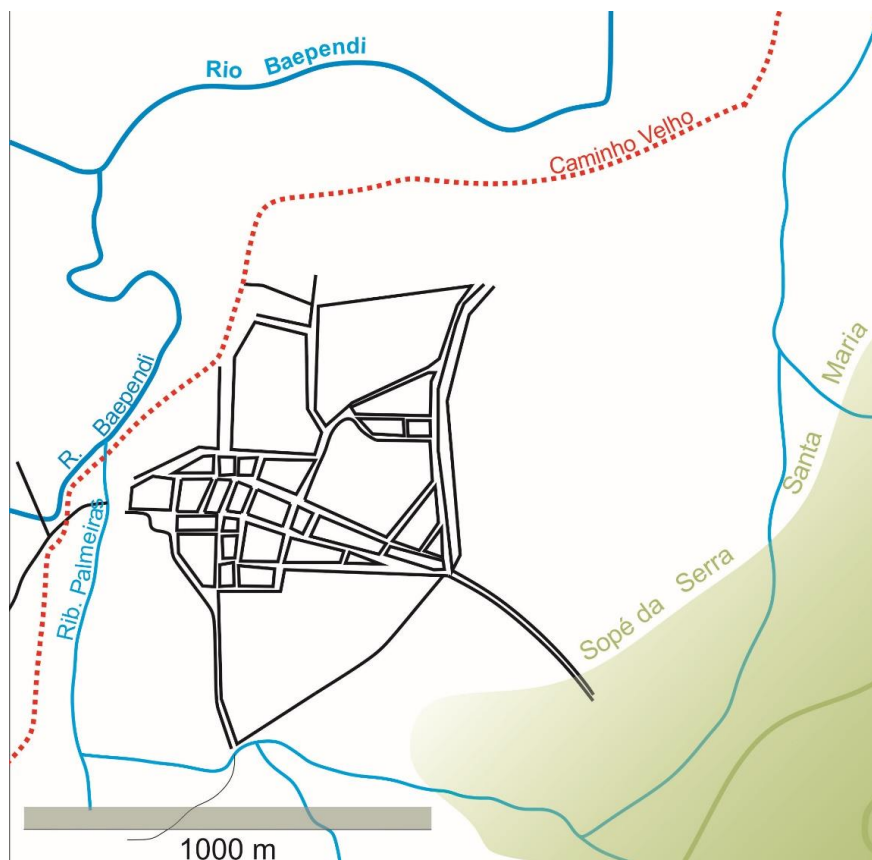


Figura 105: Mapa do núcleo inicial de Baependi conforme registro de 1939. Fonte: Base cartográfica do APM, 1939. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br>. Elaborado pela autora (2016).



Figura 106: Núcleo atual de Baependi com sobreposição do núcleo em 1939, conforme registro base cartográfica do APM, 1939. Fonte: APM e Google Earth (2016). Elaborado pela autora (2016).

As ruas centrais da cidade de Baependi preservam o calçamento tradicional feito com paralelepípedo, uma característica importante que remonta à origem e à tradição colonial das cidades antigas e que, com o passar dos anos, vem sendo alterada com a substituição deste tipo de pavimentação pelo asfalto, como ocorreu na cidade de Cruzília, por exemplo.



Figura 107: Malha urbana de Baependi com os principais objetos de interesse histórico e culturais destacados. Fonte: Intervenção da autora sobre imagem de Google Earth (2016) a partir de dados disponibilizados pelo IEPHA (2016).

Desde o início de sua história, Cruzília esteve relacionada às rotas de acesso às minas de São João del-Rei e Vila Rica. O nome da cidade já aponta a sua origem como pouso de paragem de tropeiros em localização estratégica, no cruzamento de dois importantes caminhos que conectavam os municípios de São João del-Rei e Aiuruoca e Rio de Janeiro à Vila Rica.

A cidade se desenvolveu ao longo do eixo do Rio do Peixe e do Caminho Velho da Estrada Real, aos pés da Serrinha de Manoel de Sá, cuja carta de sesmaria foi mencionada no capítulo 2. Aí teria sido implantada a primeira roça, nas proximidades da área que se tornaria a cidade (Fig. 109 e 110).

Cruzília localiza-se em uma área de campos de altitude, onde as serras e picos marcantes e elevados não são característicos da paisagem, os horizontes vastos e as colinas onduladas compõem uma mirada suave, típica das áreas de pastagens do sul de minas. Como já visto, os seus entornos seriam muito utilizados para a criação de gado bovino e equino, dando origem a uma tradição econômica e cultural ao município, tradição esta que pode ser observada nas

várias fazendas existentes muito próximas à área ocupada pela malha urbana, algumas delas, já incorporadas pelo tecido, como a Fazenda São Sebastião, datada do século XIX, e a Encruzilhada, citada no capítulo 3 (Fig. 108 e 113).

Segundo Pereira (2003), o então proprietário da Fazenda São Sebastião, no ano de 1853, doou as terras onde seria construída a Matriz em honra a São Sebastião, padroeiro da cidade. A primeira capela foi instalada em ponto elevado, com a fachada principal voltada para o único caminho disponível àqueles que por ali passavam. Atrás da Matriz localizava-se o antigo cemitério, construído em 1821 e que seria transferido para a atual localização no ano de 1857 (Fig. 112).

Como ponto estratégico de passagem de tropeiros, viajantes e fazendeiros, Cruzília teve seu primeiro comércio instalado no ano de 1858, quando era ainda um arraial. Seu proprietário, Manoel Domingues Maciel, comprou uma chácara e construiu uma casa “nas proximidades da capela que era circundada pelo antigo cemitério” (PEREIRA, 2003, p. 58), ali abriria seu comércio de secos e molhados e daria novo impulso ao desenvolvimento da pequena nucleação (Fig. 114).

É neste entorno que podemos ainda observar alguns vestígios da consolidação da cidade, como alguns casarões que sobreviveram ao tempo e às alterações e também notar as mudanças ocorridas por meio da iconografia antiga.

Ao redor da Matriz e da antiga praça do cruzeiro encontramos os casarões dos grandes proprietários de fazendas como a Bela Cruz, Favacho, Traituba e Angaí. O antigo casarão da Bela Cruz abriga hoje o Museu Nacional do Cavalo Mangalarga Marchador, inaugurado em 2012. Apesar das adaptações necessárias para abrigar o novo uso, foi mantida a configuração e as estruturas originais do edifício que podem ser observadas nas paredes de pau a pique, na base de pedra e no piso sustentado por grandes toras de madeira.

Os passos que marcavam os trajetos das procissões chegaram a pontuar o centro da cidade, mas foram todos demolidos, assim como a edificação que abrigou o primeiro comércio, a casa da Baiá (Fig. 114), como era conhecida, entre tantos outros edifícios que por não apresentarem, até os dias de hoje, nenhum tipo de proteção legal ou mesmo normatização para que as adaptações necessárias sejam colocadas em prática, estão desaparecendo.

Além dos edifícios de características coloniais é possível observar neste entorno as construções do século XX, como o cinema e a sede dos correios que evidenciam em suas fachadas, linhas o *artdecó*.



Figura 108: À esquerda a Fazenda São Sebastião, fica a cerca de 200 metros de distância da BR 383, no ponto em que esta rodovia se encontra com o Caminho Velho da Estrada Real, e a apenas dois quilômetros do centro da cidade. Ao redor da sede, datada do século XIX, é possível observar alguns equipamentos como currais e baias de cavalos, já que a fazenda atualmente abriga um haras. Muitas alterações e benfeitorias foram realizadas para a adaptação da edificação à atual função de Hotel Fazenda, como piscina, estacionamento, quadra e área de lazer. À direita, a Fazenda Encruzilhada, citada como uma das primeiras fábricas de queijo da cidade, construída na década de 1920. Fica próxima à Fazenda São Sebastião. Fonte: Fotos de Larissa S. Pereira. Acervo da pesquisa (2016).



Figura 109: Malha urbana de Cruzília. A cidade se desenvolveu ao longo do eixo do Rio do Peixe e do Caminho Velho da Estrada Real. Em seguida, a cidade se expandiu ao longo dos vales dos cursos d'água tributários do Rio do Peixe. É possível identificar fazendas em áreas próximas à cidade, como a Fazenda São Sebastião, Espraiado e São José. Fonte: Intervenção da autora sobre imagem do Google Earth 2016 (2016).

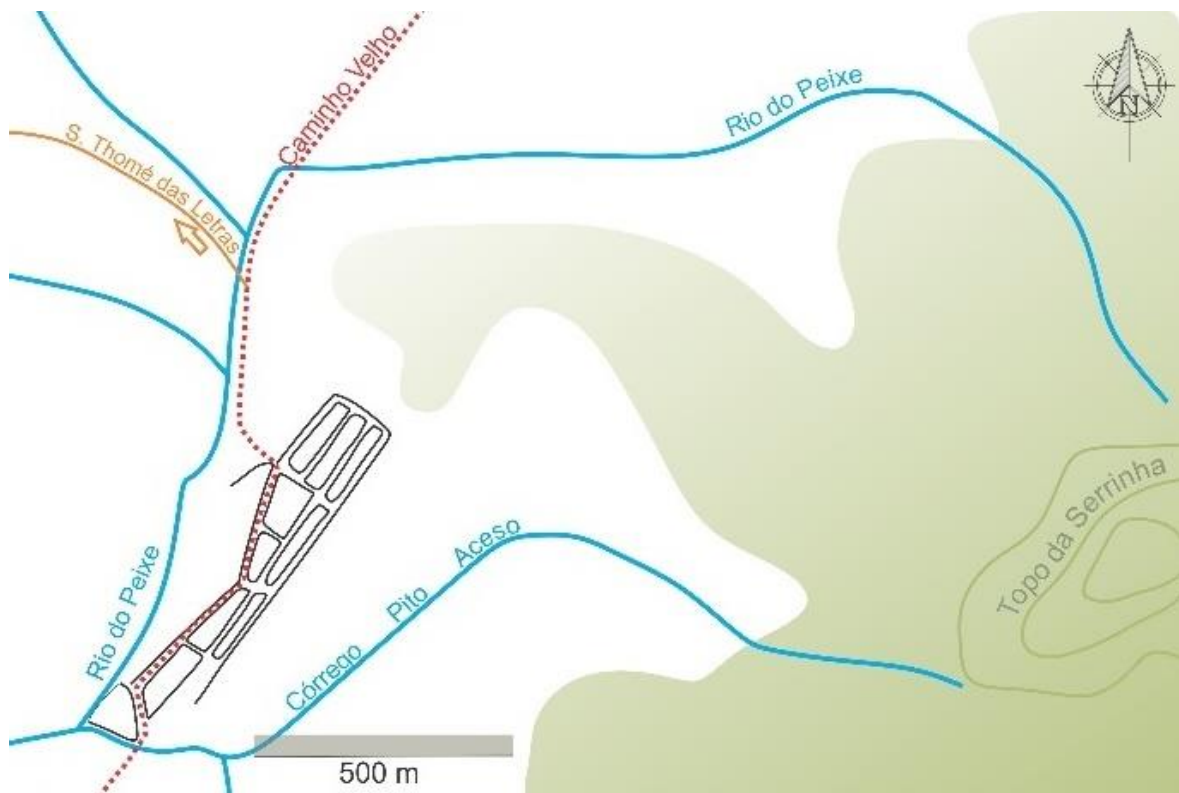


Figura 110: Mapa do núcleo inicial de Cruzília conforme registro de 1939. Fonte: Base cartográfica do APM, 1939. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br>. Elaborado pela autora (2016).



Figura 111: Núcleo atual de Cruzília com sobreposição do núcleo em 1939, conforme registro base cartográfica do APM, 1939. Fonte: APM e Google Earth (2016). Elaborado pela autora (2016).



Figura 112: Malha urbana de Cruzília. Em amarelo, as primeiras ruas da cidade onde localiza-se a Igreja Matriz e alguns dos casarões coloniais que remontam ao período de formação da cidade. É importante notar que estas ruas acompanham também o Caminho Velho da Estrada Real (vermelho), que corta a cidade. Fonte: Intervenção da autora sobre imagem do Google Earth 2016 (2016).



Figura 113: Vista da cidade de Cruzília. Data desconhecida. Provavelmente década de 1940. Ao fundo observa-se a Serrinha e, à esquerda, o primeiro colégio. A Igreja Matriz também possui destaque na cena. Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Cruzília.



Figura 114: À direita, imagem da Rua Cel. Cornélio Maciel, 1909. Na fotografia é possível identificar a casa da Baiá, conhecida como a primeira casa de Cruzília e por abrigar a primeira loja de secos e molhados, de Manoel Domingues Maciel. À direita, um dos passos da Paixão e, em construção, o chalé do Cel. Cornélio Maciel. As três edificações aqui destacadas já foram demolidas. É importante que ressaltar que a própria passagem de fotógrafos por regiões até então consideradas inaugurais demandava investimento, o que demonstra poderio e tentativas de controle sobre o território. É relevante destacar que, as próprias fotografias, entre tantas outras fontes como cartas, diários e documentos também representam um acervo patrimonial merecedor de acautelamento. Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Cruzília. À direita, vista da mesma rua atualmente. No vazio cercado com o muro branco estava construída a primeira casa da cidade. Fonte: imagem do Google Earth 2016.

A o núcleo populacional que deu origem à cidade de Carrancas fica localizado aos pés da serra que lhe empresta o nome, onde inúmeras nascentes afloram e vão encher o ribeirão, também chamado das Carrancas, que corre ao norte da cidade. O Caminho velho corta o núcleo no sentido sul-norte e, depois de atravessar a praça da Matriz, segue rumo à subida da serra, íngreme e pedregosa, passando mesmo a impressão de hostilidade, o que deve ter lhe dado o nome que relacionado à ideia de uma “cara feia” (Fig. 110). Em sua passagem pelo povoado, em 1822, Saint-Hilaire fez o seguinte registro:

A cerca de quarto de légua da fazenda encontramos a vila de Carrancas, sede da paróquia. Quando muito, merece o nome de aldeia. Fica situada numa encosta de colina e compõe-se de umas vinte casas situadas em volta de uma praça coberta de grama. A igreja ocupa o lado mais alto da praça. É pequena, mas construída de pedra e muito bonita por dentro. Não é à mineração que Carrancas deve a origem. No lugar em que está situada existiu outrora uma fazenda com capelinha. Atraídos pelo desejo de ouvir missa, alguns cultivadores vieram estabelecer-se na vizinhança. Foi a fazenda destruída, mas a capela continuou a subsistir. Substituíram-na por uma igreja mais considerável e a pouco e pouco formou-se a aldeia (SAINT-HILAIRE, 1974, p. 48).

Até os dias atuais a cidade se assemelha mais a uma pequena vila, onde a praça da Matriz ainda exerce a função de centro, abrigo de pequenos

comércios e alguns vestígios do período de formação do núcleo, como casarões coloniais e passos de representação da Paixão de Cristo. A Igreja Matriz, implantada no alto de uma colina, é dedicada à Nossa Senhora da Conceição e, até hoje, mantém suas características originais, destacando-se na paisagem da cidade, que sempre induz os olhares em direção à grande serra de Carrancas. O sino badala a cada quinze minutos marcando as horas e, às seis da tarde, como ainda é costume em muitas cidades sul mineiras, é tocada a Ave Maria, oferecendo uma experiência rememorativa da atmosfera das pequenas cidades no seu período mais original.

Do conjunto inicial representado pela Matriz e a praça do largo ramificam-se os principais caminhos em direção às localidades vizinhas. Estes caminhos foram gradativamente ocupados, dando origem às primeiras ruas e configurando os novos eixos de expansão, como o que foi formado com a implantação do primeiro cemitério, já presente no levantamento de 1939, disponível no APM (Fig. 116).

Apesar do seu evidente valor histórico, atualmente Carrancas é mais procurada por turistas e pequenos investidores estimulados pelos seus atributos naturais o que acaba por alterar, de certa maneira, a relação da população local com a paisagem. Estas mudanças podem ser positivas, quando voltadas para a consciência ecológica e contemplativa; ou negativas, uma vez que estes cenários passam a ser explorados economicamente.

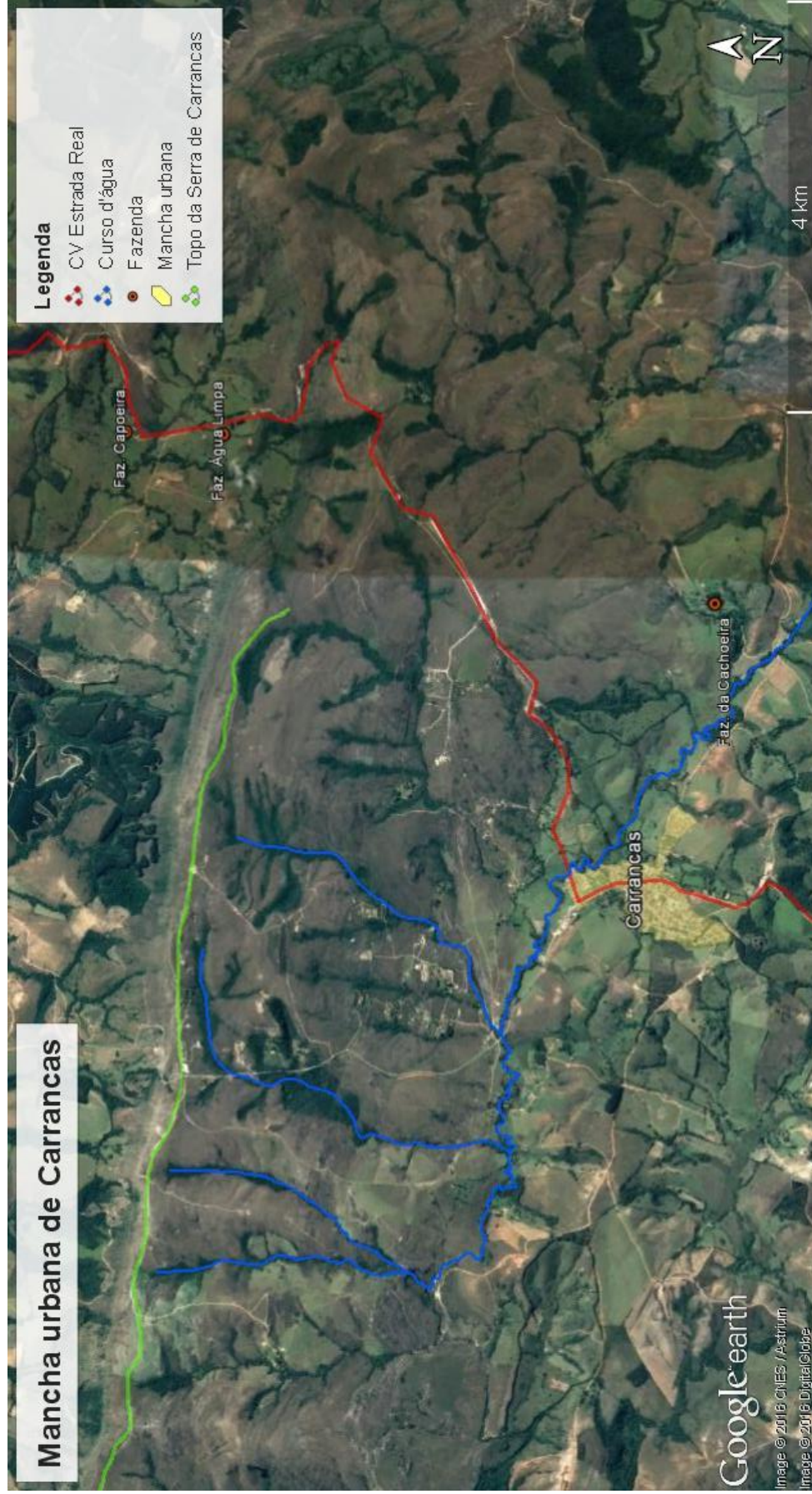


Figura 115: A cidade de Carrancas fica implantada no sopé da Serra que lhe dá o nome e é abastecida pelos muitos cursos de água que enchem o Ribeirão Carrancas. A Serra de Carrancas conta com cerca de 25 quilômetros de extensão e altitude máxima de 1.378 m. Fonte: Intervenção da autora sobre imagem de Google Earth 2016.

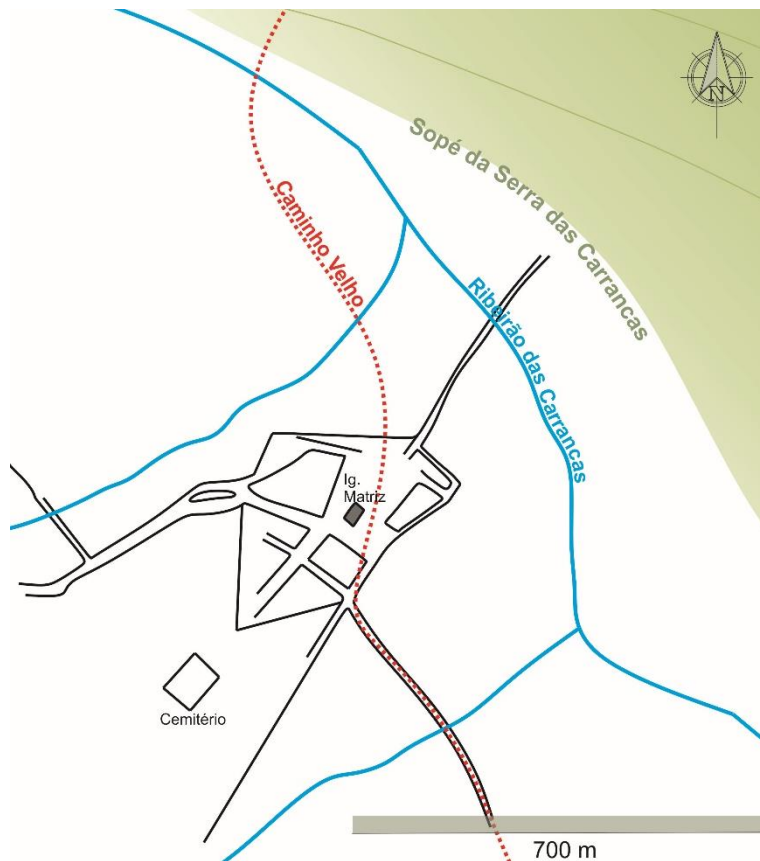


Figura 116: Núcleo inicial de Carrancas conforme registro de 1939. Fonte: Base cartográfica do APM, 1939. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br>. Elaborado pela autora (2016).

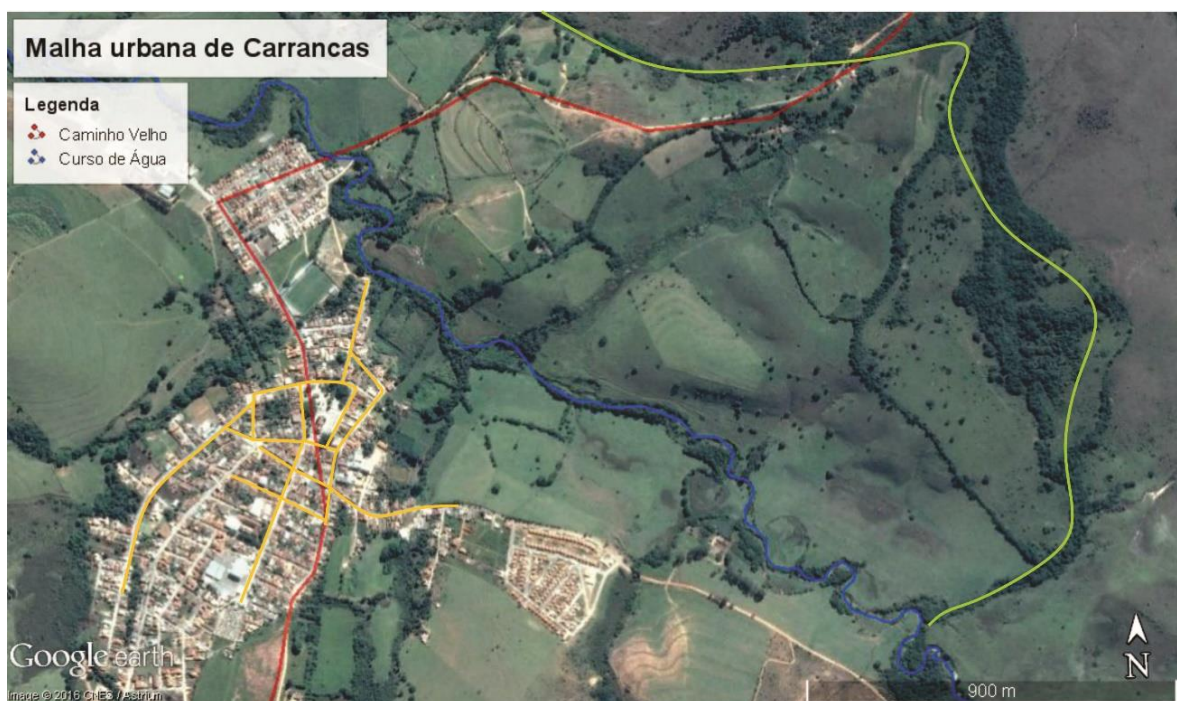


Figura 117: Núcleo atual de Carrancas com sobreposição do núcleo em 1939, conforme registro base cartográfica do APM, 1939. Fonte: APM e Google Earth (2016). Elaborado pela autora (2016).



Figura 118: Malha urbana de Carrancas. A grande concentração de edifícios de interesse histórico e cultural encontra-se no entorno da Igreja Matriz, que por sua vez está situada na antiga Estrada Real. Fonte: Intervenção da autora sobre imagem do Google Earth 2016 (2016).



Figura 119: À esquerda, Igreja de Matriz de Nossa Senhora da Conceição em Carrancas. À direita, a construção atualmente. Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Carrancas e foto de Larissa S. Pereira. Acervo da pesquisa (2015).



Figura 120: Ruas no entorno da praça da Matriz em Carrancas. À esquerda, casarões coloniais e passo. À direita, casarão urbano que pertenceu ao proprietário da Fazenda Serra das Bicas, no município de Carracas. Ao fundo, a eminente Serra das Carrancas. Fonte: Fotos de Larissa S. Pereira. Acervo da pesquisa (2015).

As demais cidades estudadas nesta pesquisa, apesar de não terem seus territórios cortados pelo Caminho Velho da estrada Real, foram claramente influenciadas pelas relações por ela estabelecidas através da formação de eixos de deslocamento secundários e da ocupação de terras por meio de unidades produtivas como os sítios e fazendas. Além disso, como já apontado nos capítulos 2 e 3, apresentam as mesmas características quanto aos processos de implantação, constituição natural e emancipação. Portanto, é possível identificar aspectos comuns relativos à paisagem, que já foram ressaltados nas três cidades até aqui analisadas.

As cidades de Aiuruoca, São Vicente de Minas e Minduri, estão no eixo consolidado à leste do Caminho Velho, e as cidades de São Thomé das Letras e Luminárias, à oeste (Fig. 121). Aiuruoca tem no Rio Aiuruoca e seus tributários, e na Serra de Aiuruoca e seu proeminente pico, os balizadores da área de implantação do núcleo urbano. Como nas demais cidades, a capela que deu origem à Igreja Matriz começou a ser construída ainda no século XVIII e, ao seu redor, surgiu o pequeno arraial. A Matriz foi implantada em ponto alto do terreno e as ruas laterais descem colina abaixo, direcionando o olhar para os campos e montanhas existentes nas imediações da malha urbana. Neste entorno temos os vestígios do período inicial da cidade marcados pela presença de alguns casarões que resistiram ao tempo (Fig. 122).

O município de São Vicente de Minas, desmembrado do antigo município do Turvo, hoje Andrelândia, fica situado em terras mais baixas e ricamente irrigado pelo Rio Aiuruoca, Ribeirão dos Carneiros, e seus tributários. O ponto mais alto do município é marcado pela Serra da Covanca, localizada na direção norte da cidade. Esta paisagem amena faz com que sejam encontradas características muito semelhantes às do município de Cruzília, no que diz respeito à cultura e economia, sendo que ambos se destacam pela criação de gado e produção de queijos finos.

A Igreja Matriz foi erguida por um fazendeiro, proprietário de vastas terras, em honra a São Vicente Ferrer. Ao redor da igreja podemos identificar o núcleo inicial da cidade e as primeiras casas, algumas ainda em estado satisfatório de conservação e manutenção (Fig. 120).

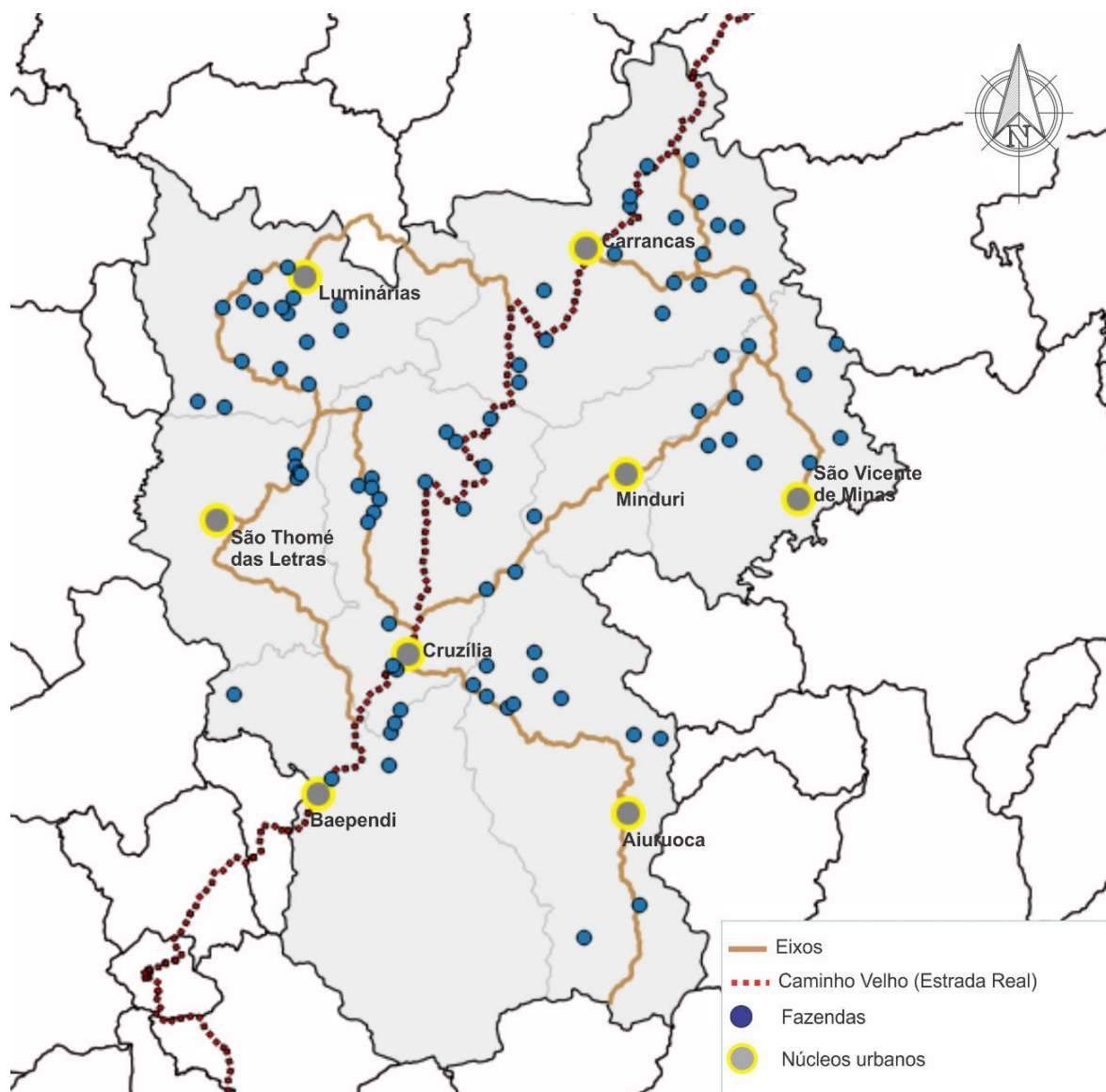


Figura 121: Mapa com o Eixo do Caminho Velho e eixos secundários que ligam Cruzília, Aiuruoca, Minduri, São Vicente de Minas e Carrancas, à leste, e Baependi, Cruzília, São Thomé das Letras e Luminárias, à oeste. Fonte: Base cartográfica do IBGE (1974). Elaborado pela autora (2016).



Figura 122: Ruas no entorno da praça da Matriz em Aiuruoca. É possível observar o casario colonial, o calçamento feito de pedras ou de paralelepípedos e a paisagem de montanhas que emoldura a cidade. Fonte: Fotos de Larissa S. Pereira. Acervo da pesquisa (2014).

Minduri foi, do grupo das cidades analisadas, a última a ser emancipada, fato que se deu sobretudo pela implantação dos trilhos da Ferrovia Oeste de Minas e da respectiva estação. Apesar de sua formação direcionada por fator diverso dos demais municípios, seu território era pertencente ao de São Vicente de Minas, então Francisco Salles, o que confirma a mesma origem e características semelhantes de implantação, tanto pela orientação por elementos da paisagem como pela presença de fazendas.

A cidade de Minduri se desenvolveu entre o Ribeirão das Pitangueiras, tributário do Rio Ingaí, e o Ribeirão do Espriado ou do Turvo, que remete ao nome da primeira porção territorial a que pertenceu o local. A linha férrea, e, portanto, a cidade, foi instalada ao longo da margem do Ribeirão das Pitangueiras, que é abastecido pelos vários cursos de água que brotam na Serra do Moleque e na Serra da Chapada das Perdizes (Fig. 124), marcos eminentes na paisagem da região.



Figura 123: Ruas no entorno da praça da Matriz de São Vicente Ferrer em São Vicente de Minas e casarão colonial tombado pelo patrimônio municipal. Fonte: Fotos de Larissa S. Pereira. Acervo da pesquisa (2016).



Figura 124: Vista da cidade de Minduri do alto da Chapada das Perdizes. Observa-se a mancha luminosa da cidade ao entardecer e pequenos pontos de luz espalhados onde existem fazendas. Ao fundo, é possível ver a Serra de Aiuruoca e o Pico do Papagaio se destacando na paisagem. Fonte: Foto de José Vasconcelos Neto (2016). Acervo particular do autor.

No eixo constituído a oeste do Caminho Velho encontram-se as cidades de São Thomé das Letras e Luminárias, ambas batizadas com os nomes das serras que emolduram a paisagem e a área de implantação da malha urbana. Diferentemente das cidades aqui apresentadas, o núcleo urbano de São Thomé das Letras fica situado no alto da serra que lhe dá o nome, servindo-se das diversas nascentes de água que brotam de suas fendas e vão abastecer o ribeirão que corre no sopé da serra, chamado do Cantagalo.

É neste vale que a estrada que liga São Thomé das Letras a outros municípios como Cruzília e Luminárias, foi traçada. Como visto no capítulo 2, a ocupação de uma área tão elevada e de difícil acesso certamente ocorreu “(...) em função da facilidade do material para construção (...) e também pela certeza da titularidade, uma vez que, por serem praticamente inacessíveis, aqueles ermos não tinham donos ou não despertavam cobiças dos amealhadores de sesmarias” (AMAG, 2009, p. 29).

São Thomé das Letras, como muitas cidades sul mineiras, nasceu de uma capela primitiva financiada por um grande proprietário de terras, neste caso, o dono da Fazenda Favacho, já apresentada neste trabalho. João Francisco Junqueira mandou construir, em 1770, a capela primitiva em honra a São Thomé e para abrigar uma imagem do santo que supostamente teria sido encontrada na gruta de pedras existente ao lado da atual Matriz, no centro da cidade (Fig. 125).

Ao lado do templo foi implantado o cemitério e as primeiras construções começaram a surgir, sempre aproveitando os grandes blocos de quartzito, característicos da região, que eram recortados, empilhados sem necessidade de argamassa. Uma arquitetura única nasceu daí, garantindo um conjunto peculiar e que tanto interesse tem despertado, a ponto de ser tombada, em parte, pelo patrimônio cultural do estado de Minas Gerais (Fig. 125).

A relação entre elementos naturais e construídos é muito evidente em São Thomé das Letras já que, devido à altitude e ao solo pedregoso, foi ali desenvolvida uma forma de ocupação e construção totalmente vinculada a este meio. Assim, no centro da cidade podemos observar a presença marcante de formações rochosas e a presença humana que a ela vai se adaptando, construindo casas diretamente sobre as rochas, ou utilizando-se do material para elaborar as bases e calçamentos e paredes. Somente nas terras mais baixas,

próximas à Cruzília e Luminárias é que encontramos as unidades rurais produtivas mais significativas.



Figura 125: À esquerda, Igreja Matriz de São Thomé das Letras, datada de 1785. Detalhe do muro que cerca o cemitério, em pedra quartzito. À direita, a gruta, ao lado da Matriz. A lenda conta que um escravo do fazendeiro construtor da Matriz teria encontrado nesta gruta uma imagem de São Thomé. Fonte: Fotos de Larissa S. Pereira. Acervo da pesquisa (2015).



Figura 126: À esquerda, calçamento e edificação tradicionais de São Thomé das Letras, em quartzito. À direita, *vista a partir da cidade de São Thomé*. Destaque para as alterações na paisagem devido às atividades de extração de quartzito. Fonte: Fotos de Larissa S. Pereira. Acervo da pesquisa (2015).

A cidade de Luminárias fica implantada entre a serra das Luminárias e outras formações elevadas como a Serra do Mata Boi e da Fortaleza. A pequena cidade é irrigada pelos ribeirões e córregos que nascem no alto das serras e vão abastecer o Rio Ingaí, que passa a oeste da malha urbana.

O núcleo inicial da cidade floresceu ao redor da Capela de Nossa Senhora do Carmo que foi construída em terras doadas por Dona Maria José do Espírito Santo, proprietária da já inexistente Fazenda Luminárias. A capela foi finalizada em 1798, conforme data no frontispício e é atualmente conhecida como Igreja Velha (MOURÃO, 2007).

Na década de 1940 houve um deslocamento do fluxo de crescimento da cidade devido a transferência da matriz para um ponto mais alto, esta foi entregue à população no ano de 1955, fato que fez com que a Igreja Velha ficasse abandonada e inativa durante muitos anos.

Entre a Igreja Velha e a atual Matriz é possível observar diversos casarões e os típicos passos da Paixão, alguns deles conservados, mas bastante descaracterizados. À medida que o caminho em direção à Nova Matriz é percorrido, sempre subindo a colina, a paisagem de montanhas e pastagens se descortina e aparece como pano de fundo para a cidade.

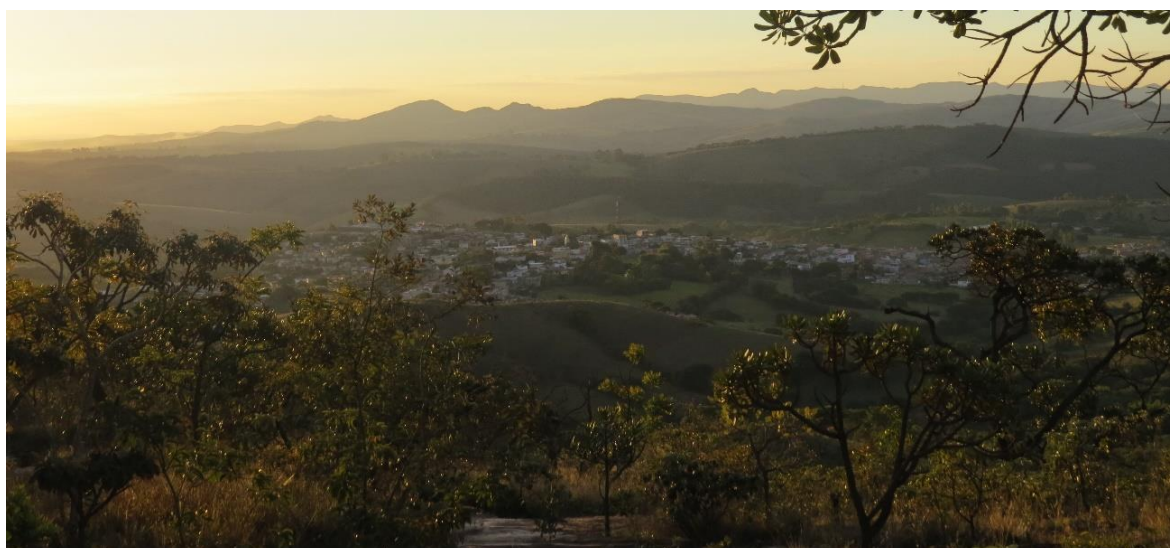


Figura 127: Vista da cidade de Luminárias entre as montanhas. Ao fundo, a Serra de Luminárias. Fonte: Foto de Larissa S. Pereira. Acervo da pesquisa (2016).



Figura 128: À esquerda, o conjunto da igreja Velha com campanário e chafariz (não aparece na imagem). Ao fundo, casa do núcleo inicial preservada. À direita, a atual igreja Matriz. Fonte: Fotos de Larissa S. Pereira. Acervo da pesquisa (2016).



Figura 129: À esquerda, passo e casa tradicional. É possível verificar, pintada na rua, a marcação para a elaboração dos tapetes para as festas de Corpus Christi. À direita, rua de bairro novo da cidade com a serra ao fundo. Fonte: Fotos de Larissa S. Pereira. Acervo da pesquisa (2016).

Diante das análises, imagens e mapas expostos, é possível verificar que, assim como as propriedades rurais detêm estratégias comuns de implantação, os núcleos urbanos se valem de escolhas e soluções semelhantes. Além disto, pudemos comprovar que a maioria dos núcleos aqui apresentados surgiram de cessões de parcelas de terras, doadas por fazendeiros, para a construção de uma capela e para a formação do povoado inicial.

Os exemplos de núcleos aqui citados demonstram que a paisagem natural constitui historicamente um elemento fundamental na fixação e subsistência humanas. Recursos naturais, atividades construtivas, produtivas, simbólicas e ritualísticas estiveram sempre associadas à apropriação da natureza, seja como fonte de riqueza, sustento ou mobilidade, processando-se continuamente no âmbito do cotidiano.

Pode-se ainda constatar estes aspectos por meio da toponímia que demonstra ser uma fonte de referência para a história de formação dos lugares e de uma herança cultural que se mantém viva e expressa no dia a dia. Além disso, dentro das características comuns destacadas entre os municípios, foi possível observar certas peculiaridades nos modos de construir ou se adaptar aos sítios que vêm de aspectos particulares de setores da própria geografia dos municípios, já que todos apresentam grande extensão territorial.

Foi com base nestes aspectos que reforçam a identidade e a importância documental do conjunto que forma esta paisagem que se pretendeu aqui discutir as possibilidades e as dificuldades referentes à sua tomada como bem de valor histórico cultural não passível de enquadramento em categorias pré-estabelecidas.

CONCLUSÃO

Quando se iniciou este trabalho, a principal preocupação era reunir o material referente a cada uma das fazendas e seus territórios, sejam os documentos, a literatura ou mesmo as informações técnicas existentes nos órgãos de planejamento e preservação, uma vez que isto era primordial para a compreensão da história e das condições atuais deste território e não há nenhum órgão ou instituição que reúna esta informação por completo. Porém, ao reunir o material, uma questão começou a ficar evidente, a da dificuldade de trabalhar as unidades e as cidades de forma independente, impossibilitando realizar os dossiês iniciais que haviam sido propostos. Logo de saída, evidenciou-se que para tratar da história e da recomposição do território das fazendas e os antigos núcleos populacionais (hoje cidades) não era possível fazê-lo de forma isolada dada a quantidade de relações e sobreposições de informações entre eles.

Foi neste momento que se entendeu a extensão e complexidade do objeto que, a princípio, intuitivamente, havia-se definido. Ao se adentrar nos relatos dos viajantes nos séculos XVIII e XIX que por este território passaram e mais, ao se iniciar o mapeamento dos percursos relatados, identificando mais claramente eixos estruturadores da ocupação naquele momento, também ficaram evidentes as relações ainda presentes entre os vários elementos remanescentes: foi neste momento que a hipótese se delineou com mais clareza e a ideia de conjunto, de um sistema de lugares pontuado pelos fluxos e, finalmente, de um conjunto de paisagens na paisagem sul mineira se revelou.

Ao percorrer os caminhos entre as propriedades rurais e os núcleos urbanos, e relacioná-los com as fontes disponíveis pesquisadas, os variados aspectos referentes à escolha dos sítios, implantação de fazendas e sua integração com os referenciais geográficos foram se evidenciando e afirmando a existência de uma série de escolhas, encontros, técnicas e pensamentos expressados nas construções, nos seus equipamentos e no seu modo de organização. Ainda desta maneira, foi possível reconstruir as redes constituídas ao longo da história e perceber que muitas delas, ainda exercem papel fundamental na dinâmica cotidiana, nas escalas local e regional.

As pesquisas evidenciaram também que a busca pela propriedade da terra e a ampliação de tais posses na região estudada, já representava um

elemento de acúmulo, enriquecimento e de diferenciação, mesmo antes da sanção da Lei de Terras em 1850. Essa constatação abre novas perspectivas de estudos sobre a acumulação primitiva no sul de Minas. Esta, que no momento inicial da ocupação era pautada na produção de subsistência, com o passar do tempo, torna-se uma forma de enriquecimento e supremacia econômica, na medida em que os grandes senhores fazendeiros começam a vislumbrar essa possibilidade na propriedade da terra.

O mapeamento das propriedades mais antigas e o cruzamento com dados sobre a formação de caminhos, elevação de vilas e constituições territoriais evidenciou a ocupação paulatina de uma vasta área que, sem as atuais limitações de fronteiras, compunha, por meio das várias escalas de relações, uma porção com caráter de unicidade, envolvendo os aspectos naturais, rurais e urbanos e, ainda, na maioria das vezes, estas dimensões se confundem e revelam a abstração e a intangibilidade de tais limites.

Foram analisadas fazendas que exerceram papel de verdadeiros núcleos urbanos, detectados núcleos que eram, na maior parte do tempo despovoados e eram esparsos em uma grande vastidão de natureza, como tradicionalmente ocorre na dimensão rural. Como suporte e influência para todas estas relações, a natureza, através da qual é possível reconstruir os passos dos processos de modificação da paisagem, bem como reforçar a sua condição de elemento documental.

As fazendas e núcleos urbanos eram elementos materiais, elos, que enredavam as práticas cotidianas tradicionais, também transmitidas e observadas até hoje pelas festas, causos, hábitos alimentares, devoções... A presença da igreja católica mostrou-se forte e predominante – como ocorrido em todo o processo de formação do Brasil. Seus rituais, até hoje praticados de modo bastante tradicional, e a predominância de uma população católica muito fervorosa, podem ser observados em todos os municípios estudados. Em contrapartida, ao investigar as manifestações e as influências culturais diversas presentes no território, constatou-se as omissões históricas sobre outras ocupações, que pouco deixaram de vestígios, mas que marcaram as decisões sobre o território presente, alimentaram e se conservaram nas práticas culturais e nas histórias orais.

Esta grande quantidade de dados e expressões que se sobrepõem, se cruzam e se movem, suscitou ao final uma reflexão seguida de uma revisão dos conceitos de memória e identidade numa dimensão regional, o que evidenciou que a região de estudo detém e conserva aspectos identitários e memorativos, hoje sob ameaça, o que reforça a sua riqueza patrimonial, mas, ao mesmo tempo, impossibilita o trabalho com base em questões mais objetivas relacionadas à preservação de conjuntos, com os recursos técnicos e instrumentos e critérios de valorização concebidos ao longo da história, demandando uma concepção de patrimônio e de salvaguarda capaz de agregar e integrar aspectos físicos e simbólicos, escalas locais e territoriais, pessoas e suas dinâmicas atuais, que não deixam de ser permeadas pelos traços das animações anteriores.

Os elementos aqui analisados, geografia (rios, montanhas), caminhos, fazendas e cidades, se relacionam de forma diacrônica e dispersa no território e, do reconhecimento das fazendas junto às pequenas cidades, como formadores de um sistema de redes no território surgem os elementos sob os quais afirma-se a importância desse conjunto formador do território sul mineiro, que requer novas estratégias para a abordagem sua gestão.

A identificação deste sistema, ou da correlação entre estes elementos formadores, pode ser, portanto, o primeiro passo para um tratamento global dos assentamentos sul mineiros, que tenha como base a definição do papel funcional do conjunto e de cada unidade, na valorização e proteção dos bens no âmbito regional.

É importante reafirmar que não se trata de apontar os elementos materiais ou imateriais que deveriam ser tombados, apesar de ser evidente que alguns edifícios, principalmente rurais, deveriam possuir algum tipo de preservação legal por constituírem elementos da origem da ocupação do território. Os resultados obtidos e apresentados vão na direção de se trabalhar a gestão compartilhada entre os municípios por meio de uma pauta comum, no sentido de apontar maneiras de otimizar a existente sobreposição de investimentos e de financiamentos das escalas municipal, estadual e federal, além das iniciativas privadas.

O desenvolvimento de planos de gestão regionais ou mesmo de consórcios entre os municípios, relacionados às legislações vigentes no âmbito ambiental, urbano e patrimonial poderiam ser equacionados no âmbito de uma

proposição conjunta entre municipalidades, de modo a haver uma valorização do território como conjunto, o que *a priori*, tendo em vista o que já foi apontado, já poderia ser considerado um valor patrimonial, capaz de proporcionar algum tipo de desenvolvimento econômico e social para a região.

Evidencia-se, por diversos fatores, materiais, de conservação, de gestão e mesmo econômicos destes bens, que medidas a partir das formas tradicionais de preservação não seriam eficazes: muitos sofreram alterações indiscriminadas ao longo do tempo, prejudicando sua integridade. Além disso, trata-se de uma localização que apresenta, ainda hoje, uma forte relação de propriedade, o que dificulta os processos clássicos de preservação.

Além disto, os embates entre as diversas esferas atuantes no âmbito da preservação e no estímulo ao turismo são claramente perceptíveis, dificultando o reconhecimento da região como valor em sua unidade. Estes atores – públicos ou privados; municipais, estaduais ou federais; atribuem valor patrimonial e/ou turístico a determinados bens culturais que são preexistentes à estas práticas, o que, na maioria das vezes, vai de encontro aos valores válidos no meio social local, o que afasta e cria resistência dos habitantes a tais processos. Somente com o envolvimento da população, em todos os setores (empresários, população, associações, políticos, proprietários rurais, etc.) nas ações de valorização, é que se vislumbra uma possibilidade efetiva de preservação.

A abordagem territorial, ao permitir o reconhecimento destes elementos dispersos sob a perspectiva de conjunto, a partir de um sistema de fazendas e cidades pequenas, indica um caminho para a discussão de sua preservação, ao possibilitar a associação das mesmas, explorando possíveis potencialidades representadas por redes turísticas, patrimoniais ou produtivas, sem que a continuidade espacial seja um requisito, mas superando a velha dicotomia e hierarquia entre rural e urbano.

Se, por um lado, a ampliação da abrangência da problemática do patrimônio pode criar dualidades de compreensão e mesmo de aplicação, ela contribui para o entendimento dos efeitos da preservação sobre uma maior diversidade de aspectos e reflete na economia, na política e na vida cotidiana dos locais. Assim, o conhecimento aprofundado e aproximado dos processos sociais de apropriação da natureza, espaços e edificações torna-se é fundamental para o

direcionamento das políticas de preservação e para o fortalecimento da cidadania e do pertencimento.

A consideração do patrimônio enquanto recurso financeiro não significa necessariamente relacioná-lo ao domínio dos lucros e dos empreendimentos que corrompem o verdadeiro sentido do bem cultural, o patrimônio é também capaz de desenvolver e fortalecer outras possibilidades econômicas, em especial, a partir do âmbito cultural, por isso, ele deve ser preservado.

Finalmente, entende-se que a principal contribuição dos resultados apresentados reside na nova construção e re-ligação dos fatos apresentadas, em que se buscou superar a justaposição (dos inventários) ou a contraposição (rural e urbano, material e imaterial), e se apostou na interação ou conjunção de fatores e componentes, evitando as classificações pragmáticas e os pré-julgamentos de valor com o fim de recompor uma dimensão regional que comportasse a possibilidade de operar um território cultural e por fim, um sistema de paisagens dentro da paisagem cultural sul mineira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABCCMM, Associação Brasileira dos Criadores do Cavalo Mangalarga Marchador. *História, Raça, Cultra, Paixão. Mangalarga Marchador. Raça Nacional*. Belo Horizonte: Top 2000, 2015.
- AGIER, Michel. *Distúrbios identitários em tempos de globalização*. 2001.
- ALBINO, Washington. *Minas do ouro e do barroco. As raízes históricas da cultura mineira*. Belo Horizonte: Barlavento, 2003.
- ALVEAL, Carmen Margarida Oliveira. *Transformações na legislação sesmarial, processos de demarcação e manutenção de privilégios nas terras das capitanias do Norte do estado do Brasil*. Rio de Janeiro, vol. 28, n° 56, p. 247-263. Estudos Históricos, 2015.
- AMAG, Associação dos Municípios da Microrregião do Circuito das Águas. *SÃO THOMÉ DAS LETRAS – PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO E LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA DE SÃO THOMÉ DAS LETRAS, ESTADO DE MINAS GERAIS. 1ª LEITURA DO MUNICÍPIO*. Caxambu, 2009.
- AMATO, Marta. *A Freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Carrancas e sua História*. São Paulo: Loyola, 1996.
- ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Elites regionais e a formação do estado imperial brasileiro. Minas Gerais-Campanha da Princesa (1799-1850)*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2014.
- . *Memória oral do cativo na região da antiga Comarca do Rio das Mortes: Carrancas-Minas Gerais*. Curitiba, 2015.
- . “Rebeliões escravas no Império do Brasil: uma releitura da revolta de Carrancas – Minas Gerais – 1833.” 2011.
- ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 1976.
- APM, Arquivo Público Mineiro. *Primeiros descobridores das minas de ouro na Capitania de Minas Geraes. notícia compilada pelo coronel Bento Fernandes Furtado de Mendonça e resumida por M.J.P. da Silva Pontes, socio correspondente do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1899.
- . *Cartas de sesmaria*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1889.
- ÁVILA, Affonso. *Catas de Aluvião: do pensar e do ser em Minas*. Rio de Janeiro: Graphia, 2001.
- . *Resíduos Seiscentistas em Minas - Textos do Século do ouro e as projeções do mundo barroco*. Belo Horizonte, 1967.
- BACHELARD, Gaston. *A Poética do Espaço*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Saterb, 1971.
- . *História de Minas*. Comunicação, 1979.
- . *Negros e Quilombos em Minas Gerais*. Belo Horizonte, 1972.

- BARREIROS, Eduardo Canabrava. *As Vilas del-Rei e a cidadania de Tiradentes*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976.
- . *Roteiro das Esmeraldas: a bandeira de Fernão Dias Pais*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1979.
- BAUMAN, Zygmunt. *Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor LTDA, 2005.
- BLUTEAU, Rafael. *Diccionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e acrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro*. 1789. <http://www.brasiliana.usp.br/handle/1918/00299210>.
- BRITO, Francisco Tavares de. *Itinerario Geografico com a verdadeira descripção dos caminhos, estradas, rossas, citios, povoaçoens, lugares, villas, rios, montes, e serras, que ha da cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro até as Minas do Ouro*. Sevilha: Officina de Antonio da Sylva, 1732.
- BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. *Dilatação dos confins: caminhos, vilas e cidades na formação da Capitania de São Paulo (1532-1822)*. Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material, v. 17, n. 2, p.251-294, jul.-dez. 2009.
- CALAES, Gilberto Dias & FERREIRA, Gilson Ezequiel. *A Estrada Real e a Transferência da Corte Portuguesa*. Rio de Janeiro: CETEM/MCT/CNPq/CYTED, 2009.
- CANCLINI, Néstor García. *Culturas Híbridas - estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: EDUSP, 1997.
- CARDOSO, Flávia M. Possato, e Leonardo Barci CASTRIOTA. "O Itinerário enquanto Instrumento de Preservação." *Fórum Patrimônio*, jul/dez de 2012.
- CARVALHO, Francisco de Assis. *Entre a Palavra e o Chão: memória toponímica da Estrada Real*. São Paulo: Tese de Doutorado, 2012.
- CASAL, Manuel Aires do (Pe). *Corografia Brasílica*. Rio de Janeiro, 1817.
- CASTILHO, Fábio Francisco de Almeida. "As Estradas de Ferro do Sul de Minas." *Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada*, 2012: 43-63.
- CASTRIOTA, Leonardo Barci (org.). *Paisagem Cultural e Sustentabilidade*. Belo Horizonte: UFMG, 2009.
- CINTRA, A. *A questão de limites entre São Paulo e Minas*. São Paulo: Typografia Paulista, 1935.
- COSTA, Antônio Gilberto (organizador). *Cartografia da conquista do território das Minas*. Belo Horizonte: UFMG, 2004.
- COSTA, Antônio Gilberto. *Roteiro Prático de Cartografia: da América Portuguesa ao Brasil Império*. Belo Horizonte: UFMG, 2007.
- COSTA, José Pedro de Oliveira. *Aiuruoca: Matutu e Pedra do Papagaio : um estudo de conservação do ambiente natural e cultural*. São Paulo : EdUSP, 1994.
- CRUZ, Cícero Ferraz. *Fazendas do sul de Minas Gerais, arquitetura rural nos séculos XVIII e XIX. Dissertação de mestrado*. São Carlos: Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, 2008.

- DARDEL, Eric. *O Homem e a Terra: natureza da realidade geográfica*. São Paulo: Perspectiva, 2011.
- DIÉGUES, Jr. Manuel. *População e propriedade da terra no Brasil*. Washington: União Pan-Americana, 1959.
- FAGUNDES, Marcelo. *Uma Análise da Paisagem em Arqueologia. Os Luagres Persistentes*. 2008.
- FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida & CAMPOS, Maria Verônica (coordenadores). *Códice Costa Matoso: Coleção das notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América que fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor-geral das do Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749, & vários papéis*. Vol. I. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro: Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1999.
- FIGUEIREDO, Vanessa Gayego Bello. *Da Tutela dos Monumentos à Gestão Sustentável das Paisagens Culturais Complexas: Inspirações à política de preservação cultural no Brasil*. São Paulo: Universidade de São Paulo. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Tese de Doutorado, 2014.
- FLEISCHER, David Ivan Rezende. "São Tomé das Letras e Lagoa Santa: mineração, turismo e risco ao patrimônio histórico e natural." *Cadernos de Campo*, 2006: 21-39.
- FONSECA, Claudia Damasceno. *Arraiais e Vilas Del'Rei*. Belo Horizonte: UFMG, 2011.
- Fundação, João Pinheiro. *Plano Diretor Participativa do Município de Carrancas*. Belo Horizonte, 2015.
- FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- GIESBRECHT, Ralph Mennucci. *Estações Ferroviárias do Brasil*. 2011-2016. <http://www.estacoesferroviarias.com.br> (acesso em 2016).
- GLIMMER, Wilhelm Josttem. *Roteiro de uma das Primeiras Bandeiras Paulistas*. in RIHGSP, Vol. IX, 1898-1899.
- HALL, Stuart. *A Identidade cultural da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- HEIDEGGER, Martin. "Construir, Habitar, Pensar." Em *O Urbanismo*, por Françoise CHOAY, 345-350. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- . *Ser e Tempo*. Editora Vozes, 2014.
- HOLANDA, Sergio Buarque de. *Caminhos e Fronteiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- HOLZER, Werther. "O Conceito de Lugar na Geografia Cultural-humanista: Uma Contribuição Para a Geografia Contemporânea." *GEOgraphia*, 2003.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Enciclopédia dos Municípios Mineiros*. IBGE, 1957-1964.
- IBGE, Diretoria de Geociências. *Atlas Nacional do Brasil Milton Santos*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

- ICOMOS. *Carta de Burra*. Burra, Austrália, 1999.
- . *Salvaguarda do espírito do lugar*. Quebec, 2008.
- ICOMOS-CIIC. *Carta de Itinerarios Culturales*. Québec, 2008.
- IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil). *Recomendação nº R(95)9 Sobre a conservação integrada das áreas de paisagens culturais como integrantes das políticas paisagísticas*. Rio de Janeiro: Edições do Patrimônio, 2004, p.329-345, 2004.
- . “Dossiê de Tombamento. São Tomé das Letras-Sede. Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Capela de Nossa Senhora do Rosário.” 1985.
- . *Inventário Nacional de Referências Culturais: manual de aplicação*. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2000.
- . *Portaria n.º 127, de 30 de abril de 2009. Estabelece a chancela da paisagem cultural brasileira*. 2009.
- . Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Cartas Patrimoniais*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004.
- . Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional IPHAN. *Patrimônio: atualizando o debate*. São Paulo: Fundação Energia e Saneamento, 2015.
- . Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Roda de Capoeira e ofício dos mestres de capoeira*. Brasília: IPHAN, 2014.
- JUNQUEIRA, Francisco Darci Meirelles. *Bela Cruz: Rastros de uma Memória (1810-2010)*. Cruzília: Edição do Autor, 2012.
- KANASHIRO, Milena. *Atlas digital das paisagens etnográficas: região metropolitana de Curitiba [CD-ROM]*. Londrina: Fundação Araucária, 2013.
- KNIVET, Anthony. *As incríveis aventuras e estranhos infortúnios de Anthony Knivet. Memórias de um aventureiro inglês que em 1591 saiu de seu país com o pirata Thomas Cavendish e foi abandonado no Brasil, entre índios canibais e colonos selvagens*. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2007.
- LEFEBVRE, Henry. *A Vida Cotidiana no Mundo Moderno*. São Paulo : Ática, 1991.
- LEFORT, Mons. José do Patrocínio. *A Diocese da Campanha*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1993.
- LEME, Luiz Gonzaga da Silva. *Genealogia Paulistana*. São Paulo: Duprat & Comp., 1905.
- LEME, Pedro Taques de Almeida Paes. *Notícias das minas de São Paulo e dos sertões da mesma Capitania*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1980.
- MARTINS, Tarcísio José. *Quilombo do Campo Grande: a história de Minas que se devolve ao povo*. Contagem: Santa Clara, 2008.
- MASSENA, José Franklin. *Natureza Tropical. ou ascensão científica ao Itatiaya, ponto mais culminante do Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1867.
- MATOS, Raimundo José da Cunha. *Corografia Histórica da Província de Minas Gerais (1837)*. Vol. I. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981.

- MATTOS, José Americo Junqueira de. *Família Junqueira: sua História e Genealogia*. Família Junqueira, 2004.
- MELLO, Cristiane Figueiredo Pagano de. *Os Corpos de Ordenanças e Auxiliares. Sobre as relações militares e políticas na América Portuguesa*. Curitiba: UFPR, 2006.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. *Bases da formação territorial do Brasil - o território colonial brasileiro no longo século XVI*. São Paulo: Hucitec, 2000.
- MORAES, Fernanda Borges. *A rede Urbana das minas coloniais: na urdidura do tempo e do espaço. Tese de Doutorado*. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2005.
- MOURA, Rosa. "A dimensão urbano-regional na metropolização contemporânea ." *EURE*, v. 38, n. 115, 2012: 5-31.
- MOURÃO, Maria da Graça Menezes. *Luminárias, iluminando rumos do Caminho Velho da Estrada Real*. Luminárias, 2007.
- MUÑOZ, Francesc. *urBANALización. Paisages comunes, lugares globales*. Barcelona: Gustavo Gili, 2008.
- MURTA, Marcelo Lages. "ICMS Cultural: atores e problemas." *Anais Eletrônicos do XVI Encontro Regional de História*, 2010.
- NORA, Pierre. "Entre Memória e História: a problemática dos lugares." *Projeto História*, 1993: 7-28.
- NORBERG-SCHULZ, Christian. *Genius Loci. Towards a Phenomenology of Architecture*. Rizzoli: New York, 1980.
- NORBERG-SCHULZ, Christian. "O Fenômeno do Lugar." Em *Uma nova agenda para a arquitetura*, por Kate NESBITT, 441-459. Cosac Nayf, 2006.
- NOVICK, Alicia, NUÑEZ, Teresita & BEL, Joaquín Sabaté (diretores). *Miradas desde la quebrada de humahuaca. Territorios, proyectos y patrimonio*. Buenos Aires: Cuentahilos, 2011.
- OLIVEIRA, Eduardo Romero de, e Renata Maria RIBEIRO. "Rotas, Circuitos e Itinerários: a aplicação de novas categorias patrimoniais e turísticas no Brasil." 2016.
- OLIVEIRA, Myriam Andrade Ribeiro de. *O Rococó Religioso no Brasil e seus antecedentes europeus*. São Paulo: Cosac & Naify, 2005.
- OLIVEIRA, Tarquínio J. B. de. *Ouro Preto e Mariana*. Belo Horizonte: Berlendis e Vertecchia Editores LTDA, 1980.
- PELÚCIO, José Alberto. *Templos e Crentes. Baependi*. São Paulo: Gráfica Paulista, 1942.
- PEREIRA, Adolfo Maurício. *Cronologia Quse Trovada de São Sebastião da Encruzilhada*. Campinas, SP: Komedi, 2003.
- PEREIRA, Larissa de Souza. *Ouro Preto e a Estética do Labirinto*. Campinas: Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 2011.
- PINTO, Francisco Eduardo. *Potentados e Conflitos nas Sesmarias da Comarca do Rio das Mortes*. Rio de Janeiro: Tese de Doutorado, 2010.

- POLLAK, Michael. "Memória e Identidade Social." *Estudos Históricos*, 1992: 200-212.
- POULOT, Dominique. *Uma história do patrimônio do Ocidente. Séculos XVIII-XXI. Do monumento aos valores*. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.
- PRADO JUNIOR, Caio. *Evolução política do Brasil e outros estudos*. São Paulo: Brasiliense, 1972.
- Processo dos Junqueiras. "Assassinatos praticados pelos escravos da Freguesia de Carrancas em 13 de Maio de 1833". Comarca do Rio das Mortes, São João Del-Rei, 1833. (s.d.)*.
- QUEIROZ, Helaine Nolasco. "Vinte anos da Lei Robin Hood: um balanço da proteção do patrimônio cultural em Minas Gerais." *Dossiê: Gestão, Educação e Patrimônio Cultural*, 2015.
- REIS FILHO, Nestor Goulart. *Evolução Urbana do Brasil*. São Paulo: Pioneira, 1968.
- RELPH, Edward. *Place and Placelessness*. Pion Ltd, 2008.
- RIBEIRO, Rafael Winter. *Paisagem Cultural e Patrimônio*. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2007.
- GOLOVATY, Ricardo Vidal, "Cultura Popular: saberes e práticas de intelectuais, imprensa e devotos de santos reis, 1945 – 2002." Dissertação de mestrado. UFU/História, 2005.
- RICOEUR, Paul. "Memória, história, esquecimento." 2003.
- ROCHA, José Joaquim da. *Geografia Histórica da Capitania de Minas Gerais: descrição geográfica, topográfica, histórica e política da Capitania de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos históricos e Culturais, 1995.
- ROSSI, Aldo. *A Arquitetura da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- RYKWERT, Joseph. *A sedução do Lugar: a história e o futuro da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- SABATÉ, J. *Paisagens Culturales. El Patrimonio como recurso básico para un nuevo tipo de desarrollo*. Madrid: Urban, nº9, 2002.
- SAINT-HILAIRE, Auguste. *Segunda viagem a Minas Gerais e São Paulo*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.
- . *Segunda viagem a Minas Gerais e São Paulo*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1938.
- . *Viagem às nascentes do rio S. Francisco e pela província de Goyaz*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937.
- . *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000.
- SALES, Álvaro Américo Moreira. "Lei Robin Hood: Possibilidades de interface entre patrimônio cultural e o turismo." *Congresso de Arquitetura, Turismo e Sustentabilidade*, 2012: 83-102.
- SASSEN, Saskia. *As Diferentes especializações dos Espaços Globais*. 2008.

- SAUER, Carl Ortwin. *A morfologia da paisagem. In: Paisagem, Tempo e Cultura.* CORRÊA, R.L.; ROSENDAHL, Z. (orgs.). Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998 (1925).
- SCHICCHI, Maria Cristina da Silva. *REnovação, REvitalização, REqualificação, REabilitação.* . Campinas: SCHICCHI, M.C.S. REnovação, REArtigo em Jornal Interno do PROGRAMA PET da FAU/CEATEC, PUC-CAMPINAS, 2005.
- . *The Cultural Heritage of Small and Medium-Size Cities: A New Approach to Metropolitan Transformation in São Paulo, Brazil.* Vol. XXVII. I vols. Traditional Dwellings and Settlements Review, 2015.
- SERVA, José Wilson. *Livro editado para comemoração do 1º Centenário elevação de Baependi a Cidade.* São Paulo: Revista dos Tribunais LTDA, 1956.
- SPIX, Johann Baptist von , e Carl Friedrich Philipp von MARTIUS. *Viagem pelo Brasil. 1817-1820.* Vol. 3º. Rio de Janeiro: Edições Melhoramentos, 1938.
- SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. “O Desafio metodológico da abordagem interescalar no estudo de cidades médias no mundo contemporâneo.” *CIDADES*, v. 3, n. 5, 2006: 143-157.
- TAUNAY, Afonso d'E. *História das Bandeiras Paulistas.* São Paulo, 1961.
- TOPALOV Christian, Stella BRESCIANI, Laurent Coudroy de LILLE, Hélène RIVIÈRE D'ARC (org.). *A Aventura das palavras da cidade, através dos tempos, das línguas e das sociedades.* São Paulo: Romano Guerra Editora, 2014.
- TUAN, Yi-Fu. *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência. Tradução: Livia de Oliveira.* São Paulo: Difel, 1983.
- . *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente.* São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1974.
- UNESCO, Brasil. *Preparação de candidaturas para o Patrimônio Mundial.* Brasília: Iphan, 2013.
- UNESCO, Organização das Nações Unidas para a Educação Ciência e Cultura. “Convenção para a proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural.” 1972.
- VASCONCELLOS, Sílvio de. *Mineiridade: ensaio de caracterização.* Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1968.
- . *Vila Rica.* São Paulo: Perspectiva, 1977.
- VASCONCELOS, Diogo de. *História antiga de Minas Gerais.* Vol. I e II. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.
- VASCONCELOS, Diogo. *História média de Minas Gerais.* Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.
- VEIGA, Bernardo Saturnino da. *Almanach Sul-Mineiro para 1874.* Campanha: Typographia do Monitor Sul-Mineiro, 1874.
- . *Almanak Sul Mineiro para 1884.* Campanha: Typographia do Monitor Sul-Mineiro, 1884.

APÊNDICE

LISTA DE FAZENDAS VISITADAS ENTRE 2014 E 2016:

Fazendas em Aiuruoca:

- Fazenda da Conquista final do século XVIII
- Fazenda São Pedro século XVIII
- Fazenda das Laranjeiras primeira metade do século XIX
- Fazenda do Bananal final do século XIX
- Fazenda do Patrimônio s/d
- Fazenda Santa Cruz s/d
- Fazenda do Campo redondo meados do século XIX
- Fazenda da Laje início do século XX
- Fazenda Varadouro meados século XVIII
- Fazenda Ingaí final do século XVIII
- Fazenda Campo lindo início do século XIX
- Casarão do Matutu início do século XX



Da esquerda para a direita: Casarão do Matutu, Fazenda Campo Lindo, Fazenda São Pedro e Fazenda Ingaí. Fonte: Fotos de Larissa S. Pereira. Acervo da pesquisa (2014-2016).

Fazendas em Baependi:

- Fazenda do Engenho
- Fazenda Santa Maria
- Fazenda Boa Vista
- Fazenda Roseta
- Fazenda Morro Grande
- Fazenda Cantagalo

início do século XVIII
s/d
início do século XX
segundo quartel do século XVIII
início do século XX
século XIX



Da esquerda para a direita: Fazenda Boa Vista e Fazenda Cantagalo. Fonte: Fotos de Larissa S. Pereira. Acervo da pesquisa (2014-2016).

Fazendas em Carrancas:

- Fazenda Bananal
- Fazenda Bananal de Baixo
- Fazenda Grão Mogol
- Fazenda do Engenho
- Fazenda da Laje
- Fazenda Mato Dentro
- Fazenda Maromba
- Fazenda Leme
- Fazenda Córrego Fundo
- Fazenda Retiro de Baixo
- Fazenda Serra das Bicas

meados do século XVIII
meados do século XVIII
meados do século XVIII
final do século XVIII
século XX
século XVIII
século XX
final do século XVIII
início do século XX
início do século XIX
final do século XVIII





Da esquerda para a direita: Fazenda Serra das Bicas, Fazenda Córrego Fundo, Fazenda Ribeirão de Baixo e Fazenda da Laje. Fonte: Fotos de Larissa S. Pereira. Acervo da pesquisa (2014-2016).

Fazendas em Cruzília:

- Fazenda Angai
- Fazenda Bela Cruz
- Fazenda Boa Vista
- Fazenda da Cabeça Branca
- Fazenda do Bongue
- Fazenda do Chalé
- Fazenda do Narciso
- Fazenda Encruzilhada
- Fazenda Espriado
- Fazenda Favacho
- Fazenda Rancho Alegre
- Fazenda Recreio
- Fazenda São José
- Fazenda São Sebastião
- Fazenda Traituba
- Fazenda Cafundó
- Fazenda Santa Luzia

primeiro quartel do século XVIII
meados do século XVIII
século XIX
século XX
final do século XIX
século XX
meados do século XVIII
segundo quartel do século XX
século XIX
primeiro quartel do século XVIII
século XX
século XIX
início do século XX
século XIX
primeiro quartel do século XIX
primeiro quartel do século XIX
século XX



Da esquerda para a direita: Fazenda Anghai e Fazenda Santa Luzia. Fonte: Fotos de Larissa S. Pereira. Acervo da pesquisa (2014-2016).

Fazendas em Luminárias

- Fazenda Campo Do Meio
 - Fazenda da Floresta
 - Fazenda da Patrona
 - Fazenda da Vargem
 - Fazenda do Engenho
 - Fazenda do Jardim
 - Fazenda do Mirante
 - Fazenda do Monjolo
 - Fazenda do Porto
 - Fazenda Palestina
 - Fazenda Ribeirão
 - Fazenda São José
- início do século XX
início do século XX
s/d
início do século XX
século XIX
século XVIII
meados século XVIII
s/d
s/d
s/d
s/d



Da esquerda para a direita: Fazenda Floresta, Fazenda Engenho, Fazenda Barreiro e Fazenda Fazendinha. Fonte: Fotos de Larissa S. Pereira. Acervo da pesquisa (2014-2016).

Fazendas em Minduri

- Fazenda Serrote
 - Fazenda Pinheiros/Haras Serra Bela
 - Fazenda dos Lobos
- s/d
século XIX
início do século XX



Da esquerda para a direita: Fazenda Pinheiros e Fazenda dos Lobos. Fonte: Fotos de Larissa S. Pereira. Acervo da pesquisa (2014-2016).

Fazendas em São Vicente de Minas

- Fazenda das Pitangueiras
- Fazenda do Porto
- Fazenda do Espírito Santo
- Fazenda Pitangueiras de Cima
- Fazenda Nova
- Fazenda do Engenho de Serra
- Fazenda Sesmaria
- Fazenda Jacarezinho
- Fazenda Bela Vista

terceiro quartel do século XVIII
século XVIII
século XVIII
século XVIII
final do século XIX
meados do século XVIII
final do século XVIII
século XIX
meados do século XIX





Da esquerda para a direita: Fazenda Nova, Fazenda Sesmaria, Fazenda Engenho de Serra e Fazenda Bela Vista. Fonte: Fotos de Larissa S. Pereira. Acervo da pesquisa (2014-2016).

Fazendas em São Thomé das Letras

- Fazenda do João Cota
- Fazenda de José Maria de Souza

século XIX

primeiro quartel do século XX



Da esquerda para a direita: Fazenda do João Cota e Fazenda de José Maria de Souza. Fonte: Fotos de Larissa S. Pereira. Acervo da pesquisa (2014-2016).

ANEXOS

CARTOGRAFIA ORIGINAL UTILIZADA:

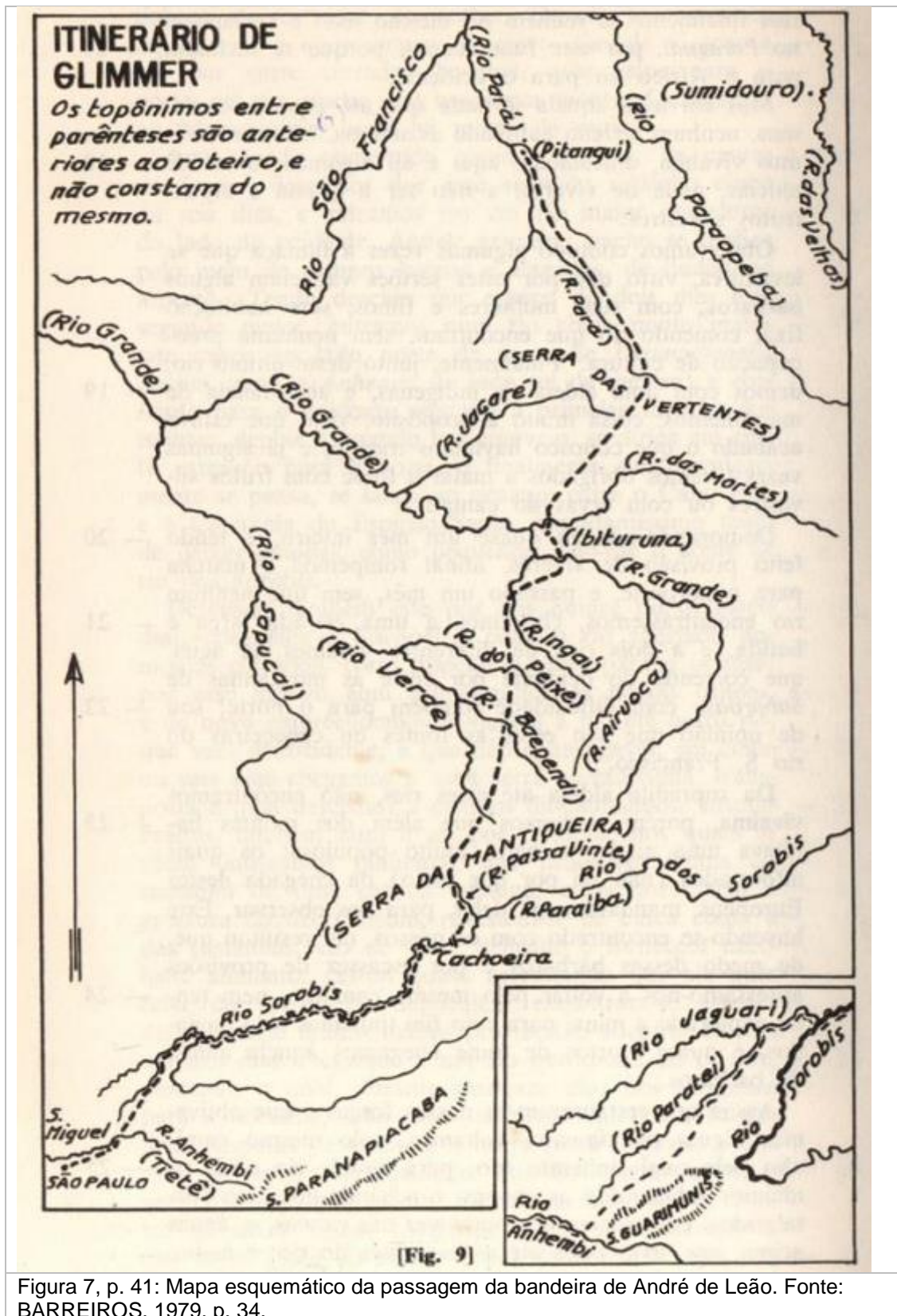


Figura 7, p. 41: Mapa esquemático da passagem da bandeira de André de Leão. Fonte: BARREIROS, 1979, p. 34.

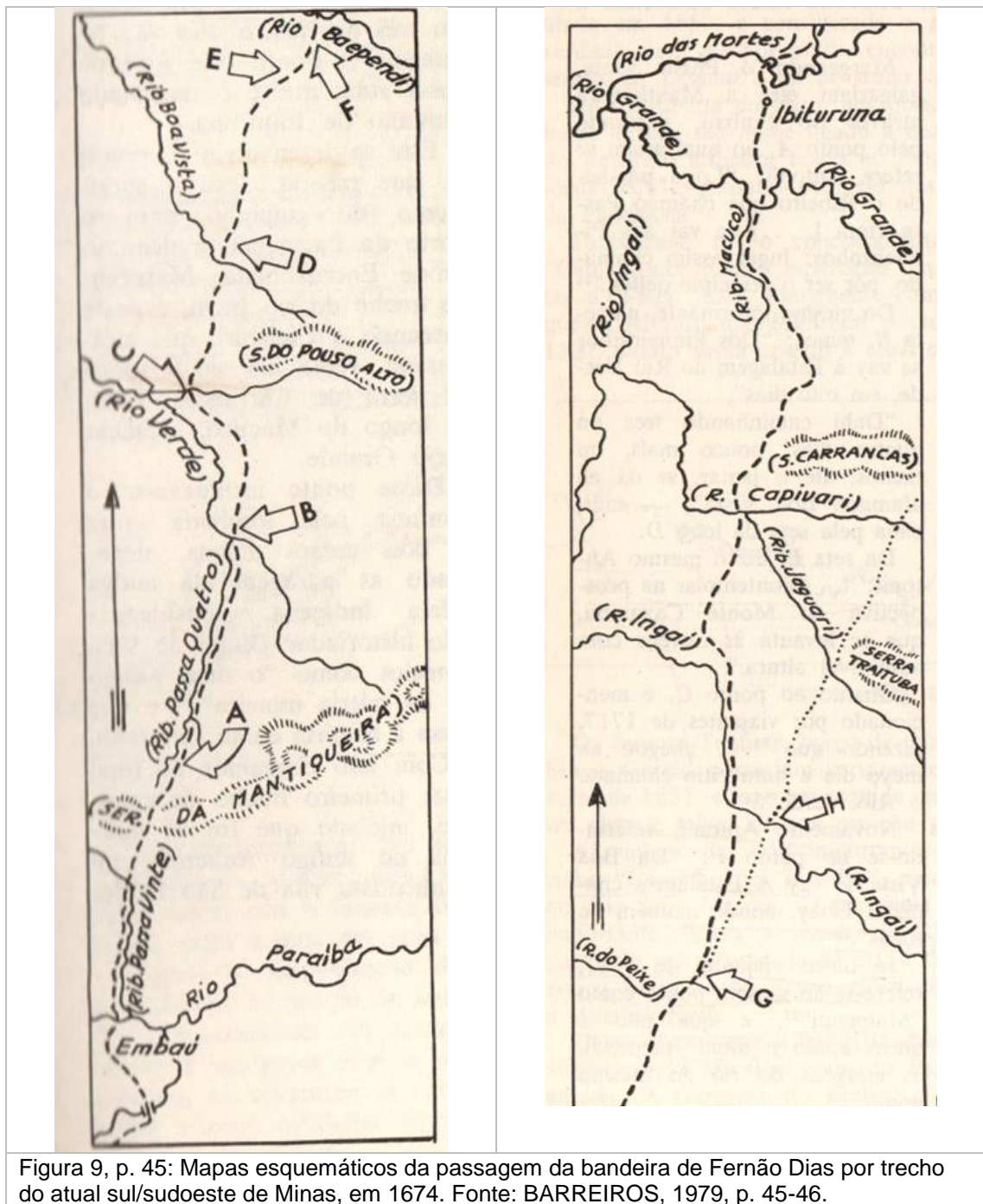


Figura 9, p. 45: Mapas esquemáticos da passagem da bandeira de Fernão Dias por trecho do atual sul/sudoeste de Minas, em 1674. Fonte: BARREIROS, 1979, p. 45-46.

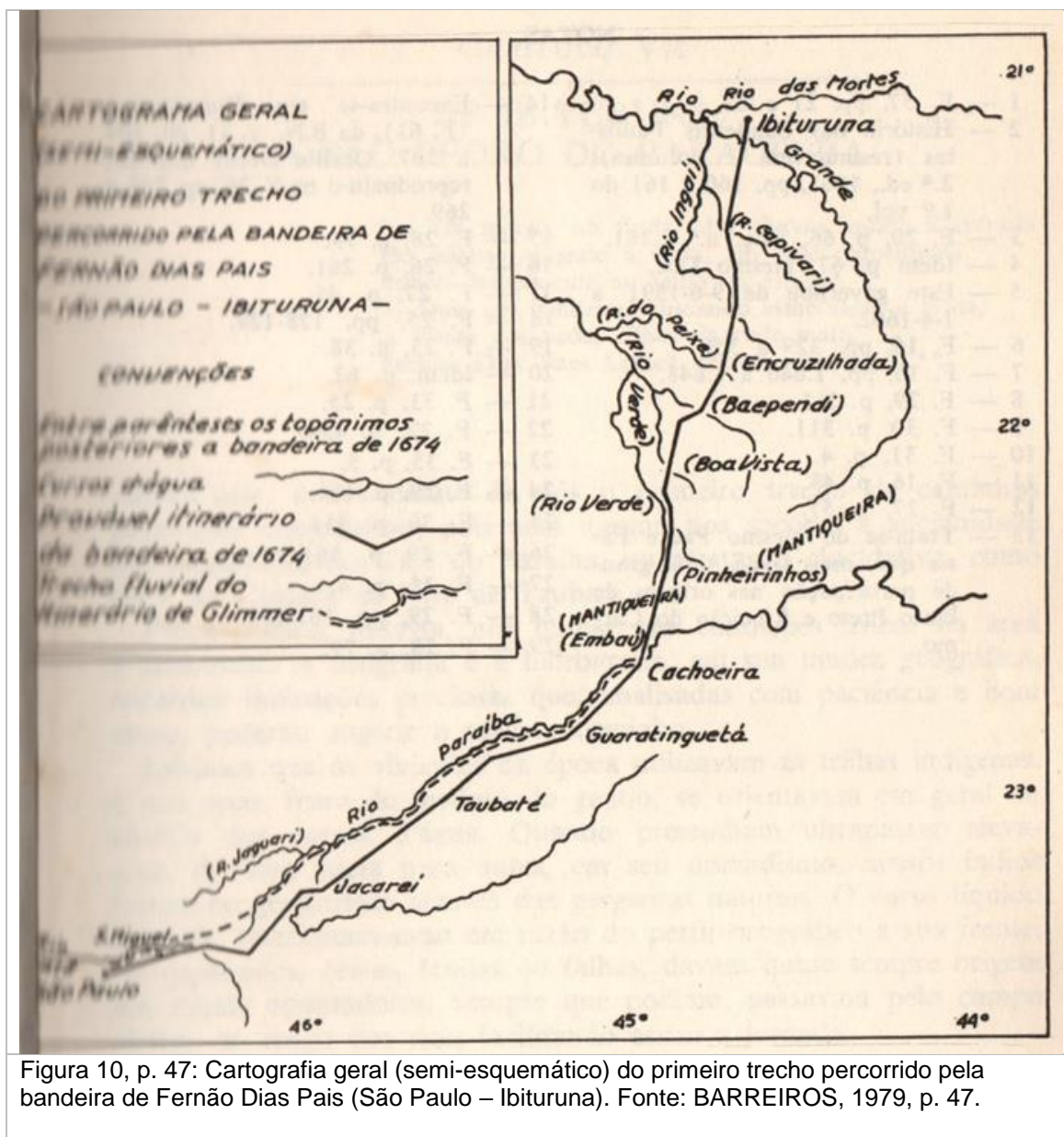


Figura 10, p. 47: Cartografia geral (semi-esquemático) do primeiro trecho percorrido pela bandeira de Fernão Dias Pais (São Paulo – Ibituruna). Fonte: BARREIROS, 1979, p. 47.

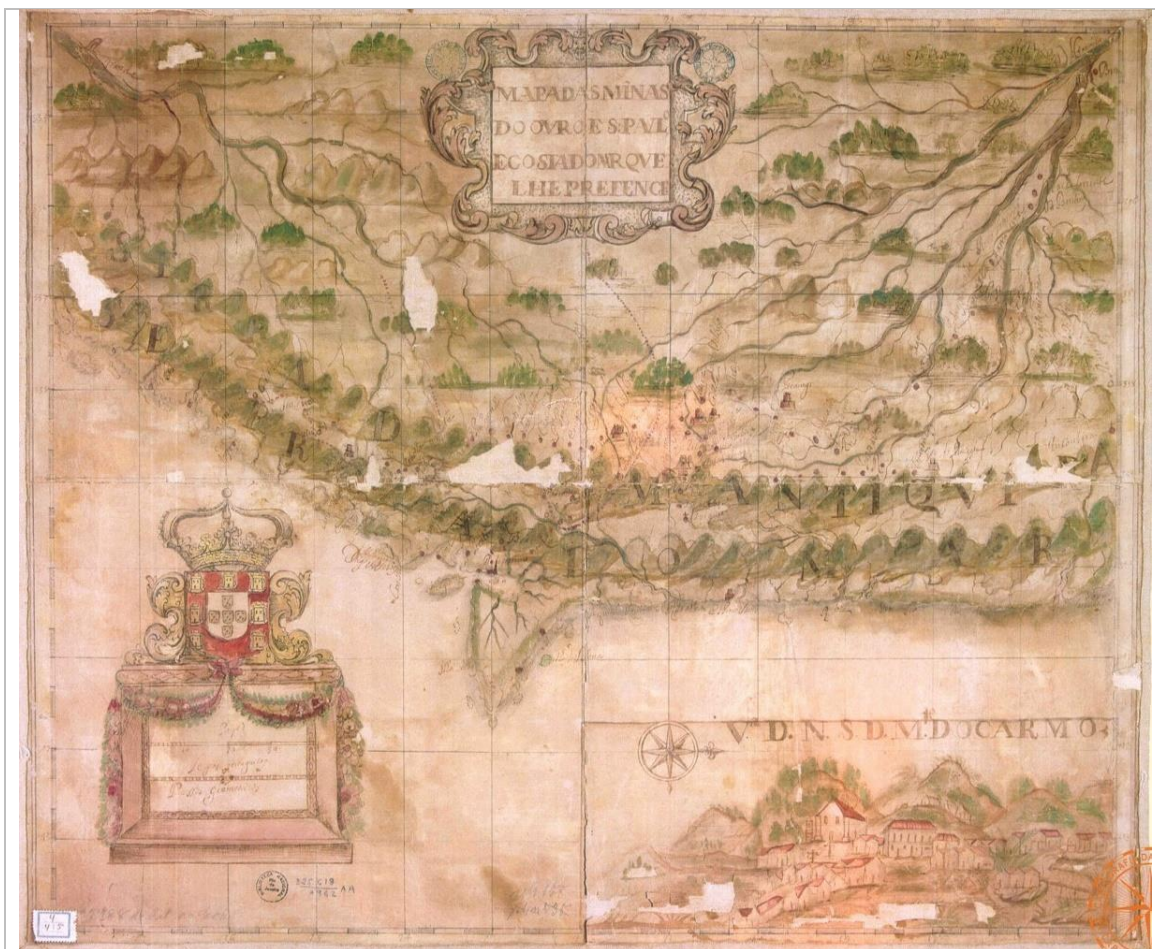


Figura 11, p. 51: *Mapa das Minas de Ouro e S. Paulo e Costa do Mar que lhe pertence*. Produzido pelo engenheiro de Capitania Pedro Gomes Chaves, em 1714. Fonte: BN; Cartas Sertanistas; ARC 030.03.015 *apud* Costa 2007, p. 119.



Figura 13, p. 55: “Mapa da Capitania de Minas Geraes com a Devisa de suas Comarcas”. Ca. 1778. Fonte: Arquivo Público Mineiro (APM).



Figura 14, p.56: Mapa das Comarcas de Minas Gerais (1821) com a localização de suas respectivas sedes. Fonte: UFSJ. Acervos Documentais da Comarca do Rio das Mortes. Disponível em: <http://www.ufsj.edu.br/labdoc/historico.php>. Acesso em 21/09/2014.



Figura 15, p. 57: Mapa das vilas da Comarca do Rio das Mortes (1821). Fonte: PINTO 2010, p. 21.



Figura 28, p. 76: "Mappa da Comarca do Rio das Mortes, pertencente a Capitania das Minas Geraes: que mandou descrever o Illustrissimo e Excelentissimo Senhor D. Antonio de Noronha Governador e Cap. am General da mesma Capitania segundo as mais exactas informações / Jozé Joam. da Rocha o fes", 1777. Fonte: BN. (cart 530294.tif).



Figura 31, p. 84: Carta Cartográfica da Capitania de São Paulo, Morgado de Mateus, 1766. Fonte: Novo Milênio. Disponível em: <http://www.novomilenio.inf.br/santos/mapa41g.htm>. Acesso em 12/10/2016.



Figura 58, 130: "Mappa da Capitania de Minas Geraes" de Jozé Joaquim da Rocha. 1777. Fonte: Biblioteca Nacional.

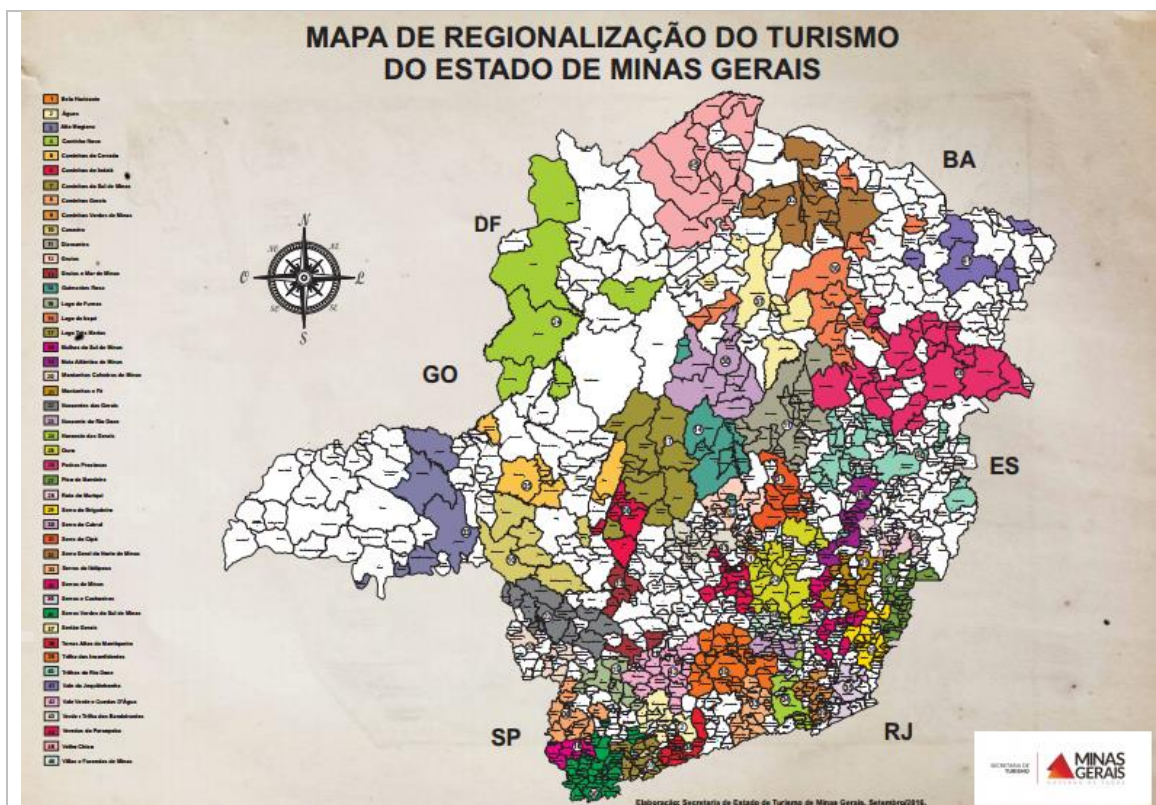


Figura 69, p. 163: Mapa de Regionalização do Turismo do Estado de Minas Gerais. Fonte: SETUR (2014). Disponível em: <http://www.turismo.mg.gov.br/images/stories/circuitos/mapa-de-regionalizacao-do-turismo-de-minas-gerais-set-2016.pdf>